



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**OPORTUNIDADES, DESAFIOS E TENDÊNCIAS DA
COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ PADRÃO COMERCIAL NA
REGIÃO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**

MARIA CRISTINA SILVA DE PAIVA

Sob a Orientação do Professor

John Wilkinson

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ para a obtenção do título de **doutora em Ciências Sociais**.

Seropédica, RJ

Abril de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P142o Paiva, Maria Cristina Silva de , 1970-
Oportunidades, desafios e tendências da
comercialização do café padrão comercial na região da
Zona da Mata de Minas Gerais / Maria Cristina Silva de
Paiva. - Rio de Janeiro, 2021.
206 f.

Orientador: John Wilkinson. Tese(Doutorado). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de
Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, 2021.

1. Agricultura Familiar. 2. Zona da Mata de Minas
Gerais. 3. Merados de qualidade. 4. Café. I. Wilkinson,
John , 1946-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade -
CPDA III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

MARIA CRISTINA SILVA DE PAIVA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 05/04/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof. Dr. JOHN WILKINSON (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. GEORGES GERARD FLEXOR (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. GILBERTO MASCARENHAS (UNISC)

Prof. Dr. PAULO RODRIGUES FERNANDES PEREIRA (IBMEC)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, inspiração para tudo!
Ao meu esposo Paulo Nilson, pelo apoio e pelo
companheirismo.

AGRADECIMENTOS

A jornada foi trabalhosa e, por isso mesmo, muito engrandecedora. Não poderia ter deixado de acontecer e talvez, se o curso das coisas fosse como o planejado, não teria trazido outras tantas contribuições para a vida. O importante é que junto com esta titulação acadêmica também recebo de mim mesma o título de pessoa forte, persistente, realizada, feliz e saudável, de mente, corpo e espírito.

E como nenhuma jornada é solitária, ainda mais aquelas que ensinam, tenho agradecimentos a fazer.

Aos meus pais, Moisés e Graça, às minhas irmãs Anita e Mariana, ao meu cunhado Adriano e à pequena Maria Júlia. São parte das pessoas que sentem o que sinto, e por isso, nesses quatro anos, se preocuparam, ficaram felizes, assistiram, ajudaram e torceram.

A outra parte dessas pessoas estão na minha casa. Meu marido Paulo Nilson e minhas enteadas filhas Alice e Letícia. Pessoas que participaram de forma imensurável na consolidação de uma base com a qual tenho contado por 12 anos. E que foram decisivas nos últimos 4 anos de doutorado.

À Dona Elzira, a pessoa que reza por mim todos os dias, mãe dessa pessoa tão companheira que é o meu esposo, aos meus cunhados e à minha sobrinha Beatriz, pelo apoio e pela torcida.

Aos professores do CPDA, pessoas que admiro e que proporcionaram momentos incríveis de conhecimento e de trocas. Especialmente ao meu orientador, John Wilkinson, professor sábio, paciente e sereno, que me conduziu no desafio desta tese. Também à professora Claudia Schmitt, professora acolhedora, conselheira, cujas falas sinalizaram muito dos meus caminhos no doutorado.

Um agradecimento especial ao Professor Raimundo, que passou tão rapidamente pela minha vida acadêmica, mas que deixou tanta contribuição. Espero que onde esteja, de alguma forma, receba minhas vibrações de afeto e gratidão.

Amigos e contribuintes para a tese também entram nessa lista de gratidão, especialmente Juliana Calixto, Ricardo Galvão, Adriana Moraes, Elmo Monteiro e Sônia Dal Sasso. Também quero agradecer a todos os produtores e produtoras da agricultura familiar, inclusive ao pessoal da Rede Sabor e Saúde da Serra, por serem inspiração e fonte de conhecimento e sabedoria. Da mesma forma, as colegas Helena, Yasmin e Aline, na partilha de vivências da roça.

Agradeço aos colegas de trabalho que, de forma direta ou indireta, se mobilizaram para que eu pudesse dispor de algum tempo a mais para me dedicar às atividades do doutorado, especialmente aos colegas Sandro, Júnio, Antero, Telêmaco e Washington.

As amigas Sandra, Lurdinha, Lúcia e Jane, que contribuíram com trabalho, com apoio, com torcida e com sorrisos. Muito grata por aquela contribuição que as pessoas nem sabem que estão oferecendo, mas que são fundamentais para fazer a vida funcionar e ser boa.

E claro, a Deus, que encaminha, desvia, ilumina, escurece, enfim, cria seus meios complicados de nos ensinar a viver.



Obra do artista paulacandidense Eudes Bezerra de Almeida, que, com a técnica de óleo sobre tela, retratou a rotina dos trabalhadores na época da colheita do café. A propriedade é de Moizés Justino de Paiva e de Maria das Graças Silva de Paiva, pais da autora desta tese. A cena é do Sr. Moizés cuidando da secagem do café.

*“O ano inteiro é muito bom,
cada época tem uma coisa bonita pra gente ver” (Seu Moizés).
“Hoje vai chover...!” (Dona Graça).*

RESUMO

PAIVA, Maria Cristina Silva de. **Oportunidades, desafios e tendências da comercialização do café padrão comercial na região da Zona da Mata de Minas Gerais.** (206 p.). Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

A literatura recente sobre a cafeicultura no Brasil tem evidenciado o processo de qualificação do café como a nova tendência do mercado, principalmente para os cafés especiais e os de altíssima qualidade. Ocorre que a produção desse tipo de café é diferenciada e nem sempre é acessível, viável ou do interesse dos produtores. Para a região da Zona da Mata de Minas Gerais, isso é uma questão, pois a atividade econômica cafeeira é significativamente importante, principalmente nas microrregiões de Manhuaçu, Muriaé e Viçosa. Toda e qualquer nova tendência nessa atividade promove impactos para seus produtores, que são, na maioria, agricultores e agricultoras da agricultura familiar. Nesse contexto, questionar como se processa a atividade cafeeira da Zona da Mata, qual é a sua relação com os cafés qualificados e quais tendências o mercado global do café pode apresentar para a região, se tornaram questões importantes para uma investigação científica. Nesse sentido, foi desenvolvida uma pesquisa de estudo de caso, com levantamento de campo composto de entrevistas, observações, levantamento bibliográfico e documental. As análises de evidências foram realizadas do ponto de vista das abordagens da Nova Economia Institucional, da Nova Sociologia Econômica e dos Sistemas Agroindustriais. A título de conclusões, identificou-se que o café qualificado é produzido com excelência na região, porém por uma proporção reduzida de produtores. A maioria da produção é do café tipo comercial, que se segmenta entre café comercial tipo bebida fina, tipo bebida dura, tipo bebida riada e tipo bebida rio. Essa segmentação tanto é fruto da flexibilidade da agricultura familiar como é, por outro lado, uma de suas fontes garantidas de renda. Porém, é preciso atenção para as tendências do mercado, que, apesar de não mostrar sinais de esgotamento na demanda por estes tipos de café, dá sinais de que aumentará a preferência por produtos com certificações de boas práticas ambientais e sociais.

Palavras-chave: Agricultura família. Zona da Mata de Minas Gerais. Mercados de qualidade. Café.

ABSTRACT

PAIVA, Maria Cristina Silva de. **Opportunities, challenges and trends of commercial standard coffee commercialization in the *Zona da Mata* region of Minas Gerais**. 206p. Thesis (Doctoral in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Social and Human Sciences, Department of Development, Agriculture and Society. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

The recent literature on coffee growing in Brazil has shown the coffee qualification process as a new market trend, mainly for specialty and high quality coffees. The production of this type of coffee is differentiated and it is not always affordable, feasible or interesting for producers. The coffee growing is significantly important in the *Zona da Mata* region of Minas Gerais, mainly in microregions as *Manhuaçu*, *Muriaé* and *Viçosa*. All new trend in this activity impacts the producers who are mostly family farmers. In this context, asking how the coffee growing develops, how it is related with specialty coffees and what trends the market can present to the region are important questions to a scientific investigation. In this sense, a research of case study was developed, with field survey composed by interviews, observations, bibliographical and documental search. The evidences analysis were performed from the point of view of the New Institutional Economics, of the New Economic Sociology and Agribusiness Systems. In conclusion, we found that qualified coffee is produced with excellence within the region, although by a small proportion of producers. Most of the production is commercial coffee, in the following categories: Soft, Hard, River and Riada. On one hand, this segmentation is a consequence of the family farming flexibility, and on the other hand, it is an assured source of income. However, it is necessary to pay attention to the market trends that show, despite no signs of exhaustion on the demand for those categories of coffee, signs of an increasing on the preference for products with social and environmental good practices certifications.

Keywords: Family farming. *Zona da Mata* of Minas Gerais. Markets of Quality. Coffee.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Árvore genealógica do café.....	30
Figura 2 - Composição da cereja madura do café.....	31
Figura 3 - Formas de colheita conforme o Processo Manual e o Processo Mecânico.....	33
Figura 4 - Representação da elaboração de blends de café por parte da indústria	42
Figura 5 – Região da Zona da Mata de Minas Gerais e as respectivas microrregiões	81
Figura 6 - Imagens de terreiros de café de propriedades localizadas no município de Paula Cândido e de Divinésia, na Zona da Mata de Minas Gerais	105
Figura 7 – Imagens de terreiros de café com estrutura para beneficiamento de café por vários métodos além do natural, no município de Paula Cândido, Zona da Mata de Minas Gerais ...	106
Figura 8 – Propriedades rurais localizadas entre os municípios de Vieiras e Pedra Dourada, na Zona da Mata de Minas Gerais.....	107
Figura 9 – Propriedade rural no município de Ervália, Zona da Mata de Minas Gerais	108
Figura 10 – Imagens características das propriedades de agricultura familiar produtoras de café da Zona da Mata.....	109
Figura 11 – Imagens de maquinários para o beneficiamento do café de melhor qualidade (Continua)	118
Figura 12 – Arquitetura característica das Unidades Rurais da Zona da Mata Mineira	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do PIB a preços correntes de 2016 das mesorregiões do estado de Minas Gerais	52
Gráfico 2- - Área plantada em hectares de café nas mesorregiões de Minas Gerais no período de 1990 a 2016.....	54
Gráfico 3- Produtividade do café em grãos nas principais mesorregiões produtoras de café do estado de Minas Gerais em quilos por hectare	55
Gráfico 4- Valor total em reais deflacionados da produção de café nas regiões cafeeiras de Minas Gerais no período de 1996 a 2017	56
Gráfico 5- Evolução dos preços deflacionados da saca de 60 Kg do café Arábica por tipo de café no período de 1996 a 2019 – Base 2019.....	57
Gráfico 6- Valores deflacionados de preço da saca de 60 kg do café e do custo total de produção da saca de 60 kg do café – Ano Base 2018.....	58
Gráfico 7- Valores deflacionados de preço da saca de 60 Kg do café, por tipo de café, e do custo total de produção da saca de 60 Kg do café – Ano Base 2018.....	59
Gráfico 8- Área colhida em ha das lavouras temporárias e permanentes predominantes na Zona da Mata e área colhida em ha de café, no período de 1990 a 2018	60
Gráfico 9- Área plantada em hectares de café nas mesorregiões de Minas Gerais no período de 1990 a 2016.....	94
Gráfico 10- Produtividade do café em grãos nas principais mesorregiões produtoras de café do estado de Minas Gerais em quilos por hectare.....	95
Gráfico 11- Valor total em reais deflacionados da produção de café nas regiões cafeeiras de Minas Gerais no período de 1996 a 2017	96
Gráfico 12- Evolução dos preços deflacionados da saca de 60 Kg do café Arábica por tipo de café no período de 1996 a 2019 – Base 2019	97
Gráfico 13- Valores deflacionados de preço da saca de 60 Kg do café e do custo total de produção da saca de 60 Kg do café – Ano Base 2018	98
Gráfico 14- Área colhida em ha das lavouras temporárias e permanentes predominantes na Zona da Mata e área colhida em ha de café, no período de 1990 a 2018	99
Gráfico 15- Valores deflacionados de preço da saca de 60 Kg do café, por tipo de café, e do custo total de produção da saca de 60 Kg do café – Ano Base 2018	100
Gráfico 16- Volume de exportações brasileiras em sacas de 60 Kg de café, por tipo de processamento, entre os anos 2000 e 2019.....	138
Gráfico 17- Volume de exportações brasileiras em sacas de 60 Kg de café verde, por espécie, entre os anos 2000 e 2019	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Cruzamento e híbridos entre sementes de café.....	30
Quadro 2– Síntese do sistema oficial de classificação do café Beneficiado Grão Cru (Continua)	36
Quadro 3- Tabela para classificação sensorial do café segundo o Sistema Classificação Oficial Brasileiro.....	37
Quadro 4- Critério de pontuação para cafés especiais segundo a metodologia da SCA	38
Quadro 5- Referência para a denominação dos diversos tipos de café tratados na pesquisa	38
Quadro 6– A tipologia de mercados para a agricultura familiar de Wilkinson	65
Quadro 7– Tipologia de mercado para a agricultura familiar segundo Schneider	66
Quadro 8- Questões, proposições e estrutura teórica do estudo de caso (Continua).....	82
Quadro 9- Perfil e abrangência de informações dos entrevistados sobre a cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais entre 2018 e 2020	85
Quadro 10- Fonte de dados para as questões da pesquisa (Continua)	89
Quadro 11- Dados sobre aspectos da caracterização da cafeicultura da Zona da Mata – dados da propriedade	104
Quadro 12- Dados sobre aspectos da organização para o trabalho na Zona da Mata	110
Quadro 13- Formas de coordenação da cadeia produtiva do café na Zona da Mata	124
Quadro 14– Principais agentes facilitadores da cadeia produtiva do café no Brasil (Continua)	130
Quadro 15– Espécie de café dos principais países produtores do mundo.....	133
Quadro 16– Comparativo do ranking dos principais países produtores de café do mundo segundo a safra 2012/2013 e a safra 2012/2019	133
Quadro 17– Participação relativa de onscumo dos principais países consumidores de café do mundo	134
Quadro 18– Participação de mercado das principais torrefadoras de café do mundo	135
Quadro 19– Relação das 10 maiores indústrias de café associadas da ABIC – Outubro/2018	139
Quadro 20– Perfil do consumo de café no Brasil (Modalidades)	140
Quadro 21– Perfil do consumo de café no Brasil (Tipos de café)	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto interno bruto das mesorregiões do estado de Minas Gerais e as respectivas participações em relação do PIB total do Estado	44
Tabela 2 – População e PIB per-capta das mesorregiões do estado de Minas Gerais	45
Tabela 3 – Valores de população total, PIB, PIB per-capta, população urbana e rural para a Zona da Mata e para algumas de suas microrregiões.....	46
Tabela 4 – Participação relativa do valor adicionado por setor da atividade econômica por Municípios	47
Tabela 5 – Indicadores socioeconômicos de municípios da Zona da Mata Mineira	48
Tabela 6 – Participação relativa do valor da produção animal, das lavouras temporárias e permanentes e do extrativismo, indústria e serviços, no PIB das microrregiões da Zona da Mata (MG)	49
Tabela 7 – Principais produtos de lavoura temporária ou permanente segundo a área plantada em hectares, para a região da Zona da Mata.....	50
Tabela 8 – Proporção da agricultura familiar na Zona da Mata segundo o número de estabelecimentos agropecuários	50
Tabela 9 – Produtividade da cultura do café e posição relativa das mesorregiões segundo a produtividade da cultura do café em grãos nas mesorregiões do estado de Minas Gerais	53
Tabela 10 – Variação no número de estabelecimentos da agricultura familiar entre os anos de 2006 e 2017, nas microrregiões da Zona da Mata	101
Tabela 11 – Número de estabelecimentos com lavouras de café nas microrregiões da Zona da Mata no período entre 2006 e 2017	101
Tabela 12 – Número e participação relativa de empresas do ramo do café nas praças de comercialização do produto da Zona da Mata – MG.....	143

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1- Fases do processo do cultivo de mudas até a colheita do café cereja	32
Fluxograma 2- Processos pós-colheita do café cereja	34
Fluxograma 3- Limpeza e classificação do café cereja	35
Fluxograma 4- Cadeia produtiva do café na Zona da Mata de Minas Gerais	123
Fluxograma 5- Cadeia produtiva do café no Brasil	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	21
1.1 O Debate Contemporâneo Relativo à Cafeicultura	21
1.2 Definições e Práticas Pertinentes à Cadeia Produtiva do Café.....	28
1.2.1 Processo produtivo do café padrão comercial e dos cafés qualificados	29
1.2.2 Padrões, especificações e classificações do café.....	36
1.2.3 Funcionamento do mercado do café padrão comercial e dos cafés qualificados.....	39
1.2.4 Certificações e indicações geográficas	40
1.2.5 Definições referentes à indústria do café	42
1.3 Apresentando as Características Socioeconômicas e Produtivas da Zona da Mata de Minas Gerais	43
CAPÍTULO II - PERSPECTIVAS TEÓRICAS E MÉTODO DA PESQUISA	61
2.1 Referencial Teórico	61
2.1.1 A Agricultura Familiar	62
2.1.2 Agricultura familiar e mercados	64
2.1.3 A Nova Economia Institucional e a Nova Sociologia Econômica	66
2.1.4 A Abordagem do sistema agroindustrial e a abordagem da Cadeia Global de Valor	74
2.2 Metodologia	78
2.2.1 Fase exploratória	80
2.2.1.1 Objeto, pressupostos e delineamento	80
2.2.1.2 Protocolo do estudo de caso	82
2.2.2 Fase do trabalho de campo	85
2.2.3 Tratamento do material recolhido, conclusões e considerações.....	88
CAPÍTULO III – A ATIVIDADE CAFEIEIRA NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS	93
3.1 Indicadores relativos à produção do café na região da Zona da Mata	93
3.2 A Agricultura Familiar na Zona da Mata.....	101
3.3. 1 Quem são os atores da cafeicultura na Zona da Mata?	103
3.3.2 A questão da qualificação do café na Zona da Mata.....	111
3.3.3 Quais são os tipos de café produzidos na Zona da Mata de Minas Gerais?	116
3.4 A Dinâmica de Comercialização do café na Zona da Mata	121
3.5 Visão Geral da Cadeia Produtiva do Café na Zona da Mata	123
3.6 Considerações Gerais e Conclusões sobre a Atividade Cafeeira na Zona da Mata de Minas Gerais	125

CAPÍTULO IV - A CONEXÃO DA CAFEICULTURA DA ZONA DA MATA À CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ	129
4.1 A Cadeia Produtiva do Café Brasileiro.....	129
4.2 A distribuição da produção mundial de café.....	132
4.3 O Consumo do Café Pelo Mundo.....	134
4.4 O Mercado do Café Brasileiro.....	137
4.5 Perfil de Consumo do Café no Brasil.....	140
4.6 Como a Zona da Mata se Conecta à Cadeia Produtiva do Café?	142
4.7 A Análise da Conexão do SAG do Café Padrão Comercial da Zona da Mata à Cadeia Produtiva Brasileira do Café.....	145
4.7.1 – Descrição do Sistema agroindustrial da Zona da Mata de Minas Gerais	145
4.7.1.1 Caracterização do ambiente organizacional.....	145
4.7.1.2 Caracterização do ambiente institucional	146
4.7.1.3 Caracterização do ambiente tecnológico	146
4.7.1.4 Caracterização do ambiente competitivo	146
4.7.2 Análise do padrão das transações e seus mecanismos de coordenação	147
4.7.2.1 Análise dos atributos da transação.....	147
4.7.2.2 Análise dos mecanismos de coordenação	147
4.7.2.3 Análise dos mecanismos de incentivo e de monitoramento	147
4.7.3 Análise do ambiente institucional e sua interação com o SAG.....	148
4.7.3.1 Caracterização das mudanças no ambiente institucional	148
4.7.3.1.1 As regras de comercialização	148
4.7.3.1.2 A legislação trabalhista, a pauta ambiental e violência.....	148
4.7.3.1.3 Tradições, costumes, valores e cultura	149
4.7.3.2 Caracterização dos padrões de conflitos e análises de soluções.....	149
4.7.3.3 Avaliação da qualidade do ambiente institucional.....	150
4.7.3.4 Avaliação do grau de incerteza do ambiente	150
4.8 Análise do Desempenho e Eficiência do SAG.....	151
4.8.1 Análise da eficiência do SAG.....	151
4.9 Considerações Finais do Capítulo	151
V - CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES GERAIS	153
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS	171

INTRODUÇÃO

O pano de fundo desta tese foi o interesse em identificar de que forma a agricultura familiar se relaciona com as modificações contemporâneas nos Sistemas Agroalimentares (SAG) e nas Cadeias Globais de Valor (CGV).

Essas modificações são relações de causa e efeito referentes a movimentos de natureza social, econômica, geopolítica e ambiental e sinalizam para um mundo em transição. Especificamente para os sistemas agroalimentares, esses movimentos apontam para transformações e coexistências tanto de meios convencionais como alternativos de produção, consumo e governança.

Esse novo contexto, em movimento desde os anos 1990, trouxe também modificações para a agricultura familiar, impondo a necessidade de adaptações e de reinvenções. Da mesma forma, oportunizou novas formas de comercialização, não só via integração em cadeias, mas em tipos diversos de mercados associados à valorização de produtos sustentáveis, tradicionais e artesanais.

No caso específico da cafeicultura, essa trajetória trouxe pelo menos dois efeitos: modificações institucionais e organizacionais na cadeia produtiva mundial e o surgimento de novas preferências no consumo da bebida. Os processos de desregulamentação e a entrada de instituições privadas na sua organização levaram a mudanças do foco da quantidade para a qualidade. Na esteira dessas reorganizações, processos de reconcentração produtiva do setor foram se conformando de forma a resultar em poucas grandes torrefadoras mundiais coordenando os demais atores da cadeia espalhados pelo mundo, caracterizando a dinâmica das Cadeias Globais de Valor.

Pelo lado da demanda, uma série de diferenciações da bebida e das formas de consumi-la foi criada e recriada, abrindo um amplo leque de possibilidades para a comercialização, ao mesmo tempo em que o consumo mundial da bebida, na sua forma convencional, aumentou. Também uma miríade de novos atores entrou em campo, junto com os componentes tradicionais da cadeia, como baristas, proprietários de casas especializadas de café, certificadores e degustadores especializados.

Essa dinâmica, de âmbito global, coordenada por atores imbricados em Cadeias Globais de Valor, necessariamente impõe reflexos para os produtores rurais na ponta das cadeias, geralmente pertencentes à agricultura familiar e localizados nos países em desenvolvimento. Eles precisam responder de uma forma ou outra a esses desafios. Que forma será essa? Quais serão as movimentações assumidas pelos cafeicultores no contexto das dinâmicas da cafeicultura mundial? Seria possível afirmar que as transformações e novidades do mercado do café se consolidam necessariamente em novas formas de produzir, ou em novos produtos, para a agricultura familiar?

A resposta vai depender da percepção de cada um sobre essas mudanças, das possibilidades do produtor, de seu perfil, e também das condições gerais colocadas pela cadeia e pelo ambiente micro e macroinstitucional envolvido.

Nesse sentido, a razão de ser desta pesquisa foi contribuir com as análises que se preocupam com a relação entre atores locais e mudanças globais, especificamente no caso da agricultura familiar da Zona da Mata de Minas Gerais. A região é a terceira produtora do Estado, apresentando uma dinâmica econômica e social historicamente ligada ao café.

A problematização levantada propôs analisar as oportunidades de produção e de comercialização que se colocam para a agricultura familiar, e como ela responde, no contexto das dinâmicas do Sistema Agroindustrial do Café e da Cadeia Global de Valor do café, combinadas às possibilidades que a região da Zona da Mata apresenta. A pesquisa questiona até que ponto o café qualificado, especificamente cafés especiais e os cafés de altíssima

qualidade, está se tornando o novo paradigma da cafeicultura, e procura identificar as potencialidades e restrições comerciais dos demais tipos da bebida na região.

Na análise econômica da cafeicultura no Brasil, a literatura que vincula as novas tendências produtivas às reconfigurações da demanda global sugere o caminho da diferenciação do café no sentido de qualidades específicas (cafés comerciais finos, cafés especiais de altíssima qualidade e cafés sustentáveis). Seria um processo necessário para a captação de maior valor agregado por parte dos produtores e inevitável caso o país queira manter espaço no cenário competitivo mundial. Nesse sentido, o café qualificado é tratado como um novo paradigma de produção em detrimento do café padrão comercial, aquele produzido em grande quantidade e comercializado no mercado mundial sob a regência de especificações de padronização.

Essa previsão para as regiões produtoras de café de um modo geral gera implicações econômicas e sociais, e tem levado a arranjos entre produtores, instituições e organizações rumo à busca de novas formas de produzir, de beneficiar, de diferenciar e de comercializar o produto.

Nessa expectativa, novas técnicas produtivas e novas tecnologias de colheita, secagem e armazenamento são desenvolvidas e incorporadas pelos produtores, cooperativas e associações. Novos atributos intrínsecos da bebida são testados por compradores e por produtores. Canais de comercialização com diferentes características são buscados e, para aqueles produtores dispostos a atender nichos de mercado, adicionam-se os esforços no sentido de se adequar às especificações produtivas e/ou na busca da incorporação de valores sociais, ambientais, tradicionais e personalizados.

Esses processos de qualificação exigem, além dos cuidados específicos na produção, beneficiamento e industrialização, um intenso trabalho de visibilidade do produto final e de destaque do produtor e da origem, envolvendo certificações, embalagens, degustações e outras formas de atrair consumidores, como é o exemplo da promoção de visitas às regiões cafeeiras e a organização de circuitos turísticos nas lavouras e nos terreiros de café.

Dessa forma, embora existam retornos interessantes para esses tipos de produto, participar desses mercados não é algo simples, exigindo dos atores da cadeia local investimento em trabalho, em tempo, em conhecimento, em informação, em tecnologia, em formação educacional, em formação de redes de relacionamento e em construções sociais de mercados. Além disso, a dependência de condições geográficas e climáticas que facilita o processo da natureza na geração de uma cereja de qualidade é uma realidade importante.

Logo, até o produtor chegar com o seu café devidamente certificado para participar de segmentações diferenciadas de mercado é necessário um longo processo de investimentos pessoais, sociais e financeiros, que nem todos os produtores estão dispostos ou preparados para enfrentar.

Se por um lado chegar ao “topo” dessa diferenciação é difícil, também é um processo que permite uma gradação, que pode partir da estrutura produtiva do café padrão comercial dependendo da flexibilidade que o produtor ou a família tenha para esse processo. Pouco a pouco, podem ocorrer investimentos em melhorias das estruturas, a escolha de talhões da lavoura destinados aos investimentos em qualidade, o envolvimento de pessoas da família para os cuidados seletivos de colheita, beneficiamento, torra e embalagem, e a busca pelos acessos aos mercados.

Além disso, trata-se de um processo gradativo de construção de conhecimento sobre o produto e sobre os recursos materiais e não materiais das unidades produtivas.

No extremo oposto do café padrão comercial, em termos de comercialização, para além de custos com beneficiamento e logística, a depender das relações comerciais estabelecidas, o produtor pode ter custo financeiro explícito e de tempo praticamente zero, tendo em vista a figura do atravessador, que busca esse café nas propriedades e não raro já efetiva o pagamento a vista.

No aspecto da inclusão produtiva dessa dinâmica, é possível encontrar produtores de cafés qualificados que tenham na sua propriedade o café padrão comercial. Mas, conforme a realidade de cada região e de cada produtor, é mais difícil pensar que todos os produtores envolvidos na produção do café padrão comercial consigam avançar para os outros tipos do produto e das respectivas formas de comercialização.

A Zona da Mata de Minas Gerais é uma dessas regiões. Apesar de esforços dos atores da cadeia produtiva local no sentido de alcançar melhoras de qualidade, inclusive com o registro de uma indicação geográfica, “Matas de Minas”, fatores como as condições socioeconômicas, produtivas, comerciais, institucionais e geográficas, constituem um rol de variações que fluem para a conclusão de que não são todos os produtores que conseguem transitar para a produção dos cafés qualificados.

A Zona da Mata mineira tem um enraizamento histórico e social com o café muito significativo, e atualmente, 66% da atividade agrícola da região é cafeicultura. Essa característica se correlaciona com outro aspecto significativo, que é o fato de que 80% das propriedades da Zona da Mata são unidades produtivas da agricultura familiar.

Se por um lado a agricultura familiar tem as melhores condições para as necessidades dos cafés qualificados, por outro, a Zona da Mata ainda não registra significativa participação nesse tipo de produção. Logo, a região está imersa em uma atividade de grande relevância econômica e social baseada no café padrão comercial.

Sendo verdadeiras as possibilidades do enfraquecimento do café padrão comercial em oferecer retorno econômico, como os produtores familiares da Zona da Mata se adaptariam a um cenário de mercado tão exigente? Haveria um esforço coletivo para a qualificação de seu produto ou haveria uma substituição da atividade agrícola cafeeira?

É fato que os preços do café padrão comercial no mercado internacional e, conseqüentemente, nas praças locais, apresentaram desvalorizações nas últimas décadas. É fato também que o mercado desse café padrão, enquanto mercadoria agrícola, é volátil e a dinâmica de sua cadeia produtiva transfere essa volatilidade para o produtor. Produtor esse que, tanto trabalha essa atividade no modelo de monocultura quanto com a diversificação característica da agricultura familiar. Também é verdadeiro que as principais regiões cafeeiras do Brasil têm se destacado na produção dos cafés qualificados para aproveitar os acréscimos de valor agregado e administrar essa volatilidade.

No entanto, é instigante perceber que regiões cafeeiras que ainda não possuem forte referência em qualidade persistem na produção cafeeira de maneira intensiva, como é caso da Zona da Mata mineira. Ao mesmo tempo em que foi a primeira região produtora de café em Minas Gerais e a segunda no Brasil, também já foi referência enquanto produtora do pior café exportado pelo país. Há relatos de que essa realidade mudou, mas mudou em que sentido?

Se essa nova realidade, em sua maior parte, não contempla os cafés qualificados, é possível supor que o café padrão comercial tem oferecido oportunidades que os produtores entendem como suficientes para a sua permanência na atividade, apesar dos preços.

A produção de cafés não qualificados tem destinação insignificante para o autoconsumo, sendo um produto típico de destinação para a comercialização. Enquanto produto de comercialização, ele participa de um complexo Sistema Agroindustrial Global, intermediado por compradores, cooperativas, empresas exportadoras e torrefadoras, cujos elos são coordenados por complexos sistemas de governança.

O Sistema Agroindustrial Global do café se modificou ao longo dos anos, especificamente após os anos 1990, incorporando exigências derivadas das mudanças nas preferências dos consumidores, desenvolvidas também ao longo dos anos. As reconfigurações institucionais desse sistema associadas à valorização da qualidade levaram à constituição das Cadeias Globais de Valor, nas quais poucas grandes torrefadoras concentram a coordenação da

cadeia até a ponta do produtor, impondo certos padrões de qualidade e, sobretudo, as certificações.

Porém, embora sejam muitas as leituras que evidenciam a especificidade das novas preferências relativas ao café e as novas coordenações de cadeias correspondentes, os dados mostram que não deixou de haver a demanda pelas formas tradicionais de consumo da bebida.

No entanto, é possível supor que a demanda pelo café qualificado também tenha jogado reflexos na dinâmica de consumo e produção do café padrão comercial, implicando em recolocações de preferências e reorganização da respectiva cadeia.

Então também é possível pensar que essas novas exigências e qualificações estejam sendo transferidas por meio da cadeia, ao nível local do produtor, modificando dinâmicas locais de produção, colheita e beneficiamento, assim como oportunizando novas formas de comercialização.

O mercado global do café tem refletido as mudanças correspondentes às modificações nas preferências do consumidor ao mesmo tempo em que tem se beneficiado do crescimento da demanda mundial pelo produto. Nesse sentido, quais oportunidades o mercado global do café tem oferecido para a cadeia produtiva na dimensão da agricultura familiar da Zona da Mata de Minas Gerais?

Para analisar a dinâmica da cafeicultura na Zona da Mata mineira, para além de pensar em uma possível dicotomia entre cafés qualificados e cafés padronizados, é preciso considerar a região como a dimensão local do SAG do café, cuja dinâmica é resultante da interação entre relações institucionais que contextualizam a agricultura familiar e exigências e oportunidades do mercado global.

Portanto, as características e as dinâmicas do SAG do café, associadas às condições socioeconômicas locais de produção e de qualificação na Zona da Mata, dentro de um contexto da volatilidade dos preços, leva ao seguinte questionamento: como se caracteriza a produção do café padrão comercial na região? Como essa produção se relaciona ao SAG do café? Que oportunidades e desafios são consolidados a partir das dinâmicas globais e locais desse sistema? Quais tendências e expectativas podem ser desenhadas para a Zona da Mata a partir das configurações e da dinâmica da cadeia produtiva do café?

Nesse contexto, o objetivo geral dessa pesquisa é investigar a dinâmica da cadeia produtiva local do café na Zona da Mata, em correlação com a dinâmica da cadeia global, no contexto das mudanças institucionais e da realidade das novas exigências de mercado emergentes a partir dos anos 1990 e em consolidação a partir dos anos 2000.

Especificamente pretende-se:

- a) Identificar o sentido das mudanças na cadeia produtiva do café no que se refere à demanda mundial, e do mercado interno, para o segmento do café padrão comercial do Brasil, a partir dos anos 2000.
- b) Identificar os reflexos destas mudanças sobre o mercado do café padrão comercial na dimensão da Zona da Mata.
- c) Identificar ajustes ou acomodações na cadeia produtiva da Zona da Mata enquanto reação às modificações no mercado mundial e interno do café.
- d) Identificar oportunidades, desafios e tendências para a agricultura familiar da Zona da Mata a partir do seu envolvimento na atividade cafeeira e no Sistema Agroindustrial do café.

As respostas a essas questões são relevantes à luz das afirmações que predeterminam a falência gradativa do café padrão comercial enquanto oportunidade econômica.

Como exemplo desse significado pode-se questionar a seguinte situação: se for verdadeiro que a produção do café padrão comercial tende cada vez mais a ser preterida com relação ao café qualificado, muitos produtores da região da Zona da Mata passarão por

problemas de adaptação que impactarão em seus objetivos enquanto agricultura familiar. Em que sentido essas adaptações tenderiam a acontecer?

Uma das maneiras de contribuir com alguma resposta para essa questão é analisar mais detidamente as condições do mercado e da cadeia produtiva do café padrão comercial, tendo em vista sua importância para a região.

Dessa forma, torna-se importante fazer uma releitura do mercado do café padrão comercial no sentido de investigar sobre potenciais oportunidades, propondo uma flexibilização da leitura sobre as tendências da substituição do café padrão comercial pelo café qualificado.

Do ponto de vista metodológico, foi adotado para esta pesquisa, o paradigma interpretativista, com o apoio teórico da Nova Economia Institucional, da Nova Sociologia Econômica, e das concepções sobre a Agricultura Familiar. Também foram mobilizadas as abordagens dos Sistemas Agroindustriais e da Cadeia Global de Valor. O delineamento da pesquisa adotado foi o estudo de caso de natureza qualitativa, porém, utilizando-se de análises quantitativas como complementares. As estratégias de levantamento de dados e evidências constituíram-se de observações, entrevistas e levantamento bibliográfico, realizados em uma primeira fase exploratória e, posteriormente, no trabalho de campo. Ambos com foco na Zona da Mata de Minas Gerais e no contexto nacional e global do comércio do café.

Os anos 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia do Corona Vírus, o que impactou de maneira forte as atividades desta pesquisa, principalmente no que se referiu ao trabalho de campo. A partir de março de 2020, as restrições para conter a circulação do vírus impuseram barreiras sanitárias nas cidades que compõem o campo do estudo de caso. Dessa forma, visitas e novos agendamentos para entrevistas se tornaram inviáveis. Pesquisas pela internet não se efetivaram devido a dificuldades dos entrevistados com os recursos on-line de comunicação. O acúmulo de atividades em função do trabalho remoto tornou o tempo diário da pesquisadora e dos potenciais participantes da pesquisa significativamente mais escasso, além de as possibilidades de contatos pessoais para a sensibilização da importância da participação na pesquisa e do sigilo de informações foram inviabilizadas. A estratégia assumida foi intensificar a utilização de levantamentos bibliográficos e estatísticos enquanto forma de complementar as falas diretas vindas do campo da pesquisa.

O cenário que perdurou até o momento da defesa deste trabalho, abril de 2021, com previsão de continuidade, foi de crise sanitária mundial levando as populações a perdas econômicas, sociais e de vida, instalando um clima de limitações e de preocupações para as pessoas de forma geral.

Apesar disso, foi possível reunir um conjunto significativo de informações capazes de gerar respostas às questões colocadas pela pesquisa. O conteúdo do trabalho está organizado da seguinte forma: após esta introdução, segue o capítulo I no qual é apresentada uma contextualização geral sobre o tema do café, considerando o debate contemporâneo referente à cafeicultura e algumas definições importantes relativas à cafeicultura, à sua indústria e à comercialização. O capítulo II apresenta as perspectivas teóricas e a metodologia da pesquisa. O capítulo III aprofunda a análise sobre a dinâmica produtiva do café na Zona da Mata. O capítulo IV evidencia a conexão da produção cafeeira da Zona da Mata à cadeia nacional e global do produto. O capítulo V, das conclusões e considerações gerais, evidencia as oportunidades, desafios e tendências da comercialização dos tipos de café que são comercializados na Zona da Mata, tomando como base a interação entre a dinâmica local de produção e a dinâmica global da cadeia.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 O Debate Contemporâneo Relativo à Cafeicultura

A atividade cafeeira faz parte da história econômica do país e fez parte da característica de economia agrária exportadora brasileira desde os anos 1880, mobilizando grande parte dos fatores de produção da economia pelo menos até 1930. Nas políticas de industrialização da economia brasileira por substituição de importações, o café desempenhou importante papel na balança comercial, apesar das crises e das políticas de proteção da renda do produtor. Posteriormente continuou relevante, apesar da diversificação da agricultura e da virada de poder com foco na indústria e no setor urbano.

Descoberto há pelo menos mil anos, a espécie do café Arábica tem origens no Sudão do Sul e na Etiópia e a espécie do café Robusta (ou conilon) tem origem na África Ocidental. Ambos eram consumidos na forma de chá das folhas, chá das cascas das cerejas e mastigação dos grãos crus. No sec. XV, o café foi levado pelos escravos africanos para o Iêmen e para a Arábia, e seu consumo se deu na forma de um chá chamado quishr (MOLDVAER, 2015).

Devido ao seu poder estimulante, ele era utilizado por estudantes e comerciantes em reuniões noturnas, caracterizando as primeiras cafeterias. No sec. XVI, os árabes começaram a torrar e moer os grãos e criaram um café parecido com o que consumimos hoje, que se espalhou pela Turquia, Egito e Norte da África. Os árabes foram os primeiros a comercializar o café sobre forte proteção da semente. Porém, no início do sec. XVII, algumas sementes foram contrabandeadas do Iêmen para a Índia e para Amsterdã, e se espalharam por colônias holandesas, principalmente para a Indonésia. A partir dos holandeses, os franceses tiveram acesso às mudas do café, trazendo a planta para o Haiti e para a Jamaica. As primeiras mudas brasileiras vieram da Guiana Francesa, em 1727, na forma de um pequeno buquê contrabandeado. Da América do Sul e do Caribe, o café se espalhou para a América Central e para o México. No sec. XIX, as mudas de café retornaram para a África e atualmente também se espalharam para outras regiões do mundo, sobretudo para a Ásia (MOLDVAER, 2015).

Segundo Pereira (2016), sua introdução no Brasil se deu a princípio para consumo interno, sendo cultivado nos estados do Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais, mas, no século XIX, já se tornou a base da economia brasileira, sendo exportado pelo porto de Santos e respondendo por 66% da produção mundial.

A crise de 1929 levou à primeira intervenção do Estado sobre a produção por meio da queima de milhões de sacas de café, com o objetivo de proteger os preços do produto face à crise de demanda combinada aos constantes excessos de oferta já registrados desde 1909. As crises do café, associadas a nova política de crescimento econômico com base na industrialização do país e à diversificação da agricultura, levaram ao deslocamento de parte dos fatores de produção alocados no café para outras atividades. A partir de 1945, a atividade cafeeira tornou a apresentar taxas de crescimento, com a sua produção concentrada nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná (BACHA, 2004, citado por PEREIRA, 2016).

Em 1962 foi firmado o Acordo Internacional do Café (AIC), do qual o Brasil fez parte como país membro exportador, com o intuito de regular o mercado mundial por meio do estabelecimento de sistemas de quotas entre países e controles internos de produção, assim como políticas de estoques e políticas de incentivo ao consumo. No Brasil, em 1970, foi lançado o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais com o objetivo de modernizar as lavouras por meio da substituição das plantas existentes por novas variedades, assim como para melhorar a condição produtiva do país. Contou, para isso, com o apoio do Estado na oferta de crédito, assistência técnica e pesquisa. A partir desse plano, Minas Gerais passou a ocupar posição de

destaque na produção nacional, além da inserção da produção de café em novas regiões brasileiras (PEREIRA, 2016; GUARNIERE, 1979).

Entre 1950 e 1990, o mercado do café foi regulado pelo Estado, por meio da criação, em 1952, do Instituto Brasileiro do Café (IBC), que teve como função prestar assistência técnica e econômica, por meio do controle da comercialização via tabelamento de preços, subsídios e preços mínimos, para as empresas torrefadoras em épocas de excesso de produção. Essa estratégia resultou na ampliação da capacidade instalada de empresas processadoras de café verde, mas não contribuiu para estratégias no sentido da qualidade, o que, associado a estratégias de redução de custos, levou à deterioração da qualidade e queda do consumo, nos anos anteriores ao início da década de 1990 (SAES; SILVEIRA, 2014). No início de 1989, ocorreu a suspensão do acordo do Brasil com o IAC e, em 1990, o IBC foi extinto, desregulamentando o setor e abrindo o mercado externo para exportação do café brasileiro (PEREIRA, 2016).

Segundo Saes e Farina (1999), a partir dos anos 1990, como efeito da desregulamentação dos mercados e do incentivo à sua segmentação, a cadeia agroindustrial do café brasileiro sentiu os efeitos da queda do consumo do café padrão comercial por parte dos seus importadores tradicionais, paralelo a uma valorização do consumo dos cafés qualificados. Segundo as autoras, isso se deveu à trajetória anterior de proteção e de falta de incentivo à qualidade do grão, decorrente da política de proteção do Estado, o que resultou na baixa competitividade brasileira no mercado mundial do café, associado à baixa capacidade de coordenação entre os agentes da cadeia para se adequarem as novas regras competitivas do mercado.

Conforme as autoras, na década de 1960, o Brasil chegou a deter mais de 40% da participação total da produção mundial do café. Porém nos anos 1990, essa participação foi de 20%, o que, segundo elas, se deve à política anterior de regulamentação, que sujeitou o país a oferecer uma cota menor e a reduzir os cafezais. O objetivo da política era recuperar preços internos, que caíram e se tornaram abaixo do custo de produção. Essa queda de preços associada a variações climáticas contribuiu para a continuidade da menor parcela nas exportações mundiais.

Estatísticas recolhidas por Pereira (2016), no entanto, mostram que, de 1990 a 2010, o volume de exportações brasileiras aumentou em aproximadamente 95%. Consoante Conceição, Ellery Júnior e Conceição (2016), após 1990, mediante as novas exigências do mercado, os cafeicultores e técnicos passaram a buscar atualização técnica por meio do investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, o que os especialistas denominaram de “Terceira Onda do Café”, e também novas formas de agregar mais valor ao produto exportado.

Saes e Silveira (2014) marcaram a desregulamentação do mercado do café por parte do Estado e os programas de incentivo à produção de café de qualidade promovidos pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), como o momento a partir do qual a busca por qualidade, o aparecimento de novos produtos e as novas estratégias de governança do sistema agroindustrial do café se tornaram uma realidade no Brasil. As autoras afirmam que estratégias de diferenciação que começaram a ser adotadas pelos agentes da cadeia resultaram no surgimento de diferentes categorias de café, como os cafés de origem, cafés orgânicos, com certificados de qualidade e boas práticas, e com certificados Fair Trade, implicando em ganho de complexidade nas estruturas de governança entre produtores e empresas processadoras.

A cadeia produtiva do café pode ser dividida entre: fornecedores de insumos para a produção agrícola, produtores rurais, cooperativas, corretores, indústria de torrefação e moagem, indústria de solúvel, indústria de capsula, exportadores de café verde, atacado interno e atacado externo, consumidores internos, indústria externa e consumidor externo (CONCEIÇÃO, ELLERY JÚNIOR; CONCEIÇÃO, 2016; SAES; FARINA, 1999).

Conceição, Ellery Júnior e Conceição (2016) explicam que no setor de grãos, segundo dados de 2015, o Brasil é o maior produtor mundial, com 30% da produção total do café, seguido pelo Vietnã (19,18%), da Colômbia (9,41%) e da Indonésia (7,67%), e a mesma ordem de participação mundial vale para as exportações, sendo os dois últimos países os maiores concorrentes comerciais do café brasileiro. Estados Unidos, Alemanha e Itália são os principais consumidores do café verde em grãos do Brasil.

O setor de industrialização do café, conforme Conceição, Ellery Júnior e Conceição (2016), é formado pela indústria de torrefação e moagem e pela indústria de café solúvel e em cápsulas, no entanto, o Brasil ainda não alcançou a competitividade necessária, possivelmente por atraso tecnológico e gerencial, seguindo com a suas exportações de café em grão (café verde), representando 90% das exportações totais do agronegócio do café, e direcionando sua produção de industrializados basicamente para o mercado interno.

Os autores concluem que o Brasil, por possuir uma cadeia agroindustrial completa, com produção primária, industrialização e consumo interno, se encontra em uma situação mais complexa, com relação aos países que somente industrializam o produto, como a Alemanha e a Itália, ou os países que só exportam o grão, como Vietnã e Colômbia, e que a participação da produção industrial do café brasileiro no cenário mundial vai demandar mais estratégias, investimentos em tecnologia e coordenação na cadeia produtiva.

No atual estado de arte da literatura sobre o café no aspecto econômico e comercial, o processo de desregulamentação do mercado e seus desdobramentos foi identificado como um divisor de águas quanto aos interesses da pesquisa acadêmica, que passou a analisar comportamentos mais estratégicos dos diversos agentes da cadeia produtiva e a dar significativa atenção para os aspectos envolvendo a produção dos cafés qualificados. A análise do conteúdo desses trabalhos evidenciou que, a partir dos anos 1990, a necessidade de comportamentos estratégicos se impôs não somente no sentido de ampliação da eficiência e da produtividade, mas também no sentido de perceber e de se adequar a novas dinâmicas do mercado do café rumo à qualificação e diferenciação do produto e do processo produtivo.

Trabalhos da área das ciências sociais aplicadas dos anos 1990 e 2000 relacionados à cafeicultura concentravam-se nas análises relativas à redução dos custos de produção, coordenação de cadeias, eficiência de cooperativas e participações em mercados futuros, voltados para a cadeia do café verde padrão comercial, como em Oliveira (1997); Arbex e Fontes (1998), Ribeiro, Sousa e Rogers (2006), Almeida, Silva e Braga (2011); Oliveira (2008); Barabach (2009); Farias (2011); Nishijima, Saes e Postali (2012); Silveira, Cruz Júnior e Saes (2012).

A base metodológica desses trabalhos, predominantemente, se assenta nos princípios da teoria econômica neoclássica e nas teorias da área da gestão organizacional com influência institucionalista, aplicadas a produtores ou grupo de produtores, e/ou cooperativas e ao setor do comércio, jogando a luz sobre a cultura agrícola do café, isolada das características mais gerais do produtor, da família, da propriedade, do território e de demais variáveis de natureza social e/ou ambiental.

Concomitante aos trabalhos preocupados com a questão dos custos e da eficiência da comercialização do café verde padrão comercial, encontram-se trabalhos evidenciando as mudanças na governança do mercado global do café, as novidades adjacentes na área da valorização dos cafés qualificados (especiais e sustentáveis), e se utilizando metodologicamente de outras abordagens para além da base teórica da economia neoclássica, para explicar um mercado que passa a apresentar novas características. Nesse sentido, foram encontrados diversos trabalhos mobilizando abordagens da Nova Sociologia Econômica e da Nova Economia Institucional, além de trabalhos tratando dos Sistemas Agroalimentares Locais, evidenciando temas como redes de atores, instituições, custos de transação, perspectivas orientadas ao ator, além da perspectiva territorial.

Esses trabalhos começam a evidenciar novas dinâmicas envolvendo os atores da cafeicultura, em torno da diferenciação, da diversificação do produto, da diversificação dos acessos ao mercado, da disputa de poder e também a observar essas novas dinâmicas do ponto de vista territorial, como as indicações geográficas, os sistemas agroalimentares locais e as coordenações verticais e horizontais.

Hemerly (2000) analisou as reestruturações necessárias ao sistema agroindustrial brasileiro do café em virtude da desregulamentação desse mercado, a partir de quando, segundo o autor, foi necessária uma reorganização entre agentes do governo e do setor público (criação do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira, em 1997). Dessa forma, foi preciso preparação para os novos desafios da produção e do mercado cafeeiro, que já apontavam para as oportunidades na área dos cafés qualificados. O autor ressaltou as vantagens comparativas do Brasil nesse segmento, mas também apontou para a necessidade de reformulação dos sistemas de classificação e a implantação dos certificados de origem.

Hemerly (2000), analisando a produção cafeeira para o Estado de São Paulo, destacou a questão da necessidade da busca por competitividade, traduzida em redução de custos e na coordenação das cadeias produtivas, o que, devido à grande presença de pequenas propriedades cafeeiras no Brasil, poderia ser possível, por meio das cooperativas. Essas cooperativas, por sua vez, também teriam desafios a superar, ligados a contratos entre produtores e participações no mercado futuro. O autor também ressaltou a importância da questão do custo Brasil enquanto fator deteriorador da competitividade da atividade cafeeira.

Tavares (2002) também trabalhou com o cenário das transformações no mercado cafeeiro, definindo esse processo como de transformações no agronegócio do café, identificando as mudanças no padrão de exigências dos consumidores, a segmentação do mercado e a volatilidade dos investimentos financeiros. Por meio da análise institucionalista do Sistema do Agribusiness (SAG) do café e pela abordagem evolucionista de Herbert Spencer, identificou que a demanda por mais qualidade e a oferta mais diversificada de café, juntas, estavam sendo as responsáveis pelas modificações em todo o SAG do café, a ponto de forçar o principal agente regulador de preços do café mundial, a New York Board of Trade, a criar contratos segmentados por faixa de qualidade do café, promovendo assim a diferenciação na remuneração de pagamentos desse produto agrícola.

Souza (2006) também contextualiza as modificações nos processos de produção e comercialização do café, no conjunto das transformações globais no mercado cafeeiro, especificamente no que se refere às diferenciações no produto como resposta às mudanças na demanda, agora mais incorporada por valores sociais, ambientais e de bem-estar. A pesquisadora argumenta que mais do que uma estratégia de concorrência para agregar valor, as novas diferenciações reorganizam as relações sociais em todo o sistema produtivo - produção, comércio, torrefação e distribuição – e que uma coexistência entre essas novidades e os mercados tradicionais se tornam possíveis por meio do trabalho cooperativo.

Souza (2006) também descreve os conceitos que constroem os padrões de qualidade, sendo os tradicionais relacionados ao clima, solo, altitudes, sistemas de produção e beneficiamento, e os novos conceitos, que definem os cafés qualificados, relacionados tanto a questões materiais, de natureza física e sensorial, como a questões ambientais e sociais da produção. É o caso, por exemplo, dos cafés definidos como sustentáveis – orgânicos, sombreados e do comércio solidário. A preocupação da pesquisadora é com a organização social do mercado de cafés sustentáveis e as respectivas dinâmicas de certificação.

Rollo (2009) analisa as novas dinâmicas territoriais advindas das mudanças econômicas internacionais, instigado pela questão de como as dinâmicas econômicas internacionais influenciam as dinâmicas locais. Conclui, por meio do estudo da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda, que são impostas condições de atuação e de relações de solidariedade organizacionais, ritmadas com a racionalidade econômica mais ampla do cenário

nacional e internacional, e que essas imposições criam circuitos espaciais de produção, como o caso do Circuito Espacial de Produção do Café na região do Sul de Minas.

Carvalho (2013) também aborda o Circuito Espacial de Produção do Café, com foco na necessidade de analisar a fluidez logística enquanto requisito de competitividade para a região.

Boaventura et al. (2018) ressaltaram os desafios da qualificação do café na cadeia produtiva e comercial brasileira, no contexto da “Terceira Onda do Café”. Identificaram mudanças no sentido de agregação ao longo da cadeia não só para as exportações como para o mercado interno, evidenciando o surgimento das cafeterias especializadas, cápsulas para o consumo domiciliar e demanda por produtos mais artesanais. Os pesquisadores identificaram uma mudança no paradigma de criação de valor ao longo da cadeia, que passa a impulsionar processos de produção com o objetivo de diferenciar o grão e também de diferenciar experiências.

Na esteira das diferenciações, vieram as estratégias referentes às indicações geográficas, de inspiração nas indicações geográficas dos vinhos e como suas formas de registro visam proteger determinados produtores em determinadas áreas, assegurando-lhes a possibilidade de agregação de valor com relação àqueles produtores localizados fora das áreas registradas.

Nagai (2016) evidencia as mudanças nas abordagens de análise da agricultura, em virtude das mudanças na própria agricultura, nas quais os enfoques produtivistas não se apresentam como adequados para dar conta dos desafios compreendendo a influência dos novos valores éticos, sociais, ambientais, gerenciais e empreendedores no processo das inovações. Pensando nesses termos, o estudioso analisa as certificações e as indicações geográficas como estratégias de negócios, mas que demandam um esforço de inovação para a criação de valor que justifique a certificação ou o registro. Para tanto, elabora um estudo de caso na região do Cerrado Mineiro, comparando produções com selos e produção sem selos. Segundo os resultados da pesquisa, a utilização da Denominação de Origem (DO), uma das modalidades das indicações geográficas, mobilizou uma adoção relativamente mais intensiva de inovações tecnológicas e ocasionou melhorias de natureza social.

Pereira et al. (2016) interpretam as indicações geográficas como ferramentas capazes de fortalecer a agricultura familiar na medida em que ela garante a qualidade e a reputação de um produto ligado a uma determinada origem e analisou, em seu trabalho, como as Indicações Geográficas favorecem a coordenação do sistema agroalimentar de café na agricultura familiar e de que forma contribuem para o desenvolvimento territorial. Os autores tomaram como área de estudos a Serra da Mantiqueira (MG), e o Norte Pioneiro do Paraná (PR) e como metodologia a Nova Economia Institucional, a Economia dos Custos de Transação e a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados. Concluíram que, na área estudada, as IGs contribuíram para a coordenação horizontal na medida em que reforçou os laços entre os atores sociais, o que contribui para o seu desenvolvimento local.

Apesar das mudanças institucionais, dos rearranjos do sistema agroindustrial global e nacional do café e das oportunidades que isso pode trazer para as esferas locais, Mergulhão (2017) aponta a questão da força de dominação sobre as decisões produtivas internas do setor cafeeiro com relação ao mercado internacional. A pesquisadora argumenta que, apesar do consumo do café estar em crescimento e do Brasil ter papel de destaque nas exportações brasileiras, são as indústrias que decidem a quantidade a ser produzida de acordo com os preços estimados e a quantidade do produto já disponível, e destaca que, entre as torrefadoras, se destacam grandes grupos econômicos enquanto as cooperativas e os pequenos e médios produtores são os principais produtores de grãos.

Nascimento (2014) também expressa essa preocupação com a questão do comércio justo, em um estudo de caso sobre os pequenos produtores do município de Patrocínio, MG. No estudo, levantou a questão de que, apesar do mecanismo do comércio justo ser uma forma de atenuar a vulnerabilidade de pequenos produtores de café, ele tem sido apropriado pelas

grandes empresas de torrefação e moagem, principalmente a partir da última década, tornando o café negociado por este sistema novamente uma mercadoria padronizada, sem a diferenciação por produtor, de forma que essa via de comercialização deixa de ser uma alternativa garantida para os pequenos produtores.

Akaki (2007) analisou as transformações institucionais do setor cafeeiro mundial dos anos 1980 e 1990, identificando o surgimento das oportunidades relacionadas ao comércio justo, ao café orgânico, ao café ecológico, ao café especial e às certificações, avaliando-as enquanto estratégia de desenvolvimento para os produtores. No entanto, concluiu que as mudanças institucionais no mercado mundial, e em consequência nos mercados locais, não foram suficientes para promover melhorias de vida para os produtores nem melhor qualidade para os consumidores locais. Desta forma, ele questiona a razão de ser dessas constantes mudanças ao longo do tempo e, utilizando análises sobre a repartição dos benefícios econômicos trazidos pelas mudanças institucionais, conclui que os países consumidores foram o que se beneficiaram em detrimento dos países produtores.

Daviron e Ponte (2005) oferecem uma análise sobre a cadeia produtiva global do café pela perspectiva da Cadeia Global de Valor e explicam que os consumidores do hemisfério Norte estão a desejar novas versões do produto, abrindo as oportunidades para os cafés qualificados e por novas experiências de consumo – cafeterias estilizadas, cafés personalizados, artesanais e do comércio justo. Processos de modificação das preferências do consumidor possibilitaram o desenvolvimento de produtos sustentáveis e especificamente de orgânicos, o que poderia abrir grandes possibilidades nesse mercado global. No entanto, ao mesmo tempo em que amplia segmentos de mercado, esses vêm protegidos por certificações e selos, reafirmando o poder que se estabelece nas mãos que dominam as certificações. De maneira geral, o domínio dessas certificações não está entre os produtores, especificamente dos pequenos produtores dos países em desenvolvimento, apesar dos esforços da organização em rede e da busca pelos processos de certificação participativa.

Nesse contexto, Daviron e Ponte (2005) colocam a seguinte questão: quem consegue agregar esses valores, e conseqüentemente quem consegue se apropriar dos mesmos, está, no âmbito da cadeia global de valor, muito distante de quem produz o grão. Ou seja, na Cadeia Global de Valor do Café, quem se apropria das maiores possibilidades do valor agregado são os comerciantes mais próximos dos consumidores finais. Esses, por sua vez, não são mais aqueles que compram o café torrado no supermercado para o consumo trivial em suas casas, mas sim aqueles que frequentam os bares e cafeterias especializadas e aqueles que estão dispostos a pagar mais caro por uma embalagem com grãos diferenciados do café torrado em ambientes também diferenciados. Fica evidente então a questão da desvantagem do produtor do café, que em grande parte está localizado em países em desenvolvimento, no que se refere às suas possibilidades de ampliar os ganhos nessa cadeia de Valor Global do Café.

Além da questão da distribuição do valor agregado ao longo da cadeia, Daviron e Ponte (2005) também oferecem uma explicação para queda dos preços do café padrão comercial no comércio global, argumentando que esse foi um fenômeno originado globalmente com conseqüências nas economias locais do hemisfério Sul.

Os autores explicam que os países produtores de café, que em grande parte se localizam no hemisfério Sul e que dependem grandemente da exportação da commodity, assistiram a desvalorizações dos preços do café em função da expansão da oferta mundial decorrente das desregulamentações. Isso levou a estratégias, por parte dos países produtores, de defesa da renda via aumento da produção, o que acabou por contribuir para a expansão do ciclo de aumento da oferta global e queda de preços, compondo uma situação que Daviron e Ponte (2005) denominaram de “Paradoxo das Commodities”, porque, ao mesmo tempo em que os países dependem das exportações para cumprir suas necessidades internas de importações e investimentos, se esforçam para ampliar as exportações de produtos que os países do Norte não

estão absorvendo na proporção imaginada. Ou seja, enquanto países exportadores precisam aumentar sua oferta, a demanda dos países importadores é insuficiente, levando a excessos de produtos e queda de preços.

Grabs e Ponte (2019) constata as novas relações de poder que se estabeleceram na cadeia do café, de forma a ressaltar a importância das torrefadoras enquanto empresas líderes em regular as relações produtivas e de mercado. Também na capacidade de se apropriar da maior parte do valor agregado gerado ao longo da cadeia, investindo também nos atrativos dos cafés qualificados e os colocando no mercado, promovendo uma segmentação entre o café padrão comercial e segmentações entre os cafés qualificados.

Sacco dos Anjos e Belik (2011) ressaltam a importância econômica do café para a economia brasileira desde a primeira metade do século XIX e evidenciaram as mudanças pelas quais ele passa nas últimas décadas, em consonância com as grandes transformações por que passa a economia mundial. Explicam que o país é o maior produtor e maior exportador mundial do café, com uma produção concentrada nos estados de Minas Gerais (49%), Espírito Santo (29%), São Paulo (9%), Bahia (7%) e Paraná (6%). Do total produzido no país, em 11 estados e totalizando 1.850 municípios, 2/3 são de responsabilidade dos pequenos produtores, cultivando as espécies Arábica e Robusta (também conhecido como Conilon e mais presente no Espírito Santo e na Bahia). Além disso, o país é o segundo maior consumidor mundial do produto.

Os autores apontaram, em decorrência da desregulamentação do café, um processo de concentração e desnacionalização das indústrias do café e a entrada de novos concorrentes no mercado mundial, ampliando o nível de concorrência de um setor que tende a se encontrar em crise. Assim, alertaram para a necessidade da substituição do modelo produtivo comercial do café brasileiro, do volume para a qualidade. Atentaram para a sua tímida participação na exportação dos cafés especiais, que, segundo Boaventura (2018), é de 15% da exportação mundial, mas por outro lado, também chamaram a atenção para as externalidades que as estratégias dos cafés qualificados podem apresentar como, por exemplo, a exclusão de pequenos produtores tendo em vista o nível elevado de exigências impostas pelas certificações.

Do que foi exposto, o movimento estratégico no referente à produção dos cafés qualificados, principalmente os de altíssima qualidade, se colocou como imperativo para os produtores dispostos a sobreviver da atividade cafeeira. A literatura também sugeriu uma segmentação polarizada entre produtores de café padrão comercial e produtores de cafés qualificados, sendo os últimos aqueles que detêm a oportunidade de evoluir dentro da cadeia com alcance de melhores preços e de garantias de mercado. A literatura do café qualificado sugere inclusive o empoderamento de pequenos produtores na medida em que podem explorar outros tipos de mercados, eliminando a presença do atravessador e se apropriando de todo o valor agregado ao produto (SOUZA, 2006; SINGULANO, 2016). No entanto, esses mesmos trabalhos da literatura revisada evidenciaram a complexidade tecnológica e de governança para a produção e comercialização do café qualificado, além de outras questões relacionadas às condições geográficas e climáticas.

Essas complexidades podem explicar as informações que Sacco dos Anjos e Belik (2011) e Boaventura (2018) oferecem sobre a reduzida participação relativa na exportação brasileira do café qualificado. Acredita-se que análises mais profundas das condições produtivas da agricultura familiar em algumas regiões cafeeiras também poderão explicar essa tímida participação. Por outro lado, os estudos de Daviron e Ponte (2005) e de Grabs e Ponte (2019) explicam o quanto é estruturalmente complexa a possibilidade de uma captura mais equitativa de valor agregado ao longo da cadeia global do café, um tanto quanto independente do tipo de café que se produz.

Pelo lado do consumo, a afirmação de Daviron e Ponte (2005) sobre a preferência do consumidor do hemisfério Norte pelo café qualificado consumido em cafeterias pode ser um

tanto generalizada, quando se pensa que critérios como status, experiências sensoriais e relações personalizadas com produtores mobilizam essa demanda, enquanto que a rotina do consumo do café, como ingrediente do “breakfast”, do cappuccino, do “latte” mobilizam a procura pelo café padrão comercial.

No mercado brasileiro, segundo país consumidor do mundo, uma pesquisa do Euromonitor, desenvolvida a pedido da ABIC, informa que, apesar do crescimento do consumo dos cafés especiais, 90% do consumo das famílias é do café tradicional (EUROMONITOR, 2017). Essas conjecturas associadas à informação de que o café padrão comercial responde por 90% das exportações do Brasil, e de que a produção do café qualificado ainda é pequena com relação à produção total, levam à proposta de repensar o cenário da transição massiva para a produção do café qualificado enquanto estratégia de sobrevivência na cafeicultura.

Uma análise mais focada na produção do café padrão comercial do ponto de vista da flexibilidade de sua produção pode mostrar outros resultados. Isso é especialmente relevante para o caso da agricultura familiar dadas as suas circunstâncias socioeconômicas e produtivas.

As movimentações recentes nos mercados globais tanto podem figurar como novas alternativas para os pequenos produtores, como também virem carregadas de restrições que mais implicam em dificuldades e custos econômicos e não econômicos do que em resultados líquidos reais e interessantes. O fato é que essas novas configurações globais deslocaram os padrões de qualidade dos produtos de forma que produtores de qualquer natureza precisam se adaptar e escolher as estratégias que melhor se adequem às suas condições de produção e de reprodução social.

Neste sentido, no caso específico do Sistema Agroindustrial do Café, sob certas condições sociais, é possível pensar que a produção do café padrão comercial, na forma convencional e sem muitos investimentos em qualidade, seja social e economicamente viável para a unidade produtiva familiar. Pode-se pensar também que a mesma unidade familiar trabalhe com mais de um tipo de café conforme as possibilidades que cada estrutura de governança lhe ofereça em interação com suas possibilidades produtivas. E, finalmente, supor que a opção pelo padrão comercial, inclusive de bebidas inferiores, pode se apresentar como a melhor, a depender das circunstâncias.

É possível ainda constatar, por outro lado, que o deslocamento do padrão de exigências do consumidor, que definiu o espaço de mercado do café qualificado, também tenha deslocado o padrão de qualidade exigido do café padrão comercial. Porém não se trata de um nível de difícil acesso ao produtor, bastando apenas aperfeiçoar práticas de manejo e de beneficiamento, como é o caso da produção de café padrão comercial com certificações de sustentabilidade e de boas práticas produtivas e sociais. Esta tese seguiu esse rol de suposições, no sentido de captar a relação entre os produtores da agricultura familiar e a produção do café, com um foco especial na análise das escolhas e dos resultados decorrentes.

1.2 Definições e Práticas Pertinentes à Cadeia Produtiva do Café

Nesta seção, são apresentados os principais conceitos e definições adotados e mobilizados ao longo da tese. Foi considerado relevante apresentar previamente os termos e definições relacionados aos processos de produção, beneficiamento e classificação do café, criando assim um quadro referencial capaz de auxiliar na compreensão das particularidades relativas à cafeicultura.

Torna-se fundamental compreender de que forma a produção do café se desdobra em vários tipos da bebida, uma vez que essa variação é resultado da mobilização de diferentes recursos materiais e humanos, externos e internos à unidade produtiva e às condições socioeconômicas das famílias.

Aqui também são apresentados traços gerais do funcionamento do mercado do café enquanto commodity agrícola e o seu processo de precificação, assim como os principais mecanismos de diferenciação do produto no mercado, por meio da utilização dos selos de certificação e das Indicações Geográficas. O objetivo é organizar as noções para o seu uso posterior para o caso específico do café da Zona da Mata.

Ainda na seara das definições gerais, tornou-se importante esclarecer algumas significações próprias da indústria do café, a fim de elucidar as possibilidades de destinação do café verde conforme seu tipo para a fase de industrialização.

1.2.1 Processo produtivo do café padrão comercial e dos cafés qualificados

O processo de produção e de beneficiamento do café é composto por várias etapas. Minimamente pode-se mencionar o cultivo de mudas, o seu plantio, a colheita e a pós-colheita. Conforme os objetivos do produtor quanto à qualidade e às oportunidades de mercado, as etapas se desdobram de formas diferenciadas a partir da pós-colheita.

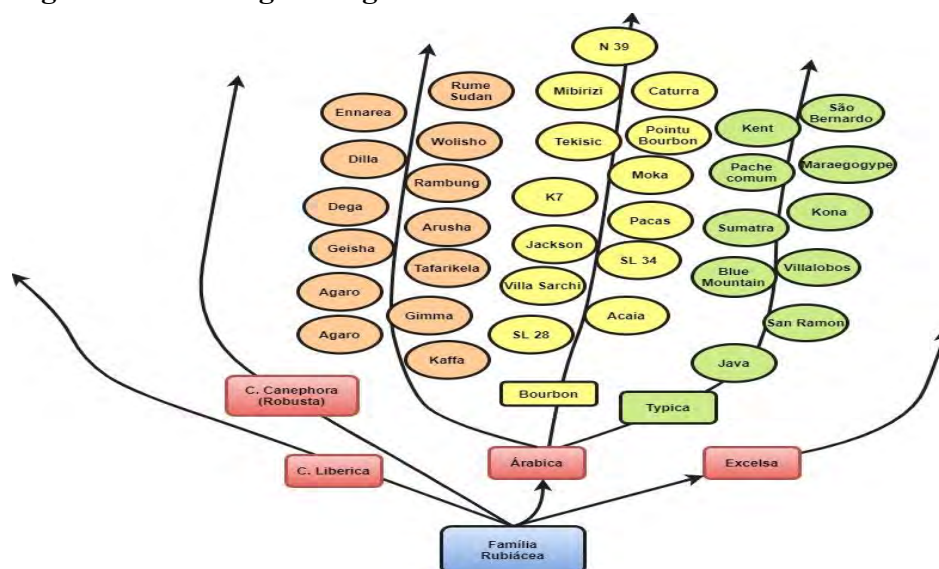
A planta do café é um arbusto da família das Rubiáceas que possui uma grande variedade de espécies. No Brasil, são cultivadas as espécies *Coffea arábica* e *Coffea canephora* (VISÃO AGRÍCOLA, 2013; MOLDVAER, 2015).

A *Coffea arábica*, ou café Arábica, espécie de 70% da produção mundial de café, se adapta bem a regiões montanhosas de clima ameno, sendo bastante cultivado na América Latina e Central. Possui arbustos que na vida adulta atingem entre 4 a 6 metros, oferecendo um fruto com características aromáticas que resultam em cafés de melhor qualidade, com aroma intenso e variedade de sabores. Possui gosto ácido e frutado e menor teor de cafeína do que o *Coffea canephora*. A partir da espécie Arábica, foram desenvolvidas diversas variedades tais como o Mundo Novo, o Catuaí, o Bourbon Amarelo (as mais plantadas no Brasil), o Acaiá, o Catuaí Vermelho, o Catuaí Amarelo, o Caturra, o Bourbon Vermelho, o Icatú, o Obatã e o Rubi, entre outras (VISÃO AGRÍCOLA, 2013).

O *Coffea canephora*, ou café Robusta, é melhor adaptado a temperaturas mais altas e terrenos mais baixos, sendo produzido na América do Sul, África Ocidental e Central e sudoeste asiático, correspondendo a 30 % da produção mundial. Produz entre três a quatro anos após o plantio e tem vida produtiva de 20 a 30 anos. Possui arbustos que podem atingir até 10 metros de altura e sua fruta oferece sabor leve, amargo, encorpado, neutro e com maior teor de cafeína. Tem menor valor comercial do que o Arábica, mas tem sido crescentemente utilizado na fabricação de cafés solúveis, por conter mais açúcares, cafeína e substâncias solúveis. Dentre as variedades do Robusta, as mais cultivadas são o Conilon (a mais plantada no Brasil), o Kouillou, o Guarani, o Laurentii, o Oka, o Uganda, a Crassifolia e Burkobensis, entre outras (VISÃO AGRÍCOLA, 2013).

A Figura 1 ilustra uma árvore genealógica do café apresentando quatro espécies da família das Rubiáceas, na qual o autor ressalta que somente as espécies Robusta e Arábica são cultivadas para fins comerciais. A imagem indica somente as variedades da espécie Arábica, dada a sua predominância comercial e as possibilidades de trabalhar a qualidade da bebida (MOLDAVER, 2015).

Figura 1– Árvore genealógica do café



Fonte: Elaborada pela autora a partir da ilustração de Moldvaer (2015, p.14-15).

Além das variedades creoulas a partir de cada espécie, existem também os cruzamentos realizados entre o mesmo gênero e as sementes híbridas, geradas a partir do cruzamento entre variedades de Robusta com variedades de Arábica (MOLDAVER, 2015). O objetivo das experiências de cruzamentos e hibridismo está relacionado à busca de plantas mais resistentes e produtivas e de frutos de melhores características de qualidade. O Quadro 1 reúne os principais cruzamentos e hibridismos do café.

Quadro 1- Cruzamento e híbridos entre sementes de café

CRUZAMENTOS	HIBRIDOS
Acaia = Sumatra + Bourbon Mundo Novo = Sumantra + Bourbon Catuaí = Mundo Novo + Caturra Maracaturra = Maragogipe + Caturra Pacamara = Pacas + Maragogipe Pache Colis = Caturra + Pache Comum	Rasuna= Catimor + Typica Arabusta = Arábica + Robusta Devamachy = Arábica + Robusta Hibrido de Timor = Arábica + Robusta Icatu = Bourbon + Robusta + Mundo Novo Ruiru 11 = Rune Sudan + K7 + SL 28 + Catimor Sarchimor = Villa Sarchi + Hibrido de Timor

Fonte: Moldvaer (2015, p.14-15).

Segundo Matiello et al. (2017), na Zona da Mata de Minas Gerais, 90% das lavouras são da variedade Catuaí, sendo de apenas 10% a ocorrência de outras variedades como o Catuaí Amarelo. O Catuaí é resultado do cruzamento entre o Mundo Novo e o Caturra. O Mundo Novo, por sua vez, é resultado do cruzamento entre o Sumatra (variedade Typica) e o Bourbon.

Segundo o Clubecafé (2020), o café Catuaí oferece uma bebida leve e suave com acidez média, sendo um dos poucos que se pode tomar sem açúcar. Quanto maior for a altitude do local de plantio, mais acentuado é o seu sabor, por isso, as lavouras em altitudes acima de 1000 metros apresentam melhor sabor.

Tanto o Catuaí Vermelho quanto o Catuaí Amarelo formam arbustos de porte pequeno, com altura entre 2 e 2,4 metros, o que facilita o trabalho da colheita, e diâmetro entre 1,7 a 2,1

metros. Seu florescimento ocorre nos meses de setembro e outubro e a maturação dos frutos nos meses de maio a junho (CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ, 2020).

A lavoura de café tem característica de lavoura permanente. Suas árvores têm vida produtiva de 20 a 30 anos, a depender das condições de plantio e manejo (VISÃO AGRÍCOLA, 2013). No entanto, a implantação de uma lavoura exige planejamento, tendo em vista que o tempo entre o plantio das mudas até a primeira florada é de 3 a 5 anos. Nesse período, além do investimento com o cultivo ou compra das mudas e do preparo da área de plantio, é preciso também aplicar recursos produtivos na manutenção da lavoura.

Outra peculiaridade do cultivo do café é a bienalidade da sua produção, um fenômeno que provoca um diferencial produtivo significativo a cada ano, na produção dos frutos e nas safras colhidas. Dessa forma, os produtores já têm a percepção de que em um determinado ano, determinada lavoura terá uma safra menor do que no ano anterior, e produzirá mais no ano posterior. Essa bienalidade pode ocorrer também entre talhões de lavouras, entre plantas da mesma lavoura ou até mesmo dentro da própria planta.

As diferenças na produção em cafeeiros são devidas, no geral, ao cultivo das plantas a **pleno sol**, que condiciona uma carga alta de frutos, a qual resulta no carreamento de reservas para a frutificação, em detrimento do crescimento vegetativo dos ramos, com isso diminuindo a área produtiva para o ano seguinte. Qualquer outro fator de **stress**, além da carga de frutos, também pode levar a uma bienalidade mais pronunciada (MATIELLO, 2017).

Na Figura 2, é possível observar a constituição do fruto do café, também chamado de cereja. É um fruto composto por várias camadas até a semente. Cada camada tem características e funções próprias, assim como diferentes efeitos sobre a qualidade final da bebida resultante do grão. Dessa forma, para cada qualidade de bebida desejada, existe um trato diferente para essas camadas, o que, por sua vez, implica em desdobramentos e diferenciações de fases do processo produtivo a partir da pós-colheita.

Figura 2- Composição da cereja madura do café



“O fruto maduro do café tem, de fora para dentro, a casca (epicarpo ou exocarpo), a polpa (mesocarpo) e o pergaminho (endocarpo). A semente (endosperma) é contida no pergaminho e ainda envolta pela película prateada (espermoderma).

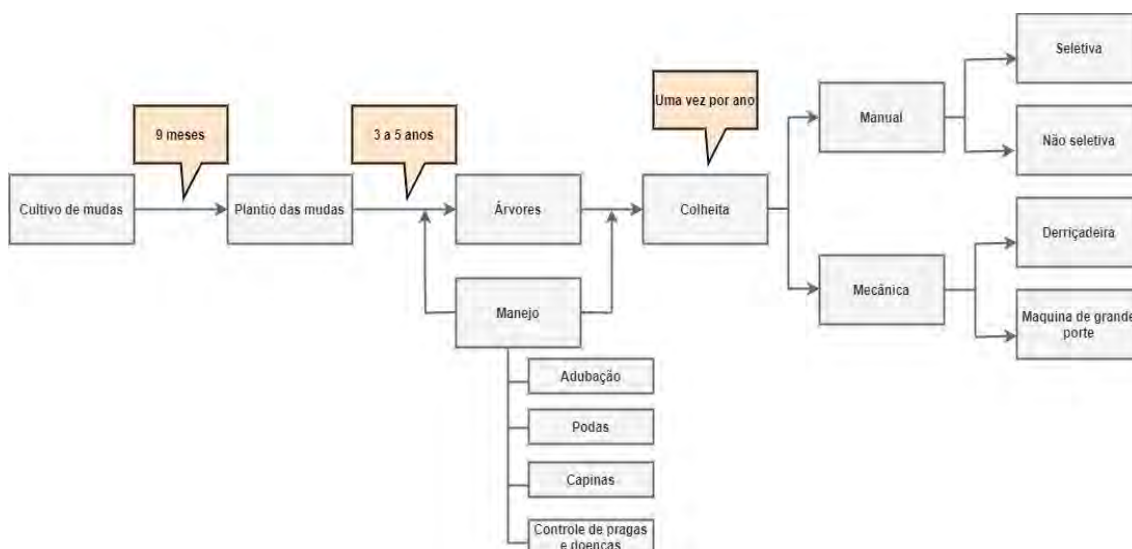
Cerejas maduras na árvore do café antes da colheita

Fonte: Mesquita (2016).

Conforme explica Mesquita (2016), as características físicas e a composição química do café sofrem influências dos fatores genéticos, ambientais, nutricionais, do manejo da lavoura, da colheita e do preparo. No entanto, destaca que os únicos que não podem ser controlados são os genéticos e ambientais, sendo os demais aperfeiçoados pelo manejo, quando é possível obter o máximo de qualidade da cereja, e na fase de colheita e preparo (pós-colheita, limpeza e classificação) quando se busca a preservação da qualidade obtida.

O Fluxograma 1 detalha as etapas do processo produtivo, do cultivo de mudas até a colheita. Após o ciclo de plantio até a florada e geração de cerejas, para além do manejo da lavoura, é a partir da colheita que se diferenciam os processos que definem as condições do café colhido se tornar um café padrão comercial, comercial inferior ou dentro das características dos cafés diferenciados, com exceção do caso dos cafés sustentáveis e dos certificados, cujos padrões de sustentabilidade já precisam ser obedecidos desde a produção das mudas e do preparo do solo.

Fluxograma 1- Fases do processo do cultivo de mudas até a colheita do café cereja



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em Mesquita (2016) e Moldvaer (2015).

A fase da colheita, a depender dos objetivos do produtor e/ou de sua condição socioeconômica, pode ser realizada por processo manual ou por meio mecânico. Por processo manual, a colheita pode ser realizada de forma seletiva, colhendo somente as cerejas maduras, ou de forma não seletiva, quando são colhidas todas as cerejas. No processo mecânico, pode ser usada uma máquina portátil de mão denominada derriçadeira, ou máquinas de grande porte. A derriçadeira pode ser utilizada também em combinação com o processo manual quando a colheita é não seletiva. A colheita manual não seletiva também pode ser chamada de derriça. Na verdade, a colheita manual é a derriça e inspirou o nome do implemento.

No processo manual seletivo, são necessárias várias colheitas, pois na medida em que as cerejas vão amadurecendo é necessário o retorno dos trabalhadores para coletá-las. Esse processo é praticado normalmente pelos produtores interessados em preservar as qualidades da cereja no momento da sua seca e, a partir daí, alcançar melhores padrões de qualidade do produto final. Isso porque a presença de cerejas verdes implicará em aspectos que desvalorizam as características da bebida. A Figura 3 exemplifica as formas de colheita.

Figura 3 – Formas de colheita conforme o processo manual e o processo mecânico

1. Colheita manual seletiva



2. Colheita manual não seletiva



3. Colheita mecânica com derriçadeira



4. Colheita mecânica com maquinário de grande porte



Fonte: 1. Canal Rural, (2017); 2. Rehagro, (2018); 3. Revista Cafeicultura, (2008); 4. Revista Safra, (2014).

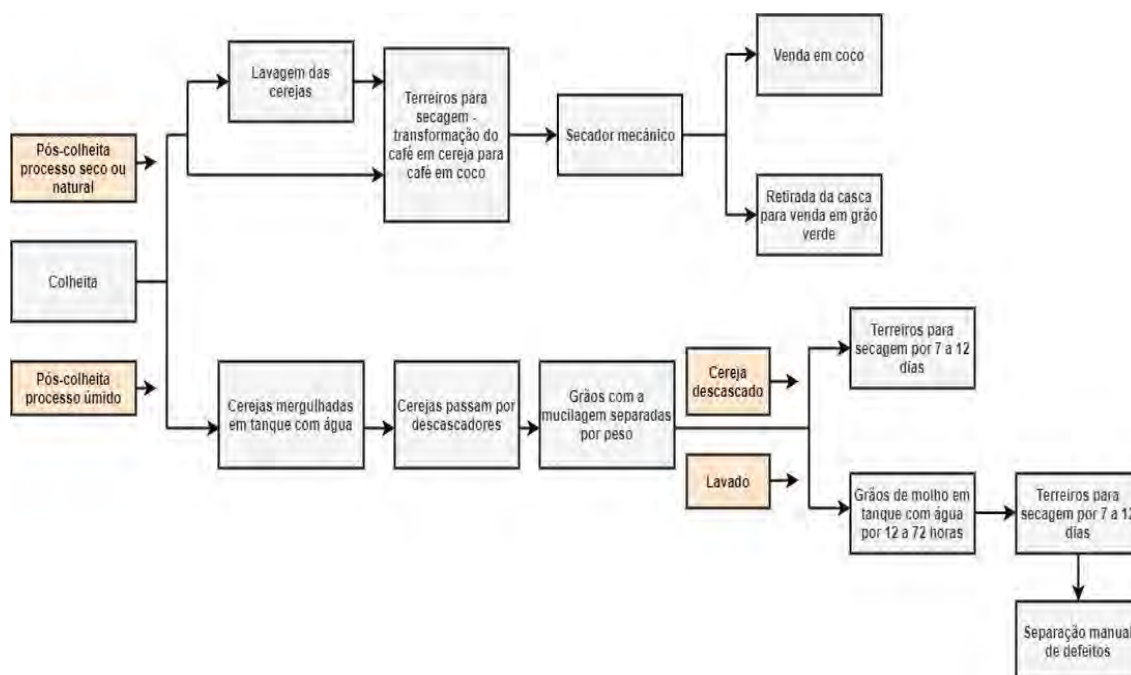
A colheita manual não seletiva é utilizada nas situações em que é necessário conferir maior produtividade ao processo. Dependendo da região onde se produz o café, a cereja tem um período de amadurecimento que impõe ao produtor maior rapidez ao processo de colheita. Além disso, o produtor pode necessitar de um processo de colheita mais rápido por motivos econômicos.

Outros processos são de natureza mecânica. A derriçadeira é um tipo de máquina portátil cujo objetivo é substituir a mão humana e conferir agilidade ao trabalho. Muitas vezes, ela é utilizada em combinação com a colheita manual por derriça, conferindo mais rapidez na colheita e poupando mão de obra. Nas regiões montanhosas, a derriçadeira é muito utilizada, no entanto, na Zona da Mata, a adoção desse maquinário ainda apresenta resistência.

Nas regiões menos montanhosas, é possível utilizar maquinários de grande porte para as colheitas, conferindo agilidade e redução de mão de obra. É preciso, porém, ser aplicada ou em lavouras grandes, ou para grupos de produtores, caso contrário não oferece economia de escala.

Após a colheita, é necessário mais uma série de processos até chegar ao estágio do comércio que, normalmente, ocorre com o café em coco ou em grão, a depender dos objetivos e possibilidades dos produtores. O Fluxograma 2 ilustra as fases pós-colheita, detalhando as características conforme o processo escolhido pelo produtor.

Fluxograma 2- Processos pós-colheita do café cereja



Fonte: Elaborado pela autora com base em Mesquita (2016) e Moldvaer (2015).

Os processos para investimentos em maior qualidade do grão são aplicados para o café Arábica, apesar de relatos de investimentos em qualidade do café Conillon.

Nesta fase pós-colheita, o trabalho pode ser feito pelo processo seco ou natural, e/ou pelo processo úmido. Pelo processo seco ou natural, as cerejas vão direto para os terreiros para a secagem ao sol e depois para secadores mecânicos, ou passam por uma lavagem antes de serem espalhadas no terreiro para a separação de quaisquer impurezas. Após a secagem, o café pode ser vendido em coco ou passar por descascadores para a venda do grão verde. As cascas resultantes normalmente são utilizadas para a fertilização das lavouras (MESQUITA 2016; MOLDVAER, 2015).

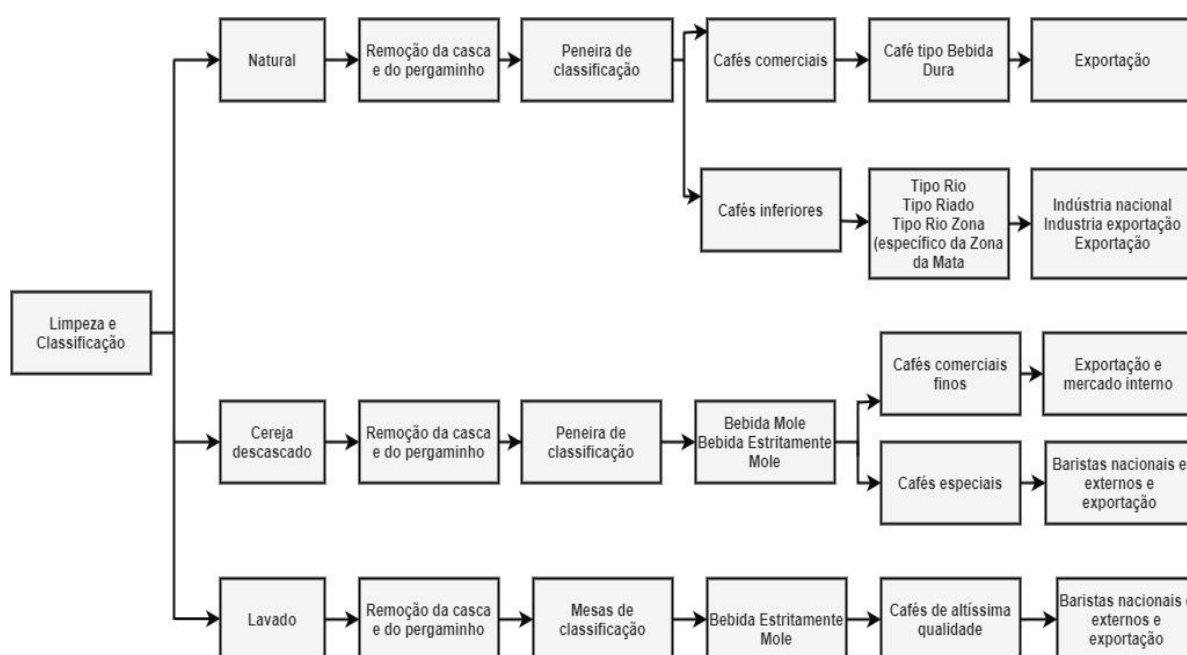
O processo úmido é mais complexo e é desenvolvido para os casos em que o produtor deseja preservar e enobrecer a qualidade do grão verde. Esse processo se desdobra entre o chamado “cereja descascado” e o “lavado”. No processo úmido, de forma geral, as cerejas colhidas ficam mergulhadas em tanques com água para a separação das impurezas. Se a colheita for seletiva, esses tanques receberão somente a semente madura, o que contribuirá para a qualidade final do grão. Após esse processo, as cerejas passam por descascadores para a retirada da casca, mas ainda preservam a mucilagem. Os grãos são separados em tanque com água conforme o peso e depois seguem para a próxima fase conforme a escolha do processo seguinte (MESQUITA 2016; MOLDVAER, 2015).

Se esse café seguir para o processo “cereja descascado”, os grãos com a mucilagem serão levados para os terreiros, normalmente terreiros suspensos, para a secagem. São espalhados em camadas de 2,5 a 5 centímetros e revolvidos regularmente. Essa secagem pode ser natural, por 7 a 12 dias, ou em secadores mecânicos. Se por outro lado, o processo for “lavado”, os grãos ainda com a mucilagem ficam nos tanques com água para fermentação por 12 a 72 horas para o rompimento da mucilagem. Seguem para a remoção de toda a polpa até que os grãos estejam limpos e revestidos apenas do pergaminho. Então são levados para a secagem nos terreiros suspensos. Ao longo do processo de secagem, estes grãos passam por processos de revolvimento e de separação de grãos com defeito (MESQUITA, 2016; MOLDVAER, 2015).

É importante ressaltar que a fase pós-colheita referente ao processo úmido demanda a utilização de maquinários específicos para a retirada da casca e para a retirada da mucilagem. Da mesma forma, a fase de limpeza e classificação, apresentada a seguir, também demanda maquinários específicos para remoção de pergaminhos e para a classificação em peneiras. Essa demanda evidencia que a busca por qualidade implica em investimentos em maquinários e equipamentos de valor monetário significativo.

O Fluxograma 3 sistematiza os processos de limpeza e classificação que ocorrem após a fase da pós-colheita. Essa é a fase na qual o tipo de grão verde, conforme o processo de pós-colheita pelo qual passou, é classificado e orientado ao mercado compatível com a sua classificação. Dessa forma, o café trabalhado pelo processo natural ou seco, após limpeza e classificação, tende a ser destinado para o mercado dos cafés comerciais bebida dura ou inferiores, destinados para a exportação na forma de grãos verde ou para a indústria (MESQUITA, 2016; MOLDVAER, 2015).

Fluxograma 3- Limpeza e classificação do café cereja



Fonte: Moldvaer (2015), MAPA (2003), SCA (2008).

Para o café que foi trabalhado pelo processo “cereja descascado”, após a limpeza para a retirada do pergaminho e após passar pelas peneiras e mesas de classificação, o resultado tende a ser uma classificação entre bebidas de qualidade melhor. É o tipo de café bebida mole, bebida apenas mole e bebida estritamente mole, classificados conforme a o Sistema de Classificação Oficial Brasileira (COB) definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2003). Esses cafés serão destinados para o mercado dos cafés finos comerciais e dos cafés especiais. O café que foi tratado pelo processo “lavado” também passa pelas fases de retirada do pergaminho, da classificação e tende a apresentar uma bebida classificada como estritamente mole, resultando no café de altíssima qualidade (MESQUITA 2016; MOLDVAER, 2015).

1.2.2 Padrões, especificações e classificações do café

A referência legal para o Sistema de Classificação Oficial do Café é a Instrução Normativa no. 8, de 11 de junho de 2003, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujo Anexo A detalha o Regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade para a Classificação do Café Beneficiado Grão Cru. A íntegra do documento consta no Anexo A desta tese.

O referido regulamento traz um amplo grau de detalhamento de informações e critérios de classificação, no entanto, o Quadro 2 destaca o que é mais significativo para os interesses desta pesquisa. Vale destacar também alguns conceitos referenciados na Instrução Normativa (MAPA, 2003), a título de melhor compreensão dos termos utilizados na pesquisa, conforme segue: a) Café Beneficiado Grão Cru – refere-se ao endosperma do fruto de diversas espécies do gênero *Coffea*, principalmente *Coffea arábica* e *Coffea Canephora* (Robusta ou Conillon); b) Café em Coco – grão que não teve as cascas retiradas no beneficiamento; c) Classificação – o café Beneficiado Grão Cru será classificado em categorias, subcategorias, grupo, subgrupo, classe e tipo, segundo a espécie, formato do grão e granulometria, aroma e sabor, bebida, cor e qualidade.

Santos e Nantes (2014) acrescentam que, no mercado internacional, o Café Beneficiado Grão Cru também é denominado de grão verde (green coffee), termo que não se confunde com o referente ao estágio de maturação do grão.

Pelo sistema de classificação brasileiro, os padrões definidos para o Arábica são as bebidas finas e fenicadas. As bebidas finas são consideradas de boa qualidade e que possuem melhor valorização no mercado são as bebidas estritamente mole, mole e apenas mole, baseadas em bebidas de aroma e sabor agradável, brando e adocicado. Também está nesse grupo o café bebida dura, que apresenta sabor acre, adstringente e áspero, porém sem paladares estranhos (SENAR, 2017).

Quadro 2– Síntese do sistema oficial de classificação do café Beneficiado Grão Cru (Continua)

Categoria (conforme a espécie) I <i>Coffea arábica</i> II <i>Coffea canéfora</i>
Subcategoria (conforme o grão e a granulometria das categorias) Chato Chato graúdo: peneiras 19/18 e 17 Chato médio: peneiras 16 e 15 Chato miúdo: peneira 14 e menores Moca Moca graúdo: peneira 13/12 e 11 Moca médio: peneira 10 Moca miúdo (moquinha) peneira 9 e menores
OBS: Bica Corrida (B/C) quando não for submetido à separação ou se enquadrar em mais de 4 peneiras.
Grupo (conforme aroma e sabor)
Grupo I – Arábica Bebidas Finas Estritamente mole - Apresenta todos os requisitos de aroma e sabor “mole”, porém acentuado. Mole - Café que apresenta aroma e sabor agradável, brando e adocicado. Apenas Mole - Café que apresenta sabor levemente doce e suave, mas sem adstringência ou aspereza de paladar. Duro - Café que apresenta sabor acre, adstringente e áspero, porém não apresenta paladares estranhos.

Quadro 2 – Continuação.

Bebidas fenicadas Riado - Café que apresenta leve sabor, tipo de iodofórmio. Rio - Café que apresenta sabor típico e acentuado de iodofórmio. Rio Zona - Café que apresenta aroma e sabor muito acentuado assemelhado ao iodofórmio ou ácido fênico, sendo repugnante ao paladar. Grupo II – Robusta Excelente - Café que apresenta sabor neutro e acidez mediana. Boa - Café que apresenta sabor neutro e ligeira acidez. Regular - Café que apresenta sabor típico de robusta sem acidez. Anormal - Café que apresenta sabor não característico ao produto.
Classe (conforme a coloração) Verde azulado e verde cana Verde Amarelada Amarela Marron Chumbado Esbranquiçada Discrepante Tipo (conforme o percentual de defeitos e matérias estranhas, e impurezas, o café beneficiado grão cru será classificado conforme o estabelecido na Tabela 1, 2 e 3 do Regulamento (Anexo A))

Fonte: Elaborada pela autora (2020) com base nas informações da Instrução Normativa n.8 do MAPA(2003).

As bebidas fenicadas são os padrões de bebida que indicam irregularidades, como presença de defeitos, fermentações indesejáveis e outras características que tornam o sabor desagradável. Estão nesse grupo o café Riado (com leve sabor de iodofórmio), o Rio (sabor típico e acentuado de iodofórmio) e o café Riozona (aroma e sabor muito acentuado assemelhado ao iodofórmio ou ácido fênico) (SENAR, 2017).

O sistema de classificação oficial brasileiro (COB) se utiliza de uma tabela de pontuações referentes à análise física e sensorial do café, com o objetivo de emitir a classificação final do café. Essa metodologia se correlaciona com o protocolo da SCA, gerando as referências conforme o Quadro 3.

Quadro 3- Tabela para classificação sensorial do café segundo o Sistema Classificação Oficial Brasileiro

Faixas de classificação	Pontuação	Classificação
Cafés comerciais	Até 60 pontos	Cafés inferiores – bebida rio, riado e rio zona.
	Até 70 pontos	Cafés comerciais – bebida dura com xícaras fracas.
	Até 75 pontos	Cafés comerciais tipo bebida dura.
	Até 80	Cafés comerciais finos – bebida apenas mole.
Cafés finos	Até 85	Café especiais - bebida mole.
	Acima de 85	Cafés de altíssima qualidade – bebida estritamente mole.

Fonte: SCA (2018).

O sistema de classificação apresentado até aqui é direcionado para o café padrão comercial e comercial fino. Para além dessas classificações, existem os cafés qualificados, ou diferenciados e, nesta categoria, estão os cafés especiais de altíssima qualidade

A “Specialty Coffee Association” (SCA) é uma organização sem fins lucrativos de membros que representam os profissionais do café, produtores e baristas em todo o mundo, com objetivo de promover os cafés especiais (SCA, 2020). Essa associação possui um protocolo para análise física e sensorial dos cafés especiais, cuja estrutura de pontuação extrapola a tabela para os cafés comerciais e comerciais finos, de forma a ser possível contemplar os cafés que alcançam níveis superiores de qualidade. O Quadro 4 informa sobre essa estrutura de pontuações.

Quadro 4- Critério de pontuação para cafés especiais segundo a metodologia da SCA

Pontuação Total	Descrição Especial	Classificação
90 – 100	Exemplar	Specialty Rare (Especial Raro)
85 – 89,99 (abaixo de 90)	Excelente	Specialty Origin (Especial Origin)
80 – 84,99 (abaixo de 85)	Muito bom	Premium
< 80 (abaixo de 80)	Abaixo da Quality Specialty	Abaixo do Premium

Fonte: SCA (2018).

O Senar apresenta também os padrões de qualidade para a bebida do café Conillon, classificada em excelente (sabor neutro e acidez mediana), boa (sabor neutro e ligeira acidez), regular (sabor típico de robusta sem acidez) e anormal (sabor de mofo e ranço) (SENAR, 2017).

Para os objetivos da presente pesquisa e com base nas classificações oficiais para o café comercial e para os cafés especiais, definiu-se trabalhar com a ideia de café padrão comercial e de cafés qualificados. Dessa forma, o café padrão comercial engloba os tipos de cafés inferiores comerciais (bebidas fenicadas), comerciais tipo bebida dura e os comerciais finos. Os cafés qualificados são os cafés finos e os cafés de altíssima qualidade.

Além da identificação dos tipos de café conforme a classificação do MAPA e da SCA, é importante incluir os cafés definidos por Souza (2006) como sustentáveis, contidos nesse grupo o café orgânico, o café agroecológico e o café sombreado.

Com base então nas definições e conceitos até aqui trabalhados, foi construído um referencial de denominações para os diversos tipos de café de forma a tornar clara as análises a que correspondem esta pesquisa. O Quadro 5 sintetiza essas denominações.

Quadro 5- Referência para a denominação dos diversos tipos de café tratados na pesquisa (Continua)

CAFÉ ARÁBICA

Quadro 5- Continuação.

Café padrão comercial	Bebidas finas • Estritamente mole • Mole • Apenas mole
	Bebida Dura • Bebida dura bem preparado • Bebida dura com xícaras fracas
	Café padrão comercial inferior • Riado • Rio • Riozona
Cafés qualificados	Finos • Cafés de altíssima qualidade • Cafés especiais
	Café sustentáveis* • Orgânicos • Agroecológicos • Sombreados
CAFÉ CONILLON	Excelente Bom Regular Anormal

Fonte: Elaborada pela autora com base em MAPA (2003); SCA (2008) e Souza (2006).

* nos termos utilizados no trabalho, os cafés sustentáveis se diferenciam pelos processos produtivos e podem assumir qualquer padrão de qualidade de bebida pertinentes ao café Arábica.

1.2.3 Funcionamento do mercado do café padrão comercial e dos cafés qualificados

Santos e Nantes (2014) explicam a importância do sistema de classificação do café enquanto mecanismo auxiliar, porém de significativa importância na coordenação do mercado do produto. Baseados na Teoria dos Custos de transação, integrante do corpo teórico da Nova Economia Institucional, eles evidenciam que o café é o tipo de produto cujas especificidades de ativos são muitas e estão presentes em várias dimensões, impactando nos custos de mensuração para as respectivas transações. Sendo assim, o mecanismo de preços, apenas, não é suficiente para garantir às partes envolvidas a redução do risco desvalorização do ativo ou de oportunismo, e de exercer a governança dos mercados.

Os autores citam como dimensões relevantes para a especificidade dos ativos no caso do café: a) o nível de umidade do produto; b) o método de secagem utilizado; c) quantidade de grãos pretos, verdes ou ardidos; d) sistema produtivo; e) tecnologia na pós-colheita; f) modo de armazenamento; g) uso de defensivos e fertilizantes químicos e outros atributos associados a produção orgânica, à sustentabilidade socioambiental; h) características sensoriais da bebida. Mas os autores ressaltam que, na prática, a base da classificação e, portanto, para a coordenação do mercado interno, está apoiada nos critérios de espécie, qualidade via tipo e bebida, sendo os demais critérios empregados em um número restrito de negociações.

Portanto, conforme os autores, a classificação quanto à espécie, tipo e bebida torna-se as referências para a remuneração do setor produtivo assumindo papel relevante no processo de coordenação do mercado, orientando a precificação da produção nacional e, consequentemente, a remuneração de cafeicultores, cooperativas e exportadores.

Ainda segundo Santos e Nantes (2014), os canais de comercialização do café são o mercado futuro e o mercado físico. No mercado futuro, o café Arábica é cotado pela Bolsa de Nova Iorque e a Bolsa de Londres é a referência para o café Conillon. No Brasil, os contratos de bolsa são negociados na Bolsa de Valores de São Paulo.

No mercado físico, as flutuações de preços são relativas às expectativas quanto à oferta mundial, atualmente diversificada e submetidas à bienalidade. No mercado interno, os preços flutuam em função da oferta e da demanda e sofrem variações em função da região em que o produto é negociado, sendo a referência a cotação diária de um produto considerado base. Por exemplo, o café arábica tipo 6 bebida dura é produto base para negociação em algumas praças. As praças são cidades cuja economia é fortemente dependente desse produto. A partir do produto base, os produtos de melhor qualidade oferecem preços melhores. Apesar do café ser diferenciado em espécies e em diferentes padrões de classificação, a movimentação dos preços tende a ser correlacionada (SANTOS; NANTES, 2014).

Fontes, Castro Júnior e Azevedo (2005) afirmam que é característico do café o enfrentamento da instabilidade de preços, havendo então estratégias que podem ser utilizadas na comercialização, como os contratos a termo, futuros e de opção. No entanto, a grande parte dos negócios com café é realizada no mercado físico. Ainda se referindo às estratégias de comercialização para administrar a instabilidade de preços, os autores se referem à Cédula do Produtor Rural (CPR), que se constitui de uma forma de mercado a termo na qual é permitido ao produtor realizar a venda antecipada de sua safra, adquirindo recursos financeiros para o processo produtivo e armazenamento de grãos. Esse tipo de contrato é liquidado com a entrega do produto físico pelo produtor.

Rego e Paula (2012) afirmam que o café é um dos produtos mais voláteis comercializados mundialmente, pois está sujeito a fatores não sistêmicos, como o clima, fatores inerentes ao próprio mercado, como, por exemplo, movimentos especulativos e alterações no cenário econômico mundial, como condições de oferta e demanda, apesar de Vegro (2019) afirmar sobre a inelasticidade do produto.

1.2.4 Certificações e indicações geográficas

Tendo em vista as características relativas à volatilidade dos mercados do café e a algumas inconsistências que o processo de classificação pode oferecer (na medida em que, segundo Santos e Nantes (2014), não premia a qualidade intrínseca, mas sim os deméritos em relação a defeitos e impurezas), a diferenciação do produto tem sido uma estratégia para a defesa das incertezas do mercado do café e com tentativas de ganhos com suas oportunidades.

Apesar da referência ao café enquanto commodity, principalmente enquanto característica para diferenciá-lo dos cafés especiais e sustentáveis, o termo, no entendimento dos atores da cadeia produtiva, se refere ao café comercializado mundialmente, em grande volume, sem destaque de sua origem e padronizado pelos aspectos físicos e sensoriais. Semelhante à definição do termo commodity, conforme segue:

COMMODITY (Commodities). O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc. (...) (SANDRONI, 1999, p. 113).

Porém, na realidade do mercado mundial do café, esse produto é diferenciado não só por sua classificação, mas também por país de origem e tem se tornado cada vez mais diferenciado por regiões e por comunidades, de forma a não ser mais correto designar esse produto enquanto uma commodity dentro dos termos conceituais da economia.

No entanto, o processo de diferenciação tem se acentuado pós os anos 1990 e tem exigido, principalmente frente ao mercado internacional, sistemáticas de validação, constituídas de selos de certificações e de Indicações Geográficas.

As Indicações Geográficas são registros relativos a produtos e serviços que tenham alguma reputação, qualidade e características específicas em função do seu vínculo geográfico. Elas se dividem em Indicação de Procedência e Denominação de Origem. A Indicação de Procedência é o nome de um país, cidade, região ou localidade que se tornou conhecido enquanto centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço. A Denominação de Origem é o nome de um país, cidade, região ou localidade, vinculada a um produto ou serviço cujas características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos (BRASIL, 2020).

As certificações são atestados de que produtos agroalimentares foram produzidos por meio de Boas Práticas Agrícolas (BPA's) e com preocupações referentes ao desenvolvimento sustentável. Segundo o autor, as BPA's se baseiam nos princípios da segurança alimentar, da preservação ambiental e no respeito aos envolvidos no processo produtivo, visando integrar sob um só conceito as exigências agrônômicas e mercadológicas (PARREIRAS, 2014).

Battrel e Andrade (2014) apresentam as principais certificações do mercado do café, ressaltando que existem diferentes padrões de certificação, cada uma cobrindo diferentes aspectos desejados pelo mercado. Os autores citam as seguintes certificações com os respectivos padrões:

Certificação Orgânica – exige que não seja aplicada ao processo produtivo nenhuma forma de agrotóxico e de adubos químicos solúveis. Também é recomendado o aumento na diversidade vegetal da unidade produtiva e menor dependência a insumos externos.

Rainforest Alliance Certified – é um selo de certificação emitido pela organização internacional Rainforest Alliance, para produtos agrícolas desenvolvidos dentro de rigorosos padrões de sustentabilidade ambiental e social, preservando a flora e a fauna, assim como condições justas de trabalho e moradia para produtores rurais.

UTZ Certified – é um programa de certificação para a produção e o fornecimento de café responsáveis do ponto de vista ambiental, indicando sua origem e como foi produzido.

Fair Trade Coffee – é uma certificação que relaciona a produção e a comercialização a um movimento social e a uma modalidade de comércio internacional que busca o estabelecimento de preços justos bem como de padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas.

Certifica Minas – é um programa do estado de Minas Gerais, coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e executado pela Emater, pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e pela Epamig, e que tem por objetivo atestar a conformidade de propriedades com as exigências do comércio mundial, no que se refere às boas práticas agrícolas e ao atendimento das normas ambientais e trabalhistas.

Além das certificações apresentadas, Parreiras (2014) cita ainda:

Certificação Associação 4C – é uma associação internacional que promove e incentiva a sustentabilidade na cadeia do café nas dimensões social, ambiental e econômica (INSTITUTO TOTUM, 2020).

Nespresso AAA – certificação resultante da parceria entre a empresa Nespresso e a Rainforest Alliance, para o café verde que atenda aos padrões de qualidade da Nespresso e de sustentabilidade da Rainforest Alliance (NESPRESSO, 2020).

Starbucks C.A.F.E. Practices – Certifica sobre os padrões de sustentabilidade ambiental e social ao longo de toda a cadeia de produção e de comercialização (SCA, 2020).

Além das certificações e das Indicações Geográficas, a segmentação dos cafés qualificados procura realizar, de maneira concomitante ou em substituição, investimentos em marcas próprias, vendas diretas no mercado interno ou externo, parcerias com cafeterias, atuações em mercados curtos e redes de comercialização, para comercializar seu produto de forma diferenciada, geralmente, com um apelo bastante forte para as características ligadas ao tradicional, ao artesanal, ao sustentável e à singularidades do produto.

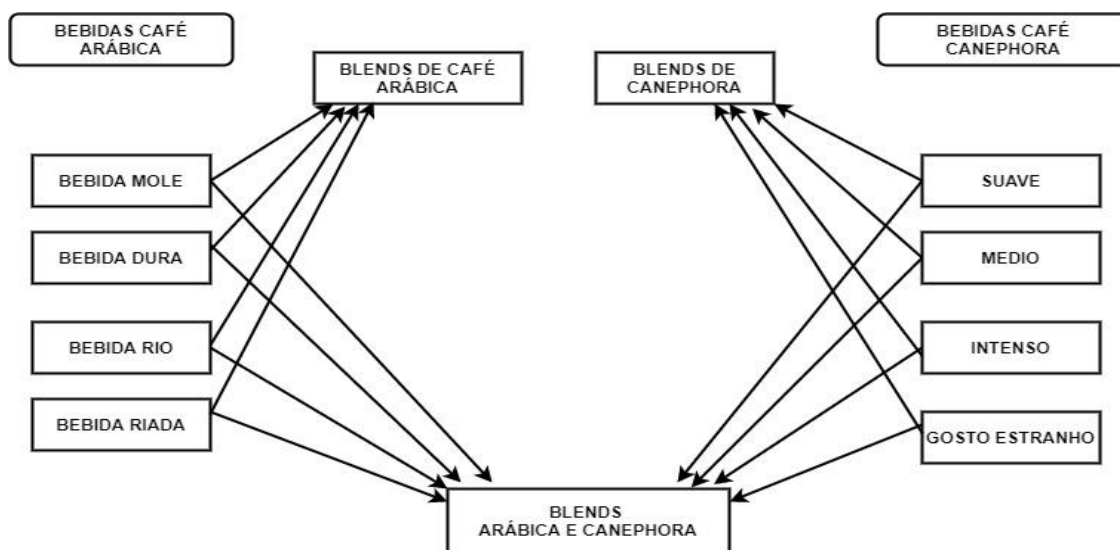
Em se tratando de cafés especiais, produtores de propriedades já certificadas por programas de sustentabilidade e de boas práticas podem certificar lotes do produto pelo selo BSCA. A Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) é uma sociedade civil sem fins lucrativos que reúne pessoas físicas e jurídicas no mercado interno e externo de cafés especiais com o objetivo de promover os cafés especiais e de elevar os padrões de excelência dos cafés brasileiros no mercado interno e externo (BSCA, 2020).

1.2.5 Definições referentes à indústria do café

O café verde segue para o processo de industrialização, executado por torrefadoras de diversos portes e formações de capitais, onde é transformado em café torrado e moído, café torrado em grãos e café solúvel, seja por meio de blends ou com café de origem única.

Segundo Moldvaer (2016), um blend é uma mistura de grãos verdes de tipos diferentes de café que cria um perfil de sabor específico, enquanto que um café de origem única é proveniente de um só país ou uma só fazenda. Para Silva, Moreli e Joaquim (2015), essas misturas podem ser elaboradas somente entre cafés da espécie Arábica, entre somente cafés da espécie Conillon ou com a combinação das duas espécies. Café solúvel é um exemplo de blend entre café Conillon e Arábica, apesar de também ser produzido somente com Conillon. A Figura 7 indica as diversas possibilidades de blends do café verde.

Figura 4 - Representação da elaboração de blends de café por parte da indústria



Fonte: Luis César da Silva, citado por Silva, Moreli e Joaquim (2015).

Pela Figura 5, é possível observar que todo tipo de café tem aproveitamento pela indústria, que procura trabalhar os blends de maneira a preencher espaços nos mercados

nacionais e externos conforme a demanda por determinadas características do produto. Caldeira (2013) faz uma avaliação crítica e ácida quanto à opção dos blends por parte da indústria, uma vez que, segundo o autor, essa estratégia permite misturar grãos inferiores com grãos melhores para reduzir custos de produção. Conforme o autor, essa estratégia se sustenta porque os tipos de cafés que compõem os blends não são divulgados, portanto o consumidor não sabe o que está tomando. Caldeira (2013) cita inclusive um período (entre 2006 a 2012) no qual a utilização do café conillon aumentou em 10% dos blends, contribuindo para reduzir custos de produção na indústria e segurando a elevação dos preços do café Arábica.

Portanto, na visão do autor, o blend é mais uma flexibilidade das torrefações com relação a seus ofertadores do que uma preocupação com padrões de qualidade e exigências do consumidor.

Ainda relativo à industrialização do café, a Associação Brasileira do Café (ABIC) atua na representação das torrefações brasileiras e também estabelece selos de certificação para o produto final das indústrias.

As certificações da ABIC são: a) o selo de pureza, correspondente ao Programa Permanente de Controle da Pureza do café, certificando que o produto é puro, sem adulteração ou misturas; b) o selo de sustentabilidade, o Programa Cafés Sustentáveis do Brasil, que certifica produtos originados de fazendas certificadas quando a produção sustentável sócio e ambientalmente e que respeita as boas práticas de produção no âmbito da industrialização; c) o selo para cápsulas, o Programa de Certificação de Cápsulas, que atesta a intensidade da bebida, suas características e atributos enquanto bebida e características físicas; d) a certificação para cafeterias, o Programa Círculo do Café de Qualidade, que certifica casas de café, cafeterias e pontos de cafés; e) o selo de qualidade, o Programa de Qualidade do Café, que certifica a qualidade do produto final por meio de uma metodologia de análise sensorial que o classifica nas respectivas categorias: Extraforte, Tradicional, Superior e Gourmet.

Duran et al. (2017) analisam a utilização do café para além da bebida, argumentando que o processamento pós-colheita gera uma grande quantidade de resíduos, da ordem de 50% do fruto, que se por um lado pode gerar contaminação ambiental, por outro pode ser de grande utilidade para outros usos.

Na classificação das exportações brasileiras, já constam os subprodutos oficiais intitulados “outros extratos, essências, concentrados” e “cascas, películas e sucedâneos”. No entanto, os autores detalham que o aproveitamento do grão do café e de seus resíduos pode ocorrer enquanto ingredientes alimentícios, fármacos, cosméticos, fertilizantes, alimento animal, absorvente, combustíveis e enzimas.

A diversidade de tipos de café assim como as possibilidades de utilização dos grãos e dos resíduos na indústria sugerem amplas oportunidades de negócios para produtores e demais agentes da cadeia, inclusive para todos os tipos de café conforme sua classificação. No entanto, é preciso analisar as características e a coordenação da cadeia produtiva enquanto Sistema Agroalimentar e Cadeia Global de Valor, e situar os agricultores considerando suas peculiaridades, para poder afirmar sobre quais oportunidades de fato se consolidam na ponta do agricultor.

É nesta perspectiva que o presente trabalho se desenvolve, buscando respostas para a agricultura familiar, em específico da Zona da Mata de Minas Gerais.

1.3 Apresentando as Características Socioeconômicas e Produtivas da Zona da Mata de Minas Gerais

Segundo dados de Oliveira Neto (2017), o Brasil é o primeiro país produtor de café no mundo. Conforme a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017), o estado de Minas Gerais está em primeiro lugar no ranking da produção do país, respondendo

por 54,4 % dessa produção. A Zona da Mata do estado de Minas Gerais, junto a região Central e do Rio Doce produzem, juntas, 27% do café do estado, sendo a 2ª. região produtora em Minas. Manhuaçu, Muriaé e Viçosa são as principais microrregiões produtoras de café da Zona da Mata mineira. Para Vittoretto (2016), o café compõe a história social e econômica da Zona da Mata, assim como a agricultura familiar camponesa (FERRARI, 2010).

O estado de Minas Gerais é geograficamente dividido, segundo o IBGE, em 12 macrorregiões. A Tabela 1 mostra essas macrorregiões com seus respectivos indicadores de PIB e respectivos indicadores de participação relativa de PIB com relação ao estado de Minas Gerais, de acordo com os dados publicados pelo IBGE para o ano de 2016.

Consoante esses dados, a região metropolitana de Belo Horizonte respondeu sozinha por quase 40% do PIB do estado de Minas Gerais. Apareceram como de maior participação relativa do PIB depois da região metropolitana, mas com significativa diferença para baixo, as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (16,79%), região Sul e Sudoeste de Minas (12,70%) e Zona da Mata, que apesar de ser a quarta região em participação relativa no PIB do estado, seu percentual é de apenas 8,06%. As demais mesorregiões do estado apresentam participação relativa do PIB inferior a 5%, sendo as menores participações a do Vale do Jequitinhonha (1,27%) e Vale do Mucuri (0,93%).

Tabela 1– Produto interno bruto das mesorregiões do estado de Minas Gerais e as respectivas participações em relação do PIB total do Estado

Regiões	PIB em Mil Reais	Participação relativa do PIB do estado em %
Minas Gerais	544.633.968	100%
Noroeste de Minas	11.632.370	2,14%
Norte de Minas	23.651.819	4,34%
Jequitinhonha	6.918.350	1,27%
Vale do Mucuri	5.050.005	0,93%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	91.428.054	16,79%
Central Mineira	9.533.339	1,75%
Metropolitana de Belo Horizonte	217.590.210	39,95%
Vale do Rio Doce	30.865.950	5,67%
Oeste de Minas	23.533.398	4,32%
Sul/Sudoeste de Minas	69.151.175	12,70%
Campo das Vertentes	11.399.841	2,09%
Zona da Mata	43.879.457	8,06%

Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir de dados do IBGE (2016).

Com os dados de população do IBGE do censo de 2010 e com os dados disponíveis de PIB para o mesmo ano, foi possível estimar o PIB per capita das mesorregiões do estado e compará-los com o mesmo indicador para o estado de Minas Gerais e o Brasil, e calcular também a participação da população das macrorregiões com relação à população total do estado de Minas. A Tabela 2 ilustra as informações:

As maiores concentrações populacionais estão correlacionadas às regiões de maior participação no PIB do estado, sendo a região metropolitana de Belo Horizonte a de maior participação relativa referente à população (32%), seguida, neste caso, do sudeste de Minas (12%), e da região do Triângulo Mineiro (11%). A região da Zona da Mata encontra-se em quarto lugar também em participação populacional, porém, neste caso, com percentual equivalente à terceira e quarta regiões mais populosas do estado (11%).

Tabela 2– População e PIB per-capta das mesorregiões do estado de Minas Gerais

Regiões		Pop. Total	PIB em Mil Reais	% da população no estado	PIB per capita em Mil Reais/ano
Brasil		190.755.799	3.885.847.000	---	20,37
Minas Gerais		19.597.330	351.123.418	100%	17,92
Noroeste de Minas		366.418	5.700.623	2%	15,56
Norte de Minas		1.610.413	13.261.610	8%	8,23
Jequitinhonha		699.413	3.868.211	4%	5,53
Vale do Mucuri		385.413	3.172.354	2%	8,23
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		2.144.482	51.462.248	11%	24,00
Central Mineira		412.712	5.426.710	2%	13,15
Metropolitana de Belo Horizonte		6.236.117	160.497.850	32%	25,74
Vale do Rio Doce		1.620.993	21.285.723	8%	13,13
Oeste de Minas		955.030	13.165.918	5%	13,79
Sul/Sudoeste de Minas		2.438.611	39.023.959	12%	16,00
Campo das Vertentes		554.354	6.831.877	3%	12,32
Zona da Mata		2.173.374	27.426.333	11%	12,62

Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir dos dados do censo do IBGE (2010).

No entanto, em PIB per-capta, a Zona da Mata se distancia dessas regiões, se agrupando a regiões de população menor, como Campo das Vertentes, Oeste de Minas, Vale do Rio Doce e Central Mineira. Com um PIB per-capta de R\$ 12.620,00 anuais, posiciona-se, porém, por este indicador, acima das regiões do Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

Buscando identificar a condição da Zona da Mata no quadro mais geral das mesorregiões do estado de Minas Gerais, é possível caracterizá-la como uma região intermediária entre as de maiores e de menores quantitativos segundo os indicadores de PIB, PIB per capita e população. Especificamente quanto ao PIB per capita, apresentou, segundo dados de 2010, valor significativamente mais abaixo aos valores do PIB per capita do Brasil e do estado de Minas Gerais, abaixo das regiões mais populosas do estado de Minas, porém acima de regiões mais empobrecidas do estado.

Sendo a Zona da Mata o campo principal deste trabalho, torna-se válido explorar outras estatísticas da região.

A Zona da Mata se subdivide geograficamente, segundo o IBGE, em oito microrregiões, cujos indicadores de população, PIB, PIB per-capta, população urbana e população rural são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3- Valores de população total, PIB, PIB per-capta, população urbana e rural para a Zona da Mata e para algumas de suas microrregiões

Zona da Mata e as respectivas microrregiões	Pop. Total	PIB em Mil Reais	PIB per capita em Mil Reais/ano	Populaçã o Urbana	Participação relativa da população urbana	População rural	Particip ação relativa da populaç ão rural
Zona da Mata	2.173.374	27.426.333	12,62	1756051	80,80%	417323	19,20%
Barbacena	221.989	2.641.087	11,90	181.404	81,72%	40.585	18,28%
Ponte Nova	187.147	1.652.855	8,83	132.411	70,75%	54.736	29,25%
Manhuaçu	273.814	2.692.580	9,83	170.962	62,44%	102.852	37,56%
Viçosa	221.585	1.670.716	7,54	139.974	63,17%	81.611	36,83%
Muriaé	275.986	2.543.349	9,22	206.883	74,96%	69.103	25,04%
Ubá	269.650	3.906.665	14,49	226.475	83,99%	43.175	16,01%
Juiz de Fora	728.602	12.011.247	16,49	685.347	94,06%	43.255	5,94%
Cataguases	216.590	2.948.921	13,62	193.999	89,57%	22.591	10,43%

Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir de dados do Censo (2010) do IBGE.

A microrregião de maior valor em população, em PIB e em PIB per capita é a de Juiz de Fora. O PIB per capita anual, em moeda corrente, em 2010, foi de R\$ 16.490,00, bastante superior ao PIB per capita da região da Zona da Mata como um todo, de R\$ 12.620,00 anuais.

Depois da microrregião de Juiz de Fora, as microrregiões de Barbacena, Ubá e Cataguases apresentaram os maiores quantitativos de PIB per capita, entre R\$ 12.000,00 e 14.000,00 anuais. As demais microrregiões, Ponte Nova, Manhuaçu, Viçosa e Muriaé apresentaram PIB per capita menores do que o quantitativo para o total da Zona da Mata, registrando valores entre R\$ 9.800,00 e R\$ 7.000,00 anuais. Em termos de população total, as diferenças entre as microrregiões são relativamente pequenas, desconsiderando a microrregião de Juiz de Fora, registrando média das populações em torno dos 240.000 habitantes, sendo a maior população para a microrregião de Muriaé, e a menor para a microrregião de Ponte Nova. Em termos de PIB, desconsiderando a microrregião de Juiz e Fora, que registrou PIB de R\$ 12.011.247.000,00 no ano de 2010, as demais microrregiões registraram PIB médio de R\$ 2.579.453.286,00, sendo o maior para a microrregião de Ubá e o menor para a microrregião de Ponte Nova.

Quanto à distribuição da população entre urbana e rural, a microrregião de Juiz de Fora apresentou, em 2010, 94% da sua população no meio urbano, sendo a microrregião com a maior concentração da Zona da Mata, de população no meio urbano. As demais microrregiões apresentam um percentual maior de população rural, sendo as menores participações percentuais para a população rural nas microrregiões de Barbacena (18,28%), Cataguases (10,43%) e Ubá (16,01%) e os maiores para as microrregiões de Ponte Nova (29,25%), Manhuaçu (37,56%), Viçosa (36,83%) e Muriaé (25,04%).

Uma análise baseada na Tabela 3 permite afirmar que existe uma correlação negativa entre o valor do PIB per capita e a maior proporção da população na zona rural, enquanto que as microrregiões que apresentam maior proporção da população no meio urbano apresentam PIB per capita maior. Esses indicadores são coerentes com a observação das atividades

econômicas de destaque nas microrregiões, sendo a região de Ubá conhecida pela fabricação de móveis, a região de Cataguases pela mineração, a região de Barbacena pela produção de flores e setor de serviços, e Juiz de Fora por grande dinâmica na indústria, comércio e serviços, principalmente saúde e ensino. Ressalta-se que grande parte da dinâmica das microrregiões está concentrada quantitativamente em seus municípios polos, como demonstrado mais à frente.

As demais regiões, embora ativas nos setores de serviços e indústria, principalmente confecções, possuem uma dinâmica agrícola mais significativa, principalmente na área da cafeicultura.

É característica na Zona da Mata a concentração da população e das atividades dos setores secundários e terciários da atividade econômica nas cidades polos das microrregiões e na cidade polo da mesorregião, que é Juiz de Fora. Dentro da disponibilidade de dados, foram construídos alguns indicadores para microrregiões e para alguns municípios no intuito de demonstrar a disparidade da concentração da população urbana e rural conforme o município polo e os demais. As análises são registradas a seguir, na Tabela 4.

Tabela 4– Participação relativa do valor adicionado por setor da atividade econômica por Municípios

Regiões	Valor adicionado total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social
Microrregião de Barbacena					
Município de Barbacena	2275939,45	6,41%	12,54%	58,44%	22,62%
Município de Senhora dos Remédios	85343,82	19,26%	7,37%	29,95%	43,95%
Município de Santa Barbara do Tugúrio	47754,92	12,36%	7,38%	37,46%	42,80%
Microrregião de Muriaé					
Município de Muriaé	1864736,48	1,93%	12,13%	63,17%	22,77%
Município de Espera Feliz	382897,36	18,04%	5,30%	53,78%	22,89%
Município de Rosário da Limeira	49079,65	17,34%	12,78%	27,82%	42,07%
Microrregião de Manhuaçu					
Município de Manhuaçu	1861412,58	5,26%	22,77%	54,59%	17,39%
Município de Caparaó	89739,39	44,93%	4,82%	24,45%	25,81%
Município de Matipó	345368,74	11,23%	5,59%	63,26%	19,92%

Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir do IBGE cidades (2016).

Para os municípios pesquisados, a média de participação do Valor Adicionado Agropecuário no Valor Adicionado total dos municípios polos, varia, em média, de 2% a 6%. Para os demais municípios, a participação do valor agropecuária varia, em média, em torno dos 20%, havendo registros de 34% e de 45%. Portanto, a depender do município, de 30% a 40% do valor adicionado municipal vem da agropecuária.

Para os municípios polos de cada microrregião, foram coletados dados de população (dados de 2010), de salário médio mensal em salários mínimos (dados de 2016), de população ocupada (dados de 2016), de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM – dados de 2016) e taxa de escolarização entre 6 a 14 anos (dados de 2016).

Com exceção dos municípios de Barbacena, Juiz de Fora, Viçosa e Rio Pomba, que registraram média salarial de 2,5 a 3 salários mínimos, a média salarial dos demais municípios pesquisados situou-se em torno de 1,5 salários mínimos. Os salários mais altos podem ser

explicados pela dinâmica do setor industrial, como é o caso de Juiz de Fora, e pelas unidades de ensino federais, que pagam salários maiores do que a média da região. Ao contrário do comportamento do valor agregado agropecuário, cujo valor de participação relativa que muda significativamente de município para outros municípios, a média salarial se altera muito pouco de município para outros municípios, indicando que, independente do setor no qual a população trabalha, os salários pagos são aproximadamente equivalentes.

Outro dado que se apresenta como importante é o IDH-M, principalmente por se apresentar, para alguns municípios, abaixo do indicador para o Brasil (0,754), e para o estado de Minas Gerais (0,731), variando entre 0,5 e 0,7; se alterando muito pouco para mais com relação os municípios polos, mas nunca chegando a 0,8.

A taxa de ocupação, para os municípios pesquisados, mostra significativa variação entre municípios polos e demais municípios e também varia entre municípios, situando-se em torno dos 30% para os municípios polos e dos 15%, as vezes menos, para os demais municípios. Quanto à taxa de escolarização, os dados podem ser considerados positivos para todos os municípios pesquisados, visto que todos eles registraram percentuais próximos de 100%.

A título de exemplo, a Tabela 5 ilustra o caso de alguns municípios em algumas microrregiões.

Tabela 5– Indicadores socioeconômicos de municípios da Zona da Mata Mineira

Regiões	População (2010)	Salário médio mensal em salários mínimos (2016)	População ocupada 2016	IDHM	Taxa de escolarização 6 a 14 anos
Microrregião de Barbacena					
Município de Barbacena	126284	2,1	21,40%	0,769	98,40%
Município de Senhora dos Remédios	10196	1,5	6,50%	0,626	97,40%
Município de Santa Barbara do Tugúrio	4570	1,5	11,20%	0,637	97,30%
Microrregião de Muriaé					
Município de Muriaé	100765	1,8	26,30%	0,734	97,30%
Município de Espera Feliz	24773	1,6	15,20%	0,663	96,90%
Município de Rosário da Limeira	4566	1,5	12,60%	0,662	99,50%
Microrregião de Manhuaçu					
Município de Manhuaçu	89256	1,8	25,70%	0,689	97,40%
Município de Caparaó	5424	1,6	10,60%	0,624	94,10%
Município de Matipó	17639	1,6	9,50%	0,631	97,70%

Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir do IBGE cidades (2016).

Com relação às atividades agropecuárias desenvolvidas na Zona da Mata mineira, a Tabela 6 a seguir indica a participação percentual dos setores da atividade pecuária, agrícola e de extrativismo, no Produto Interno Bruto da região, além da participação dos setores da indústria e dos serviços. Quanto aos percentuais da indústria e dos serviços, eles já foram comentados, inclusive sobre o grande peso do setor de serviços no PIB da mesorregião, quanto à participação das atividades da indústria no PIB, concentradas nas cidades polos das microrregiões. Na Tabela 6, pretende-se especificamente analisar a participação das atividades do setor primário na economia da região, que se apresenta desmembrada entre o setor agropecuário, o setor agrícola, com lavouras temporárias e permanentes, e o setor extrativista.

Observa-se que o valor do setor extrativista não apresenta participações relevantes no total da produção da Zona da Mata e das microrregiões. A participação do setor agropecuário varia em torno dos 2% a 3%, com destaque para a microrregião de Ponte Nova e Muriaé. Quanto ao valor da produção de lavouras temporárias e permanentes, as microrregiões de maior participação em termos de valor são as de Manhuaçu (23,34%), Viçosa (11,53%) e Muriaé (12,43%), sendo o valor dessas atividades nas demais regiões relativamente pequeno.

Tabela 6– Participação relativa do valor da produção animal, das lavouras temporárias e permanentes e do extrativismo, indústria e serviços, no PIB das microrregiões da Zona da Mata (MG)

Regiões	Produto Interno Bruto a preços correntes em Mil Reais	Participação do valor da produção de origem animal no PIB	Participação do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes no PIB	Participação do valor da produção na extração vegetal no PIB	Indústria e serviços
Zona da Mata	43879457	2,01%	5,84%	0,00%	92,15%
Barbacena	4169566	2,78%	5,31%	0,00%	91,91%
Ponte Nova	3065130	3,69%	8,88%	0,00%	87,43%
Manhuaçu	5057334	1,19%	23,34%	0,00%	75,47%
Viçosa	3152135	2,46%	11,53%	...	86,00%
Muriaé	4428010	3,29%	12,43%	0,00%	84,28%
Ubá	5703248	2,09%	2,03%	0,00%	95,88%
Juiz de Fora	18153748	1,30%	0,33%	0,00%	98,37%
Cataguases	4319852	2,96%	0,47%	0,00%	96,56%

Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir dos dados do IBGE (2016), em valores correntes.

Com relação à atividade agrícola de lavouras permanentes e temporárias, a Tabela 7 indica as principais culturas, com as respectivas participações relativas no que se refere a todos os produtos registrados pelo IBGE, conforme consta no Apêndice 3. Na Tabela 7, foram destacados apenas os produtos com participação maior do que 1% na área plantada, em hectares, da região da Zona da Mata, com exceção do café Canephora, ou Conilon, pela relevância da informação para a pesquisa.

Ao mesmo tempo em que é possível identificar a diversidade de produção, por outro lado é evidente a grande participação relativa de áreas plantadas com o café, ocupando 66% da área em hectares. Ainda relativo ao café, observa-se a predominância do café Arábica (66,32%), enquanto que o café Canephora ou Conilon ocupa apenas 0,06% da área plantada na região. A predominância do café Arábica na região é explicada pelas condições climáticas da Zona da Mata, conforme será abordado mais à frente.

Tabela 7- Principais produtos de lavoura temporária ou permanente segundo a área plantada em hectares, para a região da Zona da Mata

Produto	Área plantada em ha	Área plantada em ha	Participação relativa no total da área plantada
Total		305.335	100,00%
Banana (cachos)		4.051	1,33%
Café (em grão) Total		202.695	66,38%
Café (em grão) Arábica		202.497	66,32%
Café (em grão) Canephora		198	0,06%
Cana-de-açúcar		19.172	6,28%
Feijão (em grão)		28.492	9,33%
Milho (em grão)		44.922	14,71%

Fonte: elaborada pela autora (2019), com base nos dados do IBGE (2016).

Além do plantio do café, observa-se a presença de área plantada também para o milho, o feijão e a cana de açúcar, culturas que, normalmente na região, são de grande utilização no autoconsumo na agricultura familiar e para a comercialização em mercados locais.

A Tabela 8 indica a proporção da agricultura de natureza familiar em comparação ao tipo de agricultura não familiar na Zona da Mata. O critério utilizado pelo IBGE para definir a agricultura familiar é a Lei 11.326/2006, e a tabela foi construída tomando como variável o número de estabelecimentos por tipo de receita registrada como da agricultura familiar em 2006.

Tabela 8- Proporção da agricultura familiar na Zona da Mata segundo o número de estabelecimentos agropecuários

Regiões	Estabelecimentos				
	Total	Não familiar	% total	Familiar	% total
Zona da Mata	62414	12910	20,68%	49504	79,32%
Barbacena	4845	913	18,84%	3932	81,16%
Ponte Nova	7465	1629	21,82%	5836	78,18%
Manhuaçu	15777	2481	15,73%	13296	84,27%
Viçosa	11993	1728	14,41%	10265	85,59%
Muriaé	10605	2459	23,19%	8146	76,81%
Ubá	6445	1198	18,59%	5247	81,41%
Juiz de Fora	6319	2145	33,95%	4174	66,05%
Cataguases	3810	1270	33,33%	2540	66,67%

Fonte: Elaborado pela autora (2019) a partir dos dados do IBGE(2006)

Fica evidente a forte presença da agricultura familiar na região, registrando valores para todas as microrregiões, inclusive para o total da Zona da Mata, em torno de 80% dos estabelecimentos agropecuários cujas receitas foram registradas como da agricultura familiar em 2006.

Em conformidade com os dados da Emater (2020), no caso da produção de café na Zona da Mata, principalmente nas microrregiões de Manhuaçu, Muriaé e Viçosa, a participação da agricultura familiar na safra de 2019 foi, respectivamente 83,57%, 81,70% e 79,66% (EMATER, 2020).

Com base nos dados apresentados até o momento, pode-se afirmar que a região da Zona da Mata possui uma dinâmica significativa de urbanização e em torno de atividades industriais, principalmente nas cidades polos das microrregiões. É forte a participação do setor de serviços, principalmente aqueles referentes à administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

Isso se deve à grande presença de escolas estaduais, postos municipais de atendimento à saúde e as estruturas administrativas municipais, presentes em todos os municípios, o que figura como oportunidade de ocupação da população via concursos públicos, terceirizações e cargos de confiança. Além disso, nas microrregiões de Barbacena, Juiz de Fora, Rio Pomba, Muriaé e Viçosa, a existência instituições de ensino federais e da polarização de instituições de ensino privadas, amplia as oportunidades de ocupação e de valores salariais.

Os indicadores socioeconômicos são relativamente baixos. O IDH das microrregiões e de alguns municípios varia em torno de 0,6 a 0,7, sendo possível encontrar indicadores em torno de 0,5. A média nacional, e para o estado de Minas Gerais, é de 0,7, o que também não pode ser considerado um IDH elevado, tendo em vista que a região ou país encontra-se em situação ótima de desenvolvimento na medida em que se aproxima de 1.

A taxa de ocupação, ou seja, a proporção da população ocupada em relação à população total também se mostrou baixa, em torno dos 10% a 20% para todas as regiões. Conforme o IBGE, ocupada é a pessoa que trabalha, formal ou informal, remunerada ou não. É preciso considerar que a taxa se refere a toda a população e não à população economicamente ativa, no entanto, se comparado ao município de Juiz de Fora, por exemplo, tem-se uma taxa de ocupação de 30%, bastante superior as taxas de 10% a 12% encontrada em alguns municípios. A média salarial também é baixa, em torno de 1,5 salários mínimos, o que não se altera na medida em que se analisam regiões onde a população e as participações de valor adicionado convergem para a atividade industrial e urbana.

No que se refere à distribuição populacional entre urbana e rural, nos municípios polos a população tende a se concentrar nas cidades, enquanto que nos demais municípios, o percentual da população rural aumenta para dígitos em torno dos 30% a 40%. Portanto é uma região cuja população rural é relevante na distribuição populacional.

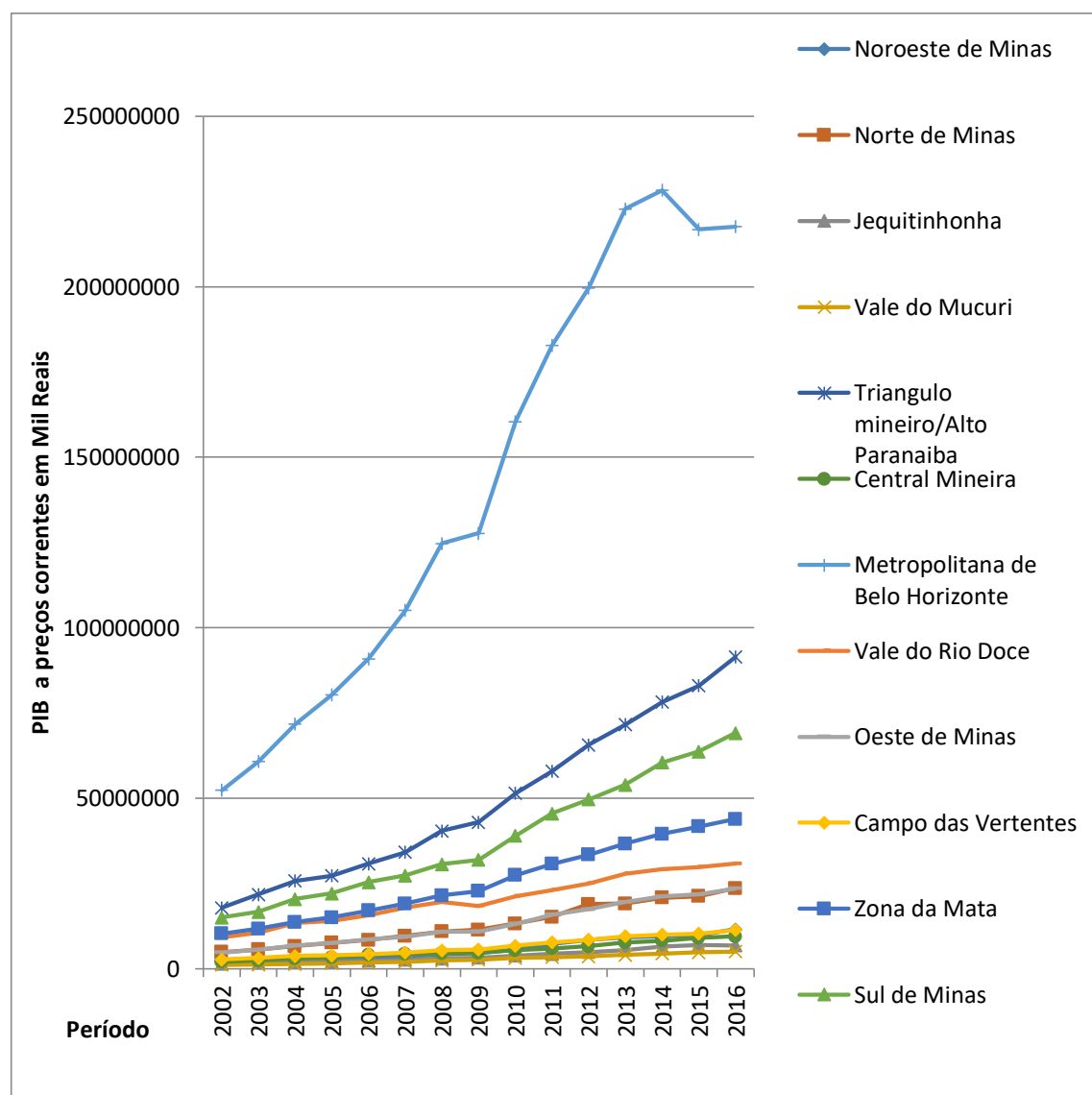
Essa população rural, formada predominantemente de agricultores familiares em pequenas propriedades, se dedica mais às lavouras do que à produção animal, gerada pela produção de leite, suínos e aves. Da produção das lavouras, o café do tipo Arábica foi identificado como a cultura de grande participação na área plantada, em 2016, seguido do milho, do feijão e da cana (IBGE, 2016).

A Zona da Mata é a quarta mesorregião em termos de participação relativa no PIB do estado de Minas Gerais, e, conforme ilustrado no Gráfico 1 tem uma taxa de crescimento do PIB, mantidas as proporções, equivalente as três primeiras regiões, de 2002 a 2009.

A partir de 2009, há uma pequena perda de ritmo de crescimento do PIB com relação às regiões do Triângulo Mineiro e Sul de Minas e uma perda de ritmo mais significativa com relação ao PIB da região Metropolitana de Belo Horizonte.

Por outro lado, a Zona da Mata manteve PIB crescente em termos absolutos e em proporções maiores às regiões do Vale do Rio Doce, Oeste e Norte de Minas, e também com relação às mesorregiões do Campo das Vertentes, do Noroeste de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Portanto, a Zona da Mata se manteve, no período de 2009 a 2016, na posição de terceiro PIB do estado de Minas Gerais, acompanhando o ritmo de crescimento das regiões maiores e superando o ritmo de crescimento das mesorregiões menores em termos de PIB. É válido ressaltar que o ritmo de crescimento das mesorregiões do Campo das Vertentes, do Noroeste de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri no período foi relativamente mais baixo.

Gráfico 1- Evolução do PIB a preços correntes de 2016 das mesorregiões do estado de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora (2019) a partir dos dados do IBGE (2016), em preços correntes em Mil Reais.

O café é a principal produção agropecuária da Zona da Mata. Em 2016, a área plantada foi de 202.695 ha, que produziu 275.047 toneladas, totalizando R\$ 20.263.620.000,00 em valor de produção, com produtividade média de 1.357 quilos por hectare (IBGE, 2016).

Para Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010), a cafeicultura da Zona da Mata junto com a da região do Sul de Minas é denominada Cafeicultura de Montanha. Isso porque está localizada na Região de Montanhas e possui semelhanças de relevo e de tecnologias de condução das lavouras.

A cafeicultura de montanha está presente em mais de 220 municípios, se diferenciando basicamente de regiões como Cerrado e Chapada de Minas, pela intensidade do fator trabalho dada a limitação topográfica de mecanização.

Na Zona da Mata, a cafeicultura se concentra nas microrregiões de Manhuaçu, Muriaé e Viçosa, que juntas respondem por 20% da área plantada na região.

O Gráfico 1 ilustra a participação relativa das mesorregiões do estado de Minas no total da área plantada, do valor da produção e da quantidade produzida do estado, no ano de 2016.

Em termos comparativos, observa-se que a Zona da Mata foi a segunda mesorregião em área plantada, e a terceira em quantidade produzida e de valor monetário gerado na produção. A mudança de colocação entre a área plantada e quantidade produzida e valor monetário pode ser explicada pela produtividade da Zona da Mata, que foi a nona menor do estado, estando abaixo inclusive de mesorregiões que não apresentaram percentuais elevados na atividade cafeeira. A Tabela 9 ilustra a produtividade do café nas mesorregiões de Minas Gerais em ordem decrescente.

Das mesorregiões de maior participação relativa na área plantada, o Triângulo Mineira/Alto Paranaíba figurou em terceiro lugar quanto à produtividade e o Sul e Sudeste de Minas em quarto lugar. As demais regiões, tanto de maior quanto de menor produtividade em quilos por hectare apresentaram pequenas participações relativas nos indicadores referentes à cultura do café.

Tabela 9– Produtividade da cultura do café e posição relativa das mesorregiões segundo a produtividade da cultura do café em grãos nas mesorregiões do estado de Minas Gerais

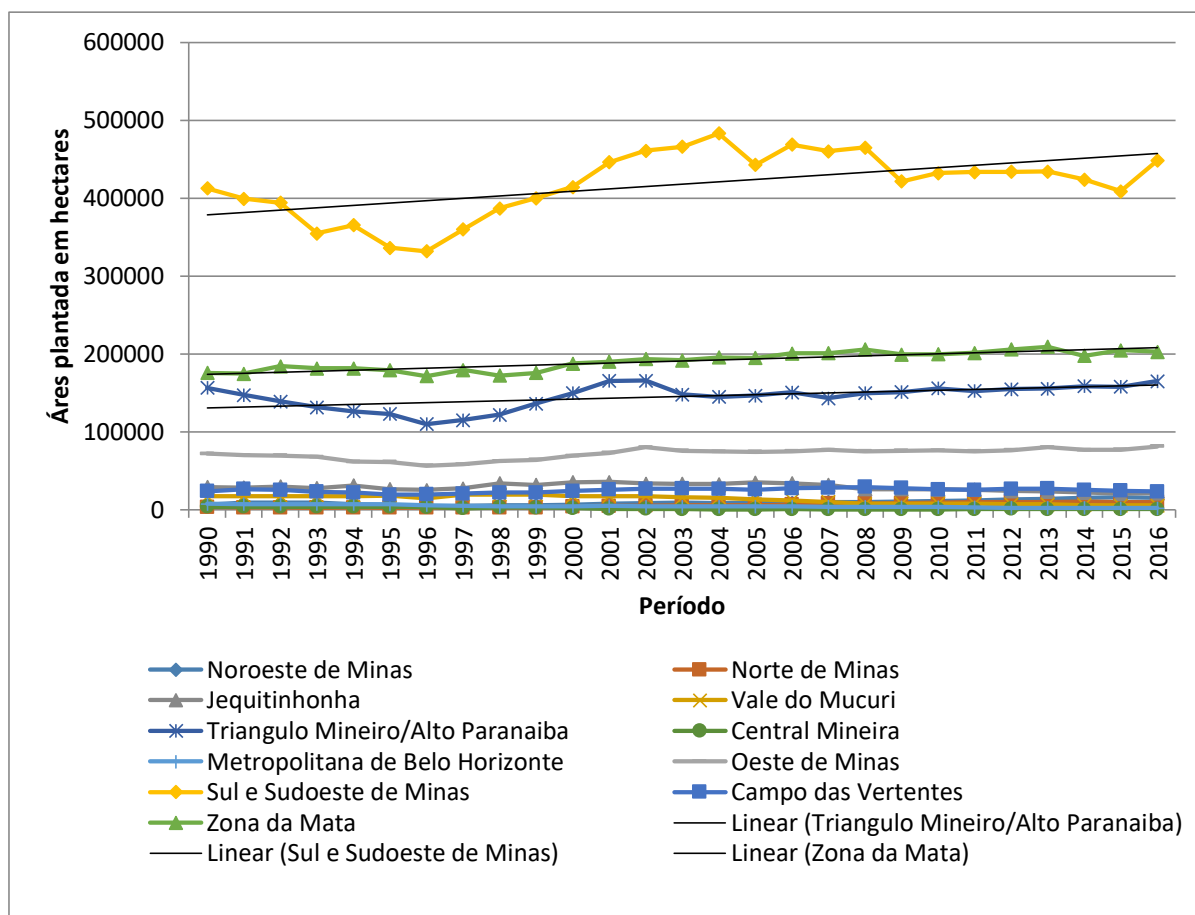
Mesorregiões	Produtividade do café em grãos - Kg/ha	Posição das mesorregiões segundo a produtividade do café em grãos
Noroeste de Minas	2675	1
Norte de Minas	2363	2
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2318	3
Central Mineira	2226	4
Sul/Sudoeste de Minas	1817	5
Campo das Vertentes	1749	6
Oeste de Minas	1746	7
Metropolitana de Belo Horizonte	1392	8
Zona da Mata	1357	9
Vale do Rio Doce	1254	10
Jequitinhonha	1033	11
Vale do Mucuri	1033	12

Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir de dados do IBGE (2016).

Tendo em vista a disponibilidade de dados sobre a área plantada de café nas mesorregiões do estado de Minas de 1990 a 2016, tornou-se pertinente uma análise histórica a fim de verificar o comportamento das áreas plantadas em termos de posicionamento quantitativo dentro do estado e verificar o comportamento temporal da área plantada dentro de cada mesorregião. A Figura 9 ilustra esse comportamento.

No Gráfico 2, pode-se observar que as participações relativas das mesorregiões em área plantada permanecem as mesmas ao longo do tempo, de forma a cristalizar um ranking entre elas, com destaque para o Sul e Sudoeste de Minas como primeira mesorregião em área cultivada, seguida da mesorregião da Zona da Mata e depois pela mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Gráfico 2- - Área plantada em hectares de café nas mesorregiões de Minas Gerais no período de 1990 a 2016



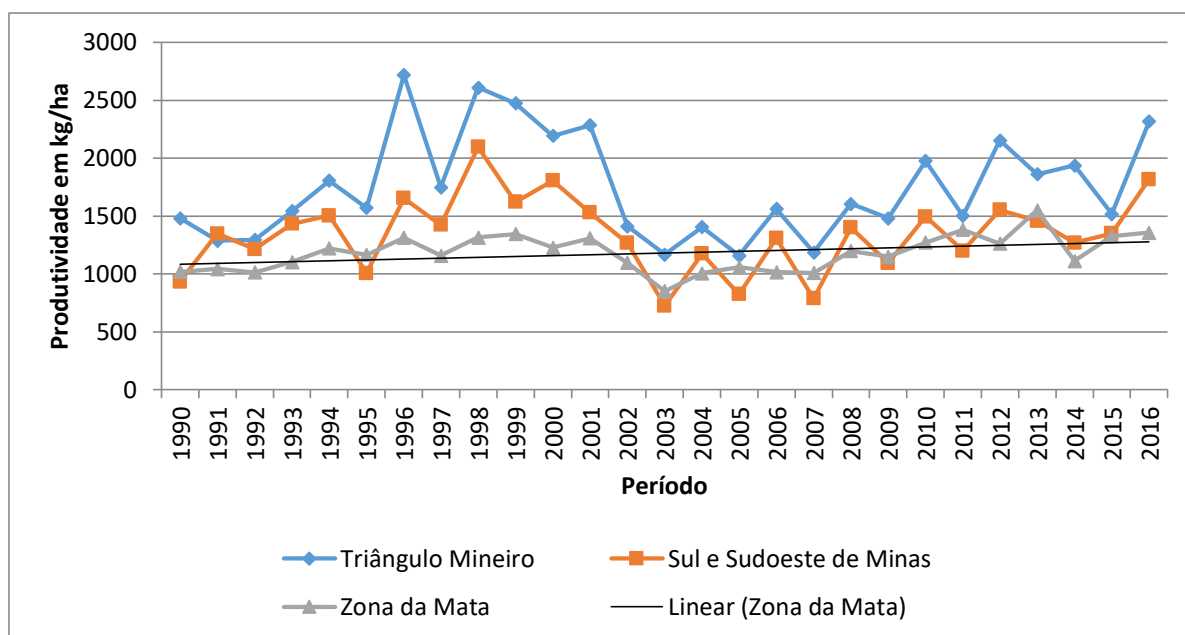
Fonte: Elaborado pela autora (2019) a partir de dados do IBGE (2019).

Outra observação é que a área plantada nessas três mesorregiões mais relevantes apresenta oscilações ao longo do tempo. Porém, ainda nesta observação, nota-se que as mesorregiões do Sul e Sudoeste de Minas e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresentaram oscilações de área plantada semelhantes, indicando quedas no período de 1990 a 1996, se recuperando a partir de 1997 até 2002/2003. A partir de 2004, o Sul e Sudoeste de Minas seguem com poucas oscilações e o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba seguem com áreas plantadas mais estáveis. Em comparação as duas mesorregiões citadas, a Zona da Mata segue com uma tendência estável de leve crescimento de sua área plantada.

O Gráfico 3 ilustra o comportamento da produtividade em Kg por ha das três principais regiões produtoras de café do estado de Minas.

É possível observar que no período de 1990 a 2016, a produtividade oscilou significativamente para o Sul e Sudoeste de Minas e para o Triângulo e Alto Paranaíba, enquanto para a Zona da Mata foi relativamente mais estável. Para o Sul e Sudoeste de Minas e Triângulo e Alto Paranaíba, as oscilações assumiram uma tendência crescente importante entre os anos de 1992 e 1998, caíram entre 1998 a 2003 e assumiram tendência crescente até 2016, porém em magnitude menor. A mesorregião da Zona da Mata apresentou tendência levemente crescente entre 1990 e 2001, queda significativa entre 2001 e 2003, acompanhando as demais mesorregiões, e depois assumiu tendência levemente crescente e relativamente mais estável até o final do período analisado.

Gráfico 3- Produtividade do café em grãos nas principais mesorregiões produtoras de café do estado de Minas Gerais em quilos por hectare



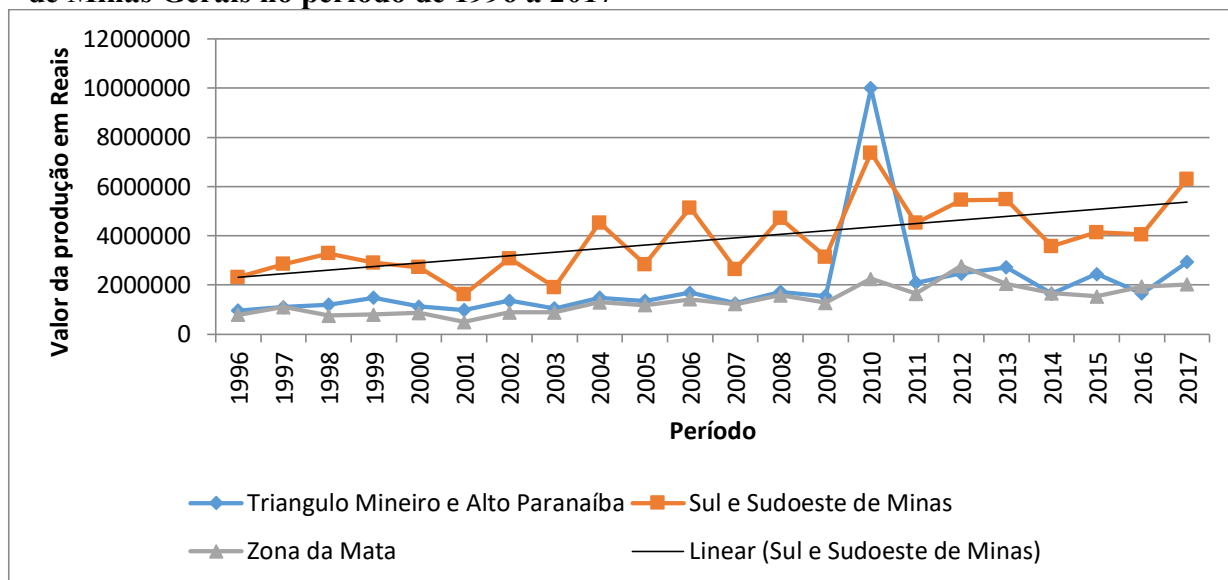
Fonte: Elaborado pela autora (2019) a partir de dados do IBGE (2019).

A combinação de grande oscilação de produtividade no Sul e Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com a tendência mais estável da Zona da Mata fez com que em alguns momentos as produtividades ficassem muito próximas ou até iguais e, de forma geral, pode-se dizer que a mesorregião da Zona da Mata, principalmente em comparação com as outras duas, apresentou, para o período, produtividades mais estáveis e de tendência crescente.

A partir de dados disponibilizados pelo IBGE, foi possível analisar o valor total da produção de café nas mesorregiões cafeeiras do estado de Minas Gerais, conforme mostrado no Gráfico 4.

Na análise comparativa entre as regiões do Triângulo Mineiro, Sul de Minas e Zona da Mata, é possível observar que todas as três regiões obtiveram ganhos de valores reais ao longo do tempo, com destaque para a região do Sul de Minas, o que pode ser explicado tanto pela maior produtividade e produção quanto por possibilidades de recebimento de prêmios por cafés de melhor qualidade.

Gráfico 4- Valor total em reais deflacionados da produção de café nas regiões cafeeiras de Minas Gerais no período de 1996 a 2017



Fonte: Elaborado pela autora (2019) a partir dos dados do IBGE (2019).

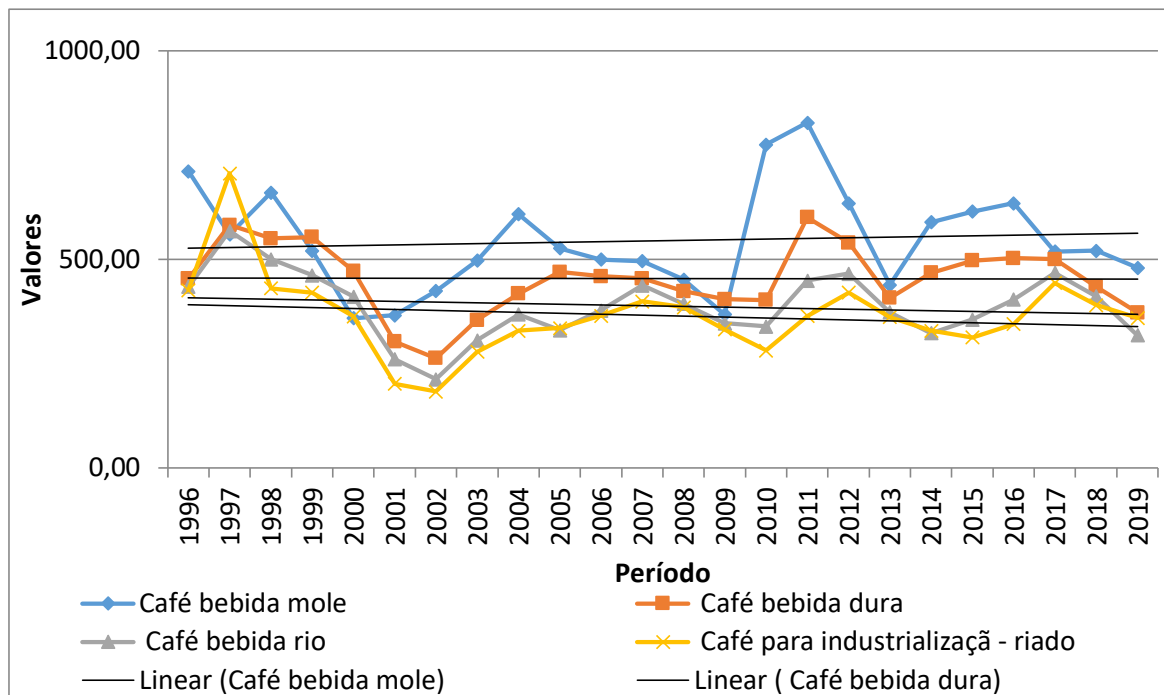
A região do triângulo mineiro apresentou ganhos menores do que o Sul de Minas e mais equiparados à região da Zona da Mata, com exceção de um pico de valor da produção em 2010. A Zona da Mata foi a região que captou menores valores com a produção do café, com tendência crescente até 2012, queda até 2014 e recuperação até 2016.

Torna-se interessante uma análise dos preços do café ao longo do tempo paralela aos valores recebidos nas regiões cafeeira do estado de Minas, uma vez que o comportamento destes dados pode evidenciar os investimentos das regiões do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro, nos cafés de melhor qualidade, o que parece não ter ocorrido na região da Zona da Mata.

A elevação dos valores, e sua queda significativa, desenhando um pico entre os anos de 2009 e 2011, para o Sul e o triângulo são compatíveis com a importante elevação dos preços do café fino comercial com relação aos demais. O comportamento normalizado do período para os valores da produção está mais compatível com o comportamento dos preços dos cafés padrão comercial bebida dura e tipo comercial inferior.

O café tipo bebida dura é o principal referencial de preços para os produtores da Zona da Mata. As bebidas de qualidade melhor são cotadas em preços acima do tipo bebida dura e cafés de qualidades inferiores são cotados em valores abaixo do tipo bebida dura. O Gráfico 5 indica o comportamento dos preços dos cafés por tipo, classificados segundo o sistema de classificação oficial brasileiro (COB).

Gráfico 5– Evolução dos preços deflacionados da saca de 60 Kg do café Arábica por tipo de café no período de 1996 a 2019 – Base 2019



Fonte: Elaborado pela autora, (2020) com base em CCCV (2020), Ipeadata (2020), Carvalhaes (2020).

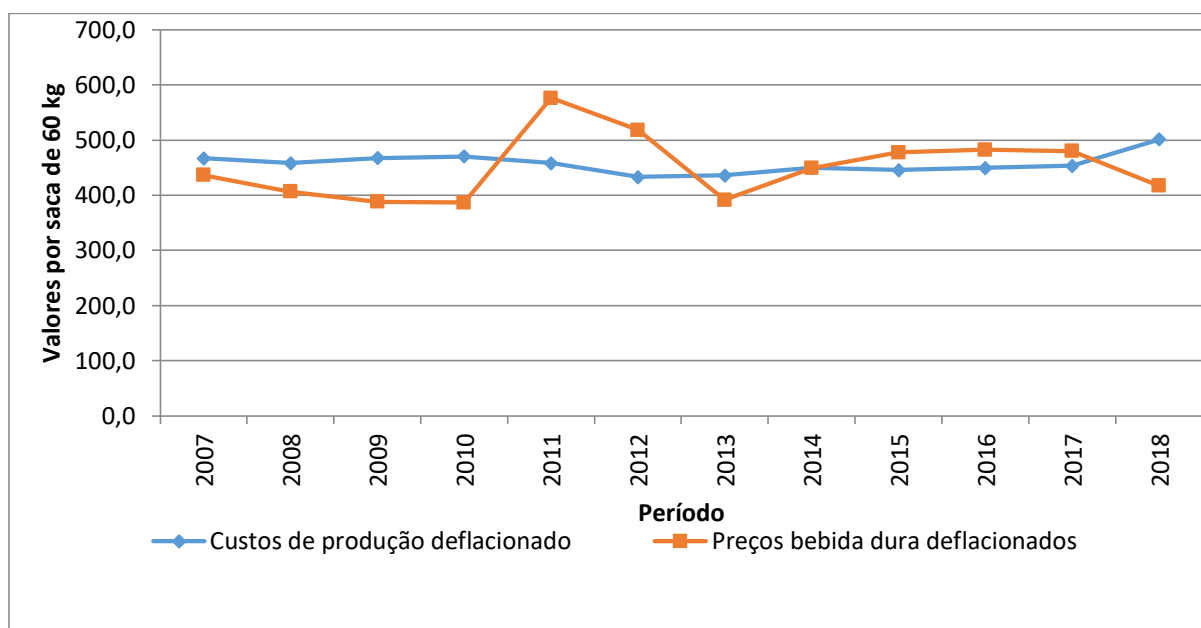
Os preços de uma forma geral variam significativamente ao longo do período, apresentando níveis mínimos abaixo de R\$ 200,00 e máximos acima de R\$ 800,00 por saca, em termos reais. Na comparação entre os preços do café bebida dura e do café bebida mole, para a maioria das ocorrências da série, o preço da bebida mole foi superior ao preço do café bebida dura. Somente no período de 1999 a 2001 e 2008 e 2009 os preços do café bebida mole foram inferiores ao preço do café bebida dura. A diferença entre os dois preços é variável, sendo maior no período 2001 e 2004, entre 2009 e 2011 e entre 2014 e 2016.

A diferença mínima entre o preço da saca dos dois tipos de café para o período foi de - R\$ 113,00, no ano 2000, a diferença máxima foi de R\$ 372,90, no ano de 2010, e a diferença média de preços entre os dois por saca, no período foi de R\$ 91,45. Dessa forma, do ponto de vista dos preços sem considerar os custos de produção e de transação, a produção do café de melhor qualidade ofereceu maior vantagem no período.

De forma geral, a linha de tendência dos preços do café bebida mole foi crescente, mas a do café bebida dura foi estável, o que pode explicar o comportamento da área plantada das regiões do Triângulo Mineiro e da Zona da Mata, que se apresentaram levemente crescente.

O Gráfico 6 ilustra o comportamento comparativo entre os preços e os custos de produção do café Arábica para a região da Zona da Mata.

Gráfico 6- Valores deflacionados de preço da saca de 60 kg do café e do custo total de produção da saca de 60 kg do café – Ano Base 2018



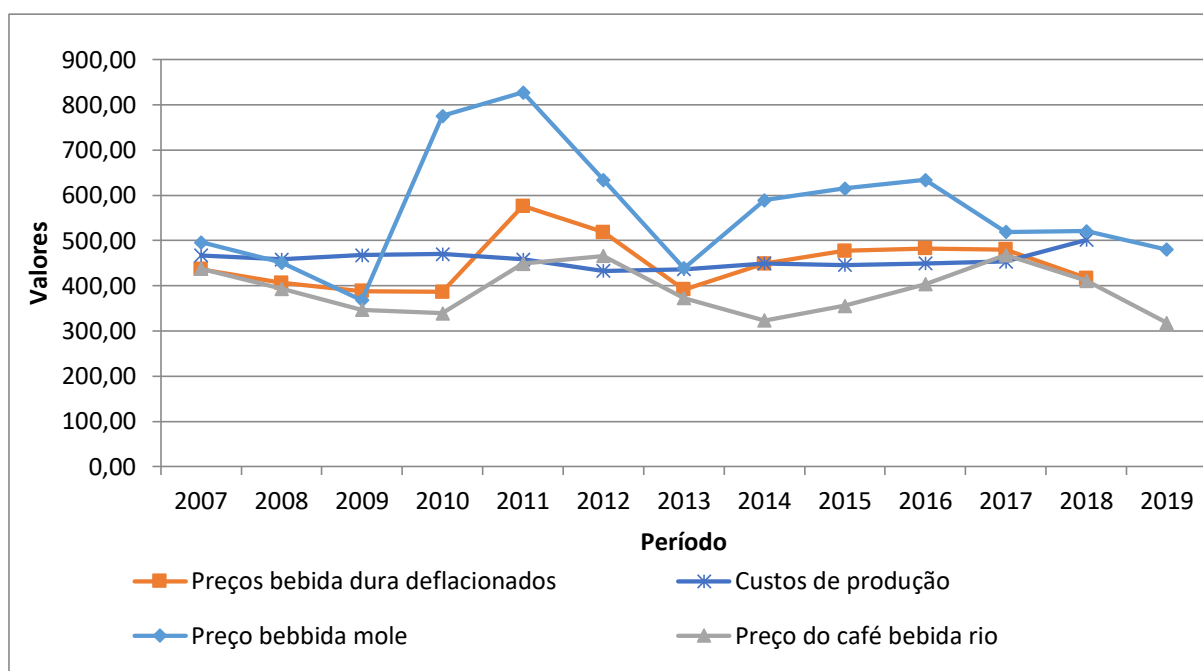
Fonte: Elaborado pela autora (2020) a partir de dados do CCCV (2019); CONAB/DIPAI/SUINF/GECUP (2019) e Ipeadata (2019).

Os preços de orientação para os produtores da Zona da Mata são as cotações registradas pelo Centro de Comércio de Café de Vitória (CCCV, 2020), para o café bebida dura tipo 6 e os custos utilizados aqui são os custos totais de produção de Manhuaçu, elaborados pela CONAB (2020).

As correlações entre esses dados são particularmente curiosas, pois em momentos da série, especificamente por 5 anos ao longo de uma série de 12 anos, os custos por saca superam os preços por saca, em média, em R\$ 50,00. Informação que quando contraposta com as estatísticas de área plantada, área colhida e produtividade, revela uma resiliência da atividade cafeeira.

Plotando os preços por saca do café padrão comercial fino, bebida mole, junto com os custos de produção por saca, observa-se que, de fato, a superação desses preços com relação aos custos de produção são significativamente maiores com relação às comparações com o preço do café padrão comercial bebida dura. A correlação é ilustrada no Gráfico 7.

Gráfico 7- Valores efdlacionados de preço da saca de 60 Kg do café, por tipo de café, e do custo total de produção da saca de 60 Kg do café – Ano Base 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2020) a partir de dados do CCCV (2019); CONAB/DIPAI/SUINF/GECUP (2019) e Ipeadata (2019).

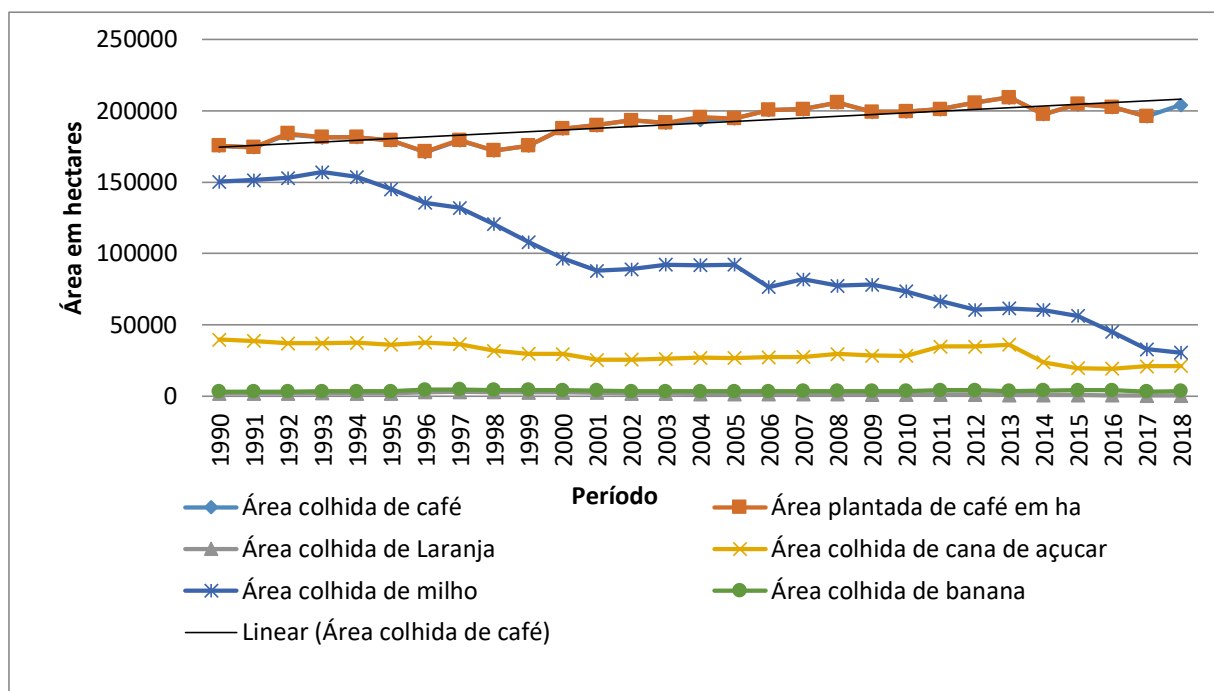
É preciso observar que o investimento na qualidade do café tende a aumentar os custos de produção, devido às fases pós-colheita, intensivas em mão-de-obra. Mas de toda forma, os argumentos da literatura, pela perspectiva dos preços relativos, se confirmam também para a Zona da Mata.

A literatura indica os investimentos nos cafés qualificados como a estratégia para o contorno da desvalorização do produto frente aos custos de produção, no entanto, essa estratégia implica em substanciais dificuldades para a maioria dos produtores da Zona da Mata, além de fazer parte de um mercado reduzido.

Nessa perspectiva, a comparação dos custos de produção da saca de café com os preços da saca do café tipo comercial padrão inferior, bebida rio, torna a situação da Zona da Mata um tanto mais intrigante pois, para praticamente todo o período, os custos de produção são superiores aos preços do produto.

O Gráfico 8 traz a área colhida de café Arábica na Zona da Mata, assim como dos outros produtos de lavouras temporárias e permanentes, no período de 1990 a 2018.

Gráficos 8- Área colhida em ha das lavouras temporárias e permanentes predominantes na Zona da Mata e área colhida em ha de café, no período de 1990 a 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2020) a partir de dados do IBGE (2019).

De acordo com os dados do IBGE (2019), a área colhida com o café Arábica aumentou em 12% no período, enquanto as áreas colhidas com banana e com cana de açúcar permaneceram estáveis e em proporções significativamente menores do que o café no período. Foi possível também observar a queda significativa na área colhida de milho, de 150.000 ha para 30.000 ha no final do período. Não há evidências de substituição do café por outras culturas dentro do período.

Portanto, até aqui, pode-se afirmar que um enigma se formou, pois, para as condições da Zona da Mata, as relações de preços se apresentam desvantajosas, ao mesmo tempo em que as áreas plantadas e colhidas aumentam, com produtividade levemente crescente. Ao que se estimou com base em dados comparativos de produtividade, preços e valores recebidos com outras regiões, a Zona da Mata não se apropriou dos prêmios concedidos aos cafés qualificados especiais e, com base em dados de áreas colhidas das principais lavouras temporárias e permanentes, não houve a substituição de culturas na região.

Esse contexto leva a buscar por perspectivas capazes de explicar sobre a permanência da agricultura familiar da Zona da Mata na cafeicultura e sobre qual é a sua relação com a questão da qualificação do grão.

CAPÍTULO II - PERSPECTIVAS TEÓRICAS E MÉTODO DA PESQUISA

2.1 Referencial Teórico

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa se constituiu do diálogo entre a Nova Sociologia Econômica, a Nova Economia Institucional, a abordagem dos Sistemas Agroindustriais (SAG), além das referências teóricas sobre a agricultura familiar. Não se trata de uma combinação teórica inédita, pelo contrário, tem sido bastante utilizada em trabalhos direcionados para a economia agrícola e seus atores. No caso desta tese, a finalidade de sua aplicação foi obter referências para o trabalho de reflexão sobre as escolhas econômicas dos agricultores familiares produtores de café da Zona da Mata de Minas Gerais.

A abordagem do SAG contribuiu para a compreensão das dinâmicas que envolvem o mercado nacional e internacional do café e de que maneira essas dinâmicas se conectam com as atividades locais. Nesse sentido, também acredita-se ser interessante inserir algumas concepções básicas sobre a Cadeia Global de Valor (CGV), úteis para a contextualização dos desafios implícitos na participação do SAG global do café.

Construções teóricas sobre a agricultura familiar foram aplicadas para facilitar a compreensão das peculiaridades que a diferenciam da unidade produtiva capitalista, principalmente no que se refere à estrutura produtiva e social e aos processos de organização e escolhas. Estudos sobre o relacionamento entre a agricultura familiar e os mercados, tendo em vista as transformações globais recentes, foram também importantes na análise das relações da agricultura familiar e o SAG do café.

O fio condutor da análise foi localizar o produtor da Zona da Mata enquanto uma firma, no sentido coasiano, em uma estrutura de SAG do café. Essa firma, na percepção da pesquisadora, é o produtor da agricultura familiar, carregado de peculiaridades, de condições e de formas de interação com o mercado. Como referência foram consideradas as peculiaridades e circunstâncias apontadas por Ploeg, Wanderley, Schneider, Abramovay e Wilkinson.

Enquanto firma, pela perspectiva do SAG, as famílias produtoras estabelecem nexos de contratos e respondem por custos de transação (Coase e Williamson), podendo participar de estruturas hierárquicas, de mercados spot, de integrações híbridas ou ainda dispor de suas redes de relacionamento (Granovetter).

Nessa posição, carregado de peculiaridades e inserido em um ambiente diferenciado das empresas puramente capitalistas, a agricultura familiar toma suas decisões que, de alguma forma, interagem com a dinâmica e as tendências do SAG do café.

A Sociologia Econômica e a Nova Economia Institucional são abordagens que inserem na dimensão microeconômica a imersão das ações econômicas nas relações sociais, destacando a importância das instituições, formais e informais, na formulação das decisões e das soluções.

Pela perspectiva dessas abordagens, na medida em que as interações econômicas e as influências das instituições são consideradas, o ator deixa de ser apontado atomizado e deslocado da dinâmica social. Ele passa a ser o ator cujos interesses são de ordem econômica e também sociais, como aceitação, sociabilidade, status, poder e etc. o que pode levá-lo a desejar maximizar lucros, ou/e também a priorizar outras formas de reconhecimento e satisfação. O ponto que a Nova Economia Institucional destaca é que esses atores vão se utilizar de instituições para levar adiante seus interesses.

Desta forma, uso do trabalho em família, formas tradicionais e culturais de desenvolver esse trabalho, organização e envolvimento em instituições formais e informais, observância de leis, regulamentos e padrões de referência, observância das mudanças de cultura e preferências nos mercados, tudo isso é mobilizado pela agricultura familiar.

Presente no diálogo entre a Nova Sociologia Econômica e a Nova Economia Institucional, a perspectiva do interesse de Weber, representada pelas instituições e que vai além da dimensão puramente econômica, torna-se fundamental no entendimento do comportamento da agricultura familiar, respeitando suas características enquanto modalidade social. Nessa proposta, questões como cultura, territorialidade, vizinhança, preservação, sustentabilidade e sucessões importam.

2.1.1 A agricultura familiar

É recente o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social e econômica e os respectivos estudos e políticas voltadas para as suas particularidades contemporâneas. No Brasil, esse reconhecimento tornou-se consolidado a partir da Lei da Agricultura Familiar em 2006 e do fortalecimento do Pronaf, criado em 1996 (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Esse reconhecimento é fruto da construção de novos paradigmas para os estudos rurais, em contraposição à postura que advoga o fim da pequena unidade produtiva como consequência inevitável do desenvolvimento do capitalismo e da modernização da agricultura. Ocorre que, historicamente, a agricultura familiar tem sobrevivido à consolidação do modo capitalista de produção, à economia de mercado e ao processo de modernização da agricultura, inclusive sendo reconhecida como parte importante do sistema agroalimentar brasileiro e global.

A tese de que a pequena agricultura camponesa seria diluída pelo desenvolvimento das forças produtivas dentro do modelo do capitalismo são dos clássicos marxistas, Lênin (1988) e Kautsky (1980). Lênin (1988) argumentava que capitalismo traria o fim do campesinato devido à diversificação social entre os camponeses que os levaria a uma divisão entre dois opostos, aqueles que se tornariam pequenos empresários capitalistas e aqueles que, de tão depauperados, se tornariam empregados de outros capitalistas. Dessa forma, acabariam as modalidades sociais cuja reprodução econômica dependesse do trabalho autônomo das famílias. Kautsky (1980), por sua vez, argumentava sobre a superioridade das grandes unidades produtivas em relação às pequenas, inviabilizando sua existência.

Essa tese foi amplamente aceita no Brasil, servindo de referência para definir o papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro. Pela direção aceita, o setor rural foi considerado atrasado e demandante de um processo de modernização da agricultura baseado na grande propriedade, na mecanização e no incentivo ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

No entanto, a partir dos anos 1980, um conjunto de circunstâncias estimularam os olhares dos pesquisadores brasileiros numa proposta alternativa ao paradigma da questão agrária predominante até então. A abertura política dos anos 1980 permitiu a visibilidade dos movimentos sociais do campo, compostos por pequenos agricultores familiares e comunidades tradicionais. Estudos na área acadêmica revelaram a forte presença da agricultura familiar e a sua importância enquanto produtora de alimentos, absorvedora do trabalho da família e preservadora do meio ambiente. E politicamente, a criação da Lei da Agricultura Familiar e do Pronaf institucionalizaram a agricultura familiar como categoria social e econômica no Brasil (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Abramoway (2012) elaborou um trabalho emblemático nesta temática, cujo ponto de partida foi justamente o debate teórico entre a questão agrária do ponto de vista dos marxistas e as visões alternativas que visam explicar a sobrevivência da agricultura familiar no campo, assim como identificar a força dessa produção apesar do desenvolvimento capitalista. Trata-se de um trabalho reunindo experiências empíricas de vários países e uma das conclusões a que o autor chegou é que aquilo que pode ser chamado de pequena agricultura, agricultura camponesa ou agricultura tradicional, tem como característica comum, em todos os casos analisados, a presença da família no trabalho e na governança da unidade produtiva.

Outra conclusão de Abramoway (2012) é que, nos dias atuais, a agricultura familiar não se confunde com o camponês. Para o autor, o termo campesinato traz consigo a referência a uma organização econômica não necessariamente dependente de mercados, algo que não é característica da agricultura familiar contemporânea.

Wanderley (2009) argumenta sobre a diversidade de configurações que a agricultura familiar pode apresentar, destacando, no entanto, suas características em comum: a gerência e o trabalho na unidade são da família, com a interação com a comunidade local, os objetivos são de reprodução econômica e social, sustentabilidade intergeracional e autonomia e trabalha com a diversidade e com a preservação dos recursos. Wanderley (2009) se refere à agricultura familiar camponesa, como aquela cuja unidade produtiva é gerenciada e trabalhada pela família, que interage com o mercado, no entanto, possui características que as ligam às tradições camponesas.

Van der Ploeg (2008) também considera a agricultura familiar categoria de características camponesas e coloca as implicações da sua existência ao revelar, como resultado de suas pesquisas em várias localidades, inclusive no Sul do Brasil, o que ele chama de “condição camponesa” e “modo de produção camponês”. Nessas definições, o autor mostra as condições sob as quais a família camponesa atua, caracterizada pela concorrência, pelos *squeeze* de preços, pelos intermediários e pelas estratégias dos “impérios alimentares”, e destaca o modo de produção pautado pela coprodução, pela busca da autonomia nas relações com o mercado e pela interação com a comunidade.

Marques, Conterato e Schneider (2016) apresentam as oportunidades de mercado acessadas pela agricultura familiar, como os nichos de mercados, mas também argumenta sobre a construção social dos mercados, ou seja, produtos, valores e mercados construídos de maneira coletiva com a finalidade de estabelecer oportunidades próprias da agricultura familiar e comunidades tradicionais. São exemplos os mercados dos orgânicos, dos agroecológicos, dos produtos artesanais e das indicações geográficas.

Van der Ploeg (2009), no entanto, argumenta que a agricultura familiar não necessariamente produz apenas para o mercado, ela pode também estabelecer relações não mercantis na organização dos seus recursos produtivos. Dessa forma, ela produz e reaplica seus próprios recursos produtivos, combinados com sua própria mão-de-obra, de forma a se manter autônoma com relação ao mercado de fatores. Quanto ao mercado dos produtos, ela pode estabelecer a autonomia, parcial ou total, para o autoconsumo e destinar para o mercado parte de sua produção.

Para o autor, existem graus de campesinato, definido pelo grau das suas relações mercantis nos mercados de fatores e de produtos. Dessa forma, Van der Ploeg (2008) identifica a produção camponesa a um reduzido grau de mercantilização enquanto a produção empresarial se assenta sobre graus elevados de mercantilização. O autor compreende a distinção analiticamente possível, mas explica que, empiricamente, os modos de produção não são claramente distinguíveis com a mesma facilidade, havendo interfaces complexas e às vezes confusas entre as formas de agricultura. De qualquer forma, é um referencial importante e tem como objetivo quebrar o dualismo clássico entre capitalistas e camponeses ou entre agricultura capitalista e agricultura familiar.

Portanto, segundo Ploeg (2009), os atuais estudos sobre o mundo rural precisam perceber que não existe apenas uma contradição central, mas pelo menos três: a agricultura capitalista, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa, que forma um organismo de interfaces complexas, de sobreposições consideráveis, intrincadas e contraditórias. Trata-se de diferentes, mas interligados modos de produção.

Schneider (2016) trabalha com a seguinte definição de agricultura familiar: uma categoria social composta por unidades de trabalho e produção que, em geral, trabalham em pequenos pedaços de terra, quase sempre de propriedade privada, da qual retiram o essencial

para alimentar a família e também para vender, comprar, trocar e acumular, e que, do ponto de vista sociológico, se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção, que se situa em um espaço geográfico definido, e que consiste na interação entre um grupo familiar com a terra, com outros meios de produção, com outras unidades familiares e grupos sociais.

2.1.2 Agricultura familiar e mercados

Wilkinson (2008a) destaca os processos de adaptação pelos quais a agricultura familiar tem passado desde as modificações mundiais pós anos 1980, que definiram novas formas de relação da agricultura familiar com o mercado, e elabora uma tipologia dos mercados acessados pela agricultura familiar, assim como as habilidades que essa modalidade social precisa desenvolver para o alcance dos seus objetivos.

Conforme o autor, três tendências emergiram a partir do novo cenário mundial do agronegócio, marcado pela desregulamentação por parte do Estado, pela abertura comercial e pelas integrações regionais: a) a modificação na regulação, na organização e nas formas de acesso aos mercados agrícolas tradicionais; b) o novo ambiente concorrencial formado por questões globais e por mudanças estruturais internas; c) o surgimento de mercados de nicho, como por exemplo, o caso dos orgânicos, oferecendo novas oportunidades de inserção da agricultura familiar.

A combinação desses fatores, acompanhada de novas exigências em termos tecnológicos, mercadológicos, ambientais, sociais e de saúde, segundo Wilkinson (2008a), representou oportunidades para a agricultura familiar, na medida em que exerceram pressões no sentido da crítica aos processos agroindustriais convencionais.

Das análises acima, Wilkinson (2008a) conclui que, para a agricultura familiar se manter nas grandes cadeias de commodities, seria necessário que ela alcançasse novos níveis de qualidade e novas escalas de produção, o que exige inovações organizacionais de ação coletiva, além da incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas. Seria necessário também que os agricultores desenvolvessem iniciativas autônomas e capacidades próprias para encontrarem formas alternativas às tradicionais de intermediação com os mercados, priorizando estratégias de verticalização da produção agrícola, o que exige novos conhecimentos tecnológicos, gerenciais e mercadológicos.

Nessa perspectiva, seria necessário, segundo o autor, também contar com um ambiente político favorável à experimentação e à exposição ao risco, como por exemplo, serviços de apoio e linhas de crédito específicas em termos de taxa e prazos. Ele destaca também a correlação entre novos patamares de qualidade e novas relações de poder, enfatizando a importância da negociação por parte das representações sociais dos agricultores no sentido dos padrões de qualidade.

Ainda no referente às novas tendências e adaptações, Wilkinson (2008a) observa a necessidade de conciliar práticas agrícolas e a viabilização da permanência e qualidade de vida da agricultura familiar bem como a necessidade da negociação da transição de mercados locais e informais baseados nas redes de proximidade para mercados regionais e nacionais baseados em redes sociais mais extensas. Importante também seria o desenvolvimento de formas apropriadas de reconhecimento como as marcas e as certificações, e ainda, a necessidade de marcar presença no mercado enquanto ofertante de produtos tradicionais, em proteção à dinâmica de novos entrantes.

Na continuidade de sua análise, Wilkinson (2008a) identifica quatro formas tradicionais de acesso aos mercados por parte da agricultura familiar destacando seu atual cenário: 1) o acesso direto aos mercados locais informais, porém participar desses mercados atualmente compreende lidar com processos mais rigorosos de fiscalização e legalização, orientados por inspeções oficiais; 2) intermediação via atravessador que, no cenário atual, ainda persiste, mas vem sendo substituído pelo supermercado, que impõe maiores exigências em termos de

classificação e logística; 3) a integração com a agroindústria, porém é preciso observar que nas novas configurações do agronegócio global, têm sido exigidos patamares mais elevados de qualidade e volume; 4) compras institucionais por parte do Estado que surgiram como oportunidades trazem em si as exigências das licitações.

Nesse contexto, o autor conclui que supermercados, poder local, ONGS e associações de consumidores são os novos intermediários estratégicos para a agricultura familiar.

Ele observa que o acesso a maioria dos mercados de relevância para a agricultura familiar precisa contar com processos de fidelização com base na identificação dos processos e dos produtos com características específicas, e distingue esses mercados entre o mercado de commodities e outros novos mercados. O Quadro 6 é extraído de Wilkinson (2008a), no qual ele define os mercados e indica os respectivos perfis e desafios.

Quadro 6- – A tipologia de mercados para a agricultura familiar de Wilkinson

Mercado	Perfil	Desafios
Commodities	Velhos e novos mercados locais e à distância.	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala.
Especialidades	Discriminado por grades, associação com localidade e tradição.	Concorrência de novos entrantes.
Orgânicos	Grau de associação a saúde e/ou a um modo específico de produção.	Certificação, escala e pesquisa.
Artesanais	Denominação de origem ou não.	Qualidade, normas técnicas, autenticidade e ação coletiva.
Solidários	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda.	Escala, variedade, qualidade.
Institucionais	Licitações, ofertas para varejo.	Qualidade, variedade, escala.

Fonte: Wilkinson (2008a).

Abramoway (2004), na análise específica de mercados, questiona a capacidade da teoria econômica neoclássica em explicar determinados comportamentos na medida em que ela considera mercados enquanto espaços de troca e mecanismo de formação de preços. Com o suporte de autores da Nova Sociologia Econômica e da Nova Economia Institucional, o autor explica que mercados podem ser analisados também enquanto estruturas sociais, sendo necessário, para isso, considerar a subjetividade dos agentes econômicos, a diversidade e a história de suas formas de coordenação, as representações mentais a partir das quais se relacionam com os outros, a sua capacidade de obter e inspirar confiança, de negociar, de fazer cumprir contratos, estabelecer e realizar direitos. Ou seja, na medida em que a racionalidade dos autores pode ser condição necessária para a ação, por outro lado essa racionalidade é limitada pelos contextos e relações sociais. Abramoway (2004), orientado por aqueles autores, escreve então que diferente do que preconiza a economia neoclássica:

O estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado, e a economia, por outro, como resultado mecânico da integração social (ABRAMOWAY, 2004, p.36).

Waquil (2016), na apresentação do livro **Construção de mercados e agricultura familiar**, organizado por Marques, Conterato e Schneider, destaca a ampla utilização das abordagens da Sociologia Econômica e da Economia Institucional na análise das relações entre os mercados e a agricultura familiar, tendo em vista a melhor capacidade dessas abordagens na análise dos desafios, potencialidades, estratégias e resistências da agricultura familiar frente às transformações do mercado nos novos contextos pós anos 1990. O autor destaca que os conteúdos dos capítulos do livro se baseiam na ideia de que o mercado não é apenas um espaço

de troca e de formação de preços, conforme advoga a análise econômica ortodoxa dos mercados, mas sim estruturas sociais, regidas por normas, regras, tradições e costumes, construídos pelas relações entre os atores sociais.

Nesse sentido, Schneider (2016), a partir da tipologia estabelecida por Wilkinson (2008), exposta anteriormente no Quadro 1, formulou uma tipologia específica para a agricultura familiar no Brasil explicando, além das formas de compra e venda, as dinâmicas de interação social e processos de diferenciação dos agricultores familiares. A tipologia de Schneider (2016) é ilustrada no Quadro 7

Quadro 7– Tipologia de mercado para a agricultura familiar segundo Schneider

	Tipo de agricultor familiar	Locus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas/modelo de negócios	Formas de regulação	Canais de comercialização
Mercados de proximidade	Camponês, produtor de excedentes	Spot, venda direta, somente local	Interpessoal + solidário	Confiança + amizade	Na propriedade (colhe-pague) No domicílio/casa Beira de estrada Entrega direta Feira local Grupos de consumo
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar, produtor simples de mercadorias	Spot, local, regional e territorial	Diversificação + Complementaridade	Reputação/ Confiança + procedência + preços	Feira regional Feira nacional Redes de venda Eventos Lojas especializadas Restaurantes Associação vendas Sacolão
Mercados convencionais	Produtor de Mercadorias	Sem lugar definido	concorrencial	Contratos mais preços	Atravessadores Cooperativas Agroindústria Empresas privadas Internet Supermercados
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório Seleção pública	Contratos públicos + leis	Alimentação escolar Fair trade Órgãos internacionais (FAO, PMA) ONGs Hospitais, universidades, forças armadas Entidade assistencial Estoques governo

Fonte: Schneider (2016).

Schneider (2016) adverte que a tipologia por ele apresentada não se constitui de uma teoria com poder explicativo, trata-se apenas de um recurso para ordenamento de realidades a respeito de como acontece a interação entre agricultores familiares e mercados em diferentes contextos e realidades. Também não se trata de tornar o agricultor familiar estático em determinados tipos de interação, pois, na realidade, o processo de interação dos agricultores com os mercados é dinâmico e caracterizado pela mobilidade e inconstância, portanto, os agricultores podem mudar de tipo de mercado conforme mudam as condições de sua realidade.

2.1.3 A Nova Economia Institucional e a Nova Sociologia Econômica

A Nova Economia Institucional e a Nova Sociologia Econômica consolidaram-se enquanto estudos da ação econômica que incorporaram, além do mecanismo de preços enquanto alocador de recursos, os aspectos da centralidade das relações humanas, da influência das instituições, do questionamento do comportamento racional do “homo economicus” e da organização social em redes. Todos esses enquanto fatores relevantes na determinação das ações econômicas.

Na área dos estudos rurais, as observações pela perspectiva do ator e de suas formas de resistência ou adaptação evidenciaram a importância da Nova Economia Institucional e da Nova Sociologia Econômica na análise do comportamento econômico da agricultura familiar.

Em nível global, as duas abordagens, dentre outras, têm forte capacidade de explicar as atuais configurações das cadeias produtivas globais e seus rearranjos tendo em vista novos comportamentos humanos, principalmente no que se refere ao consumo e na forma como essas questões definem estilos diversos de governança. Essas governanças conectam consumidores e produtores pelo mundo, definindo espaços de produção e de consumo intermediados por diferentes relações de poder, diferentes capacidades de criação e apropriação de valor e ressignificando padrões de qualidade.

Wilkinson (2008a) alerta que, para a análise das relações entre agricultura familiar e mercados, dentro dos novos rearranjos institucionais e políticos, é necessário tratar o mercado como redes sociais, normas técnicas como valores a serem negociados e qualidade do produto como critério que também envolve suas formas de produção e o estilo de vida. E exemplifica o potencial de áreas da Sociologia Econômica, da Teoria Institucional, da Teoria das Convenções e dos Novos Movimentos Sociais como abordagens com capacidades explicativas mais interessantes do que as abordagens clássicas e neoclássicas convencionais.

Segundo Hodgson (2017), o termo Nova Economia Institucional tem como objetivo diferenciar a referida abordagem da “antiga” Economia Institucional, cujos pensadores de relevância foram Thorstein Veblen, Jhon Commons e Wesley Mitchell. Apesar dessa diferenciação, os três autores citados construíram as bases do pensamento institucionalista contemporâneo (HODGSON, 2017; SCOTT, 2008).

Segundo Hodgson (2017), as ideias centrais do institucionalismo referem-se a instituições, hábitos, regras e sua evolução. Os hábitos individuais tanto reforçam como são reforçados por instituições, desempenhando um papel essencial em fornecer uma estrutura cognitiva para interpretar dados e hábitos intelectuais ou rotinas para transformar informação em conhecimento útil. Os institucionalistas não tentam construir um modelo único e geral com base nessas ideias, mas sim estimulam abordagens específicas e historicamente identificadas de análise.

Para Hodgson (2017), a abordagem institucionalista se move das ideias gerais sobre a atividade humana, as instituições e a natureza dos processos econômicos, para as ideias e teorias específicas, ou tipos de Economia. O que contrasta com a economia neoclássica, que se move de uma estrutura teórica universal a respeito do comportamento e da escolha racional diretamente para as teorias de preços e de bem-estar.

Scott (2008) apresenta os principais argumentos daqueles autores de referência, que no início do século XIX, apesar de apresentarem importantes diferenças entre seus pontos de vista, criticaram o modelo econômico convencional por suas pressuposições irrealistas e pela falta de atenção à mudança histórica. Para o autor, Veblen foi crítico da concepção de comportamento individual e de hedonismo do homem enquanto calculador de prazer e dor, e argumentou que comportamentos são governados por hábitos e convenções. Commons também criticou a ênfase convencional no comportamento das escolhas individuais e defendeu que a unidade de análise mais apropriada da economia seria a transação. E na sua perspectiva, as transações eram governadas pelas instituições. Mitchell (2008) afirmava que a economia convencional foi um obstáculo para a compreensão da natureza do ciclo dos negócios por sua característica estática.

Consoante Conceição (2017), a Nova Economia Institucional, apesar de convergir em muitos aspectos com relação à antiga Economia Institucional, abriu uma discussão divergente quanto à definição e origens das instituições e seu papel na influência sobre as ações econômicas. Segundo Scott (2008), para Veblen, as instituições eram hábitos e pensamentos comuns estabelecidos e, para Commons, instituições eram regras de conduta e, portanto, necessárias para definir os limites nos quais indivíduos e firmas poderiam agir em torno de seus objetivos.

Conforme Hodgson (2017), a característica do novo institucionalismo é a tentativa de explicar o surgimento de instituições, como a firma ou o estado, por referência ao modelo de comportamento racional individual, traçando as consequências involuntárias em termos de interação humana. Supõe-se que haja um “estado de natureza” inicial livre de instituições. O movimento explicativo parte dos indivíduos para as instituições, tomando os indivíduos como dados. Esta abordagem é descrita frequentemente como individualismo metodológico. Ações são desempenhadas de forma não premeditada e na medida em que se tornam convenientes, passam por processos circulares de auto reforço institucional, tornando-se convenções reforçadas pelas instituições.

Conceição (2017), como que sintetizando, afirma que o contraste entre a nova e a antiga economia institucional é a explicação sobre instituições. A nova explica as instituições a partir dos indivíduos tomados isoladamente, a segunda não consegue enxergar as instituições fora dos hábitos adquiridos social e culturalmente.

Hodgson (2017) explica que a perspectiva do individualismo metodológico da Nova Economia Institucional destoa da antiga Economia Institucional, porém elas se aproximam quando ambas consideram que o indivíduo não deve ser considerado como dado e sujeito a funções de preferência dadas para modelar esse indivíduo, tal como ocorre na análise econômica convencional. O institucionalismo acredita que indivíduos interagem para formar instituições, enquanto os propósitos ou preferências individuais também são moldados por condições socioeconômicas. O indivíduo é tanto um produtor quanto um produto de suas circunstâncias.

Conforme Conceição (2017), a Nova Economia Institucional emergiu com preocupações referentes à microeconomia, e tem como principais autores Douglas North, Oliver Williamson e Ronald Coase, considerado o fundador da Nova Economia Institucional, por meio do artigo **The Nature of the Firm**, publicado em 1937. Sua base é uma teoria da firma não convencional, mesclada com história econômica, economia do trabalho, dos direitos de propriedade, sistemas comparativos e organização industrial. Com foco nas transações e com reformulações sobre mercados e hierarquias, a Nova Economia Institucional trabalha com três hipóteses: 1) as transações e os custos a ela associados definem diferentes modos institucionais de organização; 2) a tecnologia, embora seja importante na organização da produção, não é o determinante da mesma; 3) as falhas de mercado são centrais à análise, o que confere importância às hierarquias (CONCEIÇÃO, 2017).

No artigo **The Nature of the Firm**, de 1937, Ronald Coase percebeu que nem todas as alocações de recursos eram feitas pelos mecanismos de preços, mas sim que existiam dois mecanismos de coordenação: aquele realizado pelos preços de mercado e aquele realizado pelos empresários. Assim, ele questionou o que levaria uma empresa a definir a escolha entre os dois mecanismos para alocar seus recursos. Na sua conclusão, isso dependerá dos custos de transação.

Coase (1937) definiu empresa como o sistema de relações que surge quando a direção dos recursos depende de um empresário, o que também é referida como um nexo de contratos. O autor observou que a base teórica da economia convencional, que não trabalhava com uma visão realista da empresa, não seria adequada para uma análise dedicada às transações no interior das empresas. No seu olhar, a alocação dos fatores dentro da empresa difere da alocação

do mercado e, portanto, a empresa é uma organização de recursos que se relaciona com a rede externa de preços e de custos relativos.

Para Coase (1937), as empresas surgem a partir do momento em que se percebe o custo de transação de trabalhar com o mecanismo de preços enquanto alocador dos fatores, pois vão existir situações nas quais os custos de transação serão reduzidos caso sejam utilizados os mecanismos de coordenação. Os contratos, que são as relações que permitem a atribuição de direitos e limites aos administradores, podem ser reduzidos, atendendo às mesmas necessidades de coordenação nas empresas, reduzindo também os custos de transação dessas operações.

O autor (1937) definiu os custos de transação como custo de utilização do mecanismo de preços, ou seja, de descobrir quais são os preços relevantes.

Coase (1991) afirmou que sua contribuição foi mostrar a importância da estrutura institucional de produção para o funcionamento do sistema econômico, o que foi considerado a abertura da caixa preta da firma. Ele (1991) afirma ter ele mesmo questionado a visão da microeconomia enquanto uma teoria dos preços que não considerava mais nada a não ser o que ocorre no mercado. Advogou que é preciso considerar o funcionamento das organizações e seu relacionamento com os mercados. Considerou, também, que a importância das empresas é inegável, tendo em vista que, no seu argumento, a maioria dos recursos em um sistema econômico moderno é empregado dentro das empresas, e que o uso desses recursos depende de decisões administrativas e não diretamente do funcionamento dos mercados. Consequentemente, segundo o autor, a eficiência do sistema econômico depende em grande parte de como essas organizações conduzem seus negócios.

Outra questão importante apontada por Coase (1991) é a compreensão sobre os arranjos institucionais que governam o processo de troca, tendo em vista que são esses arranjos que determinam em grande medida o que é produzido e, na opinião do autor, essa questão é negligenciada pela teoria econômica convencional.

Williamson (1985) reforça e amplia a proposta de Coase e evidencia a importância do foco sobre as transações internas das empresas, da maneira como elas se organizam e por que isso ocorre. Chama a atenção para a utilização dos contratos, das estruturas hierárquicas de produção e atribui a necessidade dessas estruturas quando ocorrem dificuldades ou incertezas quanto ao seu cumprimento. A questão humana é colocada em pauta, na medida em que é preciso observar o processo cognitivo e o oportunismo imbricados nas transações. Observa que, para transações mais recorrentes ou com ativos mais valiosos, é preciso dispor das hierarquias, o que não é tão necessário para transações esporádicas ou que envolvem custos de transação nulos.

Williamson (2005), no seu artigo **Why law, economics, and organization**, argumenta sobre a importância da teoria das organizações nos estudos econômicos, evidenciando a deficiência da separação entre a teoria econômica neoclássica e a teoria dos contratos, argumentando que a teoria econômica do consumidor e da firma tornou-se preocupada com a ciência da escolha, tornando-se uma ciência da otimização restrita, negligenciando a ciência do contrato, por onde ela poderia encontrar o caminho para se tornar mais adequada na análise das trocas, de forma que a teoria econômica neoclássica seria adequada para os estudos da oferta e da demanda, mas não para as questões de organização das firmas e do mercado. Isso porque a ciência econômica neoclássica se propõe a compreender o sistema de preços e como ele coordena o uso dos recursos, e não a compreender o funcionamento interno das empresas reais.

A ciência dos contratos, por sua vez, está preocupada com os atributos das firmas, das alternativas de modos de governança, com atenção para a unidade final da atividade, que é a transação, passível de custos, os custos de transação, cujas estratégias de governança procuram mitigar por meio da redução dos conflitos e da realização de ganhos mútuos (WILLIAMSON, 2005).

No sentido da compreensão mais ampla sobre o sistema de firmas e da governança, Williamson (2005) argumenta sobre a importância da teoria das organizações nos estudos econômicos, evidenciando-a enquanto um campo para ampla utilização da interdisciplinaridade entre a Sociologia, a Psicologia, a Ciência Política, a Economia e a Antropologia Cultural. A partir desses argumentos, o autor (2005) incorpora a influência das instituições formais e informais nas análises econômicas, assim como incorpora a influência da racionalidade limitada e da cognição humana sobre as transações.

O estudioso (1985) acredita que, pela investigação das questões do mercado e das hierarquias em mais detalhes do que a economia convencional e dentro da inspiração institucionalista, é possível compreender melhor as origens e as funções das várias firmas e estruturas de mercado, partindo de grupos elementares de trabalho para as modernas e complexas corporações. O foco do autor é sobre transações e os custos envolvidos em completar transações conforme modelos institucionais diferenciados.

Apesar de considerar as relações tecnológicas na organização importantes, Williamson (1985) acredita que elas não são suficientes para explicar as relações de hierarquias entre firmas. O que desempenha esse trabalho de explicação são as considerações relativas à transação. Elas é que determinam qual modelo de organização será construído, sob quais circunstâncias e por que. Para o autor, o ponto central da análise é o que ele define como falhas organizacionais de estrutura. Além disso, reconhece expressamente a importância desempenhada por fatores humanos, a que ele atribui racionalidade limitada, na tentativa de lidar com os problemas de organização econômica.

Nesse sentido, o autor (1985) propõe aperfeiçoar a análise de Coase sobre a decisão das organizações para reduzir seus custos de transação, e propõe lançar o olhar para aspectos humanos dos tomadores de decisão, especificamente para o oportunismo e a racionalidade limitada.

A abordagem geral empregada por Williamson (1985) para a economia organizacional é assim sumarizada: 1) mercados e firmas são instrumentos alternativos para uma completar uma transação; 2) se um conjunto de transações será executado por meio do mercado ou junto a uma firma dependerá dos custos relativos de cada modo de transação; 3) os custos de construir contratos e executar complexos contratos entre mercados variam, por um lado, conforme as características de quem toma as decisões e por outro, das características objetivas de mercado; 4) fatores humanos e ambientais envolvidos nas trocas entre empresas se manifestam de forma diferente dentro da empresa; 5) a contratação recorrente de curto-prazo é cara e arriscada quando o oportunismo está envolvido.

Abramovay (2004) reforça a leitura de Williamson, explicando que este se preocupou em distinguir as situações entre empresas que se dão pela hierarquia e as que se dão pelo vínculo mercantil, e explica que essa distinção se dá devido ao reconhecimento da questão da propriedade dos atores econômicos e da questão da segurança sobre a obtenção dos direitos associados àquela propriedade. Dessa forma, em situações em que transacionar em mercados possa oferecer riscos referentes à obtenção de direitos de propriedade ou à execução dos contratos, as relações econômicas se darão na forma hierarquizada. Em situações de baixo risco ou situações não repetitivas, ou que não exigem investimentos de tempo, poderão assumir a forma de mercados. A necessidade de assegurar direitos e ganhos se deve ao que Williamson definiu como oportunismo dos atores que, em determinado momento, pode gerar conflitos e descumprimento de contratos. As estratégias para reduzir ou mitigar esses problemas são as formas organizacionais definidas como estruturas de governança.

Abramovay (2004) apresenta os estudos de Douglass North como a segunda vertente fundamental no que se refere à maneira como a economia se insere na vida social, afirmando que os ambientes institucionais são decisivos para explicar a formação dos quadros de referência em que se apoiam os atores e as instituições que os moldam.

Para North (1990), as instituições são as restrições criadas pelos seres humanos para limitar seu próprio comportamento. A principal função das instituições seria criar uma estabilidade mínima para as transações econômicas. Ainda pela perspectiva da economia neoclássica, essas transações teriam como objetivo a maximização dos resultados e, portanto, as instituições seriam os mecanismos criados, reproduzidos e alterados pelos indivíduos para assegurar esses resultados por meio das tentativas de reduzir os custos de transação. Em última instância, as instituições são definidas como as regras do jogo.

O autor (1990) também contribui com a economia institucionalista detalhando a ideia de custos de transação que são aqueles incorridos ao longo do processo de produção e de comercialização, e que vão além dos custos de transformação de fatores de produção em bens. São os custos referentes à definição do valor dos bens e dos respectivos direitos de propriedade e a proteção e cumprimento de contratos relativos aos direitos de propriedade dos bens: o que permite o seu uso, o direito de derivar renda a partir do seu uso, o direito de excluí-lo e o direito de trocá-lo. Os custos de transação junto aos custos de transformação formam o custo total, portanto, as instituições influenciam no custo e na função de produção dos bens.

North (1990) explica que a sua teoria das instituições é construída a partir da combinação entre a teoria do comportamento humano e a teoria dos custos de transação, pois, a partir dessa combinação, é possível compreender por que as instituições existem e qual é o seu papel no funcionamento da sociedade. Adicionando a essa combinação a teoria da produção, é possível compreender o papel das instituições no desempenho das economias.

Segundo o autor, as instituições oferecem a estrutura para as trocas, determinando os custos de transação e os custos de transformação. O quão bem as instituições resolvem o problema de coordenação e produção é determinado pela motivação dos jogadores (traduzido pela função utilidade da economia neoclássica), pela complexidade do ambiente e pela habilidade dos jogadores de decifrar e ordenar o ambiente (efetivar mensurações, elaborar e fazer cumprir contratos). Ainda conforme North, o custo da informação é a chave para os custos de transação, que consiste no custo de medir os atributos de valor do que está sendo trocado (valor dos ativos) e os custos de proteção dos direitos e do cumprimento dos acordos. Esses custos, para ele (1990), são as fontes das instituições econômicas, sociais e políticas.

North (1990) também classifica as instituições como formais e informais. As instituições formais são as regras, as leis, os estatutos, as normas, enfim, os códigos de conduta formalizados e associados ao aspecto legal e jurídico. As instituições informais são os códigos de conduta culturais, são os costumes, as tradições, as normas de relacionamento social. Embora não tenham corpo jurídico, possuem a mesma capacidade de restringir e orientar o comportamento social e individual. Essas restrições são reforçadas pelos indivíduos por meio de punições que desmotivam sua deserção. Por isso, as instituições informais também têm o poder de organizar e de restringir o comportamento humano e de configurar determinadas circunstâncias dentro das quais os indivíduos se relacionam e efetuam suas relações.

O autor afirma que, em todas as sociedades, pessoas impõem restrições sobre elas mesmas para dar estrutura às suas relações com outras. Sobre condições de informações limitadas e limitadas, condições de interpretação da realidade, restrições reduzem os custos da interação humana, se comparado a uma situação de falta dessas restrições. Para além das restrições formais, nas interações humanas diárias, seja em família, em relações sociais externas ou nos negócios, a estrutura de governança é fortemente definida pelos códigos de conduta, normas de comportamento e convenções. Subjacentes a essas restrições informais estão as regras formais, mas raramente são a fonte óbvia e imediata das escolhas nas interações diárias (NORTH, 1999).

Consoante esse autor (1990), as restrições informais são informações socialmente transmitidas e são parte da herança cultural. Cultura, segundo ele, pode ser definida como a transmissão entre gerações, via ensinamentos e imitações, do conhecimento, de valores e de

outros fatores que influenciam o comportamento. A cultura fornece uma estrutura conceitual baseada na linguagem para codificar e interpretar as informações que os sentidos estão apresentando ao cérebro. E, pela herança cultural, forma de interpretação de ambiente e de resolução de questões no passado tende a ser transportada para o presente.

Abramovay (2004) interpreta que North discorda da ação oportunista do ser humano em suas relações de mercado e advoga sobre a obscuridade da vida social implicando na dificuldade dos atores em entenderem as premissas e os pontos de vistas a partir dos quais os outros agem. Na economia neoclássica, isso seria resolvido pelo mecanismo de preços, cujos preços incluem os custos de transação que, por sua vez, serão reduzidos pelo jogo competitivo, que corrigirá as assimetrias de informação. No entanto, para North, o sistema de preços não tem poder de ensinar os atores como corrigir suas ações, dessa forma, os custos de transação não são apenas relacionados a problemas de informação, mas a diferenças no sistema de crenças e nas motivações humanas que determinam a ação social.

Abramovay (2004) argumenta que a afirmação de que interação social não é fluida e automática está implícita na noção dos custos de transação da Nova Economia Institucional, o que aproxima essa abordagem com as questões básicas da Sociologia Econômica, que são as relações sociais imbricadas nas ações de comprar, vender, garantir entregas, cumprir contratos, cumprir exigências que, por sua vez, estão inseridas no ambiente das incertezas, levando a constatar que as relações econômicas não são desempenhadas por agentes autômatos, e sim desempenhadas envolvendo relações entre agentes econômicos, que não são apenas indiretas e mediadas por meio de preços, e que precisam da construção de instituições que as regulem por formas variadas de coordenação.

O estudo da Sociologia Econômica pode ser localizado em uma linha do tempo, segundo os trabalhos de seus principais pensadores, em três fases: a fase dos clássicos, de 1890 a 1920, uma fase de pouca vitalidade, porém com autores icônicos, entre os anos 1920 até 1980, e a Nova Sociologia Econômica, desenvolvida a partir de 1980 até os dias atuais (SWEDBERG, 2003).

Entre os autores da fase clássica estão Karl Marx, Max Weber, Emile Durkheim e Georg Simmel. Desta fase, Swedberg (2003) destaca os trabalhos de Max Weber, o nomeando como o pensador mais importante do período. Sua formação em Sociologia, Economia e História Econômica o habilitou a desenvolver o projeto de unificação dessas ideias e fundamentos, se tornando um dos fundadores da Sociologia Econômica e o único a se envolver na construção de uma sistematização teórica sobre o tema.

De acordo com Swedberg (2003), a Sociologia Econômica pode ser definida de maneira geral como a aplicação da tradição sociológica para o estudo da ação econômica, com foco sobre o papel das relações sociais e das instituições sociais na economia. Viver em sociedade significa estar conectado a outras pessoas e tomar parte em suas instituições, e isso afeta a ação econômica de todos os atores econômicos, tanto na dimensão individual como no agregado. Dessa forma, a Sociologia Econômica se interessa pelos padrões da interação social e pelas instituições que as pessoas criam e usam em suas tentativas para sobreviver e obter lucros.

No entanto, Swedberg (2003) defende que, para além dos impactos das relações sociais sobre a ação econômica, a Sociologia Econômica também considerar o interesse. Nesse sentido, ele (2003) recomenda o estudo do interesse equivalente àquele trabalhado por Max Weber na obra **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Essa recomendação considera primeiro localizar o interesse das pessoas e então estudar as forças sociais que afetam esses interesses e que consequência isso terá. É proposto por Swedberg (2003) também trabalhar o interesse pela perspectiva de Weber, que afirma que interesses dirigem as ações das pessoas, mas a forma pela qual as pessoas veem o mundo é que determina qual será a direção de suas ações. Nessa proposta, as instituições não devem ser entendidas apenas como regras, mas como distintas configurações de interesses.

Do período intermediário, Swedberg (2003) nomeia Schumpeter, Parsons e Polanyi, sendo Polanyi a principal referência para os pensadores atuais, principalmente por sua contribuição na formulação do conceito de “embeddedness” e pela formulação de ferramentas conceituais referentes a diferentes formas de integração. Segundo o autor (2003), o mais famoso trabalho de Polanyi foi **The Great Transformation** (1944), escrito durante a Segunda Guerra Mundial, no qual ele observou as transformações na economia promovidas pela Inglaterra no século XIX. Nesse trabalho, Polanyi (2007) apontou que, por meio de transformações promovidas através de leis instituídas entre 1840 e 1850, que transformaram a terra e o trabalho em mercadorias, a questão central da economia passou a ser o mercado. Dessa forma, cria vida a chamada Economia de Mercado.

Na comparação entre os sistemas econômicos pré-capitalistas e o capitalista, Polanyi (2007) localizou a questão do “embeddedness”, ou, da imersão das relações sociais e econômicas. Nas sociedades pré-capitalistas, a noção de imersão, ou “embeddedness” se relacionava ao fato das relações econômicas estarem enraizadas em uma base social. Após a chamada “grande transformação”, o sentido do enraizamento mudou, de forma que, na verdade, as relações sociais é que se desenvolvem enraizadas em uma base econômica.

Com relação à versão da imersão de Polanyi, Swedberg (2003) explica que outros pensadores estabeleceram discordâncias sobre o argumento de que em sociedades pré-capitalistas o nível de imersão da ação econômica na vida social não seria tão superior em relação à vida pós modernização econômica. Esses autores acompanham o postulado de Adam Smith, pelo qual existe uma certa propensão na natureza humana a trocar, negociar e permutar bens entre si, com uma certa autonomia com relação ao mundo social. Esse tema veio a ser trabalhado novamente pela Nova Economia Institucional, sustentando que os comportamentos e as instituições previamente interpretados como imersos em sociedades de características pré-capitalistas e modernas podem ser melhor compreendidos como resultado da busca de interesses próprios por indivíduos racionais, mais ou menos atomizados.

Granovetter (2007) sustenta uma crítica tanto a postura de que o nível de imersão nas sociedades pré-capitalistas era maior quanto a de que a modernização da economia tenha reduzido esse nível de imersão. Apesar do debate trazer as sociedades pré-capitalistas como tema, o foco de Granovetter é discutir a questão na sociedade moderna. Especificamente ele desenvolve a elaboração teórica do conceito de imersão, com o intuito de oferecê-lo enquanto recurso para discutir uma questão colocada pela Nova Economia Institucional que é: quais transações na sociedade capitalista moderna tem lugar no mercado e quais estão confinadas a empresas hierarquicamente organizadas? (GRANOVETTER, 2007).

A construção teórica do conceito de imersão de Granovetter (2007) inicia pela crítica às concepções supersocializadas e subsocializadas do homem. A concepção supersocializada considera as pessoas como decisivamente sensíveis às opiniões dos outros e, portanto, obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores, interiorizados por meio da socialização. A concepção subsocializada e atomizada do indivíduo é a concepção adotada pela economia clássica e neoclássica, dentro da tradição utilitarista da ação humana. Nessa concepção, os argumentos teóricos rejeitam por hipótese todo impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo.

Granovetter (2007) observa que, nas duas concepções, apesar da sugestão de um contraste de visões, ambas têm em comum a ideia de que as ações e decisões são conduzidas por atores atomizados. Na abordagem subsocializada, a atomização resulta da busca utilitarista do interesse próprio; na abordagem supersocializada, a atomização está associada à ideia de que os padrões comportamentais são interiorizados e, portanto, as relações sociais existentes exercem efeitos apenas periféricos sobre os comportamentos. O autor argumenta que o fato de as regras interiorizadas de comportamento serem sociais em sua origem não torna a concepção

supersocializada menos utilitarista, tendo em vista que, nesta, como a origem da função utilidade é deixada em aberto, esta concepção pode deixar espaço para um comportamento orientado também por normas e valores consensualmente determinados. Portanto, ambas as concepções têm em comum o fato de isolarem os atores de seu contexto social.

Granovetter (2007) defende que é preciso uma análise da ação humana que evite sua atomização implícita nas concepções sub e supersocializadas. Na sua visão, os atores não se comportam e nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, tampouco adotam de uma forma servil um roteiro escrito pelas suas categorias sociais. Em vez disso, suas ações estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais que, por sua vez, são as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica, por meio das redes de relações sociais. É por esse caminho alternativo que este autor (2007) desenvolve a abordagem da imersão para o problema da confiança e da ordem na vida econômica, que se define entre a abordagem supersocializada da moralidade generalizada e a abordagem subsocializada dos dispositivos institucionais impessoais ao identificar e analisar padrões concretos de relações sociais.

No diálogo com a Nova Economia Institucional, Granovetter apresenta uma crítica ao argumento de Williamson sobre a organização da vida econômica. Segundo Williamson (1979), a depender dos custos de transação, as ações econômicas serão desempenhadas por empresas hierarquizadas ou por processos de mercado. Granovetter (2007) relaciona a hierarquização das ações como um processo supersocializado, cujo ordenamento depende da autoridade e do mecanismo de mercado como o processo subsocializado, regido pelo interesse utilitarista. Nessa perspectiva, ele propõe considerar o impacto das relações sociais nas ações econômicas, sob o argumento de que o mercado anônimo dos modelos neoclássicos praticamente inexistente na vida econômica e de que as transações de todos os tipos são associadas às conexões sociais. Neste aspecto, o autor (2007) afirma que a abordagem da imersão para o problema da confiança e da má-fé pode trazer outras respostas para a análise da organização econômica das empresas.

Quanto à questão da confiança e da má-fé, Granovetter (2007) argumenta que as relações sociais são fortes responsáveis pela produção de confiança na vida econômica, evidenciando, porém, que as mesmas relações que produzem confiança também podem oportunizar a má-fé, portanto, cada situação será determinada por detalhes da estrutura social da qual emergem essas relações. Mas de toda forma, o autor identifica as redes e as respectivas relações sociais como um mecanismo satisfatório, independente de instituições criadas para esse fim, para gerenciar as questões de confiança.

Em decorrência da abordagem de Granovetter, o conceito de rede passou a ser trabalhado como um instrumento que permite descrever e formalizar as interações entre os indivíduos. A ideia principal é que a situação e a identidade do ator dependem de suas interações com os outros atores e das interações que esses últimos mantêm com os outros membros da rede (STEINER, 2006).

2.1.4 A Abordagem do sistema agroindustrial e a abordagem da Cadeia Global de Valor

Azevedo (2000) elaborou um artigo no qual apresenta os princípios da Nova Economia Institucional, aplicando esses conceitos especificamente ao caso da agricultura. Baseado em North e Williamson quanto à influência das instituições nos arranjos econômicos, afirma que os sistemas agroindustriais são áreas em que as instituições, em seus diversos níveis de análise, são especialmente importantes, tendo efeito sobre as ações daqueles que compõem os sistemas agroindustriais, como é o caso de questões denominadas de macro analíticas, envolvendo a propriedade da terra, a política de preços mínimos, a reforma agrária e as políticas de soberania e segurança alimentar por exemplo, e as micro analíticas, que integram relações específicas entre indivíduos, associações, cooperativas ou empresas.

No que se refere à entrada da Nova Economia Institucional enquanto abordagem relevante na análise da economia agrícola, Zylbersztajn (2014) explica as contribuições de Ronald Coase para a economia das organizações. Essa contribuição ocorre na medida em que lança o olhar para o sistema formado por diversas firmas e a complexidade que isso implica, criando um arranjo institucional que atua em uma realidade de imperfeições que impedem a eficiência do mecanismo de preços na regulação econômica. Dessa forma, demanda outros mecanismos além daquele, de natureza contratual, na conexão de agentes especializados, com foco no controle de seus custos de transação.

Zylbersztajn (2014) explica sobre as influências de Ray Goldberg, enquanto desenvolvedor da abordagem do “agribusiness systems approach”, que combinando o conceito de firma enquanto nexo de contratos com a literatura da economia das organizações, e da nova economia institucional, embasou o conceito de Sistema Agroindustrial (SAGs). Goldberg, segundo Zylbersztajn (2014), se desloca da unidade agrícola e passa a considerar todo o sistema de produção até o consumidor final. A abordagem do “agribusiness systems approach”, além da visão sobre o conjunto dos setores e das relações intersetoriais, baseado na matriz Leontief, também observou as mudanças nos consumidores finais e sua influência sobre as estratégias das empresas atuantes nos SAGs, identificando que os consumidores passaram a exercer forte papel de transformação na agricultura, resultando em inovações tecnológicas e organizacionais.

De forma complementar, Zylbersztajn (2014) analisa a governança, definida como a capacidade de coordenação e comando de sistemas complexos de produção. Ressalta que na economia moderna das organizações, esse conceito focaliza a formação de arranjos contratuais entre firmas com vistas a gerar incentivos para a produção e partilha de valor. Dessa forma, analisar um o SAG é analisar um complexo de transações e a sua governança.

O autor ressalta que a necessidade da governança coloca em questão a capacidade do sistema de preços em coordenar relações econômicas dentro de um sistema agroindustrial. Apesar da grande contribuição da análise econômica de mercados na abordagem baseada nos mecanismos de preços, Zylbersztajn (2014) ressalta que essa análise não é suficiente para o estudo dos arranjos de coordenação da produção que se utilizam de outros mecanismos, como contratos, alianças estratégicas, relacionamentos informais etc.

Por outro lado, segundo Zylbersztajn (2014), os estudos sobre governança permitem captar aspectos relativos à estratégia das organizações, à integração vertical e horizontal, aos estudos dos contratos e à alocação dos direitos de propriedade; permitem também analisar os efeitos das mudanças institucionais sobre os incentivos que movem os atores envolvidos na produção. Esses estudos tornaram ainda mais relevante na medida em que as complexidades dos SAGs se revelaram em quatro dimensões: a internacionalização dos sistemas, com etapas do processo produtivo desenvolvidas em países diferentes; as relações dos SAGs com a sociedade, gerando tensões e envolvendo indiretamente atores afetados; a submissão dos SAGs globais a formas de regulação que envolve uso de recursos, desequilíbrios de poder e assimetrias de informações; e o avanço dos países que passaram por aumentos de renda, com reflexos sobre o consumo de alimentos e sobre o uso dos recursos finitos.

Zylbersztajn (2014) considera a abordagem dos sistemas agroindustriais (SAGs) de grande utilidade para o estudo do desenvolvimento da agricultura e de suas relações com outros setores e com a sociedade. Considera que a agricultura representa um exemplo de adoção de mecanismos complexos de coordenação, exemplificando o caso da agricultura brasileira que, no período colonial era uma empresa totalmente integrada verticalmente por produzir todos os insumos de que necessitava para exportar o produto final. Após um processo de desintegração, hoje a empresa agrícola compra serviços de extensão rural, de plantio e colheita, mantém relações de coordenação horizontal por meio de cooperativas e recebe a influência direta da indústria para a qual fornece seu produto.

Especificamente com relação ao mercado de commodities, de grande importância para a produção da agricultura familiar, conforme já afirmou Wilkinson (2008a), esse também passou por transformações ao longo do processo de desregulamentação por parte do Estado, de integração regional e global, modificações com relação a exigências de qualidade e processos e formas de coordenação. Neste sentido, autores que analisam cadeias produtivas e cadeias produtivas globais têm defendido ser interessante analisar o mercado das commodities sob a ótica da transformação da Cadeia Produtiva Global para a Cadeia Global de Valor (CGV).

Segundo Carneiro (2015), é importante diferenciar a fragmentação da produção, entre firmas ou entre países, da cadeia de valor, ou Cadeia Global de Valor. A análise da fragmentação da produção põe foco no produto e nas suas várias etapas produtivas, que se distribuem entre firmas ou países na medida em que as relações benefício/custo assim recomendam. Com a redução dos custos de transporte e outras operações em várias partes do mundo associadas à evolução da tecnologia da informação, a fragmentação da produção em nível global se tornou mais potente. No entanto, a análise da Cadeia Global de Valor vai mais além, passando a distinguir processos e serviços envolvidos na cadeia e tem, segundo Carneiro (2015), a característica da verticalização dos processos e da coordenação por uma única firma, a firma líder.

Conforme Baldwin (2013) citado por Carneiro (2015), as Cadeias Globais de Valor se constituem no entrelaçamento de pelo menos quatro dimensões: a do comércio de bens (partes e componentes); a do investimento internacional em unidades produtivas, treinamento, tecnologia e relações interempresariais de longo-prazo; a dos serviços, fundamentais na coordenação da produção dispersa; e a dos fluxos fronteiriços de conhecimento, incluindo propriedade intelectual e know-how empresarial e produtivo.

Quanto à coordenação das Cadeias Globais de Valor, Carneiro (2015) explica que a governança se dá de forma hierárquica, em que a posição de cada empresa na cadeia é importante cabendo à empresa líder a capacidade de influenciar o funcionamento do restante da cadeia, a capacidade de definir os benefícios que lhe cabe, de controlar processos, de definir padrões de qualidade que os outros participantes da cadeia precisam seguir, e o poder de estabelecer os contratos. O autor explica que esse poder é constituído pela posse por parte da empresa líder, de ativos ou competências estratégicas e específicas, como por exemplo, as marcas, tecnologia, conhecimento, que também fortalecem seu poder de mercado, o que lhe permite capturar parcela do valor gerado superior aos demais componentes da cadeia.

Gereffi (1994) identificou dois tipos principais de cadeia segundo a estrutura de governança, sendo uma delas a que é coordenada pelos produtores (producer-driven) e a outra a que é coordenada pelos compradores (buyer-driven), sendo esta última mais frequente em setores de tecnologia menos avançada, nos quais as barreiras à entrada no setor de produção geralmente são menores e os ativos estratégicos estão mais relacionados a fatores de mercado, como reputação, marca ou controle de redes de distribuição. Dessa forma, são predominantemente lideradas por grandes empresas varejistas ou detentoras de marcas importantes, que terceirizam a produção para uma rede de fornecedores independentes e que capturam pequenas parcelas do valor agregado gerado na cadeia.

As cadeias do tipo producer-driven, por sua vez, tendem a predominar em setores de alta tecnologia, com grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos, dominam a tecnologia e a produção de insumos estratégicos, terceirizando atividades de menor complexidade para uma rede de fornecedores que irão capturar parcelas menores do valor agregado pela cadeia.

Gereffi, Henphrey e Sturgeon (2005) elaboraram uma tipologia de governança da Cadeia Global de Valor com cinco tipos de relacionamento entre os participantes: o relacionamento de mercado, o relacionamento modular, o relacional, o relacionamento cativo e o relacionamento hierárquico. Segundo os autores, a predominância de um ou de outro

dependerá dos fatores relacionados à complexidade da informação que transita entre os atores da cadeia, o grau em que esta informação pode ser codificada e o nível de capacitação dos fornecedores.

Nos relacionamentos de mercado, as transações são simples, com fácil fluidez de informação e pouca ou nenhuma coordenação entre compradores e vendedores, sendo o preço o mecanismo central de governança. Nas relações de conexão modular, as transações, mesmo complexas, são fáceis de serem codificadas e transmitidas para fornecedores altamente qualificados, e a importância do papel da tecnologia da informação nesse processo é bastante evidente.

A governança relacional compreende casos nos quais a informação não é facilmente codificada, implicando na necessidade de alto grau de interação entre compradores e vendedores, demandando tempo para o alcance do grau de confiança necessário para a efetivação da transação, o que leva essas relações a serem duradouras. As conexões cativas caracterizam-se pela assimetria de poder entre a firma líder e um conjunto de fornecedores de menor porte e um forte grau de controle e monitoramento da empresa líder com relação aos fornecedores. A relação hierárquica ou integração vertical ocorre nos casos em que a informação é muito complexa, ou não pode ser codificada ou porque não há fornecedores com o nível de competência necessário.

Oliveira (2014) ressalta que esses padrões de governança são tipos ideias, sendo que, na realidade, as relações nas cadeias são bem mais complexas, chegando a apresentar misturas dos diversos padrões de governança ao longo do tempo, no entanto, a distinção desses padrões é importante para compreender, por exemplo, porque relações modulares podem ser coordenadas à distância, enquanto conexões relacionais geralmente exigem proximidade entre as firmas, induzindo à formação de clusters geograficamente localizados.

O autor explica também a dimensão institucional da análise das cadeias globais de valor, o que significa considerar e identificar de que maneira o contexto institucional no qual a cadeia está inserida molda o funcionamento da cadeia. Além de conjunturas de natureza econômica, como a disponibilidade de fatores de produção e infraestrutura, é preciso observar os aspectos sociais, como o nível educacional, participação feminina na força de trabalho, e as questões institucionais formais, como a legislação trabalhista e fiscal e políticas de inovação.

Wilkinson (2008b) argumenta que, nos anos 1970 e 1980, foram importantes as abordagens sobre cadeias agroindustriais e *filières* para a análise da modernização agrícola na América Latina a partir do final dos anos de 1970. Dentre os focos das abordagens, estava a questão da inovação, principalmente da biotecnologia, da integração vertical e do poder econômico, no contexto das fusões e aquisições e da transnacionalização, características da década de 1980.

A partir da década de 1990, conforme o autor, a essência das estratégias competitivas apresentou-se no sentido da coordenação e controle vertical das cadeias e na observação dos custos de transação tendo em vista as estratégias de desintegração das empresas em escala global. Essas estratégias trazem à tona a volta da importância das análises das cadeias de commodities e evidencia o papel do varejo na coordenação vertical dessas cadeias.

Segundo Wilkinson (2008), isso se deve à industrialização parcial da cadeia agroindustrial que, por sua vez, se deve ao fato de o processo produtivo agroindustrial encontrar restrições no processo produtivo da natureza. Assim, enquanto a indústria de alimentos fornece alimentos processados, o varejista assume a coordenação do processo de comercialização dos produtos frescos e in natura, em muito impulsionado por mudanças nos hábitos de consumo associados à preocupação com a saúde. No caso das cadeias das commodities tradicionais, a queda de preços desses produtos nos anos 1990 revelou a persistente importância desses produtos para milhões de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, dando origem aos movimentos do comércio justo.

O autor destaca que a compreensão das cadeias agroalimentares, tanto de produtos tradicionais de exportação como dos produtos não-tradicionais voltados ao varejo implica em considerar a maneira como os atores estratégicos estão se reposicionando no sentido de valorizar a articulação com a demanda que, por sua vez, apresenta novas preferências.

2.2 Metodologia

Segundo Crotty (1998), a construção de uma pesquisa implica em deixar claro os quatro aspectos fundamentais de seu trabalho: os paradigmas da pesquisa, as perspectivas teóricas, a metodologia e o método. Para o autor, a epistemologia é a teoria do conhecimento imersa na perspectiva teórica a qual é a instância filosófica da metodologia escolhida e proporciona o embasamento para os processos da pesquisa. A metodologia é o plano de ação, ou a estratégia por trás da escolha de determinado método tendo em vista os objetivos da pesquisa. E o método são as técnicas e procedimentos utilizados para reunir e analisar os dados da pesquisa referentes aos objetivos e hipóteses.

Minayo (1994) entende a metodologia como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Portanto, considera enquanto metodologia as percepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e a competência e criatividade do pesquisador.

Saccol (2009) nomeia o método enquanto o plano de ação, ou estratégia de pesquisa, e os procedimentos para levantamento dos dados são denominados enquanto técnicas de coleta de dados.

Marconi e Lakatos (2019) diferenciam o método científico dos métodos de procedimento. Conforme os autores, o método científico é o método de abordagem, caracterizado por uma abordagem mais ampla, em um nível de abstração mais elevado dos fenômenos da natureza e da sociedade, como por exemplo, o método indutivo. Pelo método indutivo de abordagem, a aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias.

Os métodos de procedimento, para Marconi e Lakatos (2019), são as etapas mais concretas da investigação, relacionadas ao fenômeno estudado e limitadas a um domínio particular. Gil (2009) também se refere aos métodos da pesquisa enquanto os meios técnicos da investigação, e argumenta que o quanto o termo pode ser mais restrito e semelhante a técnicas de coleta de dados, ou mais abrangente, é um critério variável entre pesquisadores.

Por essa razão, o termo delineamento da pesquisa, de Gil (2009), pareceu ser mais identificado com o que se quer utilizar ao enunciar a forma como a pesquisa foi organizada e executada. Para esse autor (2009), o delineamento da pesquisa é a explicitação do planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo sua diagramação, suas análises e a interpretação de dados, considerando o ambiente no qual os dados são coletados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

É na dimensão do método de Saccol (2009), dos métodos de Marconi e Lakatos (2019) ou do delineamento da pesquisa de Gil (2009) que se localiza o estudo de caso.

Yin (2015) se refere a esse tipo de delineamento como a pesquisa de estudo de caso, e a define como uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real. O autor argumenta que esse tipo de delineamento é especialmente preferível quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes e quando as principais questões da pesquisa são “como?” ou “por quê?”.

O estudioso (2015) também explica que a pesquisa de estudo de caso compreende um método abrangente, envolvendo a lógica do projeto, as técnicas de coleta de dados e as abordagens específicas de análise de dados, portanto, não se confundindo enquanto apenas uma

técnica de coleta de dados. Por suas características, o estudo de caso pode ser utilizado para qualquer orientação epistemológica e demanda a combinação de várias fontes e diferentes procedimentos para a sua fase de levantamento de dados. As fontes utilizadas são os documentos, registros, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Para Creswell (2009), o estudo de caso é uma abordagem qualitativa, na qual o pesquisador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real, ou múltiplos sistemas delimitados, ao longo do tempo, por meio de coleta de dados detalhada em profundidade envolvendo múltiplas fontes de informação.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Explica que a diferença entre dados ou análises qualitativas ou quantitativas se referem à natureza e não a modalidades distintas de pesquisa, por isso, elas não se contrapõem, pelo contrário se complementam. Isso porque os dados quantitativos se adequam à análise do visível, morfológico e concreto, e os dados qualitativos captam significados, e a combinação das duas modalidades permitem abordar a complexidade da realidade.

Saccol (2009) afirma que o estudo de caso pode ser utilizado tanto por pesquisas de paradigma positivista quanto de paradigma interpretativista e, no mesmo sentido, o pesquisador de um estudo de caso de paradigma interpretativista pode dispor tanto da pesquisa qualitativa quanto da quantitativa. Nesse caso, a pesquisa quantitativa funciona como um recurso complementar ao estudo qualitativo mais amplo.

Para Crotty (1998), a epistemologia e a ontologia formam o paradigma da pesquisa, refletindo a visão de mundo do pesquisador e a instância filosófica utilizada na busca pelo método da pesquisa. Existe também a questão axiomática, referindo-se à questão dos valores e da postura do pesquisador frente ao seu objeto de pesquisa.

Conforme explica Saccol (2009) e Crotty (1998), de forma bastante sintética, a ontologia se refere à forma de entender como as coisas são, e é dividida entre as correntes do realismo, da interação sujeito-objeto e do idealismo. A epistemologia é a forma de entender como o conhecimento é gerado, e também se subdivide em correntes: a objetivista, a construtivista e a subjetivista. A interação entre a ontologia e a epistemologia formam o paradigma de pesquisa, que é a instância filosófica que define a metodologia de pesquisa e que se ramifica em várias correntes de paradigmas.

Especificamente para esta tese, o paradigma de pesquisa trabalhado foi o interpretativista. Saccol (2009) explica que o paradigma interpretativista é construído pelas seguintes concepções: a) adota a ontologia da interação sujeito-objeto, que admite a interação entre as características de um determinado objeto e a compreensão que os seres humanos criam à respeito desse objeto, socialmente, por meio da intersubjetividade; b) se baseia na epistemologia construtivista, na qual todo conhecimento sobre a realidade depende das práticas humanas, sendo construído por meio da interação entre as pessoas e o mundo em que se vive, e sendo transmitido em um contexto social.

Ainda segundo Crotty (1998) e Saccol (2009) no interpretativismo: a) a preocupação é com a interpretação dos fatos; b) seu método de abordagem é o indutivo; c) do ponto de vista axiológico reconhece a presença de valores pessoais do pesquisador no processo de pesquisa; d) a linguagem pode ser utilizada de forma pessoal; e) os métodos da pesquisa são qualitativos; f) a pesquisa é sempre situada, ou seja, ocorre no contexto real e considera suas particularidades; g) utiliza-se de descrição consistente de dados levantados, da interpretação do pesquisador e de modelos baseados em conceitos para a construção da representação da realidade; h) não prevê o controle do objeto estudado, pelo contrário, acredita que o padrão de conduta social muda

constantemente, logo, não há interesse em prever ou controlar eventos, mas sim em compreendê-los profundamente; i) quanto à amostragem considera a visão de diferentes atores que estejam relacionados ao fenômeno, mas, raramente, adota a lógica de amostragem estatística.

Saccol (2009) explica que a lógica predominante no paradigma interpretativista é a indutiva, pois o pesquisador procura não impor seu entendimento prévio sobre a situação pesquisada, por isso não é preciso a imposição de categorias, constructos pré-definidos. Nesse sentido, a autora também explica sobre a axiologia, ou seja, a questão dos valores, argumentando que o interpretativismo assume que o pesquisador nunca possui uma posição neutra, mas sim que suas pressuposições, crenças, valores e interesses sempre intervêm na modelagem de suas investigações.

Porém, ainda segundo Saccol (2009), de acordo com a Hermenêutica, e outras linhas do interpretativismo, são justamente as pressuposições e crenças que criam as condições para a compreensão do mundo e para a escolha de questões de investigação, e que a pesquisa interpretativista assume como resultado de uma investigação não dos fatos em si, mas sim a interpretação do pesquisador sobre a interpretação dos indivíduos que participam de um determinado fenômeno. Os resultados dos estudos interpretativistas, denominados de abstrações, contribuições e generalizações, podem se constituir de desenvolvimento de novos conceitos, geração de novas teorias, indicação de implicações específicas e contribuições para novas percepções.

A autora (2009) afirma que o paradigma interpretativista não trabalha com a lógica da amostragem estatística, portanto, ao selecionar participantes da uma pesquisa, opta-se por acessar aqueles atores que estão mais diretamente envolvidos com o fenômeno em questão. Quanto mais puderem participar com pontos de vistas diferentes mais completo será o entendimento do fenômeno. No entanto, o critério de seleção de novos participantes é a consistência e contribuição de cada sujeito com novos dados e o ponto de saturação é quando novos indivíduos ou casos não apresentam nada de novo.

Minayo (1993) define o ciclo da pesquisa, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma questão e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas investigações.

Segundo a autora, o ciclo começa com a fase exploratória de pesquisa, em que se questiona sobre o objeto, sobre os pressupostos, sobre as teorias pertinentes, sobre a metodologia e sobre as técnicas apropriadas, ou seja, a fase pertinente à construção do projeto de pesquisa. A fase seguinte é o estabelecimento do trabalho de campo, que consiste no recorte empírico da referida construção teórica e que vai combinar entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, institucional e etc. O ciclo segue para o tratamento do material recolhido, que consiste na fase do confronto entre a abordagem teórica e a investigação de campo, e que pode conduzir a novas teorizações.

Para explicitar a metodologia utilizada nesta tese foi utilizada a noção de ciclo da pesquisa a fim de organizar a descrição de todos os processos.

2.2.1 Fase exploratória

2.2.1.1 Objeto, pressupostos e delineamento

A fase exploratória resultou na definição da cafeicultura da Zona da Mata de Minas Gerais, desenvolvida pela agricultura familiar como o objeto de estudo. Nos questionamentos sobre esse objeto, considerou-se intrigante a resiliência da produção do café comercial por esse grupo, ainda que a análise do discurso sobre os novos paradigmas da cafeicultura mundial, nacional e regional aponte para os cafés qualificados (finos e sustentáveis). Esses

questionamentos e as primeiras investigações exploratórias, por meio de pesquisa bibliográfica, observação simples e entrevistas informativas ajudaram a delimitar o estudo de caso.

A observação simples, Segundo Gil (2009), é aquela na qual o pesquisador observa os fatos de maneira espontânea, mais enquanto um expectador do que um ator. Apesar de informal e não planejada, exige um mínimo de controle na observação dos dados, cujo levantamento é seguido de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização requerida enquanto procedimento científico.

Beaud e Weber (2014) explicam que a entrevista informativa é aquela típica da fase exploratória, realizada no início da pesquisa, na qual se pede para interlocutores esboçarem um primeiro panorama relativo ao tema de pesquisa. No caso desta tese, muitos dos entrevistados para a fase de levantamento dos dados também foram entrevistados na fase das entrevistas informativas.

Dessa forma, dentro do contexto da cafeicultura na Zona da Mata mineira, que é heterogênea em termos de tipos de café e características de produtores, delimitou-se o caso às principais microrregiões produtoras de café, que são as de Manhuaçu, Muriaé e Viçosa, e ao estudo da produção e comercialização dos tipos de café predominantes nessas microrregiões, que são os cafés padrão comercial bebida fina, bebida dura e padrão comercial inferior.

Da delimitação do estudo de caso e da compreensão preliminar de seu contexto, foram definidas as questões problema, os objetivos e as hipóteses, conforme exposto na seção 1.4 desta tese. A partir dessas definições e da delimitação do estudo, o campo da pesquisa também ficou melhor definido, composto então das microrregiões importantes na produção do café na Zona da Mata mineira: Manhuaçu, Muriaé e Viçosa. Os mapas da Figura 5 indicam a localização geográfica dessas microrregiões.

Figura 5– Região da Zona da Mata de Minas Gerais e as respectivas microrregiões



Fonte: Elaborada por Alice do Vale Campos Simão (2020).¹

Por se tratar de uma atividade econômica envolvida em um Sistema Agroalimentar Global, a pesquisa se tornou multicampo, de forma que também foi necessário coletar dados, proceder a pesquisa bibliográfica e trabalhar a observação fora dos limites do campo referente à produção do café. Especificamente foi preciso desenvolver pesquisas acompanhando as rotas do comércio do café no Brasil e no exterior.

Ainda na fase exploratória, foram realizadas as observações simples nos seguintes eventos:

- a) Na Semana Internacional do Café, entre os dias 25 a 27 de outubro de 2017;

¹ Profissional da área de designer gráfico.

- b) Nas reuniões promovidas pelo NEAP (Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri) do IF (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) do Campus Muriaé, em parceria com a Coopaf (Cooperativa da Agricultura Familiar de Muriaé e região) e com os STR's (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) de diversos municípios da Zona da Mata mineira realizadas entre 2017 e 2019;
- c) Em diversas reuniões do NEAP com produtores e produtoras da agricultura familiar em função de diversos projetos e parcerias, como as reuniões periódicas com o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET), do conselho do território da Serra do Brigadeiro, capacitação das mulheres; e
- d) Visitas aos municípios e em algumas propriedades em Vieiras, Ervália, Belizário, Rosário da Limeira, Divinésia, Pedra Dourada, Carangola, Caratinga e Divino.

Cabe adicionar, enquanto recurso de observação simples e de certa forma de observação participante natural, a vivência da pesquisadora enquanto filha de produtor de café, moradora, em diferentes épocas, nos municípios de Paula Cândido, Viçosa e Muriaé, localizados nas microrregiões produtoras de café, e nos quais a atmosfera econômica e cultural é fortemente ligada a cafeicultura.

Segundo Gil (2009), a observação participante consiste na participação real na vida da comunidade, grupo ou de uma situação determinada, caracterizando uma vivência pela qual chega-se ao conhecimento da vida desse grupo. Uma das formas dessa observação é a chamada natural, na qual o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga.

Essa observação participativa natural permitiu a pesquisadora conhecer em profundidade tanto a dinâmica produtiva e comercial da cafeicultura quanto a ligação dessa atividade com as demais atividades econômicas, com a cultura e com a vida social da região. Em contraste também, a pesquisadora viveu por alguns anos no município de Juiz de Fora e por alguns meses no município de Ponte Nova. Esses municípios se localizam em outras regiões nas quais as atividades econômicas são outras e que serviram de contraponto na interpretação da vivência heterogênea da Zona da Mata.

A partir da fase exploratória foi construído o protocolo para estudo de caso, conforme as orientações de Yin (2015) e Toledo e Shiaishi (2009).

2.2.1.2 Protocolo do estudo de caso

1. Visão geral do estudo de caso:
 - a) Título: Oportunidades, desafios e tendências da comercialização do café padrão comercial na região da Zona da Mata de Minas Gerais.
 - b) Objetivo geral: investigar como se caracteriza a dinâmica da cadeia produtiva local do café na Zona da Mata, em correlação com a dinâmica da cadeia global, no contexto das mudanças institucionais e da realidade das novas exigências de mercado emergentes a partir dos anos 1990 e em consolidação a partir dos anos 2000.
 - c) Questões, proposições e estrutura teórica do estudo de caso – sumarizadas no Quadro 8:

Quadro 8- Questões, proposições e estrutura teórica do estudo de caso (Continua)

Questões da pesquisa	Proposições	Embasamento teórico
Como se caracteriza a produção do café padrão comercial na Zona da Mata de Minas Gerais?	1. Devido às peculiaridades e diversidades da agricultura familiar, normas institucionais formais e informais associadas à condição camponesa, dentre elas o squeeze entre preços e	Concepções sobre a agricultura familiar (ABRAMOWAY, 2012; WANDERLEY, 2009; PLOEG, 2008 e 2009; SCHNEIDER, 2016)

Quadro 8 – Continuação.

	custos, reforçam as práticas produtivas do café comercial ao mesmo tempo em que geram ambientes de incertezas e resistência à transição para cafês qualificados.	Instituições formais e informais (Nova Economia Institucional – NORTH, 1990), relações sociais, relações de confiança, racionalidade circunstancial (Nova Sociologia Econômica – GRANOVETTER, 2007).
Como essa produção se relaciona ao SAG do café?	2. Sendo o café padrão comercial uma produção destinada ao mercado, pressupõe-se alguma forma de governança e de coordenação entre a produção da Zona da Mata e o SAG.	Unidade de produção enquanto um nexos de contratos e sujeita a arranjos institucionais (Nova Economia Institucional – COASE, 1937; WILLIAMSON – 1985; NORTH - 1990), formas híbridas de coordenação e relações de confiança (Sociologia Econômica - GRANOVETTER, 2007), Sistemas Agroindustriais (ZILBERSZTAJN, 2014; ZILBERSZTAJN ; FARINA, 1999; NEVES E CALEMAN, 2015), Cadeia Global de Valor (CARNEIRO, 2015; GEREFFI, 1994; GEREFFI; HENPHREY ; STURGEON , 2005).
Que oportunidades e desafios são consolidados a partir das dinâmicas globais e locais desse sistema?	3. Segundo a literatura as dinâmicas globais abrem oportunidades no segmento do café qualificado e estreita possibilidades de ganhos no mercado do padrão convencional devido ao Paradoxo das Commodities. No entanto, a primeira proposição orienta para a produção de café padrão comercial na Zona da Mata, o que leva a crer que oportunidades para esse café no SAG são reais.	(DAVIRON ; PONTE, 2005; GRABS; PONTE, 2019), Cadeias Globais de Valor (CARNEIRO, 2015; GEREFFI,1994; GEREFFI, HENPHREY; STURGEON (2005), Concepções sobre a agricultura familiar (ABRAMOWAY,2012; WANDERLEY, 2009; PLOEG, 2008 e 2009; SCHNEIDER, 2016), relações da agricultura familiar com mercados (WILKINSON, 2008a)
Quais tendências e expectativas podem ser desenhadas para a Zona da Mata a partir das configurações e da	4. Teoricamente a Zona da Mata tenderia a ter dificuldades para vender sua produção de café padrão comercial em função da preferência do SAG do café pelo café qualificado.	(DAVIRON; PONTE 2005).

Quadro 8 – Continuação.

dinâmica da cadeia produtiva do café?	Mas as proposições 1 e 3 sugerem que pode haver expectativas menos negativas nesse comércio.	
---------------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

2. Procedimentos de coleta de dados:
 - a) Aspectos metodológicos: pesquisa de natureza exploratória, qualitativa e quantitativa com uso de método do estudo de caso;
 - b) Indivíduos e entidades visitadas ou contatadas: agricultores e agricultoras das unidades produtivas cafeeiras da Zona da Mata de Minas Gerais, representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais da região da Zona da Mata de Minas Gerais, técnicos agrícolas das unidades da Emater da região da Zona da Mata mineira, consultores do Centro de Tecnologia Alternativas da Zona da Mata, Departamentos de Agronomia e de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, escritórios de corretagem e comercialização do café nas praças comerciais da Zona da Mata mineira;
 - c) Procedimentos para proteção de sujeitos humanos: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
 - d) Unidade de análise: características e dinâmicas da produção e da comercialização do café comercial da Zona da Mata de Minas Gerais;
 - e) Fonte de evidências: produtores e produtoras de café na Zona da Mata, consultores, técnicos, extensionistas, acadêmicos e demais profissionais ligados à cafeicultura da Zona da Mata, agentes do comércio do café, eventos sobre a cafeicultura, banco de dados sobre comércio nacional e internacional do café, material científico sobre os temas técnicos, socioeconômicos e comerciais sobre o café, banco de dados estatísticos e repositório de documentos;
 - f) Instrumentos de coleta de dados: roteiros de entrevistas, roteiro de observações simples, observações sistemáticas e observações participativas, levantamento bibliográfico, levantamento estatístico e levantamento documental; e
 - g) Advertências logísticas: necessidade de observar as condições de estradas e acessos nas áreas rurais em função da época das chuvas, necessidade de observar as distâncias das unidades para entrevistas com relação ao local da sede da pesquisadora para efeito de planejamento de viagens, necessidade de observar a pouca disponibilidade de entrevistados em decorrência da época da colheita do café, atenção à apresentação das credenciais da pesquisadora, enquanto doutoranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e atenção às condições de apoio para registro das entrevistas e acesso à internet.
3. Questões de coleta de dados
 - a) Busca por características socioeconômicas da Zona da Mata de Minas Gerais por meio de levantamento estatístico e bibliográfico;
 - b) Roteiro norteador para a coleta de dados sobre a dinâmica produtiva da Zona da Mata de Minas Gerais por meio de entrevistas aos produtores – Anexo B;
 - c) Questões para agentes da comercialização do café da Zona da Mata – Anexo C;
 - d) Busca de características da cafeicultura da Zona da Mata de Minas Gerais por meio de levantamento bibliográfico (tipos de café produzido, proporções por tipo de produção, perfil do produtor por tipos de café e mecanismos de estímulo ou desestímulo à produção por tipo de café);
 - e) Busca por características da cafeicultura da Zona da Mata de Minas Gerais por meio de levantamento estatístico (volume produzido de café, área plantada de café, preços do café e custos de produção do café); e

- f) Busca por características da comercialização nacional e internacional do café por meio de levantamento estatístico, bibliográfico e documental.

4. Guia para o relatório do estudo de caso

- a) Quanto ao formato do relatório: trata-se de um estudo de caso único;
- b) Quanto à estrutura da composição: segue a estrutura analítica linear, na qual são apresentados, nesta ordem, a contextualização e problematização da pesquisa, a revisão de literatura, o método da pesquisa e suas descobertas e análise e as conclusões e considerações gerais assim como as implicações para o problema de pesquisa; e
- c) Quanto ao método de pesquisa e literatura pesquisada: realizada a descrição e análise da literatura pesquisada, a descrição das técnicas da pesquisa e a descrição da estratégia analítica, que consiste da lógica da combinação de padrão, na qual o padrão empírico é comparado ao padrão previsto antes da pesquisa (YIN, 2015).

2.2.2 Fase do trabalho de campo

O trabalho de campo foi iniciado com a elaboração de um roteiro norteador (Anexo B) para as entrevistas e com a busca por entrevistados. O roteiro consistiu em questões de interesse direto para a pesquisa, mas também deixou espaço para as manifestações livres dos entrevistados. Beaud e Weber (2014) orientam, para estes casos, a entrevista aprofundada, na qual o entrevistado se sente à vontade e tem muito a dizer, assumindo uma postura de testemunha. As entrevistas duraram cerca de duas horas, conforme a expectativa das autoras para esse tipo de entrevista. E de fato as informações foram muito ricas e completas.

Embora seja uma recomendação forte de Beaud e Weber (2014), poucas entrevistas foram gravadas, ou porque o entrevistado deliberadamente não se sentiu à vontade para ser gravado e ou pela percepção da pesquisadora de que a gravação inibiria o entrevistado e prejudicaria a fluidez da conversa. Porém todas elas foram anotadas na ocasião da conversa, com momentos de retorno e conferência das ideias. Também foi mantido o anonimato dos entrevistados, seguindo a preferência da maioria deles.

As entrevistas foram direcionadas para os temas relativos à produção e à comercialização do café do ponto de vista dos produtores e das instituições de apoio à atividade e à agricultura familiar, e foram realizadas presencialmente nos municípios de Alto Caparaó, Manhauçu Muriaé, Araponga, Viçosa e Paula Cândido. Os entrevistados, tanto produtores quanto representantes de organizações, foram escolhidos em função do potencial de dados e informações que poderiam dispor com relação ao tema da pesquisa, especificamente quanto aos cafés qualificados, à cafeicultura da Zona da Mata de forma geral, quanto ao café comercial e quanto à proximidade e representação dos produtores da agricultura familiar.

O Quadro 9 sintetiza a relação e a relevância dos entrevistados.

Quadro 9- Perfil e abrangência de informações dos entrevistados sobre a cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais entre 2018 e 2020 (Continua)

Entrevistado	Referência	Área de atuação e experiência
1	Produtora rural, presidente da Cooperativa da Agricultura de Muriaé e região.	Municípios da microrregião de Muriaé
2	Coordenador técnico regional da Emater Regional de Muriaé.	Toda a Zona da Mata, com forte atuação e conhecimento sobre os municípios da microrregião de Muriaé, regiões de Manhauçu, Alto Caparaó e Espera Feliz. Araponga, Ervália e Viçosa.

Quadro 9 – Continuação.

3	Gerente da Emater regional de Muriaé	Toda a Zona da Mata, com forte atuação e conhecimento sobre os municípios da microrregião de Muriaé, regiões de Manhuaçu, Alto Caparaó e Espera Feliz. Araponga, Ervália e Viçosa.
4	Produtor de café padrão comercial e de cafés qualificados	Municípios da microrregião de Manhuaçu.
5	Produtor de café padrão comercial, de cafés qualificados, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu e secretário de agricultura do município de Manhuaçu.	Municípios da microrregião de Manhuaçu.
6	Professora da Universidade Federal de Viçosa, coordenadora e militante do movimento agroecológico da Zona da Mata de Minas Gerais.	Toda a região da Zona da Mata mineira com forte atuação na microrregião de Viçosa.
7	Consultor do Centro de Tecnologias da Zona da Mata de Minas Gerais	Toda a região da Zona da Mata mineira com forte atuação na microrregião de Viçosa.
8	Produtora de cafés especiais no município de Araponga	Municípios da microrregião de Viçosa e de Manhuaçu.
9	Produtora de café padrão comercial e de café agroecológico no município de Araponga. Representante da Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares e Economia Solidária de Araponga-MG (COOFA).	Municípios da microrregião de Viçosa.
10	Produtor de café padrão comercial, experiência anterior enquanto gerente da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Muriaé (COCAMUR), atualmente consultor do Certifica Minas pelo Instituto Mineiro de Agropecuária.	Toda a região da Zona da Mata, com forte atuação nas microrregiões de Manhuaçu, Muriaé e Viçosa.
11	Produtor de café padrão comercial tipo bebida dura e tipo bebida fina.	Conhecimentos sobre a microrregião de Viçosa e atuação no município de Paula Cândido.
12	Agrônoma com experiência anterior no IF Sudeste MG – Campus Muriaé e atualmente extensionista rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.	Conhecimento sobre as microrregiões de Muriaé e Viçosa.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Observações sistemáticas também foram realizadas nos seguintes eventos:

- a) Reuniões sobre o projeto para implantação do Sistema Participativo de Garantia (SPG) para os produtos orgânicos da Zona da Mata de Minas Gerais, realizado na Universidade Federal de Viçosa, no período de 23 a 25/05/2019, na cidade de Viçosa—MG;
- b) Reunião regional sobre o projeto para implantação do SPG realizado no IF Sudeste MG – Campus Muriaé – Unidade Rural, no dia 19/06/2019, no município de Muriaé-MG; e

c) Participação na Semana Internacional do Café – evento digital, entre os dias 18 a 20/11/2020, disponível em: <https://semanainternacionaldocafe.com.br/event/sic/schedule>.

A pandemia que se instalou no Brasil em março de 2020 e perdura até o momento, primeiro semestre de 2021, limitou as possibilidades de novas visitas e novas entrevistas. Além de terem se tornado imprudente as visitas, os contatos por outros meios não presenciais se tornaram difíceis, com resistência a prestar informações e com falta de retorno. Muitas cidades do campo da pesquisa ficaram fechadas por quase nove meses por meio de barreiras sanitárias. Na expectativa de superar possíveis deficiências de evidências provocadas por eventual ausência de entrevistados, utilizou-se da pesquisa bibliográfica enquanto complementação das entrevistas, ao mesmo tempo em que as entrevistas atualizaram algumas informações de material bibliográfico mais antigo.

Além das pesquisas bibliográficas relacionadas diretamente às questões do café em geral e do café na Zona da Mata, também foram realizadas pesquisas para a contextualização da região e da cafeicultura. Nesse sentido, foram coletados e organizados dados estatísticos com o objetivo de realizar análises quantitativas referentes à produção do café, à variação dos preços do café, às relações entre preços, custos e quantidades produzidas, aos indicadores agrários às condições socioeconômicas da Zona da Mata.

Ainda contando com os recursos da pesquisa bibliográfica e da análise documental foi montado um capítulo com termos específicos sobre o café. A atividade cafeeira e o desenvolvimento de seu SAG são permeados de informações e de detalhes cujo domínio fica restrito a quem, de alguma forma, trabalha com o café. O intuito foi reunir essas informações para facilitar a compreensão das complexidades desse SAG.

Para o capítulo referente à relação entre a cafeicultura da Zona da Mata e o SAG global do café, assim como da sua Cadeia Global de Valor, o previsto no delineamento da pesquisa era realizar entrevistas com os corretores e vendedores de café, assim como nas cooperativas de armazenamento, situadas nas principais praças de comercialização de café na Zona da Mata, que são as de Caratinga, Manhuaçu, Viçosa e Ervália. Porém, também mediante à pandemia que, além de restringir contatos presenciais, também manteve o comércio fechado por algum tempo e estabeleceu barreiras sanitárias, inviabilizou-se o agendamento e as visitas presenciais para a efetivação das pesquisas.

Novamente a estratégia alternativa foi a utilização da pesquisa bibliográfica, no entanto, permaneceu o desejo de entrar nos detalhes da comercialização do café nas referidas praças, principalmente na questão das rotas de comércio entre a Zona da Mata e os mercados nacionais e internacionais, por tipo de café.

Na expectativa de obter algum sucesso nesse sentido, elaborou-se um questionário eletrônico acompanhado de um termo de livre esclarecido e de mensagens esclarecendo sobre os objetivos da pesquisa, sobre os contatos com a pesquisadora e sobre as orientações para suprir dúvidas de qualquer natureza, assim como o oferecimento do retorno dos resultados da pesquisa em momento posterior (o material encontra-se no Anexo C).

Foram enviados 49 formulários via e-mail, redes sociais e whatsapp (Anexo D), endereçados a empresas compradoras, empresas corretoras, cooperativas de armazenamento e instituições de apoio ao comércio de café, e somente três retornos foram recebidos, sendo dois deles solicitando o redirecionamento da mensagem e um dizendo não saber nada sobre o assunto em questão.

As primeiras impressões foram de frustração, mas numa releitura da situação constatou-se que a falta de resposta era justamente a resposta. Essa falta de resposta associada a outras informações recolhidas das pesquisas bibliográficas levaram a concluir que se estava-se investigando sobre aspectos estratégicos dos processos de comercialização.

Por fim, novos levantamentos de natureza estatística combinados às pesquisas bibliográficas permitiram chegar às evidências do capítulo.

2.2.3 Tratamento do material recolhido, conclusões e considerações

Uma vez definido o problema de pesquisa, suas questões e as respectivas proposições teóricas, por meio do protocolo de estudo de caso foi constituído o banco de dados da pesquisa, conforme citado nas referências bibliográficas e nas notas de rodapé. Em paralelo, relatórios do estudo de caso foram sendo também confeccionados à medida que foram surgindo as convergências de evidências, por meio da técnica da triangulação metodológica.

Na fase das revisões de literatura, foram identificados os padrões convergentes referentes às questões da produção e da comercialização do café qualificado e do café padrão comercial. A utilização do software NVivo, de análise de dados, serviu de ferramenta eletrônica de grande utilidade nesse processo.

Levantamentos estatísticos junto ao banco de dados do IBGE também foram realizados no intuito de desenhar o perfil socioeconômico da Zona da Mata mineira. Por meio de ferramenta eletrônica de planilha de cálculo, foi possível realizar o trabalho estatístico de organizar os dados em tabelas, efetivar cálculos e plotar gráficos.

Ainda na dimensão da contextualização, dados junto aos bancos estatísticos da Câmara de Comércio de Minas Gerais, Emater, Conab, Institutos de Pesquisas Econômicas Aplicadas, da Associação Brasileira do Café, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Centro de Comércio de Vitória, da Consultoria Carvalhaes, do Centro de Comércio de Café de Vitória, da Organização Internacional do Café e da Revista Cafeicultura, serviram de evidências para compor o cenário no qual se processa a produção e o comércio da Zona da Mata do ponto de vista do Sistema Agroindustrial Global e nacional do café.

A partir dos bancos de dados anteriores, também foram recolhidos dados que tornaram possível definir o comportamento das exportações, do consumo interno e do consumo externo do café brasileiro.

Após a conformação do contexto geral e após a identificação das oportunidades e tendências do comércio nacional e global para o café tipo padrão comercial, e de forma paralela do café qualificado, os esforços da pesquisa foram orientados para a análise da unidade de pesquisa propriamente dita, ou seja, das características e da dinâmica da produção e da comercialização da produção do café padrão comercial na Zona da Mata. Essas fases permitiram responder sobre as características e dinâmicas da cafeicultura e sobre sua integração ao Sistema Agroindustrial Global do café. Também permitiram perceber as potencialidades e desafios da participação da agricultura familiar em um SAG que também possui a dinâmica de uma Cadeia Global de Valor.

A estratégia analítica geral utilizada foi a da âncora em proposições teóricas, na qual os objetivos originais e o projeto do estudo de caso se baseiam nas proposições teóricas do estudo, permitindo derivar, a partir de então, questões de pesquisa e novas revisões. A técnica analítica específica se baseou na combinação de padrão, lógica que compara um padrão baseado no estudo de caso com um padrão previsto antes da coleta de dados (YIN, 2015). Para as proposições, foram utilizadas múltiplas fontes de evidência, o que permitiu realizar o que Yin (2015) apresentou como triangulação metodológica dos dados, técnica pela qual pesquisador se utiliza de diferentes fontes de dados e diferentes métodos de análise (qualitativa e quantitativa) para chegar à convergência de evidências.

O Quadro 10 sumariza as questões da pesquisa e os respectivos instrumentos de coleta junto às fontes de dados.

Quadro 10- Fonte de dados para as questões da pesquisa (Continua)

Questões da pesquisa	Instrumentos de coleta de dados e fonte de evidências
Como se caracteriza a produção do café padrão comercial na Zona da Mata de Minas Gerais?	1. Observação simples - Eventos sobre a agricultura familiar da Zona da Mata, eventos sobre a cafeicultura, eventos sobre a agricultura de forma geral; 2. Observação participante - vivência na Zona da Mata, propriedades da Zona da Mata; 3. Observação sistematizada - Eventos sobre a agricultura familiar da Zona da Mata, eventos sobre a cafeicultura; 4. Entrevistas informativas e entrevistas profundas - produtores da Zona da Mata, lideranças de sindicatos a associações de cafeicultores e da agricultura familiar da Zona da Mata, consultores de agências públicas de assistência técnica e extensão rural; 5. Levantamento bibliográfico – teses e artigos sobre cafeicultura, sobre a Zona da Mata mineira, sobre a agricultura familiar, sobre o mercado nacional e internacional do café.
Como essa produção se relaciona ao SAG do café?	1. Entrevistas informativas e entrevistas profundas - produtores da Zona da Mata, lideranças de sindicatos a associações de cafeicultores e da agricultura familiar da Zona da Mata, consultores de agências públicas de assistência técnica e extensão rural; 2. Levantamento bibliográfico – teses e artigos sobre cafeicultura, sobre a Zona da Mata mineira, sobre a agricultura familiar, sobre o mercado nacional e internacional do café; 3. Levantamento estatístico – banco de dados sobre o comércio nacional e internacional do café, banco de dados sobre as praças de comercialização do café; 4. Análise documental – documentos sobre a classificação do café, documentos sobre as certificações.
Que oportunidades e desafios são consolidados a partir das dinâmicas globais e locais desse sistema?	1. Entrevistas informativas e entrevistas profundas - produtores da Zona da Mata, lideranças de sindicatos a associações de cafeicultores e da agricultura familiar da Zona da Mata, consultores de agências públicas de assistência técnica e extensão rural; 2. Levantamento bibliográfico – teses e artigos sobre cafeicultura, sobre a Zona da

Quadro 10 – Continuação.

	Mata mineira, sobre o mercado nacional e internacional do café; 3. Levantamento estatístico – banco de dados sobre o comércio nacional e internacional do café, banco de dados sobre as praças de comercialização do café. 6. Análise documental – documentos sobre a classificação do café, documentos sobre as certificações.
Quais tendências e expectativas podem ser desenhadas para a Zona da Mata a partir das configurações e da dinâmica da cadeia produtiva do café?	1. Levantamento bibliográfico – teses e artigos sobre cafeicultura, sobre a Zona da Mata mineira, sobre o mercado nacional e internacional do café; 2. Levantamento estatístico – banco de dados sobre o comércio nacional e internacional do café, banco de dados sobre as praças de comercialização do café. 6. Análise documental – documentos sobre a classificação do café, documentos sobre as certificações.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os procedimentos da pesquisa resultaram na convergência de evidência em todas as questões propostas pela pesquisa. Porém, em função da pandemia, o curso das entrevistas foi interrompido, não sendo possível abordar um número maior de produtores. Isso limitou resguardar o seu lugar de fala, cedendo um espaço mais do que proporcional aos representantes de organizações. Enquanto interlocutores dessas organizações e interlocutores de realidades mais gerais e coletivas, acredita-se ter chegado à saturação das informações com o número de entrevistas efetivadas. Além disso, as demais fontes de evidências contribuíram para corroborar aquilo que foi extraído das entrevistas. Entretanto, evidências relacionadas a comportamentos, motivações e iniciativas da agricultura familiar sofreram a limitação de poucas falas individuais por meio de entrevistas, podendo ser validadas, contudo, pela convergência de levantamento bibliográfico e das observações sistemáticas e participativas.

Além da sistematização, síntese e interpretação das observações, entrevistas e levantamento bibliográfico, especificamente para a interpretação do SAG do café na dimensão da Zona da Mata mineira foi adotada a proposta do método PENSA.

Segundo Neves e Coleman (2015), o PENSA é um método analítico sistêmico sobre as relações entre os agentes econômicos de determinada cadeia produtiva do agronegócio, incorporando no modelo as interfaces com os ambientes institucional e organizacional. Nesse sentido, o método possui um enfoque mesoanalítico, porém também pode ser usado nas dimensões microanalíticas, para análise das definições e garantias dos direitos de propriedade e para estratégias no nível da firma.

Os autores (2015) também explicam que o método PENSA é uma proposta do Programa de Pesquisa do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e se constitui de um modelo para a análise de sistemas agroindustriais com base no estudo de diferentes ambientes de negócios (ambiente organizacional, ambiente institucional, ambiente tecnológico e ambiente competitivo) e nas estratégias das firmas.

Ainda segundo os autores, a estrutura metodológica do método consiste em analisar o SAG, ou a dimensão microanalítica desejada, nas seguintes etapas, observando os seguintes aspectos:

Etapa 1 – Descrição do Sistema Agroindustrial;

Aspectos: Descrição do Sistema Agroindustrial em estudo, caracterização do ambiente organizacional, caracterização do ambiente institucional, caracterização do ambiente tecnológico e caracterização do ambiente competitivo.

Etapa 2 – Análise do padrão das transações e seus mecanismos de coordenação;

Aspectos: Análise dos atributos da transação, análise dos mecanismos de coordenação e análise dos mecanismos de incentivo e de monitoramento.

Etapa 3 – Análise do ambiente institucional e sua interação com o SAG; e

Aspectos: Caracterização das mudanças no ambiente institucional, caracterização do padrão de conflitos e análise de soluções, avaliações da qualidade do ambiente institucional, avaliação do grau de incerteza do ambiente.

Etapa 4 – Análise do desempenho e eficiência.

Aspectos: Análise da eficiência do SAG e algumas considerações finais.

O detalhamento dos procedimentos para a análise de cada aspecto conforme as respectivas etapas estão no Anexo E extraído na íntegra de Neves e Coleman (2015).

O capítulo das conclusões e considerações gerais foi o produto de todas as análises, desde a fase exploratória até o trabalho de campo propriamente dito, revelando constatações, provisórias e sujeitas a contestações, como todo trabalho de natureza interpretativa, porém com apropriação segura de todas as evidências levantadas pelos diversos procedimentos de pesquisa aqui apresentados.

CAPÍTULO III – A ATIVIDADE CAFEEIRA NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

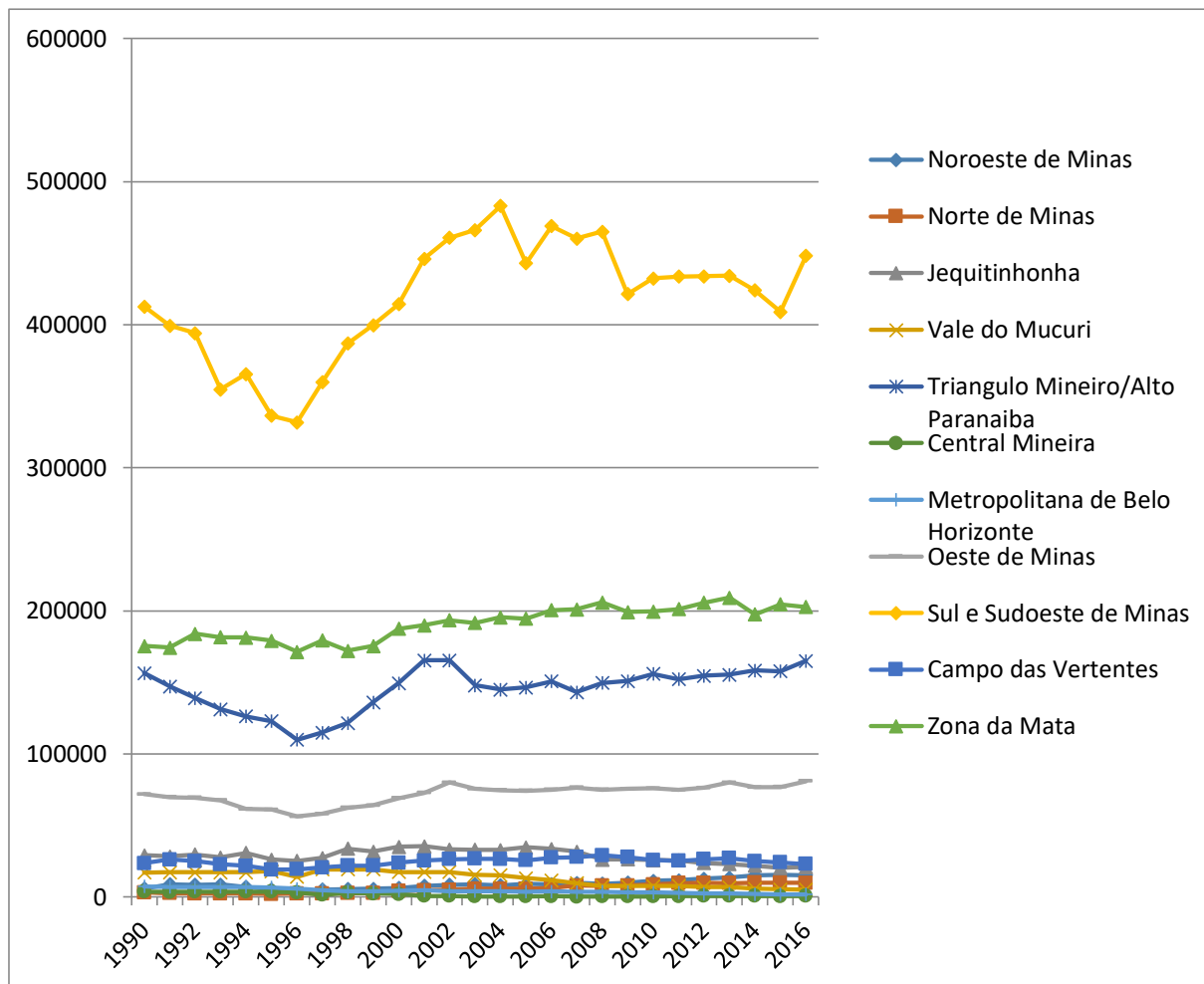
No contexto da narrativa dos cafés qualificados enquanto o novo paradigma da cafeicultura, especificamente os especiais e os de altíssima qualidade, a proposta neste capítulo foi aprofundar a questão para a região da Zona da Mata mineira, a começar por evidenciar a importância econômica da cafeicultura regional, localizar a questão da qualidade em sua dinâmica produtiva, descrever as características e dinâmicas dos atores envolvidos e definir o desenho da cadeia produtiva do café na sua dimensão local.

3.1 Indicadores Relativos à Produção do Café na Região da Zona da Mata

Para efeito de contextualização da cafeicultura da Zona da Mata no contexto do estado de Minas Gerais, elaborou-se uma análise temporal comparativa da área plantada de café por mesorregiões do Estado, no período entre 1990 e 2016. O objetivo foi identificar o comportamento quantitativo desse indicador. O Gráfico 9 ilustra esse comportamento.

Pelo Gráfico 9, foi possível observar que as participações relativas das mesorregiões em área plantada permanecem as mesmas ao longo do tempo, de forma a cristalizar um ranking entre elas. O destaque é para o Sul e Sudoeste de Minas como primeira mesorregião em área cultivada, seguida da mesorregião da Zona da Mata e depois pelo do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Gráficos 9- Área plantada em hectares de café nas mesorregiões de Minas Gerais no período de 1990 a 2016

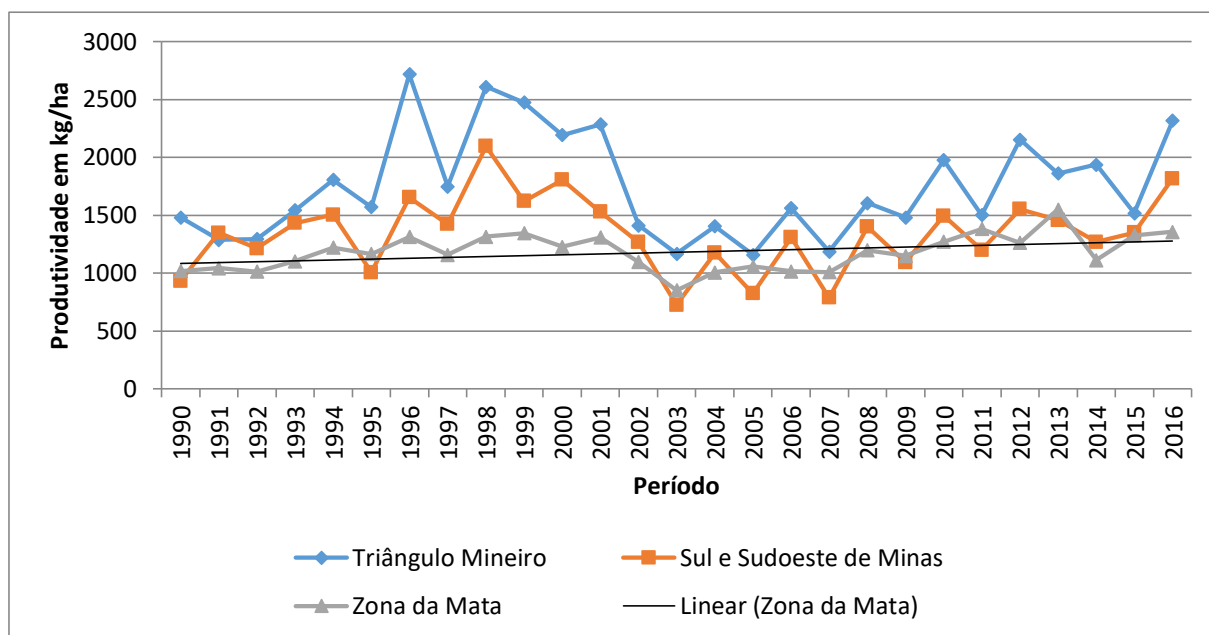


Fonte: Elaborado pela autora(2019), a partir de dados do IBGE (2019).

Outra observação foi que a área plantada, nessas três mesorregiões mais relevantes, apresentou oscilações ao longo do tempo. Porém, as mesorregiões do Sul e Sudoeste de Minas e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresentaram oscilações de área plantada semelhantes, indicando quedas no período de 1990 a 1996, se recuperando a partir de 1997 até 2002/2003. A partir de 2004, o Sul e Sudoeste de Minas seguiram com poucas oscilações e o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba seguiram com áreas plantadas mais estáveis. Em comparação as duas mesorregiões citadas, a Zona da Mata manteve tendência estável de leve crescimento de sua área plantada.

O Gráfico 10 ilustra o comportamento da produtividade em Kg por ha das três principais regiões produtoras de café do estado de Minas.

Gráficos 10- Produtividade do café em grãos nas principais mesorregiões produtoras de café do estado de Minas Gerais em quilos por hectare



Fonte: Elaborada pela autora (2019) a partir de dados do IBGE(2019).

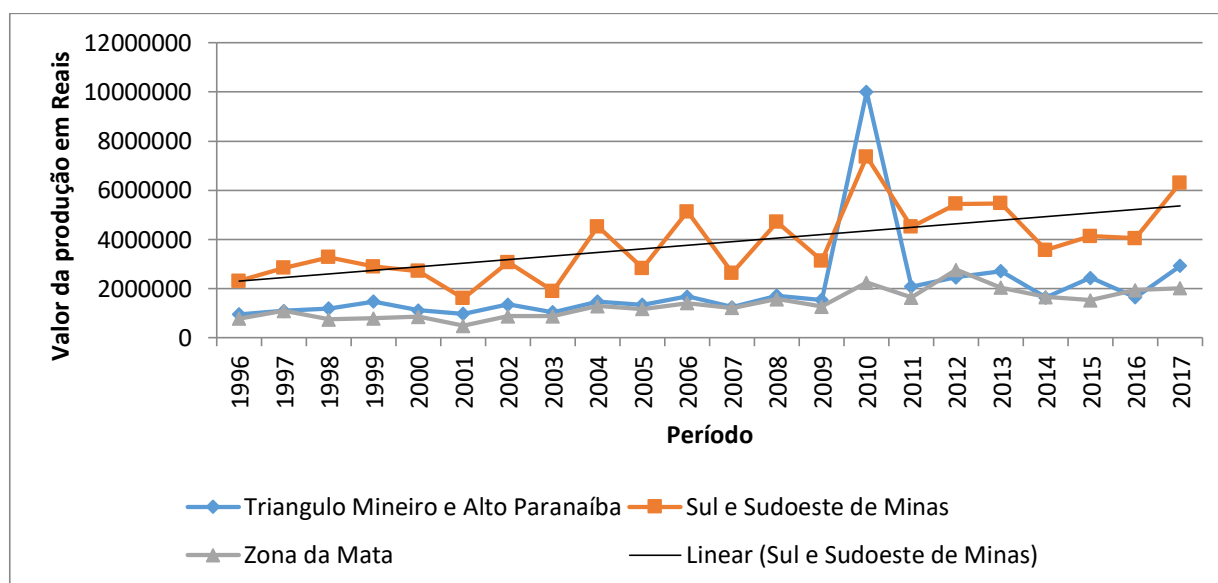
Foi possível observar que, no período de 1990 a 2016, a produtividade oscilou significativamente para o Sul e Sudoeste de Minas e para o Triângulo e Alto Paranaíba, enquanto para a Zona da Mata foi relativamente mais estável. Para o Sul e Sudoeste de Minas e Triângulo e Alto Paranaíba, as oscilações assumiram uma importante tendência crescente entre os anos de 1992 e 1998, caíram entre 1998 a 2003 e assumiram tendência crescente até 2016, porém em magnitude menor. A mesorregião da Zona da Mata apresentou tendência levemente crescente entre 1990 e 2001, queda significativa entre 2001 e 2003, acompanhando as demais mesorregiões, e depois assumiu tendência levemente crescente e relativamente mais estável até o final do período analisado.

A combinação de grande oscilação de produtividade no Sul e Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com a tendência mais estável da Zona da Mata fez com que, em alguns momentos, as produtividades ficassem muito próximas ou até iguais e, de forma geral, pode-se dizer que a mesorregião da Zona da Mata, principalmente em comparação com as outras duas, apresentou, para o período, produtividades mais estáveis e de tendência crescente.

A partir de dados disponibilizados pelo IBGE, foi possível analisar o valor total da produção de café nas mesorregiões cafeeiras do estado de Minas Gerais, conforme mostrado no Gráfico 11.

Na análise comparativa entre as regiões do Triângulo Mineiro, Sul de Minas e Zona da Mata, foi possível observar que todas as três regiões obtiveram ganhos de valores reais ao longo do tempo, com destaque para a região do Sul de Minas, o que pode ser explicado tanto pela maior produtividade e produção quanto por possibilidades de recebimento de prêmios por cafés de melhor qualidade.

Gráficos 11- Valor total em reais deflacionados da produção de café nas regiões cafeeiras de Minas Gerais no período de 1996 a 2017



Fonte: Elaborado pela autora (2019) a partir dos dados do IBGE (2019).

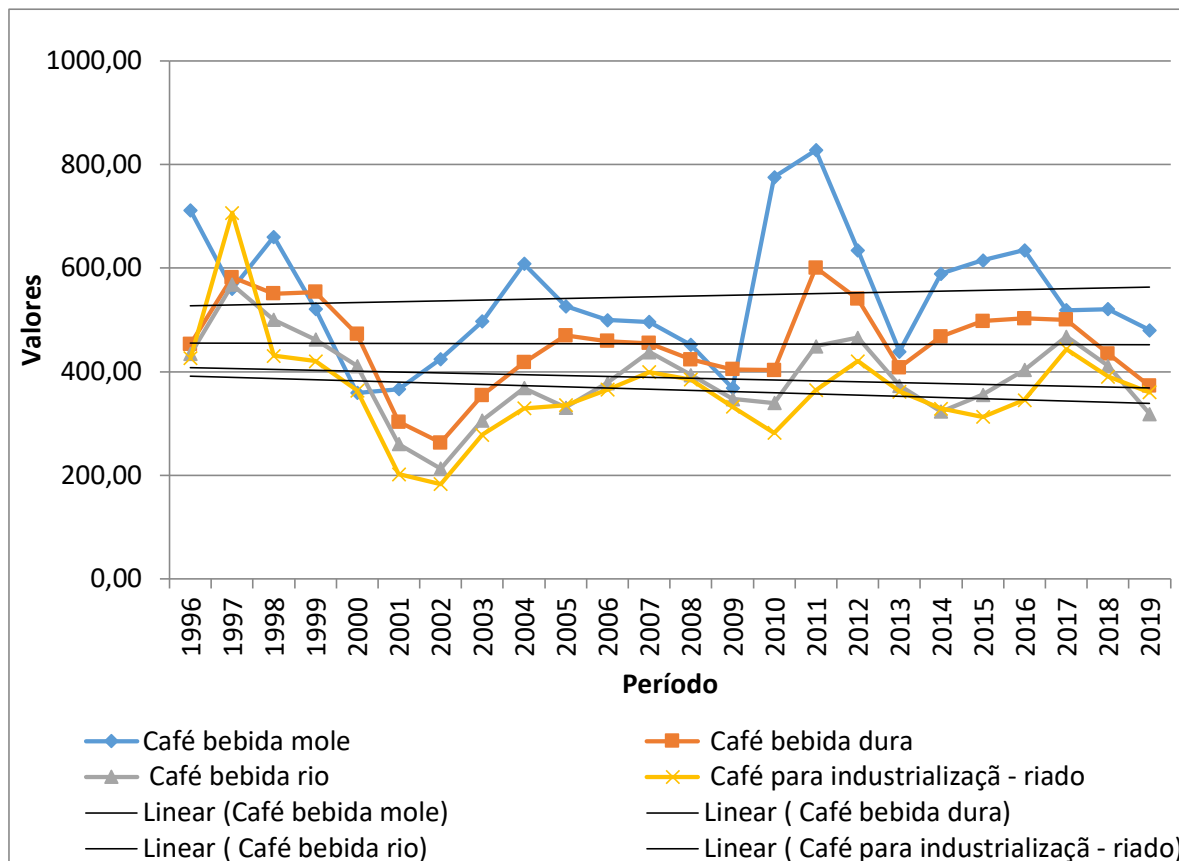
A região do Triângulo Mineiro apresentou ganhos menores que o Sul de Minas e mais equiparados à região da Zona da Mata, com exceção de um pico de valor da produção em 2010. A Zona da Mata foi a região que captou menores valores com a produção do café, com tendência crescente até 2012, queda até 2014 e recuperação até 2016.

Tornou-se interessante uma análise dos preços do café ao longo do tempo, paralela aos valores recebidos nas regiões cafeeira do estado de Minas, uma vez que o comportamento destes dados pode evidenciar os investimentos das regiões do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro, nos cafés de melhor qualidade, o que parece não ter ocorrido na região da Zona da Mata.

A elevação dos valores e sua queda significativa, desenhando um pico entre os anos de 2009 e 2011 para o Sul e o Triângulo, foi compatível com a importante elevação dos preços do café fino comercial com relação aos demais. O comportamento normalizado do período para os valores da produção foi mais compatível com o comportamento dos preços dos cafés padrão comercial bebida dura e tipo comercial inferior.

O café tipo bebida dura é o principal referencial de preços para os produtores da Zona da Mata. As bebidas de qualidade melhor são cotadas em preços acima do tipo bebida dura e cafés de qualidades inferiores são cotadas em valores abaixo do tipo bebida dura. O Gráfico 12 indica o comportamento dos preços deflacionados do café por tipo, classificados segundo o sistema de classificação oficial brasileiro.

Gráficos 12- Evolução dos preços deflacionados da saca de 60 Kg do café Arábica por tipo de café no período de 1996 a 2019 – Base 2019



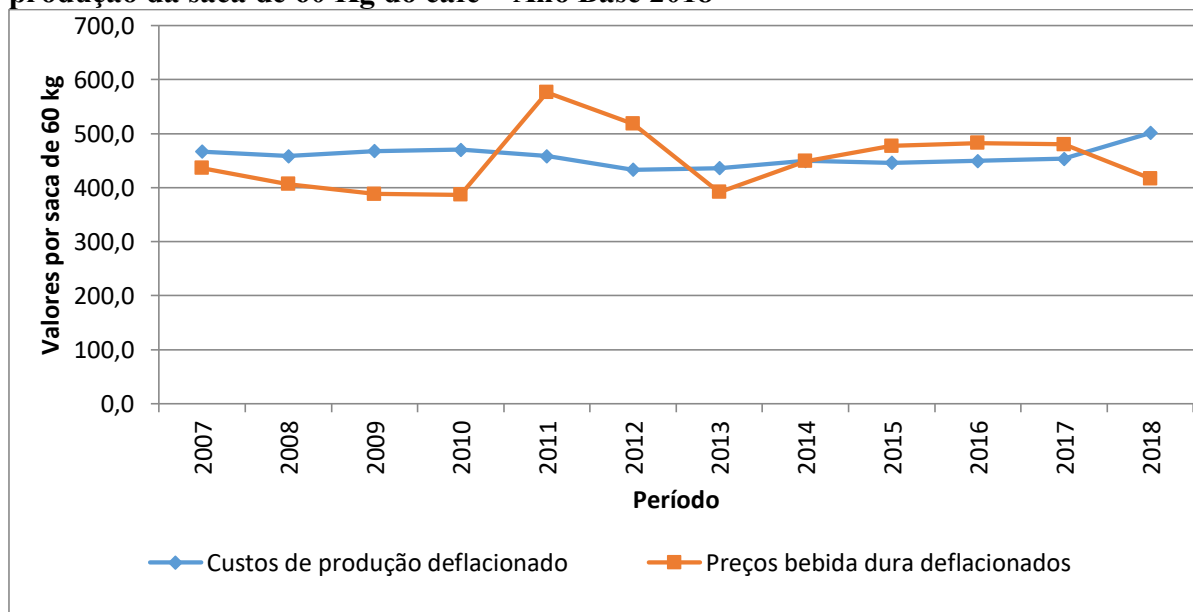
Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base em CCCV (2020), Ipeadata (2020) e Carvalhaes (2020). Deflacionados pelo IPCA.

Os preços de uma forma geral variaram significativamente ao longo do período, apresentando níveis mínimos abaixo de R\$ 200,00 e máximos acima de R\$ 800,00 por saca, em termos reais. Na comparação entre os preços do café bebida dura e do café bebida mole, para a maioria das ocorrências da série, o preço da bebida mole foi superior ao preço do café bebida dura. Somente no período de 1999 a 2001 e 2008 e 2009, os preços do café bebida mole foram inferiores ao preço do café bebida dura. A diferença entre os dois preços é variável, sendo maior no período 2001 e 2004, entre 2009 e 2011 e entre 2014 e 2016.

A diferença mínima entre o preço da saca dos dois tipos de café para o período foi de - R\$ 113,00, no ano 2000, a máxima foi de R\$ 372,90, no ano de 2010, e a diferença média de preços, no período, foi de R\$ 91,45 por saca. Dessa forma, do ponto de vista dos preços, sem considerar os custos de produção e de comercialização, a produção do café de melhor qualidade ofereceu maior vantagem no período.

De forma geral, a linha de tendência dos preços do café tipo bebida mole foi crescente, mas a do café tipo bebida dura foi estável, o que pode explicar o comportamento da área plantada das regiões do Triângulo Mineiro e da Zona da Mata, que se apresentaram levemente crescentes. O Gráfico 13 ilustra o comportamento comparativo entre os preços e os custos de produção do café Arábica para a região da Zona da Mata.

Gráficos 13- Valores deflacionados de preço da saca de 60 Kg do café e do custo total de produção da saca de 60 Kg do café – Ano Base 2018



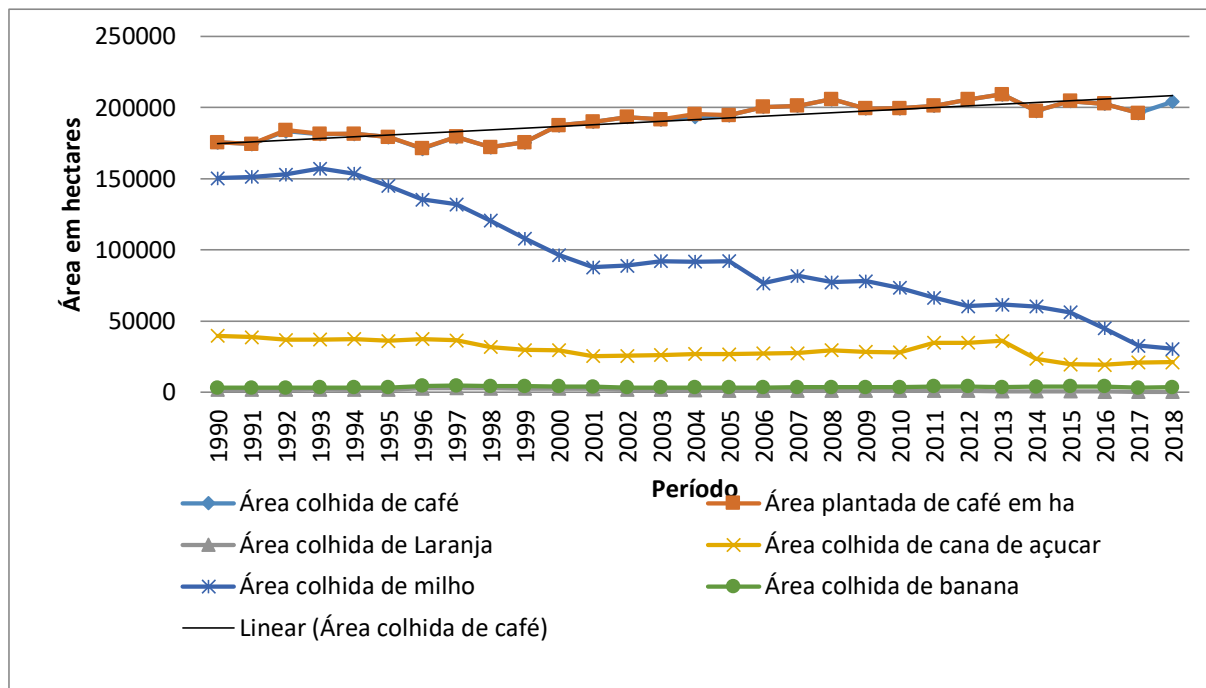
Fonte: Elaborado pela autora (2020) a partir de dados do CCCV (2019), CONAB/DIPAI/SUINF/GECUP (2019) e Ipeadata (2019).

Os preços de orientação para os produtores da Zona da Mata são as cotações registradas pelo Centro de Comércio de Café de Vitória (CCCV, 2020). A referência é o café bebida dura tipo 6. Os custos utilizados aqui são os custos totais de produção de Manhauçu, elaborado pela CONAB/DIPAI/SUINF/GECUP (2019).

Esses dados são particularmente curiosos, pois, em momentos da série, especificamente por cinco anos ao longo de uma série de 12 anos, os custos por saca superaram os preços por saca, em média, em R\$ 50,00. Informação que quando contraposta com as estatísticas de área plantada, área colhida e produtividade, revela uma resiliência da atividade cafeeira.

O Gráfico 14 traz a área colhida de café Arábica na Zona da Mata, assim como dos outros produtos de lavouras temporárias e permanentes, no período de 1990 a 2018.

Gráfico 14- Área colhida em ha das lavouras temporárias e permanentes predominantes na Zona da Mata e área colhida em ha de café, no período de 1990 a 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2020) a partir de dados do IBGE (2019).

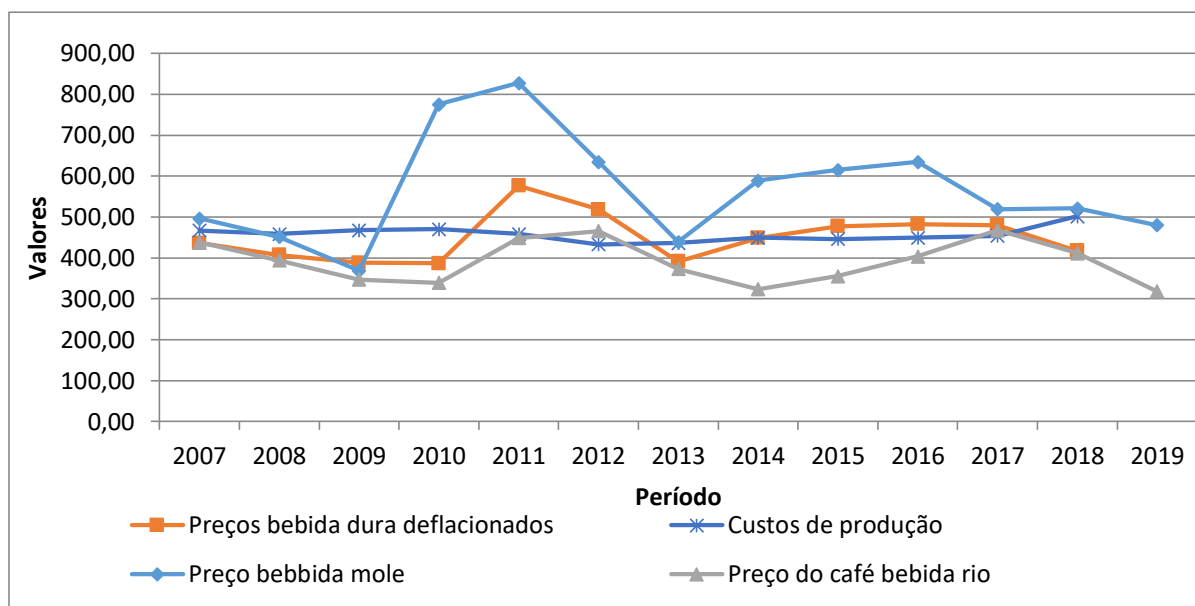
Segundo os dados do IBGE (2019), a área colhida com o café Arábica aumentou em 12% no período, enquanto as áreas colhidas com banana e com cana de açúcar permaneceram estáveis e em proporções significativamente menores do que o café no período. Foi possível também observar a queda significativa área colhida de milho, de 150.000 ha para 30.000 ha ao final do período.

Portanto, pelas informações do Gráfico 14, não há evidências de substituição do café por outras culturas dentro do período. Porém, pesquisadores e entrevistados, dentre eles, Matiello (1991) e o auditor do IMA para o Certifica Minas², afirmaram que os agricultores não visualizam culturas econômicas alternativas tendo em vista as condições topográficas da região.

Plotando os preços por saca do café padrão comercial fino tipo bebida mole, junto com os custos de produção por saca, observa-se que de fato a superação desses preços com relação aos custos de produção são maiores com relação às comparações com o preço do café padrão comercial bebida dura. É preciso observar, porém, que o investimento na qualidade do café tende a aumentar os custos de produção devido às fases pós-colheita, intensivas em mão-de-obra. Mas de toda forma, os argumentos da literatura, pela perspectiva dos preços relativos, se confirmam também para a Zona da Mata. O Gráfico 15 ilustra o comportamento dos preços e do custo de produção do café.

² Entrevista realizada em Viçosa – MG, em 03/03/2020.

Gráfico 15- Valores deflacionados de preço da saca de 60 Kg do café, por tipo de café, e do custo total de produção da saca de 60 Kg do café – Ano Base 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2020) a partir de dados do CCCV (2019), CONAB/DIPAI/SUINF/GECUP (2019) e Ipeadata (2019).

Nessa perspectiva, a comparação dos custos de produção da saca de café com os preços da saca do café tipo comercial padrão inferior, bebida rio, torna a situação da Zona da Mata um tanto mais intrigante pois, para praticamente todo o período, os custos de produção são superiores aos preços do produto.

Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010) caracterizaram a cafeicultura de Montanha, da qual a Zona da Mata faz parte, como vulnerável aos seguintes fatores: a) dificuldades topográficas para a introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra, b) características climáticas que levam a época da colheita e da secagem coincidir com períodos de clima mais úmido, c) atividade intensiva em trabalho; d) complexidades da legislação trabalhista; e) complexidades da legislação ambiental e f) reduzida escala de produção.

Outro aspecto observado pelos autores é a reduzida escala de produção da cafeicultura regional, o que ajuda a compor um cenário de maior sensibilidade às incertezas do mercado do café, caracterizado por sua volatilidade. Castro Júnior e Andrade (2010) afirmaram que o café é a mercadoria de maior volatilidade do mercado internacional das commodities agrícolas.

Portanto, até aqui, pode-se afirmar que um enigma se formou, pois, para as condições da Zona da Mata, as relações de preços se apresentam desvantajosas, ao mesmo tempo em que as áreas plantadas e colhidas aumentam, com produtividade levemente crescente. Ao que se estimou, com base em dados comparativos de produtividade, preços e valores recebidos com outras regiões, a Zona da Mata não se apropriou dos prêmios concedidos aos cafés qualificados e, com base em dados de áreas colhidas das principais lavouras temporárias e permanentes, não houve a substituição de culturas na região.

Esse contexto leva a busca por perspectivas capazes de explicar o porquê da agricultura familiar da Zona da Mata, apesar dos indicadores econômicos, ainda ser tão envolvida na produção do café.

3.2 A Agricultura Familiar na Zona da Mata

É interessante contextualizar um pouco mais sobre a agricultura familiar na Zona da Mata, apesar das dificuldades de dados para o caso de municípios e microrregiões.

A Tabela 10 mostra um comparativo entre o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar entre os anos de 2006 e 2017, conforme os dados do Censo Agropecuário do IBGE. Segundo esses dados, houve um encolhimento desses estabelecimentos em quase toda a Zona da Mata, da ordem de, em média, 13%. Foram exceções, justamente, duas das microrregiões em que predomina a cafeicultura - Manhuaçu e Muriaé. Pelo contrário, o número de estabelecimentos aumentou em média 12,5%. A microrregião de Viçosa também apresentou redução de 9% nos estabelecimentos.

Tabela 10– Variação no número de estabelecimentos da agricultura familiar entre os anos de 2006 e 2017, nas microrregiões da Zona da Mata

Microrregião	Período		Variação
	2006	2017	
Ponte Nova	9.211	7.959	-14%
Manhuaçu	16.141	18.124	12%
Viçosa	15.775	14.314	-9%
Muriaé	10.866	12.308	13%
Ubá	8.193	6.121	-25%
Juiz de Fora	6.156	5.504	-11%
Cataguases	4.570	4.270	-7%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006 e 2017).

Tornou-se válido buscar dados pontuais do Censo de 2017 quanto ao número de lavouras de café nas microrregiões e compará-los a 2006. Esses dados indicaram uma redução do número de estabelecimentos com lavouras de, em média, 38% com relação a 2006, principalmente para as microrregiões em que a cafeicultura não é a atividade agrícola predominante. Para as microrregiões de Manhuaçu e Muriaé, o número de lavouras permaneceu praticamente estável no período e a microrregião de Viçosa apresentou redução de 16%.

Tabela 11– Número de estabelecimentos com lavouras de café nas microrregiões da Zona da Mata no período entre 2006 e 2017

Microrregião	Período		Variação
	2006	2017	
Ponte Nova	2.924	2.584	-11%
Manhuaçu	15.685	15.782	1%
Viçosa	5.783	4.864	-16%
Muriaé	8007	8.023	0%
Ubá	393	186	-53%
Juiz de Fora	101	20	-80%
Cataguases	60	41	-32%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE(2006 e 2017).

Correlacionando os dados referentes ao número de estabelecimentos com lavouras de café e os demais dados desta tese, que apontam para uma tendência levemente crescente de produção, área plantada e produtividade, pode-se concluir que as microrregiões de Manhuaçu e de Muriaé têm respondido com mais força para permanência da produção de café da Zona da Mata.

Também comparando os dados das Tabelas 10 e 11, percebe-se uma correlação positiva entre a cafeicultura e a agricultura familiar. Até onde foi possível investigar, é difícil encontrar uma relação definitiva entre causa e efeito. A agricultura familiar na Zona da Mata faz parte da história da região tanto quanto a cafeicultura. Se por um lado, a flexibilidade produtiva e as relações sociais sustentam a cafeicultura na agricultura familiar, por outro lado, a dinâmica da cafeicultura permite absorver o trabalho da família, e oferece condições para possíveis capitalizações, seja na forma da venda ou na forma do estoque do produto.

Segundo Comerford (2003), a Zona da Mata mineira foi colonizada mais tardiamente do que outras regiões de Minas, o que oportunizou a permanência de população indígena, ao mesmo tempo em que foram encontrados registros de pequenos núcleos de mineradores, lavradores, extrativistas e de religiosos a serviço da catequização. A partir do século XIX, começam a surgir as grandes fazendas, os núcleos urbanos, novas áreas ocupadas por pequenos posseiros, novas vias de penetração e expansão da malha ferroviária, que contribui para a expansão do cultivo do café como forma de ocupação da região - a partir dos anos 1870.

Essa expansão, conforme o autor, foi promovida por famílias vindas da região cafeeira do norte fluminense e do centro Sul de Minas. O processo foi marcado por disputas de terras, cujas divisas eram pouco claras e confrontavam famílias mais abastadas das grandes fazendas e que se utilizavam do trabalho escravo, e as famílias de poucos recursos que se apossavam de terrenos e estabeleciam suas roças.

Depois da abolição, estabeleceram-se relações de trabalho semelhantes ao do campesinato europeu, tanto que o autor se refere aos atores da agricultura familiar da Zona da Mata como camponeses. Consoante Comerford (2003), os grandes fazendeiros passaram trabalhar com os moradores das fazendas, os colonos, no sistema à meia para a produção de café. E em um sistema de concessão de dias de serviço em outras atividades e também no café. No sistema à meia, o trabalhador cultivava a lavoura e depois tinha direito a metade do ganho decorrente. Esses ganhos eram recebidos após a venda da produção por parte do fazendeiro ou na forma de créditos. Na outra forma de trabalho, em alguns dias da semana, os trabalhadores se ocupavam, sem nenhuma contrapartida, de atividades para atender as necessidades dos fazendeiros, como na produção de suprimentos, na construção de benfeitorias e para a manutenção das estradas.

O sistema de trabalho à meia é encontrado até os dias atuais na região. Até alguns anos atrás também era possível identificar a concessão de trabalho para empregadores. Outro sistema ainda vigente é a troca de serviço entre trabalhadores, com uma configuração mais de solidariedade do que de subordinação. No entanto, a fiscalização mais ativa por parte do Ministério do Trabalho tem imposto as regras da CLT como o único parâmetro legal de regulação das relações de trabalho.

Comerford (2003) também observou que a Zona da Mata é, desde sua origem, uma região de diversificação da atividade agrícola. Tanto as pequenas propriedades como as grandes fazendas produziam, além do café, o feijão, o milho, o arroz, a cana de açúcar e o gado.

O autor (2009) reafirma a característica da diversificação nos dias atuais, indicando a produção de leite e de gado de corte, arroz, milho e fumo, principalmente nas regiões mais baixas denominadas “terras quentes”. Nas regiões mais altas, “terras frias”, predomina o café e as “lavouras brancas”, ou seja, milho e feijão, além da pecuária.

Ele (2009) afirma que por toda região existe o uso do trabalho assalariado temporário nas colheitas de café. Afirma também sobre um expressivo número de pequenos sítiantes coexistindo com um número menor de médias e grandes propriedades. Essas modalidades criam uma mistura de trabalhadores caracterizados como sítiantes, meeiros, médios proprietários e grandes fazendeiros que não raro possuem relações de parentesco e compadrio.

Quanto às demais questões da agricultura familiar para a Zona da Mata, para além dos dados já colocados, os depoimentos em eventos e reuniões, as quais foram objeto de

observação, são coerentes com as questões que Schneider (2020) pontua para a modalidade de forma geral: seus integrantes possuem idade avançada, estão se aposentando e a juventude rural tem dificuldade em permanecer no campo.

Embora a diversidade da atividade agrícola e as oportunidades para a pluriatividade estejam presentes na região, a monocultura do café também pode ser observada em alguns municípios e isso é um tema de preocupação por parte das organizações de representatividade e de apoio à agricultura familiar da região.

3.3 A cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais

3.3.1 Quem são os atores da cafeicultura na Zona da Mata?

Os dados e informações mobilizadas nesta seção e nas seguintes foram coletados do trabalho **Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais**, coordenado por Vilela e Rufino (2010), e atualizados com o auxílio das informações da tese de Singulano (2016), das observações e entrevistas desta tese e de outros levantamentos bibliográficos, conforme detalhado na seção 2.2.2 sobre o delineamento da pesquisa.

O diagnóstico coordenado por Vilela e Rufino (2010) foi baseado em uma amostra de 900 produtores distribuídos na Região de Montanha, que envolve Zona da Mata e Sul de Minas, de vários tamanhos, em todos os 161 municípios da área. Especificamente na Zona da Mata foram entrevistados 354 produtores em 60 municípios, o que, segundo o IBGE (2018), representa atualmente a totalidade de municípios produtores. A amostragem dos autores foi definida pela fórmula estatística para universo infinito, com intervalo de confiança de 99% e erro máximo permitido de 5%.

Dada a representatividade do diagnóstico e a possibilidade de verificar sua atualidade por meio das entrevistas, ele se tornou uma base importante para as análises que seguem. Essa base de informações é, na verdade, o conjunto de resultados das pesquisas de Rufino, Silveira e Ribeiro Júnior (2010), Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010) e Castro Júnior e Andrade (2010), coordenados por Vilela e Rufino (2010), e devidamente citados na medida em que foram utilizados.

Segundo Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010), a grande maioria dos produtores da Zona da Mata de Minas Gerais possui pequenas propriedades, praticando a cafeicultura de pequena escala, com pouca tecnologia e gestão familiar. Os produtores maiores ou de perfil mais empresarial apresentam maiores níveis tecnológicos, contratam uma parte do trabalho necessário e aderem mais às consultorias e aos programas de certificações.

Na estratificação proposta pelos autores, mesmo os grandes proprietários possuem as características da agricultura familiar, que é a gestão pela própria família e a residência na propriedade. Diferencia-se, no entanto, com relação à demanda pelo trabalho de fora da unidade familiar, que é maior que os casos da pequena e da média propriedade.

A partir desses dados, os autores também identificaram o perfil de cafeicultura, na qual predomina a densidade do trabalho, com pouca mecanização e com a utilização de relações tradicionais de trabalho. Essas relações, quando é necessário mais do que trabalho familiar, são estabelecidas pelos contratos de parceria e de meeiros, muitas das vezes, selados por relações de confiança.

O Quadro 11 sintetiza alguns dados apresentados por Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010).

Quadro 11- Dados sobre aspectos da caracterização da cafeicultura da Zona da Mata – dados da propriedade

Características	Pequeno	Médio	Grande
Trabalho	Família	Família e demanda de trabalho de fora da unidade	Família e demanda de trabalho de fora da unidade
% das propriedades geridas pela família.	91%	89%	82%
% de proprietários que residem na propriedade	95%	90%	75%
Demanda por trabalho de fora	Eventual na colheita	Na colheita	Em todas as fases
Hectares de lavoura	3 a 20	Mais de 20 até 50	Mais de 50
% médio de propriedades com Regime CLT	--	--	43%
% médio de propriedades com Meeiros e parceiros	--	50%	47%
% da lavoura com relação à propriedade	75%	57%	56%
% de produtores que trabalham com Certificação	4%	2%	7%
Assistência técnica (17% das propriedades procuram)	Pública (75% das propriedades no grupo das 17% que procuram.	Pública e particular (de revenda de produtos – 46% das propriedades no grupo das 17%).	Pública e particular (de revenda de produtos).

Fonte: Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010).

A identificação dessa condição, além de sustentada pelos dados de Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010), também foi atualizada pelas entrevistas do auditor do IMA para o Certifica Minas na região da Zona da Mata³, pelo coordenador técnico regional da Emater de Muriaé⁴ e pelo gerente regional da Emater de Muriaé⁵. Os entrevistados afirmam sobre as dificuldades da mecanização da cafeicultura de montanha devido às características topográficas, mas, sobretudo, devido ao custo da adoção e da resistência de muitos produtores.

O auditor do IMA para o Certifica Minas na região da Zona da Mata⁶ afirmou que é recente a adoção da derriçadeira mecânica em substituição à colheita manual, mas ainda é observada em poucas propriedades. Afirmou também que a evolução tecnológica mais importante nos últimos anos tem sido a substituição dos terreiros de chão batido por terreiros

³ Entrevista concedida em Viçosa – MG no dia 03/03/2020.

⁴ Entrevista concedida em Muriaé-MG no dia 15/02/2020.

⁵ Entrevista concedida em Muriaé-MG no dia 19/02/2020.

⁶ Entrevista concedida em Viçosa – MG no dia 03/03/2020.

concretados. Também a adoção de secadores mecânicos e de infraestrutura de beneficiamento, como as máquinas de beneficiar o café e os despoldadores. Sobre essa infraestrutura, Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010) já apontaram, na época de sua pesquisa, os melhoramentos nesse sentido.

Nas imagens da Figura 6, estão retratados os terreiros de café mais antigos. Nota-se que esses terreiros são mais rústicos e as instalações do seu entorno, além da casa, são pequenas e simples. São as tulhas, que têm como utilidade armazenar o café até o momento da venda.

Figura 6- Imagens de terreiros de café de propriedades localizadas no município de Paula Cândido e de Divinésia, na Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2020.

Em estruturas desse tipo, o café é beneficiado pelo método natural, no qual a cereja, após colhida, é espalhada no terreiro para secar ao sol. De tempos em tempos, essas cerejas são reviradas e à noite, ou quando estão totalmente secas, são cobertas por lonas. O produto resultante, normalmente, é o café padrão comercial tipo inferior.

Nas imagens da Figura 7, estão retratados os terreiros revitalizados, mais amplos e com estruturas de apoio maiores, mais modernas, equipadas com secadores de café e outros maquinários de beneficiamento e galpões de apoio. Normalmente essas instalações são encontradas nas médias propriedades, onde é produzido todo o tipo de café padrão comercial e o café qualificado, dentro das possibilidades e escolhas dos produtores.

Figura 7– Imagens de terreiros de café com estrutura para beneficiamento de café por vários métodos além do natural, no município de Paula Cândido, Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2020.

As imagens das Figuras 8 e 9 permitem compreender as características de topografia e de população das áreas rurais da Zona da Mata, especificamente onde predomina a cafeicultura. Ou seja, áreas acidentadas, com altitudes entre 700 e 1.200 metros, povoadas predominantemente por pequenos e médios produtores.

Figura 8 – Propriedades rurais localizadas entre os municípios de Vieiras e Pedra Dourada, na Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2020.

A imagem da Figura 9 evidencia a topografia mencionada, as lavouras que tendem a se estender pelas montanhas, as pequenas casas, os pequenos terreiros de café e a proximidade entre os vizinhos e retrata a mesma configuração no município de Ervália, Zona da Mata de Minas Gerais.

Figura 9– Propriedade rural no município de Ervália, Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro, 2021.

Portanto, quem produz café na Zona da Mata é a agricultura familiar, que se diversifica com outras atividades e apresenta perfil heterogêneo quanto ao tamanho, quanto à capacidade tecnológica e quanto à topografia, considerando que a maioria se encontra nas regiões de montanha.

Essa heterogeneidade topográfica entre propriedades também é relevante, pois, de certa forma, determina possibilidades de se construir um terreiro adequado, adotar maquinários e construir instalações compatíveis. Apesar de ser cultivado nas montanhas, o café é uma cultura que necessita de espaço. Os maquinários verticais, apresentados ao longo deste capítulo, traduzem essa necessidade.

A Figura 10 reúne outras imagens ilustrativas sobre as propriedades e sobre a cultura do café, além de evidenciar a forma como as pequenas propriedades são próximas. Fenômeno muitas vezes decorrentes das questões intergeracionais que dividem as terras ao longo do tempo reproduzindo as pequenas propriedades.

Figura 10– Imagens características das propriedades de agricultura familiar produtoras de café da Zona da Mata



a) Imagem de pequenas propriedades com lavouras, mata, casa, terreiros, poma e capim para gado.



b) Imagem de pequenas propriedades próximas entre si, com lavouras de café, pasto e mata.



c) Imagem de propriedade de natureza empresarial com lavoura de café, instalações de beneficiamento e pastagens.



d) imagem de propriedade com lavoura de café (pós-colheita), mata, eucalipto, pasto, e terreiro de café.

Fonte: Trabalho de campo realizado nos municípios de Ervália, Viçosa e Vieiras, setembro de 2020 e fevereiro de 2021.

O Quadro 12 oferece outras informações levantadas por Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010) relevantes para a compreensão da forma como a agricultura familiar se organiza para sua atividade agrícola envolvendo o café.

Quadro 12- Dados sobre aspectos da organização para o trabalho na Zona da Mata

Quesitos	Características
Assistência técnica	17% das proprietários procuram*.
Organização coletiva	Sindicato – 50% dos produtores Associações – 22% Cooperativas – 24% CMDRS – 7%
Compra de insumos	Combinação de compras regionais com compras locais, com predomínio da última e algumas compras conjuntas.
% propriedade conforme a fonte de financiamento para custeio e financiamento.	Recurso próprio – 87% Recursos de pronaf – 60% Bancos – 37%

Fonte: Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010).

Os dados evidenciam que a agricultura familiar trabalha de maneira relativamente independente de organizações coletivas e de assistência técnica. Indicam também uma superioridade da participação dos produtores em sindicatos, seguido das associações e cooperativas e com uma adesão muito pequena aos conselhos municipais de desenvolvimento regional, considerando que um mesmo produtor pode se associar nas diversas representações, aproximadamente metade dos produtores tinha vínculos coletivos.

O auditor do IMA para o Certifica Minas na região da Zona da Mata⁷ também considera baixo o nível de organização social dos agricultores da cafeicultura de uma forma geral, com algumas exceções para o caso dos produtores de café qualificado. Segundo o entrevistado, a mobilização social da região é pequena, principalmente entre produtores maiores.

Nas observações de falas nas reuniões de sindicatos de trabalhadores rurais da região de Fervedouro, Miradouro, Tombos e da Coopaf da região de Muriaé, os membros dos sindicatos e associações relataram que as mobilizações são difíceis, pois, nem sempre as representações atendem às expectativas e nem sempre os interesses coletivos e individuais são convergentes. Esses membros indicaram seus esforços para manter a união dos produtores, principalmente enquanto agricultores familiares, mas o processo é complexo (informações orais)⁸.

O baixo nível de organização social pode restringir o desenvolvimento de toda a potencialidade produtiva e de gestão desses atores, uma vez que a organização coletiva contribui na compreensão de cenários, na tomada de decisão, na superação de pontos fracos e do melhor aproveitamento dos pontos fortes.

No grupo dos produtores envolvidos com determinadas causas do café, como o caso da conquista do mercado dos cafés qualificados (finos e sustentáveis), as mobilizações são mais

⁷ Entrevista realizada em Viçosa-MG em 03/03/2020.

⁸ Informações captadas durante as diversas visitas aos sindicatos dos trabalhadores rurais da microrregião de Muriaé em virtude do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão junto aos produtores rurais promovidos pelo NEAP/IF Sudeste MG ao longo de 2018.

ativas, porém, envolvem números menores de produtores e as relações benefício/custo são variáveis conforme os objetivos envolvidos. No entanto, é unânime entre os entrevistados que os resultados positivos foram produto das organizações coletivas.

Da mesma forma, a assistência técnica é importante para a obtenção das melhores relações técnicas e econômicas, assim como para a manutenção correta da lavoura e dos procedimentos das fases pós-colheita. Porém os dados do Quadro 12 apontaram que 17% dos produtores entrevistados procuram por assistência, seja pública ou privada.

Segundo auditor do IMA para o Certifica Minas na região da Zona da Mata,⁹ a incorporação de melhoras tecnológicas orientadas pela assistência técnica está associada à busca por melhor qualidade final do café. Da mesma forma, o processo de certificação tem estimulado essa busca, embora o número de propriedades certificadas seja ainda pequeno. Mas se por um lado existe um empenho da Emater, do IMA e de outras instituições para os investimentos em qualidade, por outro lado, o mercado do café tem reduzido a motivação dos produtores. Ainda conforme o entrevistado, os investimentos na certificação têm trazido para os produtores mais incentivos do ponto de vista do aprendizado gerencial do que mercadológico, uma vez que os preços não têm valorizado os investimentos financeiros e de tempo, como já foi argumentado por outros entrevistados e relatados nas reuniões entre produtores.

Outro incentivo parte do empenho das consultorias, principalmente as privadas, via empresas revendedoras, o que, na verdade, na opinião do entrevistado, não necessariamente traz eficiência, pois o objeto da consultoria privada é a venda do produto e não a melhor relação benefício/custo para o produtor. Segundo auditor do IMA para o Certifica Minas na região da Zona da Mata¹⁰, nesse aspecto a consultoria pública é mais eficiente, mas depois do fim do Instituto Brasileiro do Café (IBC), essa assistência foi assumida pela Emater, que perdeu um pouco da sua característica de assessoria técnica e assumiu características de extensão rural o que ele julga como não sendo totalmente eficiente nas questões técnicas e financeiras das propriedades. Mas, apesar disso, cumpre um papel importante na medida em que desenvolve e difunde novas tecnologias voltadas para o aumento da produtividade e da qualidade do café.

3.3.2 A questão da qualificação do café na Zona da Mata

A partir de 1990, conforme explica Akaki (2007), houve modificações na dinâmica do mercado do café, afetando preços e redirecionando as exigências do mercado global no sentido da qualidade do café. Nesse contexto, as regiões do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro construíram referências importantes em cafés qualificados (finos e sustentáveis), o que ainda não ocorreu na Zona da Mata.

Singulano (2016) produziu uma tese no período entre 2012 e 2014, analisando as adaptações dos produtores de café da Zona da Mata, que os levaram a produzir os cafés finos, em virtude da desregulamentação do mercado na década de 1990. Ele analisou como se deu a organização do mercado na região, que inclusive passou por um processo de renomeação, as “Matas de Minas”.

Segundo a autora, a partir da iniciativa dos produtores, de agentes da burocracia pública e de organizações da sociedade civil, esse processo implicou na modificação da reputação da região enquanto produtora de café inferior, no esforço dos produtores para produzir cafés de qualidade e em mudanças nas formas de coordenação do mercado local. O processo também foi acompanhado de mudanças relativas à tecnologia e ao reconhecimento da qualidade do café da região, expressa nas premiações alcançadas pelos produtores nos concursos de qualidade em

⁹ Entrevista realizada em Viçosa-MG em 03/03/2020.

¹⁰ Idem 8.

diversos níveis, e ressaltou que o processo fundamental foi a mudança social que construiu novas referências de qualidade e identidade territorial ao produto e a produtores.

No dia 15 de dezembro de 2020, foi reconhecido pelo INPI como Indicação de Procedência o selo “Matas de Minas”, solicitação encaminhada pelo Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas, para o reconhecimento da procedência do café em grãos crus, beneficiados, torrados, torrados e moídos, produzidos nos municípios de Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Araponga, Caiana, Cajuri, Canaã, Caparaó, Caputira, Carangola, Caratinga, Chalé, Coimbra, Conceição de Ipanema, Divino, Durandé, Entre Folhas, Ervália, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Imbé de Minas, Inhapim, Jequeri, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Miradouro, Miraí, Muriaé, Mutum, Orizânia, Paula Cândido, Pedra Bonita, Pedra Dourada, Piedade de Caratinga, Porto Firme, Raul Soares, Reduto, Rosário da Limeira, Santa Bárbara do Leste, Santa Margarida, Santa Rita de Minas, Santana do Manhuaçu, São Domingos das Dores, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, São Miguel do Anta, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, Sericita, Simonésia, Teixeiras, Tombos, Ubaporanga, Vargem Alegre, Vermelho Novo, Viçosa, Vieiras; todos situados ao leste do Estado de Minas Gerais (INPI, 2021).

No entanto, esse trabalho não foi de amplo alcance, sendo possível destacar apenas produtores dos municípios da região do Alto Caparaó, do município de Espera Feliz, Araponga, Divino e alguns produtores localizados em Fervedouro, enquanto expoentes na produção dos cafés finos. As características e a iniciativa da agricultura familiar, as condições climáticas altamente favoráveis, a forte organização coletiva e, em parte, as condições econômicas relativamente mais favoráveis de alguns produtores, explicam o sucesso dessas regiões na produção dos cafés finos – especiais e de altíssima qualidade.

De fato, a região do Caparaó foi contemplada com o selo de Denominação de Origem, concedida pelo INPI no dia 02/02/2021, para o café em grão verde, torrado e torrado e moído, produzido e industrializado na área localizada na divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No estado de Minas estão contemplados os municípios de Dores do Rio Preto, Espera Feliz, Caparaó, Alto Caparaó, Manhumirim, Alto Jequitibá e Martins Soares (INPI, 2021).

Segundo Singulano (2016), os produtores de café especial, que corresponde à classe dos cafés qualificados adotado nesta tese, essencialmente, são aqueles que produzem cafés de alta qualidade, que buscam por formas de certificações e por formas de comercialização diferenciadas. Seu produto é destinado à exportação ou ao pequeno segmento de cafeterias nacionais ou pequenas torrefações de cafés especiais. Esses produtores buscam diversos canais de comercialização por onde possam conseguir melhor remuneração, não se prendendo ao mercado local. Alguns fazem negócios diretamente com exportadores, outros investem na torrefação de cafés especiais e praticamente todos eles buscam se adequar às exigências legais e às certificações, principalmente o selo Fair Trade, o selo Certifica Minas, o selo UTZ, Rainforest e o selo Orgânico, quando este se aplica.

O mesmo processo de mudança institucional que valorizou os cafés finos também valorizou o café sustentável e, da mesma forma, incentivou produtores da Zona da Mata, que, na verdade, já vinham se mobilizando desde os anos 1980 a buscarem por melhor valor agregado por meio do café agroecológico e orgânico.

Ainda conforme Sigulano (2016), o produtor de café sustentável é o pequeno produtor familiar que realizou a conversão para a produção orgânica ou agroecológica. Esses produtores, segundo a autora, também, em muitos casos, se inserem no mercado pelo selo Fair Trade e/ou em outras formas de comercialização solidária, como as redes de comercialização local ou mercados de proximidade.

Consoante um produtor premiado de café qualificado do Alto Caparaó¹¹, há algum tempo, produtores vivem experiências interessantes no segmento dos cafés qualificados finos, procurando alterar a histórica referência do café de má qualidade da região, relatando inclusive que produtores de Espera Feliz, Divino, Alto Caparaó e Araponga têm obtido sucesso na participação de concursos de qualidade e conquistado oportunidades de valorização do produto e ao mesmo tempo trazendo notoriedade e atenção para a região. O participante da COOPOL¹², em Manhuaçu, manifestou a mesma informação.

Para além dos esforços na produção do café qualificado, a certificação é parte fundamental do processo, sem a qual a comercialização não se concretiza no nível de negócios esperado.

Pesquisando as matérias e artigos do site do CTA – ZM (2018), do site do Centro de Comércio de Café do Estado de Minas Gerais, (CCCMG, 2018), foi possível observar que com as exigências do mercado internacional do café, com a vulnerabilidade dos preços na cadeia global e com as crescentes preocupações socioambientais, ganhou relevo tanto a importância das certificações quanto à mobilização de instituições como a Emater, o CTA-ZM, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), os Sindicatos dos trabalhadores rurais das diversas regiões da Zona da Mata (STRs) e as cooperativas e associações da agricultura familiar, em torno do auxílio e apoio aos produtores para o alcance das certificações.

De acordo com o coordenador técnico regional da Emater Regional de Muriaé¹³, a certificação propriamente dita não é difícil, pois os agricultores conseguem aderir ao Certifica Minas, ao Fair Trade para cafés especiais e ao SAT, certificado de produto sem agrotóxico, porém com a permissão do uso de adubos químicos, emitido pelo IMA. Esse último se aplica ao caso do café em transição agroecológica, porém, não tem validade fora do estado de Minas Gerais e nem é reconhecido pelo mercado. Além disso também há possibilidades na organização dos sistemas de certificação participativa, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), para produtos orgânicos. O técnico relatou que esse sistema já funciona no município de Caratinga.

Na visão do coordenador técnico regional da Emater Regional de Muriaé¹⁴, a questão da produção dos cafés qualificados está no desconhecimento e/ou na falta de disposição dos produtores e produtoras em trabalhar a qualidade e a certificação do produto. Ele recomenda aos agricultores investir primeiro no café especial para depois transitar para o café orgânico, pois tecnicamente é um trabalho mais fácil e, consequentemente, mais viável economicamente.

Por outro lado, produtores presentes nas reuniões do Centro de Estudos Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM), no município de Muriaé – MG manifestaram insatisfações com a relação benefício/custo do processo de certificação. Afirmaram que há um dispêndio de tempo, de investimento e de trabalho que o processo de certificação em si não retorna, ou seja, os produtores não recebem um melhor preço por todo o trabalho de manter a certificação¹⁵.

É importante ressaltar que a certificação por si só não eleva o valor agregado do produto, porém, o produto de maior valor agregado precisa ser certificado para ser devidamente comercializado.

Conforme outro técnico da Emater de Carangola¹⁶, a falta de certificação dificulta a entrada do produto em mercados interessantes, inclusive mercados internacionais, e que as

¹¹ Entrevista em Alto Caparaó – MG, em 25 de abril de 2018.

¹² Entrevista em Manhuaçu – MG, em 24 de abril de 2018.

¹³ Entrevista em Muriaé – MG, em 21 de abril de 2018.

¹⁴ Entrevista realizada em Muriaé – MG, em 21 de abril de 2018.

¹⁵ Opiniões manifestadas nos encontros de produtores e produtoras rurais dos STRs, associações e cooperativas da região da Zona da Mata, organizados pelo Centro de Estudos Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM), nos anos de 2016 e 2017, em Muriaé-MG.

¹⁶ Conversas durante o curso de Certificação de Café em Viçosa-MG, em 17 de julho de 2018.

certificações podem ser aplicadas inclusive para cafés de padrão comercial inferior, embora o mercado responda na maior valorização do café qualificado fino. Esse mesmo técnico deixou claro também que a busca pelo preço e pela qualidade do café é contínua, ou seja, todos os cuidados de produção, pós-colheita e beneficiamento devem seguir padrões rigorosos de maneira contínua, de forma que ganhar um concurso e abrir um mercado em uma determinada safra não garante a conquista do mesmo consumo e do mesmo mercado no ano seguinte.

Observa-se que essa dinâmica de produção de um café de melhor preço carrega consigo uma série de vulnerabilidades associadas tanto ao clima quanto ao trabalho. Para produtores maiores, o desafio é conduzir uma turma de trabalho que tenha a disciplina dos tratos e dos procedimentos da maneira correta, seja por conta da natureza do trabalho e das formas comuns de pagamento, seja pelo custo do trabalho. Para agricultura familiar, o desafio está na disponibilidade das famílias em dedicar ao café um tempo que precisa ser dividido com a diversidade de atividades da propriedade, além da busca pelas oportunidades de comercialização. É também necessário investimento na infraestrutura de pós-colheita e dispor de capital circulante para os cuidados da lavoura.

Em alguns municípios da Zona da Mata, principalmente em Araponga, produtores vêm tentando a produção do café orgânico, porém, sentem-se limitados com a questão da produtividade das árvores sem a adubação química, e da pouca valorização do mercado quando este tipo de café não alcança determinados níveis de qualidade.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, uma mobilização entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento da Boa Nova (MOBON), as Comissões Eclesiais de Base (CEBS) e os pequenos agricultores da Zona da Mata deu início a uma rede de agroecologia (SCHMITT et al., 2016). O processo de formação dessa rede foi apresentado no relatório de pesquisa do CPDA/UFRRJ, coordenado pela professora Claudia Schmitt (SCHMITT et al., 2016), no qual também foi citada a forte presença do CTA no apoio à produção do café orgânico e na busca da certificação para a comercialização do produto. O CTA junto à UFV e aos agricultores organizaram o programa, principalmente na região de Araponga, na tentativa da transição e da equalização dos problemas de comercialização, nos anos de 2010. É desta data também algumas reportagens anunciando a exportação de café orgânico por produtores do município de Araponga (CTA, 2018).

O relatório de Schmitt et al. (2016) também indicou as políticas e fortalecimentos coletivos que contribuíram para a expansão da rede e para a diversificação da produção e construção de canais curtos de comercialização. No entanto, destacou algumas preocupações com a cultura do café, sobretudo no que se refere às dificuldades com a produtividade e a relação contraditória entre os princípios da produção agroecológica e o mercado padrão no qual o café é comercializado.

Quanto à questão da produtividade, membros da Cooperativa da Agricultura Familiar de Muriaé e região (COOPAF) e associados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais das regiões de Araponga, Ervália e outros municípios (STR's) relataram que a primeira experiência de transição agroecológica não mostrou sucesso, pois a diferença de produtividade com relação ao café convencional foi muito grande e não foi compensada pelos preços (informações verbais)¹⁷.

Um técnico da Emater¹⁸ afirmou que a experiência foi traumática porque comprometeu praticamente toda a renda das famílias, pois foi promovida na totalidade das lavouras. Em decorrência disso, houve trauma e falta de credibilidade na questão da transição. Uma tese desenvolvida por Bosa (2017), na Zona da Mata Leste de Minas, sistematizou essa situação e confirmou o descrédito e o retorno ao sistema convencional de muitos pequenos agricultores

¹⁷Informações manifestadas no evento que reuniu produtores, pesquisadores e extensionistas no IF Sudeste MG – Câmpus Muriaé e organizado pelo NEAP, em 2016.

¹⁸ Entrevista em Muriaé - MG, em 21 de abril de 2018.

que também produziam café, reduzindo significativamente o número de produtores dispostos a seguir no projeto.

No entanto, representantes da Cooperativa Regional Indústria de Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta (COORPOL)¹⁹, de Manhuaçu, e da Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares e Economia Solidária de Araponga (COAFA)²⁰, afirmaram que cerca de 30 famílias, em cada cooperativa, se dedicam à transição agroecológica de suas propriedades e que, nessas propriedades, há o cultivo do café. Neste grupo, existem produtores e produtoras trabalhando na transição conseguindo substituir todo tipo de agrotóxico, mas ainda utilizando o adubo sintético, produtoras e produtores que ainda utilizam o glifosato e produtores, especificamente no caso de Araponga, totalizando 19 famílias segundo integrante do CTA²¹, produzindo o café orgânico. Na busca da técnica correta e da certificação ainda foram citadas as cooperativas da agricultura familiar em Divino, Espera Feliz e Tombos.

A questão da relação comércio e agroecologia é também problematizada pelo relatório coordenado por Schmitt et al. (2016) e pelas diversas reuniões realizadas entre os cooperados e associados, e membros dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, não só para o café, mas para todos os produtos da agricultura familiar. O grande desafio é abrir canais alternativos de comercialização, sejam pelos mercados curtos, institucionais ou solidários. A participação nas cadeias longas ou nos mercados varejistas passa pelas questões de legislação e fitossanitárias, de padronização para o mercado e, no caso das grandes cadeias agroindustriais, pela contraposição de valores²².

No caso do café, alguns entrevistados acreditam que a dificuldade do comércio está em resolver a questão da certificação. A proposta do CTA é assessorar na certificação do café orgânico, via Sistema Participativo de Garantia (SPG) ou na certificação alternativa do SAT que permite a utilização do adubo químico, para a inserção do produto ausente de agrotóxicos no mercado (CTA, 2018). Por outro lado, a participante da COAFA²³ afirma que o importante é a produção sem agrotóxicos, mas não sente que deva conquistar o mercado de orgânicos, pois para a população em geral, esse tipo de café não atende ao valor do acesso e da segurança alimentar, diferenciando muito pouco, com exceção da ausência dos agrotóxicos, da dinâmica do café convencional, ou seja, se torna um produto igualmente caro e excludente para o consumo.

Para o coordenador técnico regional da Emater regional de Muriaé²⁴, a preocupação dos produtores é com a utilização do agrotóxico e não com o adubo sintético, portanto, dominando a produção sem agrotóxicos e alcançando a certificação SAT, ele acredita que os produtores não se esforçarão para substituir o adubo, não chegando, portanto, na produção do orgânico. Na mesma linha, uma professora da UFV²⁵, atuante no movimento agroecológico da região, afirma que o café, no projeto agroecológico representa uma “bênção” para a agroecologia e para a agricultura familiar, pois, ele é de venda certa, independente da forma de produzir, ou seja, sempre há comércio para o café porque caso não seja possível alcançar os padrões de qualidade necessários, ou não encontre canal de comercialização para o produto, todo e qualquer tipo de café pode ser comercializado no mercado do café padrão comercial.

Por outro lado, uma participante da COOPAF²⁶, de Muriaé, afirmou que os produtores da sua associação buscam há muito tempo o café orgânico, querem a certificação, deparam-se

¹⁹ Entrevista em Manhuaçu - MG, em 24 de abril de 2018.

²⁰ Entrevista em Araponga - MG, em 30 de abril de 2018.

²¹ Entrevista em Viçosa - MG, em 30 de abril de 2018.

²² Informações manifestadas no evento que reuniu produtores, pesquisadores e extensionistas no IF Sudeste MG - Câmpus Muriaé e organizado pelo NEAP, em 2016.

²³ Entrevista realizada em Araponga - MG, em 30 de abril de 2018.

²⁴ Entrevista em Muriaé - MG, em 21 de abril de 2018.

²⁵ Entrevista em Viçosa - MG, em 30 de abril de 2018.

²⁶ Entrevista em Muriaé - MG, em 16 de março de 2018.

com mercados exigentes e seletivos, entregam o produto diferenciado pelo preço dos convencionais para os atravessadores, mas persistem no projeto da agroecologia, e a própria entrevistada questiona: “o que eles querem com isso?”

Para o cooperado da COOPOL²⁷, de Manhuaçu, é importante buscar pela agricultura alternativa, mas a questão da renda é muito relevante, e ressalta que produtores e produtoras batalham formas de diferenciar seu produto e formas diferentes de abrir canais de comercialização, seja do café em transição agroecológica, seja do café convencional, evidenciando a necessidade de se pensar no aspecto financeiro da propriedade.

Conversas recentes (2019) com os mesmos entrevistados evidenciaram pelo menos mais duas preocupações: a) o fato de em 2018 algumas cooperativas não terem conseguido vender o café certificado pelo Fair Trade e nem o premiado em concursos; b) as perspectivas de quedas contínuas do preço do café padrão comercial, o que levanta o temor de uma crise econômica na região.

Nas palavras do representante da COOPOL²⁸, “o desejo dos agricultores familiares é que houvesse algum tipo de fidelidade da parte dos compradores ao longo das safras”. Essas palavras subtem o desejo de que houvesse algum tipo de coordenação hierárquica na cadeia produtiva do café, principalmente do café qualificado, para garantir a comercialização.

Do que foi apresentado até então, é possível concluir que relação cafeicultura e projetos de cafés qualificados na Zona da Mata implica nas seguintes questões: as dificuldades com a relação produtividade e preços implicando em dificuldades para a reprodução econômica da família, no caso específico dos cafés sustentáveis; a questão das exigências do mercado, das certificações e das diferenciações; a relação benefício/custo para o café qualificado que não alcança o melhor valor agregado e a coordenação da cadeia produtiva que não garante a comercialização do produto com a devida remuneração de seus ativos.

Portanto, enquanto estratégia para melhorar valor agregado, contornar dificuldades de comercialização e aumentar a renda do produtor, a produção do café qualificado é incerta, onerosa e de certa forma excludente, o que pode explicar, junto a demais fatores, a pouca adesão. Em diálogo com a importância econômica e social da cafeicultura na Zona da Mata, importa saber qual é a dinâmica produtiva então, que predomina na região, levando em conta suas potencialidades e dificuldades, e que tipo de café essa dinâmica produz.

3.3.3 Quais são os tipos de café produzidos na Zona da Mata de Minas Gerais?

Para além da pequena proporção dos cafés qualificados, segundo Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010), na Zona da Mata, na época de sua pesquisa, 82% dos produtores entrevistados beneficiavam seu café pelo método natural e 46% trabalhavam o processamento do café cereja descascado, ressaltando que a maioria dos produtores da amostra utilizava mais de um tipo de processamento. O método natural é aquele no qual o café é colhido e levado diretamente para o terreiro para a secagem. O método cereja descascado é aquele no qual o café, após colhido, é colocado na água e depois passa por processos de descascamento com maquinários. O detalhamento dos processos de beneficiamento do café está na seção 1.2.1 desta tese.

Esses percentuais são indicadores de que grande parte do trabalho com o café na fase pós-colheita não visava ao café qualificado fino. Conforme explicado na seção das definições, o café de processamento natural visa alcançar a bebida dura. Para os cafés qualificados finos (especiais e de altíssima qualidade) e para o padrão comercial tipo bebida dura fina, é preciso trabalhá-lo pelo processo de cereja descascado ou de café lavado.

²⁷ Entrevista em Manhuaçu – MG, em 24 de abril de 2018.

²⁸ Idem 26

De fato, conforme os dados dos mesmos autores, as propriedades produzem mais de um tipo de café, 36% produziam bebida mole (cereja descascado), 71% bebida dura, 29% bebida riada e 29% bebida rio. Portanto, grande parte da produção do café na época era de bebidas tipo comercial dura e inferior.

Em entrevista, o gerente regional da Emater de Muriaé²⁹ não soube especificar percentuais de produção, no entanto, foi categórico em afirmar que pouquíssimos produtores trabalham com os cafés qualificados finos e menos ainda com qualificados sustentáveis. Embora seja um tipo de produção muito adequada aos agricultores familiares, dada a relação inversa entre escala de produção e o trabalho necessário pós-colheita, esse tipo de café é produzido com sucesso por poucos produtores nas regiões de Espera Feliz, Alto Caparaó, Araponga e em algumas poucas propriedades localizadas nos demais municípios regiões de altitudes mais elevadas.

Na mesma entrevista, foi relatado que a grande maioria produz café sem qualidade, se referindo ao café bebida dura para menos. Uma proporção pequena, mas um pouco maior do que os que produzem o café qualificado, consegue uma melhora na qualidade da bebida dura, mas, de qualquer forma, a produção do café tipo bebida dura é o padrão produtivo da região.

Ainda nesta entrevista, o gerente também resgatou a memória do trabalho da Emater nas microrregiões de Manhuaçu, Muriaé e Viçosa, desde os anos 2000, quando o IBC foi extinto. Segundo o entrevistado, esse instituto era o órgão orientador do comércio e das práticas produtivas e o foco era a produtividade. Com a sua extinção, os cafeicultores da região sentiram-se perdidos e buscaram pelo apoio da Emater. A empresa então entrou na área da assistência à cafeicultura, com um foco diferenciado, voltado para o aspecto da qualidade.

Para o gerente regional da Emater de Muriaé³⁰, tanto por meio da assistência técnica como por meio da promoção dos concursos de qualidade do café, a Emater procurou envolver os produtores na proposta da qualidade, sem perder de vista a questão da produtividade. Foi um trabalho árduo e com pouco retorno. Somente em 2012, houve um primeiro produtor premiado no concurso. A partir daí a motivação se tornou maior e outros produtores se interessaram em tentar uma qualidade melhor para seu produto. Foram poucos os que conseguiram e de forma permanente. Alguns produtores são ganhadores frequentes dos concursos da Emater e de outras instituições e até internacionais, mas a maioria não foi tão longe. No entanto, esse trabalho contribuiu para a melhora do café da região de forma geral.

Explica o gerente que, antes de todo esse processo, a Zona da Mata era conhecida pela produção do café tipo bebida rio zona, o pior tipo de café. A respeito desse café, o auditor do IMA para o Certifica Minas³¹ afirmou que o produtor que conseguia produzir uma qualidade melhor, tinha que vender seu café por cooperativas do Sul de Minas para despistar a origem do produto. O consultor de um produtor premiado de café qualificado do Alto Caparaó³² explicou que o nome desse café é específico da Zona da Mata, pois era uma combinação da bebida inferior ao tipo rio, de origem da Zona da Mata, que após o transporte marítimo pelo porto do Rio de Janeiro, pelo efeito da maresia e das más condições de armazenamento e transporte, se tornava ainda mais desagradável.

Conforme o gerente regional da Emater regional de Muriaé³³, o objetivo da Emater é contribuir para o fim desse tipo de café na região e estimular a melhora da qualidade. Não é necessário e nem possível que todos os produtores produzam o café qualificado. Não são todos os produtores que têm as condições climáticas ideais e nem há mercado de qualificados para

²⁹ Entrevista realizada em Muriaé em 19/02/2020.

³⁰ Entrevista realizada em Muriaé – MG, em 19/02/2020.

³¹ Entrevista realizada em Viçosa – MG, em 03/03/2020.

³² Entrevista realizada em Alto Caparaó – MG, em 25 de abril de 2018.

³³ Idem 29.

todos os produtores. Na verdade, é um mercado ainda pequeno. Mas os esforços para a melhora da qualidade precisam persistir porque ainda existe muita produção de bebidas ruins na região.

O coordenador técnico regional da Emater de Muriaé³⁴ também afirmou que o processo de valorização do café qualificado fino contribuiu decisivamente para a elevação da qualidade geral do café da Zona da Mata. Se há 20 anos era possível definir uma grade de produção para a região composta de bebida dura, bebida riada, bebida rio e bebida rio zona, hoje a grade se deslocou para cima, excluindo a bebida rio zona e incluindo a bebida mole (padrão comercial fino), ou seja, na região se produz a bebida mole, a bebida dura, a bebida rio e a bebida riada. Essa classificação não inclui os cafés qualificados, mas quem produz café qualificado, principalmente os finos, também produz o café padrão comercial.

Segundo esse entrevistado, o investimento em qualidade esbarra na questão da vulnerabilidade do mercado, que nem sempre remunera a qualidade, também na questão da disponibilidade dos produtores e tem relação com engajamentos em movimentos coletivos. Conforme suas observações, onde há sucessão familiar, organizações sociais mais fortes e dinâmicas e condições climáticas mais favoráveis, existe uma dinâmica maior de busca pela excelência em qualidade, normalmente pelas gerações mais jovens.

Ainda consoante o coordenador técnico da Emater de Muriaé³⁵, nas demais regiões, onde não se verifica a busca pela qualidade, pode-se dizer que a postura se relaciona em parte à falta de interesse dos produtores, mas também a questões relacionadas à falta de condições de infraestrutura, a questões de disponibilidade de trabalho na família, a questões de urgência com relação ao dinheiro, às condições climáticas desfavoráveis e ao sistema de comercialização, que não confere transparência quanto à qualidade do café transacionado.

As imagens da Figura 11 permitem perceber a dimensão da complexidade da infraestrutura mínima necessária para beneficiar o café pelos métodos alternativos ao método natural.

Figura 11– Imagens de maquinários para o beneficiamento do café de melhor qualidade (Continua)



a) Maquinário para a lavagem do café após a colheita das cerejas. Também realiza a despolpa da cereja.

³⁴ Entrevista realizada em Muriaé-MG, em 15/02/2020.

³⁵ Entrevista realizada em Muriaé-MG, em 15/02/2020.

Figura 11- Continuação



b) Maquinário para a limpeza e classificação do café em coco ou do café despulpado.



c) Secador de café suspenso – indicado para o café qualificado pois evita o cheiro de fumaça.



d) Imagem de secador de café de barça. Trabalha com maiores volumes mas deixa os grãos mais vulneráveis à impurezas e cheiros de fumaça.

Fonte: Trabalho de campo realizado no município de Paula Cândido em setembro de 2020.

Simões e Pelegrini (2010) argumentaram que o desinteresse por parte dos produtores da Zona da Mata com a questão da qualidade - cujo processo de desenvolvimento implica em sofisticar os processos de colheita, lavagem e secagem dos grãos - se deve ao pouco diferencial de preços das diversas classificações do café com relação ao tipo bebida dura.

De fato, nas análises de preços trabalhadas na seção 3.1, em alguns momentos, os diferenciais são reduzidos, mas em outros, há diferenças significativas a favor da qualidade. No entanto, embora para a maioria da série o diferencial tenha sido positivo, houve uma variabilidade de preços capaz de gerar incertezas aos produtores.

Outro fator explicativo exposto por Simões e Pelegrini (2010) foi a pouca transparência do processo de classificação e atribuição de preços no processo de comercialização. Nesta operação, pode ser que o comprador faça uma avaliação para o produtor inferior ao que de fato

o produto vale. Isso porque ele pode comprar do produtor mediante uma determinada avaliação, rebeneficiar o café comprado e conseguir revender por uma classificação superior.

Essa prática é possível devido a duas vulnerabilidades dos produtores: a) eles não dominam o processo de classificação e de análise sensorial do seu café; b) muitas vezes não possuem todos os maquinários necessários para o beneficiamento que melhora significativamente a qualidade dos grãos.

Santos e Nantes (2014) explicam que o processo de classificação oficial brasileiro oferece margem para esse tipo de situação. Os autores explicam que a classificação não contempla a qualidade implícita do grão, mas sim a quantidade de defeitos de uma amostra. Dessa forma, uma dada amostra pode ter uma classificação ao ser contada a quantidade de defeitos e ao ser passado em determinadas peneiras. O processo de rebeneficiamento implica limpar e peneirar novamente o café, reduzindo a quantidade de defeitos e selecionando o tamanho dos grãos. Assim, se o café comprado do produtor tiver potencial de melhora após esse processo, sua classificação se eleva e fica por conta de o comprador ser transparente com o produtor ou se apropriar das classificações mais altas que o produto pode alcançar.

Por isso, é importante o trabalho das consultorias e das organizações coletivas para auxiliar os produtores no processo de conscientização, conhecimento, acesso e domínio da infraestrutura e das técnicas de processamento. Mas como já foi observado, neste trabalho, tanto a demanda por consultoria quanto a adesão a organizações coletivas são baixas, implicando em dificuldades para a superação das deficiências aqui observadas.

Singulano (2016) também relatou as dificuldades com a comercialização dos cafés tipo padrão comercial, dando destaque para a figura do atravessador. Segundo a autora, trata-se do agente que domina o processo de comercialização na região, podendo se utilizar do processo de falta de transparência. Esse aspecto é significativo, pois a transparência é sensível justamente naquilo que Santos e Nantes (2014) destacaram como o mecanismo de coordenação da cadeia do café, que são as informações sobre a classificação do produto.

Apesar dessas questões, o auditor do IMA para o Certifica Minas³⁶ afirmou que o investimento na qualidade pelo menos no café bebida dura será o imperativo do mercado o qual os produtores deverão se adequar, ou terão dificuldades, não em comercializar, mas em conseguir preços razoáveis. No entanto, não acredita na perspectiva de investimentos em qualidade para além da classificação bebida dura. Quando muito, alguns produtores poderão chegar ao tipo bebida dura fino.

Nesse contexto, o coordenador técnico regional da Emater de Muriaé³⁷ afirma que a tendência é que nas regiões de altitude mais baixa, onde a produção de um mínimo de qualidade do café já fica naturalmente prejudicada, a tendência é a cafeicultura acabar, e nas regiões de altitude mediana, a tendência é que haja investimentos na produção do café padrão comercial tipo bebida dura e bebida dura fino. Dessa forma, ele acredita que, assim como a produção do café rio zona praticamente acabou, também acabará a produção do café padrão comercial inferior (bebida rio e riado). Os preços de mercado associados a exigências de certificação de qualidade e de gestão vão impulsionar os produtores nesse sentido. E aventou para a possibilidade do café Conillon ser uma alternativa, caso os produtores não queiram seguir pelo caminho da substituição do café.

Essa possibilidade da produção do café Conillon na Zona da Mata representa uma mudança de paradigma, pois toda a literatura se refere ao café Arábica como a espécie predominante na região. De fato, nas estatísticas do IBGE (2016), a produção do Conillon ocupa somente 0,6% da área plantada em café na Zona da Mata, porém, estudos já indicam viabilidade técnica do Conillon em áreas mais baixas e quentes da região (COOPEAVI, 2020).

³⁶ Entrevista realizada em Viçosa, em 03/03/2020.

³⁷ Entrevista realizada em Muriaé – MG, em 15/02/2020.

3.4 A Dinâmica de Comercialização do café na Zona da Mata

Segundo o coordenador técnico regional da Emater de Muriaé³⁸, existe mercado para todos os tipos de café na Zona da Mata. Nenhum produtor fica sem vender, e, quanto pior for a qualidade do café, maior liquidez ele tem. Portanto, para aquele perfil de produtor que não tem condições ou vontade de aprimorar a qualidade e produz da maneira menos onerosa possível, prevalece a produção dos cafés padrão comercial inferior e com venda garantida.

Conforme um produtor de café do município de Paula Cândido³⁹, todo e qualquer café que se produz no município é vendido. Inclusive os cafés chamados tipo escolha e café de chão, que não recebem quase nenhum tipo de cuidado no processo pós-colheita, e que resultam em bebida riada, rio ou rio zona. Não existe café “encalhado”. Até a casca do café tem valor porque ela pode ser usada nas lavouras para adubação. Portanto também existe procura por esse resíduo.

Na verdade, todos os entrevistados desta pesquisa, em algum momento, foram uníssonos em dizer que toda a produção de café é vendida, de uma maneira ou de outra. Portanto, não se discute, pelo menos na Zona da Mata, se há mercado para o produto. Discutem-se quais as melhores formas de conseguir melhor valor agregado e, para alguns grupos de produtores, como produzir de maneira ambientalmente sustentável. Mas a liquidez da produção é garantida, independente da qualidade do produto.

O problema para a Zona da Mata está menos em produzir do que em como comercializar. As já relatadas posições do produtor no que se refere a sua distância com relação aos elos de comercialização capazes de oferecer maior valor agregado se juntam com as suas dificuldades de ordem financeira e de planejamento relativos à comercialização.

Singulano (2016) ressaltou o papel do atravessador, que reúne o café dos pequenos produtores, acumula volume, rebeneficia e vende o produto final para as exportadoras. Essas, por sua vez, representam o destino de grande parte da produção da Zona da Mata e fazem o papel de redistribuir essa produção entre mercado externo, para o padrão comercial de melhor qualidade, e para a indústria no mercado interno. Essa descrição evidencia o quanto os produtores do café padrão comercial estão distantes do elo de comercialização com maior capacidade de atribuição do verdadeiro valor agregado.

É nessa perspectiva, segundo o auditor do IMA para o Certifica Minas⁴⁰, que produtores que percebem potencial de qualidade bebida dura ou bebida dura fina, procuram pelo comércio em Varginha, na perspectiva de reduzir o número de intermediários e de assegurar a transparência. Em Varginha, os produtores da Zona da Mata trabalham com a Cooperativa Minasul, definida como uma cooperativa de produção que presta serviços aos seus cooperados, referentes ao armazenamento, rebeneficiamento e exportação do grão verde (informação por correio eletrônico)⁴¹.

Para Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010), grande parte da comercialização do café na Zona da Mata se dá de forma individual e parcelada, sendo muito pouco utilizadas estratégias do tipo vendas conjuntas. Castro Júnior e Andrade (2010) identificaram a venda à vista ou a curtíssimo prazo como predominante, sendo muito pouco frequente a utilização de outras estratégias de comércio, que, quando acontece, é pela utilização da Cédula de Produtor Rural (CPR). Predomina também a venda para os atravessadores e, com pouca frequência, a

³⁸ Idem 35.

³⁹ Entrevista realizada em Paula Cândido-MG, em 28/03/2020.

⁴⁰ Entrevista realizada em Viçosa – MG, em 03/03/2020.

⁴¹ Mensagem recebida como resposta no email pessoal, enviada pelo e-mail institucional da Cooperativa Minasul, no dia 11 /03/ 2020.

venda por cooperativas. O auditor do IMA para o Certifica Minas⁴² confirmou e atualizou essas informações.

Os entrevistados desta pesquisa apontaram que o café representa, para a agricultura familiar, uma poupança. Quanto mais diversificada for a propriedade, mais resguardada está poupança tendo em vista que a renda vinda das demais atividades sustenta o dia-a-dia da família. Dessa forma, o dinheiro do café pode se tornar disponível para a aquisição de coisas mais caras, para a compra de mais terras, para ampliar infraestrutura, etc.

Nesse sentido, independente da qualidade e das condições de comercialização, o café se transforma em mais dinheiro de forma relativamente rápida. Essa é uma das explicações para a permanência da cafeicultura na região.

Para a agricultura familiar menos diversificada, o café acaba sendo uma única fonte de renda, que normalmente precisa ser usada para financiar o manejo da lavoura para a próxima colheita e para sustentar a família durante o ano safra. Conforme Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010), tanto no financiamento do custeio quanto para o investimento, 87% dos produtores se utilizam de recursos próprios e 60% se utilizam também de recursos do Pronaf.

Porém, para cafeicultores pouco capitalizados, segundo Simões e Pelegrini (2010), por vezes, é necessário vender sua produção em plena safra, quando os preços estão mais baixos. Consequentemente poucos recursos serão destinados aos cuidados com a lavoura e com a qualidade do café. Outra constatação dos autores é que o planejamento das vendas por parte dos produtores é justamente no período da colheita, não havendo muito tempo e disponibilidade para a procura de meios melhores de comercialização. Dessa forma, os produtores se envolvem num ciclo de falta de qualidade do produto e de falta de estratégias eficientes para a comercialização.

Essa situação compõe um dos problemas da monocultura do café na região que, além de expor o produtor às vulnerabilidades do mercado, também o expõe a questões relativas à segurança alimentar. Nesse sentido, os movimentos sociais ligados à agroecologia, atualmente, procuram trabalhar para além da questão da viabilidade da comercialização do café sustentável, a conscientização a respeito da importância da diversificação das atividades agrícolas na unidade produtiva (informação verbal)⁴³.

Por outro lado, Simões e Pelegrini (2010) relataram em seu estudo que a agricultura familiar, apesar de trabalhar em terrenos montanhosos e estar sujeita a todas as vulnerabilidades de uma atividade na qual o fator trabalho corresponde a 50% dos custos de produção, consegue equilibrar seus custos e suas receitas, justamente por contar com o trabalho da família e, por muitas vezes, contar com uma tradição local que é a troca de dias de serviços.

Essa disponibilidade de trabalho, complementada por regimes de meeiros e parcerias, também pode contribuir para explicar o porquê da dinâmica cafeeira da Zona da Mata apesar das convergências entre preços e custos de produção e dos desafios referentes à busca de maior valor agregado.

Parece importante ressaltar aqui que, com a intensificação dos trabalhos de fiscalização com foco nas relações e condições de trabalho na região, o sistema de troca de dias passou a ser temerário, pois, ele não é previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Saber qual é o efeito da substituição dessas relações pelos outros contratos de trabalho na cafeicultura e na questão específica da qualidade implicaria em outro trabalho de pesquisa.

⁴² Entrevista realizada em Viçosa – MG, em 03/03/2020.

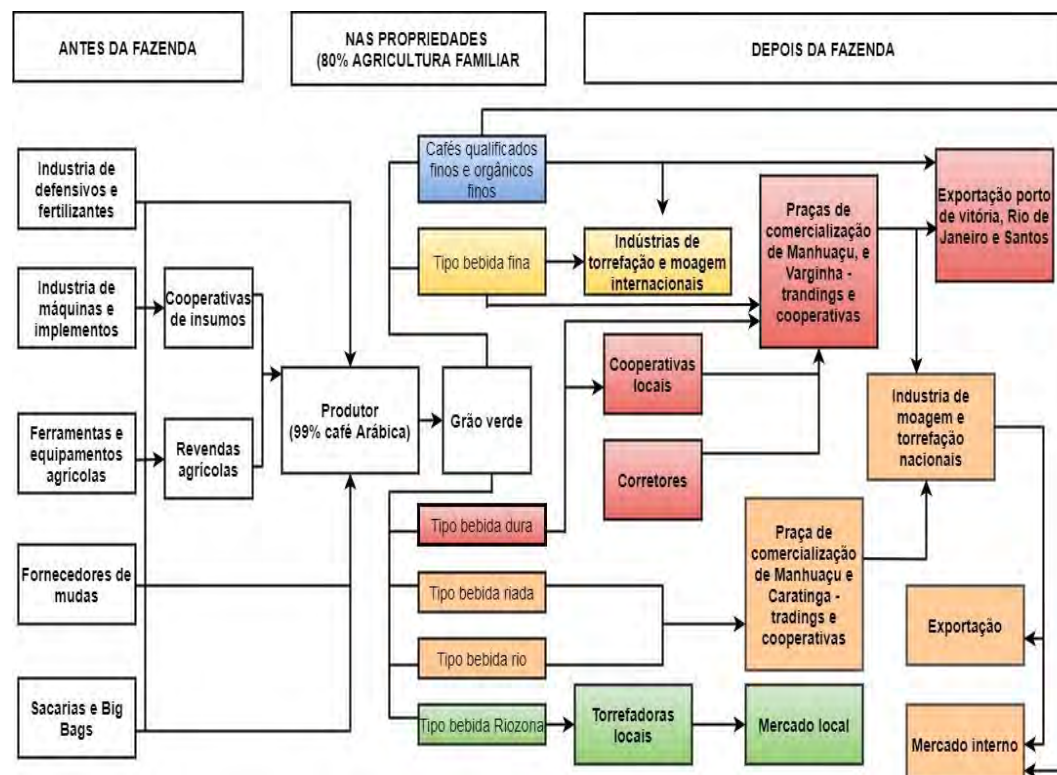
⁴³ Encontro “I Seminário de construção do Sistema

Participativo de Garantia orgânica no Polo Agroecológico da Zona da Mata-MG”, ocorrido em Viçosa – MG, entre os dias 23 a 25 de maio de 2019.

3.5 Visão Geral da Cadeia Produtiva do Café na Zona da Mata

A partir dos dados e informações recolhidos nesta pesquisa foi possível definir os traços gerais da cadeia produtiva do café na Zona da Mata e sua ligação com os demais elos da cadeia fora da dimensão regional. O Fluxograma 4 sintetiza essas relações.

Fluxograma 4- Cadeia produtiva do café na Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: Adaptado de Kalaki e Nogueira (2015) a partir de dados da pesquisa (2020).

Na fase a montante, ou antes da propriedade, as compras de insumos, defensivos, maquinários e equipamentos, mudas e sacarias são feitas predominantemente de forma direta, embora possam ser feitas também por meio de cooperativa, principalmente no caso das sacarias e bags. A maioria dos fornecedores é local, inclusive na produção de mudas (CORDEIRO; SINGULANO FILHO; RIBEIRO, 2010).

Uma extensionista rural do Departamento de Economia Rural da UFV⁴⁴ explica a importância da compra de mudas em viveiros certificados, uma vez que é preciso se assegurar da viabilidade genética. E nesse sentido, a Epamig e a Fundação Pró Café oferecem suporte da oferta das sementes.

Nas propriedades, como já explicado, a produção do café corre basicamente por conta da agricultura familiar, com a produção predominante do café tipo Arábica. Segundo Matiello et al. (2017), na Zona da Mata de Minas Gerais, 90% das lavouras são da variedade Catuaí, sendo de apenas 10% a ocorrência de outras variedades como o Catuaí Amarelo.

A produção do café Arábica na região abre um amplo leque de possibilidades. A região da Zona da Mata é famosa por sua diversidade produtiva, não em grande escala, mas nos “cantos” de roça, onde é possível encontrar produtores de cafés sustentáveis (agroecológicos, orgânicos e sombreados), cafés exóticos, como o café Jacu, cafés fermentados e cafés finos de

⁴⁴ Entrevista realizada por meio eletrônico – MG, em 26/05/2020.

altíssima qualidade. O foco desta pesquisa, porém, está na atividade do café tipo padrão comercial tipo bebida dura e inferiores, por representar a grande parte da produção da região e por se encontrar em questionamento quanto às suas possibilidades socioeconômicas.

Dessa forma, como já afirmado por Singulano (2016), pelos trabalhos organizados por Vilela e Rufino (2010) e pelas entrevistas realizadas da pesquisa, a maioria do café produzido na Zona da Mata é na forma de grão verde do café comercial tipo bebida dura e tipo bebida rio.

Segundo o coordenador técnico regional da Emater de Muriaé,⁴⁵ ainda existem alguns produtores que comercializam o café em coco, que é o pior caso em termos de qualidade. Uma forma mais antiga de comercialização era a venda do café no pé, não sendo possível afirmar sobre a qualidade final desse produto, uma vez que o processamento ficava por conta de quem comprou.

O café verde produzido na região, dependendo das condições climáticas, do manejo pelo qual foi tratado e do processamento pós-colheita, pode resultar em cafés qualificados, em bebida padrão comercial fina, bebida padrão comercial dura e bebida padrão comercial inferior (riada, rio e rio zona). Ressalta-se que uma mesma propriedade pode produzir mais de um tipo de café. Normalmente os cafés residuais de lavouras, terreiros e peneiras compõem lotes de cafés inferiores mesmo em unidades dedicadas ao café de qualidade. Assim, mesmo nas unidades dedicadas aos cafés qualificados, está presente o café padrão comercial, funcionando como uma garantia de renda incondicional para as propriedades.

Singulano (2016) montou um quadro geral sobre as formas de coordenação da cadeia produtiva do café na Zona da Mata conforme suas classificações mais gerais, alertando que para cada classificação há uma coordenação específica. O Quadro 13 apresenta essa classificação.

Quadro 13- Formas de coordenação da cadeia produtiva do café na Zona da Mata

Tipo de produtor	Qualidade do café	Formas de coordenação
Tradicional**	Commodity*	Via intermediários
Especial e Empresário***	Cafés especiais e commodity*	Torrefações próprias, exportações, cafeterias. Uso de certificações, participação em concursos.
Sustentável	Orgânicos, fair trade e commodity*	Cooperativas, mercados institucionais, solidários ou de proximidade. Uso de certificações.

Fonte: Singulano (2016).

* Corresponde aos tipos de café padrão comercial, conforme nossa classificação.

** Segundo a autora, produtores que tem dificuldades em inovar na produção, seguindo o tradicionalismo das gerações passadas na forma de produzir.

*** Produtores maiores, de perfil empresarial e com maior capacidade de se adaptar às novidades do mercado.

O café qualificado tem uma trajetória de comercialização própria, diferenciada por tipo de café e, segundo a autora, por perfil de produtor. De fato, os cafés especiais e orgânicos se relacionam a dinâmicas e intenções diferentes daquelas dos produtores chamados pela autora de tradicionais. No entanto, ela mesma destaca que o café padrão comercial está presente em todas as modalidades. Isso reforça as falas e argumentos de que o café, na forma padrão comercial produzido em quantidade, por representar garantia de comércio, serve de suporte de renda inclusive para os produtores mais adeptos a novas experiências.

⁴⁵ Entrevista realizada em Muriaé-MG, em 15/02/2020.

Para os cafés padrão comercial, Singulano (2016) identificou que os atravessadores fazem a ligação entre os produtores e as exportadoras que, por sua vez, fazem a redistribuição do café, após o processo de rebeneficiamento, entre o mercado externo e o mercado interno. Essas exportadoras, muitas delas com escritório próprio na cidade de Manhuaçu, são de grande porte, dominadoras das informações do comércio internacional e, dentre elas, a autora citou as empresas Atlântica, Mitsui, Exportadora Guaxupé e a Exportadora Eisa. Além da praça de Manhuaçu, que é a maior e mais concentrada, a autora citou também as praças menores de Manhumirim, Caratinga, Carangola, Viçosa, Divino, Espera Feliz e Ervália.

Conforme explicou o auditor do IMA para o Certifica Minas⁴⁶, o café comercial bebida fina e bebida dura da Zona da Mata seguem, por meio de atravessador ou por cooperativa, para as praças de comercialização de Manhuaçu e Varginha, e de lá, partem para a exportação através das “trandings”, com predomínio do embarque pelo porto de Vitória. O café tipo padrão comercial bebida inferior – riada e rio - da região segue para as praças de comercialização de Manhuaçu e Caratinga, de onde segue para as indústrias de torrefação nacionais e também para o mercado externo. E o pouco de café rio zona que ainda é produzido na região é comprado pelas torrefadoras locais de pequeno porte para produção de café torrado e moído de qualidade inferior.

De acordo com o Sindicafé (2020), o café rio é muito valorizado para o preparo do café estilo turco e muito vendido para os países do Oriente Médio e partes do Mediterrâneo.

Para o café padrão comercial bebida fina, é possível encontrar casos em que grandes empresas torrefadoras de café de qualidade fazem compras dos produtores via cooperativas, mediante a boa classificação do produtor em concursos de qualidade, como é o caso da Illy café, o que é uma vantagem comercial, porém pontual, não existindo uma coordenação permanente.

3.6 Considerações Gerais e Conclusões sobre a Atividade Cafeeira na Zona da Mata de Minas Gerais

Pelo pesquisado até o momento e com base na observação da paisagem⁴⁷, para o caso das microrregiões de Manhuaçu, Muriaé e Viçosa, parece existir uma lógica da agricultura familiar que perpassa da tradição à racionalidade empresarial. A cultura do café faz parte da história da região e está enraizada na organização econômica e social local.

As unidades produtivas do meio rural, como pode ser visto na Figura 12, têm como características arquitetônicas a composição casa, terreiro e tulha, espaço fechado destinado a guardar as colheitas, e contemporaneamente o galpão com os equipamentos para os beneficiamentos pós-colheita, dispostos de forma a priorizar a atividade cafeeira.

⁴⁶ Entrevista realizada em Viçosa-MG, em 03/03/2020.

⁴⁷ A pesquisadora reside, estuda e trabalha entre as microrregiões desde 1989, e é filha de produtor rural, que desempenha a cafeicultura desde o mesmo ano.

Figura 12– Arquitetura característica das Unidades Rurais da Zona da Mata Mineira



Fonte: Trabalho de campo nos municípios de Paula Cândido, São Geraldo e Divinésia, na Zona da Mata de Minas Gerais, em setembro de 2020.

A dinâmica econômica das respectivas cidades tem como referência a época da colheita do café como o período de maior circulação do dinheiro para compras correntes e para os investimentos materiais. É a época em que os setores de comércio e prestação de serviços aproveitam para se capitalizar.

Os arranjos para a logística de comercialização são facilmente articulados, pois tanto existem os compradores de café que atuam nesse ramo o ano inteiro quanto os de temporada. Devem-se incluir igualmente os donos de caminhões, que empregam seus veículos no transporte do produto, sejam eles diretamente ou por aluguel do veículo. Uma série de pessoas também atua em outras atividades, mas na época do café se ocupa da cafeicultura em algumas de suas fases: na colheita, no trabalho de terreiro, no transporte do produto, no transporte dos trabalhadores, na contabilidade específica do trabalho temporário e na compra do produto.

No restante do ano, as mobilizações são por conta dos vendedores de insumos e das consultorias públicas e privadas.

As atividades culturais, educacionais, religiosas e políticas preservam a temporada da colheita na percepção que, nesse momento, todos estão envolvidos na atividade que é contínua e que exige intensa participação dos envolvidos. E quanto menor for o município, maior é a correlação da atividade cafeeira com a sua atividade econômica, social e cultural.

Dessa forma, produzir café nas regiões cafeeiras da Zona da Mata é algo que, em parte, ocorre quase que de forma inercial, guiado pela tradição dos antepassados e da dinâmica econômica e social local. Sempre há alguém que orienta nos processos, que fornece mudas, que oferece insumos, que compra e transporta a produção, além da assistência técnica pública estar facilmente disponível. A princípio esse critério não necessariamente leva em consideração

questões como a maximização do lucro, mas sim as oportunidades de subsistência e reprodução econômica e social da família.

Como afirma Comerford (2014), na Zona da Mata, os pequenos produtores de café são também grandes produtores de conversas, que ocorrem entre familiares, vizinhos, parentes, amigos e compadres. Conversam nas roças, nas cidades, nos carros, nos transportes, nas festas, nas missas, enfim, por onde se encontrarem. Conversam sobre tempo, as brigas, a roça, os preços, os empregos, os negócios, a escola, o futebol enfim.

Como moradora na região, a pesquisadora pode afirmar que, na maioria dessas conversas, a cafeicultura está inserida. Nas discussões sobre os preços, sobre os fornecedores de insumos, sobre os trabalhadores, sobre os cuidados com a lavoura, sobre quem vai “panhar” cafés este ano, sobre a chuva que molha o terreiro, sobre o sol que seca o café, enfim. Se a pesquisadora tivesse autoridade para definir uma expressão de cumprimento padrão a ser utilizada na Zona da Mata nos períodos após o mês de agosto, seria “e aí? Já panhou seu café?” ou “e aí? Já vendeu seu café”. E a partir daí se desenrola uma longa conversa sobre vários assuntos, tanto dentro como fora do tema do café.

Mas essa dinâmica não implica uma ampla organização coletiva formal para a cafeicultura. A parte predominante dos produtores trabalha de forma individual e, quando muito, conta com a rede de relações próximas formadas pelos vizinhos, como é o caso da troca de dias de trabalho e da troca de informações e conhecimento. Como já foi apontado, Singulano (2016) afirmou que o comprador de café às vezes faz parte dessa rede de relações de confiança.

As famílias se apoiam no fornecimento de trabalho, na troca de informações, na consultoria informal e no empréstimo de terreiros e tulhas. Porém, para a organização coletiva formal, existe uma resistência. Tal como Comerford (2014) explica quando reflete sobre as relações entre solidariedade e conflito. Segundo o autor, em todo universo social existe o conflito e cada conflito implica no acionamento de solidariedades para enfrentar o problema. No entanto, esse conjunto conflito e solidariedade também implica em expectativas sobre a solidariedade, que às vezes não são correspondidas. Isso talvez possa explicar a pouca mobilização coletiva direcionada para a atividade econômica.

Por outro lado, existem os que procuram se mobilizar por alternativas produtivas seguindo os sinais do mercado que, por sua vez, valorizam os cafés qualificados. E outros produtores ainda, cujos objetivos de sustentabilidade falam mais alto e guiam as escolhas produtivas para os cafés sustentáveis.

Em que pese a prudência de não rotular produtores por tipo de café, uma vez que é comum a produção de mais de um tipo de bebida nas unidades, é possível afirmar sobre a predominância do café tipo padrão comercial. Isso se deve, conforme o que se investigou, a vários fatores e não só pelo mecanismo de preços. Tem envolvido, nas escolhas dos produtores, para além de preços e custos, um querer e um saber fazer quem vem transmitido culturalmente. Um saber fazer que, muitas vezes, vem dos trabalhadores e vizinhos. Um querer e um saber fazer que se integra à atmosfera institucional, formal e informal.

No entanto, esse saber precisa ser modificado e, em que pese a mobilização dos atores e das organizações, esse processo vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos. Mas parece que a cafeicultura enquanto atividade rentável demanda mais rapidez nesse aprendizado. E ousa-se dizer que a velocidade insuficiente dessa transformação se deve a duas situações: uma quando os produtores se apegam aos modos tradicionais de produção, que de fato são os de menores custos e são os que as famílias dominam, e outra ao fato de qualquer tipo de café que resultar desses métodos vai ser vendido. Não necessariamente na condição de maximizar lucros, mas no sentido de atender a interesses cuja orientação, que como diz Weber, vai depender da visão de mundo de cada um.

Isso talvez contribua no entendimento sobre a diversidade de tipos de café que são produzidos na Zona da Mata e o teto de qualidade espontaneamente definido pelos produtores

do café padrão comercial. Uma escolha que orbita entre preços relativos, exigências do SAG, ambiente institucional forma e informal, capacidades produtivas das famílias, interesses e racionalidades circunstanciais dessas famílias.

Do ponto de vista de Singulano (2016), esse limite é condicionado pelo poder de informação do atravessador e do ponto de vista do auditor do IMA para o Certifica Minas, e dos entrevistados de forma geral, e colocado pela racionalidade dos cafeicultores. Vale aqui lembrar que esses cafeicultores são produtores e produtoras da agricultura familiar, cujas racionalidades são diversas, de acordo com seus diversos objetivos, que passam, sobretudo, pela reprodução socioeconômica da família. Talvez de fato a figura do atravessador imponha os limites para o trabalho da agricultura familiar, mas talvez não seja ele o único determinante, mas sim um conjunto de outras variáveis colocadas no balanço de decisões das famílias.

Segundo o identificado até o momento, a Zona da Mata é a região na qual os produtores tendem a melhorar a qualidade do seu café, reduzindo a produção dos cafés inferiores, porém qualificando o produto até o limite do café comercial tipo bebida dura, que pode chegar à produção de uma bebida comercial bebida fina, mas não dentro dos limites dos cafés qualificados. O avanço na qualidade do café padrão comercial vai depender das estratégias de comercialização frente à questão dos atravessadores e da persistência no atendimento das necessidades dos tratos culturais e pós-colheita, apesar de toda a vulnerabilidade do café.

No intuito de concluir este capítulo, relembra-se a pressuposição e os questionamentos que direcionaram sua construção.

A pressuposição foi de que a heterogeneidade geográfica e o enraizamento da agricultura familiar, se em determinadas condições são contribuições definitivas para a produção dos cafés qualificados, em outras dificultam ou até inviabilizam tal projeto. Nesse sentido, questiona-se: se em certas circunstâncias, a produção do café qualificado não ocorre, não ocorre por quê? Quais são de fato as escolhas produtivas relativas ao café na Zona da Mata? Que oportunidades econômicas essas escolhas permitem?

De fato, são muitas as dificuldades para a produção do café qualificado na Zona da Mata. Conforme discutido ao longo do capítulo, foram relacionadas complexidades geográficas, técnicas e financeiras, que evidenciam que esse tipo de produção não é de acesso e domínio de todos. Se por um lado, a agricultura familiar tem muito a agregar em valor por sua habilidade e por suas tradições e costumes, por outro, as condições produtivas efetivas e a dificuldade em avançar nas novidades tecnológicas e, em formas alternativas de comercialização, contribuem para a permanência no café padrão comercial.

Sintetizando, dificuldades de desprendimento das formas tradicionais de produção, dificuldades na organização coletiva para o avanço nas questões da capacitação e da conscientização e o apego à garantia da venda incondicional do café, mesmo sem qualidade, alimentam a permanência das famílias na produção do café padrão comercial e padrão comercial inferior.

Por outro lado, também é preciso considerar que essas famílias produtoras não cedem a pressões de consultores, vendedores de insumos e de organizações representativas do SAG do café. Atores esses que são, até o momento, os instrumentos para a governança da cadeia produtiva cafeeira. Enquanto esses agentes defendem o uso intenso de pulverizações, de maquinários e equipamentos, exigem níveis de qualidade e criam as certificações, a agricultura familiar produz o café a seu modo. Testes, experiências, trocas de ideias entre produtores e esses agentes acontecem o tempo todo. Mas no final, a decisão é das famílias, que produzem o tipo de café possível e vendem tudo o que produzem.

O próximo capítulo desta tese visou identificar o contexto, as oportunidades e as tendências do mercado internacional do café. A motivação foi identificar de que forma a Zona da Mata se conecta a este cenário, e perceber as oportunidades e os desafios implicados nessa conexão para a continuidade da atividade cafeeira na região.

CAPÍTULO IV - A CONEXÃO DA CAFEICULTURA DA ZONA DA MATA À CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ

O objetivo deste capítulo foi analisar de que forma a cafeicultura da Zona da Mata, com todas as características descritas no capítulo III, se conecta à cadeia produtiva do café. Especificamente, de que forma a dinâmica dessa cadeia representa oportunidades, desafios e perspectivas para a produção cafeeira da região, principalmente aquela caracterizada pela produção do café padrão comercial.

Para tanto, após descrever as características da cadeia produtiva do café em sua amplitude nacional e internacional, procurou-se determinar de que forma essas características influenciam e são influenciadas pelas relações comerciais que estabelecem com a Zona da Mata.

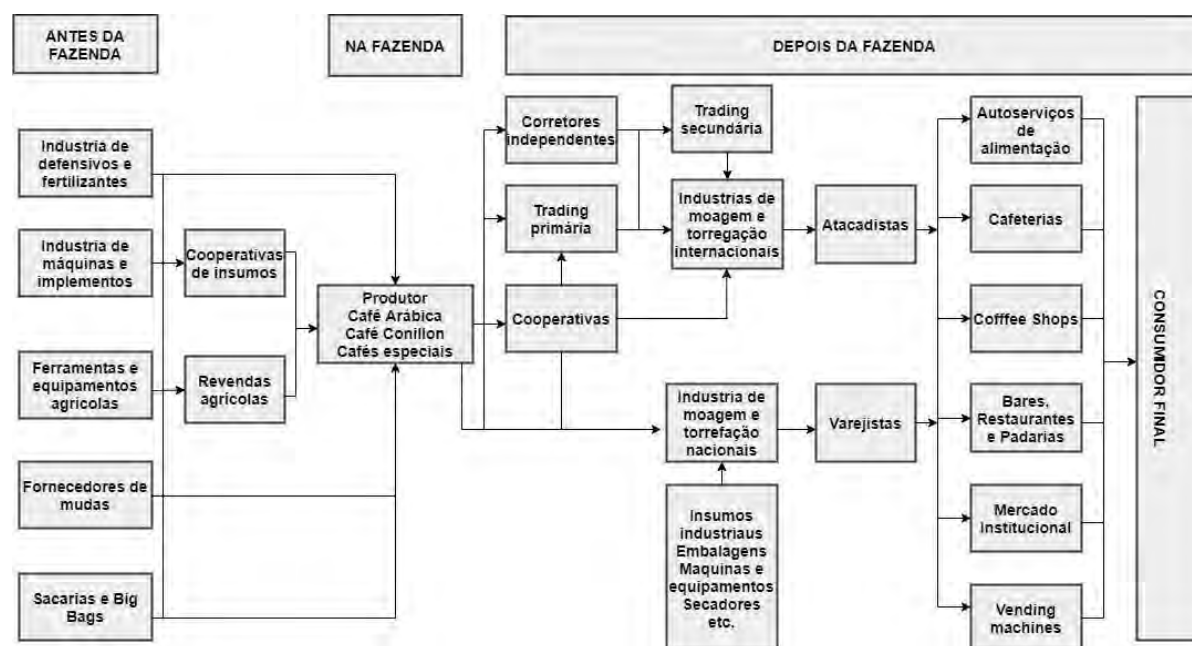
Para essa análise, foram utilizadas as referências da abordagem do SAG e alguns critérios propostos pelo referencial analítico do método PENSA. Esse conjunto de referências pareceu adequado uma vez que permitiu considerar os aspectos institucionais imbricados na cafeicultura da Zona da Mata, principalmente os relacionados à forma de viver e de produzir da agricultura familiar.

4.1 A Cadeia Produtiva do Café Brasileiro

Kalaki e Nogueira (2015) apresentam a cadeia produtiva brasileira do café, ilustrada no Fluxograma 5.

Os autores dividem os elos da cadeia em “antes da fazenda”, “na fazenda” e “depois da fazenda”, além de apresentar os agentes facilitadores. Esses, segundo Kalaki e Nogueira, (2015), são as certificadoras, as fontes de financiamento, as auditorias, as transportadoras, as empresas de pesquisa, as empresas de assistência técnica, as instituições de capacitação, associações, conselhos e portos, que são denominados facilitadores por possuírem atividades influenciadoras na cadeia produtiva como um todo.

Fluxograma 5- Cadeia produtiva do café no Brasil



Fonte: Kalaki e Nogueira (2015).

Na subdivisão “antes da fazenda”, os autores aloca os produtores de insumos (indústrias de defensivos e fertilizantes, indústrias de máquinas e equipamentos, ferramentas e EPIs), sacarias e big bags e fornecedores de mudas), as cooperativas e revendas agrícolas. Na subdivisão “dentro da fazenda”, estão os produtores de café, que produzem café arábica, conilon e cafés especiais. Na subdivisão “depois da fazenda” Kalaki e Nogueira (2015) chamam a atenção para o fato de que é onde está o maior número de agentes, localizando aí a indústria produtora dos insumos para a industrialização do café, as indústrias de torrefação e moagem, as indústrias de “soft drink”, as cooperativas receptoras e processadoras, as “tradings” e corretoras de comercialização, os distribuidores dos produtos já industrializados, as empresas que comercializam no atacado e empresas do varejo (supermercados, pequenos varejos, máquinas de café, mercado institucional, lojas de café, bares, restaurantes e padarias e autoserviço e alimentação).

Ainda com relação aos agentes facilitadores, Kalaki e Nogueira (2015) listaram os principais da cadeia no Brasil, os quais estão sintetizados no Quadro 14.

Quadro 14– Principais agentes facilitadores da cadeia produtiva do café no Brasil (Continua)

Instituições	Natureza
Associações	
ABIC – Associação Brasileira da Indústria do café	Associação de fortalecimento da indústria de café brasileira
ABICS – Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel	Associação de fortalecimento da indústria do café solúvel no Brasil.
BSCA –Brazil Specialty Coffee Association (Associação Brasileira de Cafés Especiais)	Associação de fortalecimento dos produtores de cafés especiais e de certificação do produto.
ACBB – Associação Brasileira de Café e Barista	Associação para o fortalecimento da produção e comercialização do café especial com apoio para a produção da bebida.

Quadro 14- Continuação

Apex Brasil	Associação para a promoção da exportação de café verde e de café torrado.
ACOB – Associação da Cafeicultura Orgânica do Brasil	Associação de fortalecimento e de certificação do café orgânico.
SCAA – Specialty Coffee Association of América	Associação mundial de comercialização, apoio e promoção dos cafês especiais.
ICO – International Coffee Organization	Organização intergovernamental para enfrentamento do setor mundial de café.
Cooperativas	
Cooxupé – Cooperativa agrícola de Guaxupé	Cooperativa de recebimento, processamento e comercialização de café, inclusive exportação direta, atendendo a região do Sul de Minas, Cerrado mineiro e Vale do Rio Pardo no estado de São Paulo.
Cooparaíso – Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso	Cooperativa de recebimento, processamento e comercialização de café, inclusive exportação direta, atendendo municípios de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.
EXPOCACCER – Cooperativa dos cafeicultores do Cerrado	Cooperativa de comercialização e exportação do café do cerrado mineiro.
COOABRIEL – Cooperativa agrária dos Cafeicultores de São Gabriel	Cooperativa de recebimento, armazenamento e comercialização do café conillon do Espírito Santo e da Bahia.
AIBA – Associação dos Agricultores da Bahia	Associação de fortalecimento dos produtores da Bahia.
COCAPEC – Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas	Cooperativa para o desenvolvimento da cafeicultura na região da Alta Mogiana.
COCCAMIG – Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais	Sistema Coccamig, que reúne outras cooperativas de café do estado e tem por objetivo o apoio aos produtores.
Institutos de Pesquisa	
Consórcio Pesquisa do Café	Consórcio coordenado pela Embrapa Café para a coordenação das iniciativas de pesquisa na cafeicultura.
Embrapa café	Órgão governamental de pesquisa agropecuária.
Centro de Excelência do Café	Órgão governamental de desenvolvimento de metodologias de avaliação física e sensorial, trabalhos de pesquisa, cursos, seminários e programas de treinamento, para a cafeicultura de Minas Gerais.
Fundação Procafé	Congrega sindicatos, cooperativas e associações para apoio tecnológico na cafeicultura no estado de Minas Gerais.
NECAF – Núcleo de Estudos em Cafeicultura	Núcleo da Universidade Federal de Lavras, em parceria com a CNC, EPAMIG e Emater – MG, para promover ensino, pesquisa e extensão em cafeicultura.
Certificadoras	
FAIR TRADE	Certificadora de conformidade com as Normas do Comércio Justo.
UTZ Certified	Certificadora europeia com foco em critérios econômicos, sociais e ambientais.
Rainforest Alliance	Certificadora internacional com foco na conservação e melhora da biodiversidade.
4C Association	Plataforma que reúne diversos agentes do setor cafeeiro para tratar questões de sustentabilidade, define o Código de Conduta para a Comunidade Café 4C e define regras para o sistema de certificação.
USDA Organic	Selo criado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que define padrões orgânicos de produção.
Conselhos	
Federação dos Cafeicultores do Cerrado	Conselho que representa os produtores, os produtos e a origem, por meio da indicação Geográfica “Região do Cerrado Mineiro”.
CNC – Conselho Nacional do Café	Conselho privado que representa institucional e politicamente os produtores de café do Brasil.

Quadro 14- Continuação

CeCafé – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil.	Entidade sem fins lucrativos, de âmbito nacional, criada para defender os interesses da classe exportadora do café frente ao poder público.
---	---

Fonte: Kalaki e Nogueira (2015).

Para visualizar a cadeia produtiva do café pela perspectiva do SAG, conforme analisado por Saes e Farina (1999), para além dos elos da cadeia produtiva, é preciso delimitar as organizações e as instituições envolvidas. Desta forma, o Quadro 14 descreve quais são as principais entidades participantes do ambiente organizacional do SAG do café. Quanto ao ambiente institucional, as autoras listaram em seu trabalho as principais regras institucionais envolvidas no SAG do café: a) as regras de comercialização; b) as regras de classificação e padronização do café; c) a política tributária e as condições de infraestrutura. Acredita-se que é importante acrescentar também as políticas de crédito, políticas públicas de compras institucionais, políticas de preços mínimos do café e as condições de segurança pública, especificamente no combate a furtos e roubos.

Uma série de trabalhos, muitos deles incluídos na revisão de literatura desta pesquisa, tratou da mais marcante alteração das regras de comercialização, que foi a desregulamentação do mercado do café dos anos 1990. A transição de um mercado controlado pela esfera pública para o domínio da iniciativa privada criou como principal impacto o processo de qualificação do produto e a corrida por estratégias de adaptação ao longo da cadeia.

A partir dessas alterações, os contratos e as estratégias de governança também assumiram um patamar de importância mais elevado no funcionamento do SAG do café assim como as origens, culturas e valores sociais ligados aos processos de produção e de beneficiamento.

Dessa forma, o SAG do café ganhou mais complexidade, composto de vários SAGs coordenados cujas análises exigem, além das perspectivas macro institucionais, elevado grau de detalhamento regional. As micro instituições ganharam mais relevância com relação ao café padronizado das décadas anteriores aos anos 1990.

Kalaki e Nogueira (2015) apresentaram os seis principais polos de produção de café no Brasil: a) polo 1 – Minas Gerais, com 53% da produção nacional sendo 99% de café arábica; b) polo 2 – Espírito Santo, com 26% da produção nacional predominantemente de café conilon mas também com 30% de café arábica; c) polo 3 – São Paulo, com 8,8% da produção nacional sendo 100% de café arábica; d) polo 4: Bahia, com 4% da produção nacional sendo 60% café arábica e 40% conilon; e) polo 5 – Paraná, com 3,5% da produção nacional sendo 100% de café arábica; f) polo 6 – Rondônia, com 3% da produção sendo 100% de café conilon.

Cada polo desses possui as regiões mais significativas na produção do café e muitas delas têm conseguido grande notoriedade enquanto referência em cafés qualificados, indicações geográficas ou enquanto grande fornecedor do grão verde, como é o caso da Zona da Mata. Nessa região, arranjos organizacionais locais e os produtores vêm trabalhando para alcançar referência em qualidade, conquistando dois selos de Indicação Geográfica (“Matas de Minas” na modalidade Indicação de Procedência e “Caparaó” na modalidade Denominação de Origem) no entanto, o predomínio da produção é o café padrão comercial.

4.2 A Distribuição da Produção Mundial de Café

Segundo Arciprete e Nogueira (2015), 40% da produção do café no mundo são da espécie Conillon e 60% da espécie arábica. No Brasil, 25% da produção são de Conillon e 75%, de arábica. Segundo dados da OIC (2020), o Brasil é o primeiro exportador mundial do café e o segundo país consumidor, quando se considera somente a bebida quente. Incluindo a bebida gelada, os EUA assumem essa posição e o Brasil passa para a segunda colocação.

O Quadro 15 ilustra a distribuição da produção do café no mundo por espécie, considerando os países que, juntos, respondem por 82% da produção mundial de café.

Quadro 15– Espécie de café dos principais países produtores do mundo

Arábica	Conillon
Brasil	Brasil
Colômbia	Vietnã
Etiópia	Indonésia
Honduras	Índia
Peru	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Arciprete e Nogueira (2015) e atualizado com base nos dados da OIC (2020).

Arciprete e Nogueira (2015) também elaboraram um ranking da produção mundial segundo estes países, que, para efeito de comparação, foram atualizados pelos últimos dados disponíveis pela OIC (2020), que são da safra 2018/2019 e apresentado no Quadro 16.

Quadro 16– Comparativo do ranking dos principais países produtores de café do mundo segundo a safra 2012/2013 e a safra 2018/2019

Ranking dos países na safra 2012/2013	% da produção mundial na safra 2012/2013	Ranking dos países na safra 2018/2019	% da produção mundial na safra 2018/2019
1º. Brasil	35%	1º. Brasil	37%
2º. Vietnã	15%	2º. Vietnã	18%
3º. Indonésia	9%	3º. Colômbia	8%
4º. Colômbia	7%	4º. Indonésia	6%
5º. Etiópia	6%	5º. Etiópia	5%
6º. Índia		6º. Honduras	4%
7º. Honduras	3%	7º. Índia	3%
8º. Peru	3%	8º. México	2%
Outros	18%	Outros	17%

Fonte: Elaborado com base em Arciprete e Nogueira (2015) e atualizado pela autora com base nos dados da OIC (2020).

É possível observar uma alteração no ranking para os países de menor percentual de participação, especificamente para os casos da Colômbia, de Honduras e do México, no sentido de pequenos ganhos de participação e também o aumento da participação da produção do Brasil e do Vietnã em 2% no primeiro caso e em 3% no segundo caso. De forma geral, observou-se um pequeno aumento de concentração do mercado produtor em favor do Brasil e do Vietnã, apesar de se tratar de uma cultura sujeita a muitas oscilações inerentes ao seu processo produtivo. Mas de qualquer forma, as grandes participações relativas daqueles países asseguram seu ranking com relação aos países de menores participações, tendo em vista as características estruturais das lavouras e de sua estrutura de beneficiamento e logística, que oferece pouca mobilidade e substituição de culturas para os produtores.

Por outro lado, é preciso observar que esse ranking trata da quantidade, mas a questão dos preços pode alterar alguns cenários no médio-prazo quando o critério for a qualidade. Arciprete e Nogueira (2015) argumentam que, em função do aumento do preço do café arábica nos últimos anos, vem aumentando a utilização, por parte das torrefadoras, do café Conillon que, por sua vez, tem oferecido ganhos de qualidade e oportunidade de redução de custos com relação ao café arábica. Ainda é preciso observar que os demais países produtores do café

arábica têm potencial para investimentos em qualidade e buscam por melhores preços, como é o caso da Colômbia.

Segundo Simões, Milan e Nogueira (2015), os maiores produtores também são os maiores exportadores, que ofertam o produto em diferentes épocas do ano, definindo a oferta global. As maiores ofertas do café arábica estão concentradas no segundo semestre do ano, impulsionadas pelo Brasil, enquanto a oferta do Conillon se concentra no primeiro semestre.

4.3 O Consumo do Café Pelo Mundo

Simões, Milan e Nogueira (2015) afirmam que o consumo do café no mundo é intenso ao longo de toda a história da bebida. Trata-se de uma bebida tradicional, produzida principalmente por países do hemisfério Sul, mas consumida em escala global e em grande parte do hemisfério Norte.

Nogueira (2015) determinou a participação relativa de consumo dos principais países consumidores de café no mundo, apresentada no Quadro 17.

Quadro 17– Participação relativa de consumo dos principais países consumidores de café do mundo

País/bloco	participação no consumo mundial
União Européia	31%
Estados Unidos	16%
Brasil	15%
Japão	5%
Rússia	4%
Canadá	2%
Etiópia	2%
Filipinas	2%
Indonésia	2%
Suíça	2%
Outros	19%

Fonte: Nogueira (2015).

A dinâmica das reexportações de café pelo mundo também é significativa, uma vez que representou, em 2018, 37% das exportações (OIC, 2020). Simões, Milan e Nogueira (2015) afirmam que o movimento das reexportações ocorre com todos os tipos de café (grão verde, torrado e solúvel), o que indica, segundo os autores, que países importadores possuem uma logística bem estruturada em postos e sistemas de redistribuição e boa estrutura de indústria para o processamento de café. Ainda conforme os autores, os países que mais reexportam são Alemanha, Bélgica, EUA e Itália, com surgimento de outros países relevantes nesse mercado como Polônia, Suíça e China. Os destinos das reexportações são União Europeia, Suíça, EUA e Canadá, e 7% das reexportações vão para os países exportadores, sendo que 65% desse total é de café solúvel.

O setor de industrialização do café também é global e concentrado. É composto de transnacionais em constante movimento estratégico de aquisições e fusões, com parte do capital aberto para o mercado de ações e marcas de alto valor de mercado. Muitas delas possuem unidades de torrefação e distribuição localizadas nos principais países produtores e outras se utilizam das importações da matéria-prima.

O Quadro 18, elaborado com base em Grabs e Ponte (2019), descreve as principais torrefadoras do mundo, dispostas na ordem que o autor apresentou no artigo, com a nacionalidade e o percentual de participação do mercado. Apesar de alguns dados de

participação não terem sido encontrados, é notória a concentração do mercado da indústria do café, tanto em participação quanto em países sede.

Quadro 18– Participação de mercado das principais torrefadoras de café do mundo

Empresa	Sede	Participação no mercado mundial de café (?)
Nestlé*	Suíça	22%
Kraft Heinz	EUA	Sem dados
Jacobs Douwe Egberts**	Holanda	16%
JAB Holding Co.	Alemanha	Sem dados
Keuring Green Moutain	EUA	5%
Strauss	Israel	3,2%
J.M. Smucker's Co.	EUA	2%
Tchibo	Alemanha	2%
Lavazza	Itália	1,8%
Massimo Zanetti	Itália	0,7%
Restaurant Brands International	Canadá	Sem dados

Fonte: Grabs e Ponte (2019).

* Dona das marcas Nespresso e Nescafé

** Dona das marcas Café Pílo, Café Caboclo, Café do Ponto, Café Seletto

Nogueira (2015) determina uma divisão dos mercados do café no mundo com base no comportamento das importações do produto. Segundo o autor, o mercado mundial do café pode ser classificado em: a) mercados tradicionais (União Européia, EUA e Japão); b) mercados de países emergentes (Coréia do Sul, China, Rússia e países do Leste Europeu); c) mercado de países produtores (Brasil, Etiópia, Indonésia, México, Colômbia, países da América Central, Vietnã e Índia).

Ainda consoante o autor, as características de cada grupo de países indicam as seguintes tendências de consumo:

- para os mercados tradicionais, predomina o consumo dentro de casa, com a tendência à utilização de máquinas para o café em cápsulas, definidas como monodoses, embora os EUA apresente um consumo de 20% em cafeterias e lojas de conveniência;
- para os mercados produtores e emergentes, são apontadas várias preferências, levando em conta o surgimento de novos consumidores e de uma nova classe média, simpáticos à “ocidentalização” do consumo, entendido isso como um jeito americano de consumir. Nesse sentido, os autores apontam para; 1) consumo de muito café solúvel e “blends” com alta concentração de conilon, e para o crescimento das cafeterias; 2) grande potencial para o mercado chinês e indiano devido ao tamanho da população, com preferências pelo café solúvel; 3) no Brasil prevalece a preferência do consumo do café torrado e moído, com aumento das preferências pelo café Conillon.

Simões, Milan e Nogueira (2015) complementam essas informações ressaltando algumas características: a) a dos mercados tradicionais do hemisfério Norte, que possuem renda per-capta elevada; b) do Brasil que é o maior produtor, o maior exportador e o segundo maior consumidor de café perdendo apenas para os EUA; c) dos outros países consumidores não são produtores e sim relevantes importadores (União Européia, EUA e Japão).

Os autores complementam ainda que, nos mercados europeus, muitos consumidores se preocupam com o que ocorre ao longo da cadeia produtiva no que se refere ao respeito ao meio ambiente e aos aspectos de ordem econômica e social. Nos países emergentes, chamou a

atenção dos autores o crescimento da renda, uma vez que existe uma correlação significativa entre o nível de renda e o consumo do café.

Porém é importante observar que a realidade, com relação à renda, tem se alterado nos últimos anos no sentido da redução e da consequente redução do fôlego de consumo da classe média.

Quanto ao Brasil e à Colômbia, Simões, Milan e Nogueira (2015) ressaltam que havia o predomínio do consumo do café de baixa qualidade, o que vem mudando, conforme reflete o aumento da demanda por produtos de melhor qualidade. Observa-se também o aumento do consumo fora de casa.

É importante ressaltar que a demanda por café de melhor qualidade não significa a demanda pelos cafés qualificados. Segundo Simões, Milan e Nogueira (2015), os cafés especiais e de altíssima qualidade, que neste trabalho está compreendido na classe dos cafés qualificados, respondem por apenas 2% do consumo no Brasil e 2,6% do consumo na Colômbia e, segundo Nogueira (2015), representam 13% do mercado mundial. Portanto, os cafés qualificados representam, embora de forma crescente, um mercado de nicho, de forma que a demanda manifesta pelo café de melhor qualidade se refere, na verdade, à melhora da classificação dos cafés comerciais, tipo bebida dura, e os comerciais finos, tipo bebida apenas mole.

Nogueira (2015) apresentou uma pesquisa realizada pelo grupo Mintel, em 2012, com mais de 1.000 consumidores, sobre os fatores que influenciam europeus e americanos (os mercados tradicionais) na compra do café. A pesquisa relacionou faixa etária com os aspectos marca, tipo de torra, preço, “blends”, escolha de sabor, promoção nas lojas, países de origem, selos de certificação, marca do café na cafeteria e orgânicos. De forma geral, a pesquisa constatou, dentre outras conclusões, que a marca, o preço e a torra são os principais fatores que influenciam na compra do café para todas as faixas etárias, e que a população com mais idade é menos sensível ao preço e mais sensível à marca.

Nogueira (2015) também ressalta que as formas de beber o café são muito diversas, apresentando variações conforme a cultura, as classes sociais e a fatores históricos. O local de consumo é bastante relevante, dado que, no mundo inteiro, o café está associado ao hábito, ao prazer e à sociabilidade. O autor também afirma que o consumo em cafeterias vem crescendo nos países emergentes, orientais e produtores e é considerada uma forma de consumo ocidental, a “ocidentalização” do consumo de café. Esse novo hábito estaria relacionado à forte estruturação da classe média, ao aumento da urbanização e ao crescimento populacional naqueles países. Nos países tradicionais, no entanto, o consumo fora de casa diminuiu, principalmente naqueles atingidos por crises.

O cenário econômico tem se mostrado, nos últimos anos, muito instável, o que dificulta as análises de tendências que dependam de suas variáveis. Enquanto cultura e hábito, como é o caso do consumo do café nos países tradicionais, o consumo tende a crescer a taxas estáveis, com crescimento em torno de 3,5%(SIMÕES; MILAN ; NOGUEIRA, 2015). Já em países em que o hábito é novo e se relaciona a aumento da renda e estruturação da classe média, o consumo pode apresentar outras tendências em função das crises econômicas que depreciam as rendas e outros cenários complexos como o caso da crise sanitária do Corona Vírus.

No relativo à questão cultural, Monteiro (2019) fez um apanhado interessante sobre a forma de consumir o café em alguns países. Segundo o autor, na Etiópia o preparo do café é por infusão em garrafas especiais, chamadas jebena, e se constitui de um processo demorado e cuidadoso, de várias horas, semelhante a um ritual. Na Itália, predomina o café expresso, curto e forte, servido em xícaras de cerâmica, além do Cappuccino (feito com leite pouco cremoso) e do Espresso Romano, que leva uma tira de limão. No México, é preparado o “café de Olla”, ou café de bule, que consiste na fervura de canela e rapadura e a adição do pó de café nesta água para depois ser coado e servido em uma panela de barro.

Ainda segundo Monteiro (2019), no Japão, o café é consumido frio e pode ser encontrado em latas, garradas e em máquinas de preparo automático. Na Turquia, o café mais utilizado é moído extra fino e misturado na água fria com açúcar. Dentro de um utensílio de cobre, é levado para uma panela com areia, em que passa por um processo de cozimento antes de ser servido direto na xícara. No Brasil, o preferido é o café puro, filtrado, seguido pelo expresso e pelo café com leite.

O conjunto de informações até aqui reunidas permite observar que o mercado mundial do café tradicional, ou tipo comercial, conforme as definições desta pesquisa, embora não apresente taxas exuberantes de crescimento ao longo do tempo, parece ser estável e estar longe do declínio. Já em 1999, num estudo detalhado sobre o SAG do café no Brasil, Saes e Farina (1999) indicavam a estagnação do consumo do café comercial frente ao crescimento dos cafés especiais (qualificados) nos países importadores tradicionais. No entanto, em 2020, o cenário indica que, apesar do crescimento da produção e do consumo dos cafés qualificados desde então, os cafés comerciais não só mantiveram seu espaço como apresentam suas taxas estáveis de crescimento.

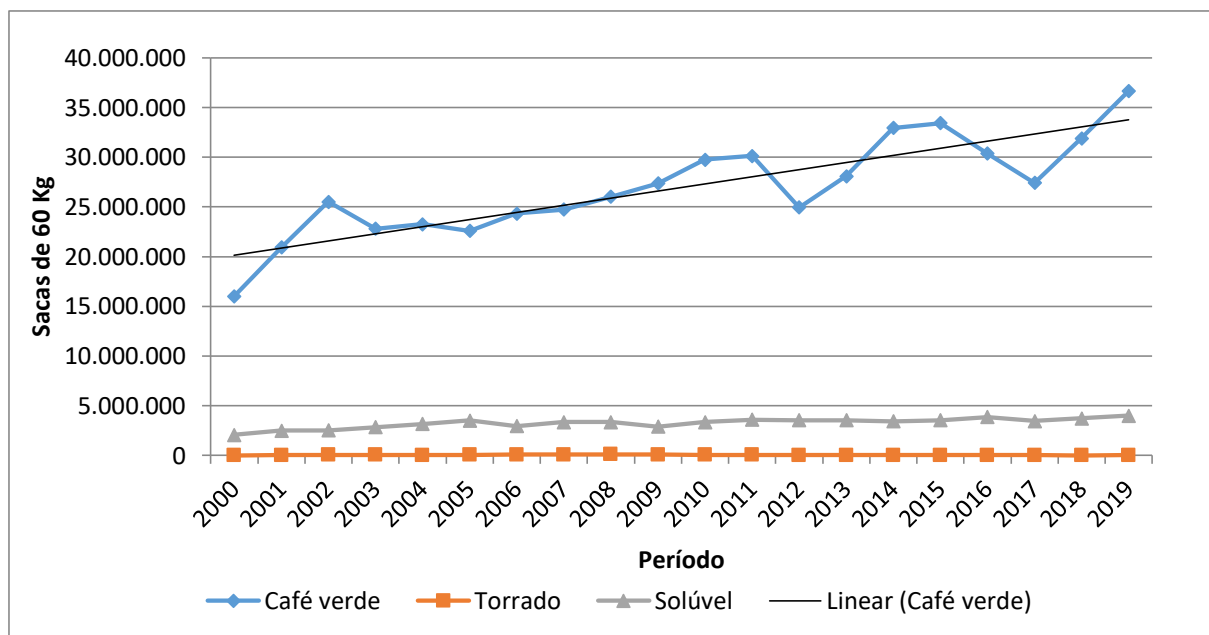
4. 4 O Mercado do Café Brasileiro

Já foi exposto que o Brasil é o maior produtor, o maior exportador e o segundo maior consumidor do café do mundo. Também que ele produz e exporta tanto o café arábica quanto o café Conillon. Os principais destinos das exportações brasileiras, segundo Simões, Milan e Nogueira (2015), são Alemanha (18%), Estados Unidos (18%), Japão (9,6%), Itália (9,4%) e Bélgica (6,9%).

É importante observar que, além do Brasil exportar seu café para os mercados tradicionais, com exceção do Japão, os principais destinos das exportações brasileiras são para países re-exportadores, ou seja, países que industrializam o grão verde, elaboram os “blends” de café torrado e moído e elaboram os cafés solúveis, tudo isso destinado a exportações e ao seu próprio consumo. Não é por acaso, então, que 90% das exportações do Brasil é de café verde.

O Gráfico 16 ilustra o comportamento das exportações brasileiras de café segundo a forma de processamento (grão verde, torrado e solúvel).

Gráfico 16- Volume de exportações brasileiras em sacas de 60 Kg de café, por tipo de processamento, entre os anos 2000 e 2019



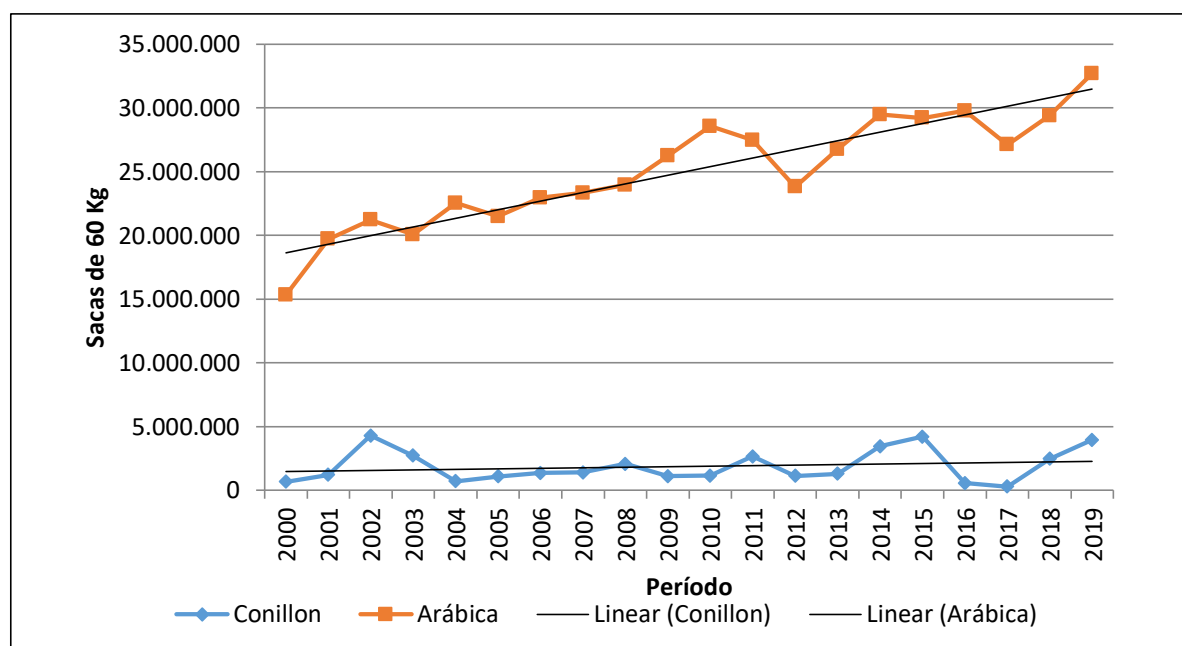
Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base nos dados da Cecafé (2020).

No comportamento das exportações, o grão verde predomina com folga e de maneira temporal sobre as outras formas de processamento. Apesar de o Brasil trabalhar com todos os elos da cadeia produtiva do café (plantio, comercialização e indústria), segundo Conceição, Ellery Junior e Conceição (2016), a exportação do café torrado é ínfima, equivalendo, em média, a 2% das exportações totais. O café solúvel também participa com muito pouco nas exportações, registrando média de 12% no período, com um leve crescimento, principalmente de 2010 em diante.

É importante observar que as exportações do grão verde apresentaram tendência crescente ao longo do tempo. Dentro de todo o cenário de preferências e características de mercado internacional, e mesmo levando em consideração que modificações recentes na renda mundial e cenários de crises econômicas possam ter revertido algumas tendências de consumo da classe média, o café brasileiro teve aceitação crescente no mercado internacional.

Do total das exportações do café em grão verde, o café espécie arábica domina as exportações também de forma temporal e com folga, representando em torno de 90% das exportações. O Conillon representa em média 10% das exportações, porém com muitas oscilações para menos ao longo do período. Embora as exportações do café conilon sejam crescentes, o ritmo de crescimento das exportações do café arábica é significativamente maior.

Gráfico 17- Volume de exportações brasileiras em sacas de 60 Kg de café verde, por espécie, entre os anos 2000 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora(2020) com base em Cecafé (2020).

Sendo o Brasil o primeiro país exportador do mundo e sendo 90% de suas exportações de café verde, é lógico pensar que o café brasileiro está entre os grãos utilizados pelas principais torrefadoras do mundo, principalmente quando se correlaciona a nacionalidade das empresas ao destino do café brasileiro.

Internamente, uma das características do setor da cafeicultura é que ela compõe cadeias produtivas completas, desde a produção do grão até a sua industrialização, incluindo logística e comercialização. No entanto, essa cadeia produtiva é caracterizada pela concentração na dimensão das indústrias torrefadoras, muitas delas de capital estrangeiro, seguindo a tendência da indústria da torrefação no cenário internacional.

Segundo dados da ABIC (2020), 300 torrefadoras respondem por 99,88% do mercado, sendo que as 10 maiores respondem por 78,03%. O Quadro 19 lista as 10 maiores torrefadoras do mercado brasileiro de café.

Quadro 19– Relação das 10 maiores indústrias de café associadas da ABIC – Outubro/2018

Classificação	UF	Empresa
1	CE	Grupo Três Corações
2	SP	Jacobs Douwe Egberts BR Com. de Cafés Ltda.
3	SE	Inds. Aliments. Marata Ltda.
4	SP	Melitta do Brasil Ind. e Com. Ltda
5	SP	Mitsui Alimentos Ltda.
6	PB	São Braz S/A Ind e Com. de Alimentos S.A.
7	MG	Coop. Regional de Cafeicultores em Guaxupe Ltda – Cooxupé
8	MG	Café Bom Dia Ltda.
9	SP	Café Pacaembu Ltda
10	GO	Café Rancheiro Agro Ind. Ltda.

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base nos dados da ABIC (2020).

A concentração dessas empresas representa um fator de desvantagem quando se consideram as condições de comercialização do grão verde pela ótica do produtor, pois esse mercado se caracteriza enquanto um oligopsônio, uma estrutura que confere às indústrias compradoras as condições de limitar o poder de negociação de ofertadores da matéria-prima.

4.5 Perfil de Consumo do Café no Brasil

Segundo a empresa de consultoria Euromonitor (2017), agência que faz as pesquisas sobre o mercado consumidor de café para a ABIC, o perfil de consumo do café em 2016 apresentou características quanto ao mercado consumidor, ao consumo, à relação varejo e cafeterias e lanchonetes e ao perfil de consumo por tipo.

O mercado consumidor de café cresceu em torno de 3% no referido ano, indicando que as pessoas continuaram consumindo café mesmo em tempo de instabilidade, e o aumento de preços menos acentuados criou um ambiente mais propício aos produtos de melhor qualidade.

O consumo do café em grãos se manteve forte no consumo fora de casa, mas também apresentou crescimento dentro dos domicílios.

Na relação varejo e cafeterias e lanchonetes, em 2017 a distribuição do consumo foi no percentual de 67% nos domicílios e 33% fora de casa. O percentual do consumo em cafeterias, lanchonetes e lojas de conveniência despertou expectativas positivas para essa modalidade de consumo, sendo atribuído ao aumento da renda disponível, à redução da inflação e ao desenvolvimento das cafeterias.

O perfil do consumo por tipo de café por local, segundo a Euromonitor (2017), foi tal como apresentado no Quadro 20.

Quadro 20– Perfil do consumo de café no Brasil (Modalidades)

Modalidade	Varejo	Food service
Total café	67%	33%
Grão torrado	7,4%	92,6%
Em pó	80,4%	19,6%
Cápsula	95,1%	5%

Fonte: Euromonitor (2017).

Ainda segundo a Euromonitor (2017), o mercado do café Premium, considerado nesta pesquisa no grupo dos cafés qualificados, cresceu de forma acelerada, no entanto, mais de 90% do consumo doméstico de café no Brasil foram do café tradicional.

Para 2019, a Euromonitor fez a projeção de crescimento do consumo do café em 2,5%, com o perfil descrito no Quadro 21.

Quadro 21– Perfil do consumo de café no Brasil (Tipos de café)

Tipo de café	Participação no consumo total de café
Torrado e moído	79%
Café em grãos	18%
Cápsulas	1,1%
Café solúvel	25%

Fonte: Euromonitor (2017).

De forma geral, fica evidente que, no mercado consumidor brasileiro, predomina a preferência pelo café torrado e moído, tradicional, para ser consumido em casa de forma filtrada. Embora esteja experimentando outras formas, essas ainda não são as predominantes.

O instituto de pesquisa Euromonitor, citado pela **Revista Cafeicultura** (2020), estimou que em 2019 o aumento do consumo do café Premium foi de 10% ao ano, enquanto o consumo do café tradicional manteve sua taxa de crescimento em torno do 3,5%, e se manteve também como a principal forma de consumo do produto.

Segundo a **Revista Cafeicultura** (2020), o público do café Premium (dentro do grupo dos cafés qualificados para efeito de conceitualizações desta tese) tem interesse em novos métodos de preparo, preocupações com a origem do produto e com a sustentabilidade, consome em cafeterias ou compra os cafés qualificados em grandes redes de supermercado e pela internet. Esse perfil de consumidor se distribui entre as classes sociais na seguinte proporção, segundo a **Revista Cafeicultura** (2020): 20% pertencem à classe A, 50% pertencem à classe B e 30% à classe C. Outras características são destacadas como sua localização (45% deles situados na região sudeste, faixa etária (40% acima dos 40 anos, 35% entre 18 e 30 anos e 25% entre 31 e 40 anos), e gênero (50% homens e 50% mulheres).

Refletindo sobre as relações entre consumo de café, renda e classes sociais, coube considerar que a realidade brasileira, principalmente desde as crises de 2016 e a pandemia de 2020, assistiu à queda do poder de compra e de distribuição de renda, justamente para as classes C e B, esta última representando a classe média. Então é possível acreditar que, pelo menos enquanto perdurar este cenário, o consumo do café tradicional tende a se manter e talvez o consumo dos cafés qualificados sinta os efeitos destes cenários recessivos. Ainda se tratando dos cafés tradicionais, é possível pensar em uma substituição entre marcas na busca de ganhos de poder de compra, mas também com perda de qualidade.

Segundo Balassiano (2020), o Brasil passou por uma profunda recessão entre 2014 e 2016, seguido de uma recuperação lenta e gradual, e novamente acometido por choques negativos, como a greve dos caminhoneiros de 2018, o desastre de Brumadinho e incertezas internacionais em 2019. Todos esses fatores contribuíram para a queda do crescimento econômico e, somados à crise de saúde de 2020, provocada pelo Corona vírus, geraram uma expectativa de forte recessão.

Essa rápida análise do cenário econômico brasileiro, correlacionada aos dados do consumo do café tradicional, evidencia a resiliência do mercado do café tipo comercial, o que pode ser explicado pela forte presença do hábito cultural e pela diversificação da oferta interna em termos de marcas, tipos e preços.

É importante lembrar que os cafés tradicionais e extraforte têm como matéria-prima os “blends” de café tipo bebida dura, tipo bebida rio, tipo bebida riada e o café conilon. Pela análise de consumo anterior, é possível concluir que, no cenário de crise e recessão, a demanda pelos cafés tipo bebida dura, rio e riado tende a permanecer e, em um cenário de recuperação econômica, os cafés qualificados não têm a capacidade de reduzir as participações de mercado do café tradicional, sendo o consumo do café qualificado mais um complemento e uma bebida para ocasiões específicas do que um consumo substituto ao tradicional.

Com exceção do conilon, os demais são os cafés produzidos na Zona da Mata, o que vislumbra um mercado favorável, não somente em cenários de recessão, mas de uma forma geral tendo em vista os hábitos culturais no Brasil e nos países consumidores tradicionais. Porém, a questão da qualidade também permeia o café padrão comercial, principalmente quando o cenário econômico apresentar melhoras.

Pelas informações reunidas até então, o que os produtores da Zona da Mata precisam ter em mente é que mesmo para o café tradicional e o extraforte, o mercado e as indústrias procuram para seus “blends” café com padrões de sustentabilidade. Isso parece ser uma tendência importante para qual os produtores precisam ficar atentos. Portanto, os objetivos de melhorias do café da Zona da Mata tendo em vista sua conexão com a cadeia produtiva nacional e global deveriam se relacionar à gestão das propriedades para a racionalização dos custos com

relação às receitas, à gestão da questão ambiental e das certificações, no aprimoramento da qualidade enquanto café tipo bebida dura.

4.6 Como a Zona da Mata se CONecta à Cadeia Produtiva do Café?

A cadeia produtiva do café na Zona da Mata mineira já foi apresentada no capítulo III, com uma visão sistêmica dos destinos de sua comercialização. A intensificação dos processos de qualificação do café advindos da desregulamentação do comércio mundial também segmentou essa cadeia, implicando na existência de arranjos de governança diferentes para determinados tipos de grãos. Dessa forma, essa cadeia pode ser segmentada, conforme o tipo de bebida e a respectiva governança, para o caso da Zona da Mata em: a) produção e comercialização de café do tipo padrão comercial (bebida dura, riada e rio), b) produção e comercialização de café comercial tipo rio-zona; e c) produção de comercialização dos cafés qualificados.

Os cafés qualificados, por sua vez, também podem ser subdivididos em outros segmentos, segundo suas características e as respectivas governanças.

Conforme os objetivos desta tese, os segmentos que interessam são os anunciados nos itens a e b. O café padrão comercial tipo rio-zona se diferencia dos demais, por ser, conforme os dados da pesquisa, comercializado direto para as torrefadoras locais. Mas também é possível que esse tipo de grão esteja sujeito aos esquemas de governança do café padrão comercial, ou seja, que passe para as indústrias de fora da região por meio de atravessadores. O que, inclusive, pode acontecer também com os cafés qualificados, caracterizando dois aspectos: a) a incerteza para quem investe nos cafés qualificados; e b) a comercialização dentro das condições do café padrão comercial enquanto alternativa de redução do risco.

Uma maneira que pareceu adequada para analisar a cadeia produtiva, levando em consideração as segmentações, foi por meio da utilização dos referenciais teóricos do SAG. Segundo Zylberstajn e Giordano (2015), para além do SAG como representação agregada, também é possível observar arranjos distintos que se forma dentro da própria cadeia, que Zylberstajn e Farina (1999) denominaram como Subsistema Estritamente Coordenado, caracterizado pela diversidade de seus mecanismos de governança.

Desse ponto de vista, do SAG agregado do café na Zona da Mata pode-se derivar o café padrão comercial e os tipos de cafés qualificados, cada um deles, como subsistemas estritamente coordenados, ou seja, cada um com seu modelo de governança. Mas como já abordado, alguns dos tipos de cafés qualificados oferecem custos de transação menores, como o caso dos cafés especiais de altíssima qualidade e alguns produtores de café orgânico, devido às possibilidades de contarem com os selos de Indicadores de Procedência e de Denominação de Origem concedidos para a região (“Matas de Minas” e Caparaó”). Mas também existem os casos em que tentar participar dessas novas governanças não surte o resultado esperado e o café com características de qualificado acaba por ter que entrar para os elos da comercialização no SAG do café padrão comercial.

A identificação detalhada do destino de comercialização do café padrão comercial da Zona da Mata, nesta pesquisa, se mostrou de difícil definição. No entanto, entrevistas e observações levaram a acreditar que essa falta de dados claros se relaciona mais às estratégias de comercialização do que à falta de informações.

Essa afirmação se sustenta nas conversas com produtores de café da Zona da Mata que revelaram que eles conhecem apenas o comprador de seu café ou a cooperativa para onde enviam seus produtos. Daí em diante, eles não sabem para onde seu produto é destinado. Em entrevista com um produtor de café de Paula Cândido⁴⁸, foi afirmado que é de conhecimento

⁴⁸Entrevista realizada em Paula Cândido-MG, em 28/03/2020.

de alguns produtores, e forte desconfiança de outros, que do café da Zona da Mata que é enviado para Varginha, por meio de cooperativas, os de melhor qualidade são exportados como se fossem do Sul de Minas. Uma representante dos produtores familiares de Araponga⁴⁹ também manifestou essa prática. Trata-se de uma estratégia de comercialização que procura neutralizar a antiga fama da região da Zona da Mata de produtora de cafés ruins.

Outra evidência dessa afirmativa é que foram contatadas, via e-mail e via telefone, 49 instituições da área da comercialização de café, entre corretoras, cooperativas, representações sindicais e comerciais, nas regiões de Manhuaçu-MG, Caratinga-MG, Varginha - MG, Santos-SP, Vitória-ES, Rio de Janeiro-RJ, e apenas três instituições ofereceram retorno e, ainda assim, com informações muito genéricas, como por exemplo “não possuímos essa informação”, ou “armazenamos apenas café de qualidade de nossos associados e trabalhamos com exportações”, e nenhum outro detalhamento.

Quanto à declaração dessa cooperativa em específico, um cooperado de Paula Cândido contestou parte dessa afirmação, no sentido de que essa cooperativa compra todo tipo de café, inclusive os cafés de qualidade inferior, oriundos de “escolha”, o resíduo do café comercial bebida dura ao final da colheita. Isso evidencia que a cooperativa não trabalha apenas com café bebida dura para exportação, na verdade trabalha com todo tipo de café para o mercado interno e externo.

Portanto, as informações sobre a comercialização do café da Zona da Mata não são transparentes para os produtores e são de difícil acesso para pesquisadores. O que se tem conhecimento é que as principais praças de negociação da região são dinâmicas, que Varginha, no Sul de Minas faz parte das praças de negociação do café da Zona da Mata, e que existem muitas torrefadoras locais.

A Tabela 12 sintetiza o número de empresas ligadas ao café, considerando as corretoras, indústrias de torrefação e cooperativas, assim como a participação relativa no total de empresas de todos os setores nos municípios onde se negocia do café da Zona da Mata.

Tabela 12- Número e participação relativa de empresas do ramo do café nas praças de comercialização do produto da Zona da Mata – MG

Praças	Corretoras de café	Participação	Indústrias de café	Participação	Cooperativas	Participação	Total setor café	Participação	Total de empresas
Varginha	22	0,4%	28	0,5%	4	0%	54	1%	5402
Manhuaçu	45	1,8%	25	1,0%	3	0%	73	3%	2552
Caratinga	5	0,2%	13	0,5%	2	0%	20	1%	2785
Ervália	1	0,2%	14	3,2%	0	0%	15	3%	431
Viçosa	8	0,3%	9	0,3%	0	0%	17	1%	2893

Fonte: Elaborada pela autora (2020) com base nos dados do Econodata (2020).

Segundo a Econodata (2020), no Estado de Minas Gerais existem 1.370 empresas do setor de industrialização do café, compreendendo as companhias que trabalham com torrefação e moagem de café, café solúvel e café com leite. As cidades de Manhuaçu, Ervália e Caratinga, praças de comercialização do café da Zona da Mata, constam entre as 15 cidades com número maior de empresas do setor de industrialização de café do estado de Minas Gerais, com 25, 14 e 13 empresas respectivamente.

⁴⁹ Entrevista em Araponga - MG, em 30 de abril de 2018.

Das informações da Tabela 12, chama atenção o fato de que Varginha, importante praça comercial do Sul de Minas, possui 22 corretoras, 28 torrefadoras e quatro cooperativas, enquanto Manhuaçu, principal praça da Zona da Mata, possui 45 corretoras, 25 torrefadoras e três cooperativas, ou seja, o dobro de unidades de negócio destinados à comercialização do café, equiparadas em termos de unidades de torrefação e com uma cooperativa a menos. Esses dados reforçam o que pode ser verificado no acompanhamento do dia-a-dia da comercialização do café padrão comercial na Zona da Mata, ou seja, de que as suas praças são dinâmicas, principalmente a de Manhuaçu.

É possível concluir que a falta de transparência na comercialização, em correlação com a falta de transparência na elaboração dos “blends”, como argumentado por Caldeira (2013), revela partes de uma mesma estratégia, que se relaciona a aproveitar mercados e reduzir custos, dispondo, para isso, das diversificadas opções de oferta e das opções de logística que a produção de café, de uma forma geral, no Brasil oferece.

Dessa forma, o café da Zona da Mata, além da sua circulação na própria região na forma de torrado e moído puro ou em “blends” por meio das torrefadoras locais, também pode circular por qualquer parte do país, na forma de torrado e moído nos “blends” pelas torrefadoras localizadas no país, e vendido em grão verde para o exterior e, a partir daí, passar por processamentos, misturas e processos de reexportações.

Para o café comercial, a compra direta de produtores não foi apontada como prática na região. Um produtor de Paula Cândido⁵⁰ explicou que, em casos de compras como da Illy café, os compradores e cooperativas perguntam para produtores com café de potencial qualidade se eles querem participar dos concursos e esses produtores participam mandando amostras de seu produto. Conforme a classificação, o café é vendido por preços maiores junto com o café de outros produtores que alcançaram a mesma qualidade, mas não de forma direta, mas sim por meio do comprador ou da cooperativa. E a questão da classificação se relaciona novamente à dificuldade de alcançar a qualidade.

Um caso que ocorreu na colheita de 2020 é emblemático quanto à questão das dificuldades com a qualidade. O produtor de Paula Cândido⁵¹ que concedeu a entrevista anterior, enviou suas amostras para a classificação para a sua cooperativa de comercialização. Em seguida, recebeu a planilha com as respectivas classificações (Anexo F). Nos lotes de café nos quais o produtor trabalhou para alcançar a qualidade “bebida Mole”, qualidade superior, o tipo de bebida pretendida não foi alcançado, sendo classificado como bebida dura. Outros lotes para os quais o esforço foi menor, pois o tipo de colheita desde o início foi compatível com o café riado, alcançou a bebida dura. Isso evidencia que a complexidade, o esforço físico e o custo para alcançar a qualidade frente à falta de compreensão por parte do produtor do processo de classificação desestimulam a busca por qualidade e a negociação por fidelidade.

Nas argumentações dos produtores, a busca por qualidade, mesmo na dimensão dos cafés comerciais (bebida mole ou bebida dura para melhor) é trabalhosa e qualquer descuido é fatal. Desde a mistura de cafés secos de forma diferente por engano até problemas nos maquinários pode comprometer todo o trabalho. Adicionado a isso, existem as incertezas quanto às classificações e às oscilações de preços que podem derrubar a remuneração para todos os tipos de café. No final das contas, o produtor prefere garantir a quantidade do café bebida dura e da bebida rio, cujas remunerações podem ser menores, mas são garantidas e associadas a custos menores e quantidades maiores.

⁵⁰ Entrevista realizada em Paula Cândido-MG, em 28/03/2020.

⁵¹ Entrevista realizada em Paula Cândido-MG, em 28/03/2020.

As vendas diretas ocorrem somente para os cafés qualificados, conforme o divulgado pelas notícias referentes ao registro “Matas de Minas”⁵², e por produtores rurais nos comércios curtos, além das vendas institucionais dos cafés sustentáveis.

Para os cafés comerciais, portanto, é dominante a venda para atravessadores ou por meio de cooperativas, com o predomínio do desconhecimento por parte do produtor do destino desse café. O que os entrevistados e os participantes das reuniões observadas afirmaram, com unanimidade, é que todo o café é vendido sem problemas.

Neste contexto, é possível concluir que a análise da demanda pelo café da Zona da Mata e de suas potencialidades e tendências, se correlaciona positivamente com as mesmas análises referentes à demanda nacional e internacional do café padrão comercial brasileiro, associado ao consumo do café tradicional do dia-a-dia.

4.7 A Análise da Conexão do SAG do Café Padrão Comercial da Zona da Mata à Cadeia Produtiva Brasileira do Café

Zylberstajn e Farina (1999) explicam que a análise do SAG pode ser realizada para qualquer nível de agregação e também para os SAGs estritamente coordenados. Também apresentam o método PENSA enquanto referencial analítico para os trabalhos de análise de SAGs. O objetivo desta seção é de identificar de que forma o SAG do café padrão comercial da Zona da Mata interage com a cadeia produtiva brasileira do café, com o objetivo final de verificar as oportunidades e desafios deste SAG enquanto atividade econômica da agricultura familiar.

O método foi escolhido por sua capacidade de síntese e por permitir evidenciar os aspectos institucionais relacionados à atividade cafeeira, sem a qual não é possível compreender a sustentação da cafeicultura enquanto principal atividade agrícola de natureza permanente da Zona da Mata de Minas Gerais.

A composição do quadro síntese segundo o método PENSA para o SAG do café padrão comercial da Zona da Mata consistiu nos aspectos identificados ao longo da pesquisa e ordenados conforme grande parte dos critérios recomendados pelo método consoante Neves e Coleman (2015).

4.7.1 – Descrição do Sstema agroindustrial da Zona da Mata de Minas Gerais

4.7.1.1 Caracterização do ambiente organizacional

Existe apoio para a produção, assistência técnica, consultoria e extensão rural, evolução tecnológica graças aos trabalhos de pesquisa das instituições e aos trabalhos de extensão rural para todos os tipos de café (Emater, Embrapa Café, UFV, Consórcio Pesquisa Café, IMA). Processos de conscientização e fortalecimento de movimentos sociais no sentido da organização da produção agroecológica e do café orgânico (MOBON, Sindicatos dos trabalhadores rurais, CTA, IMA). Movimentos sociais, sindicais e empresariais no sentido do incentivo, capacitação e suporte à produção e comercialização dos cafés especiais (Conselho das Matas de Minas, Conselho do Caparaó, ABIC, Sindicato de Produtores Rurais e cooperativas da região).

⁵² Notícias disponíveis no site <https://www.matasdeminas.org.br/>

4.7.1.2 Caracterização do ambiente institucional

Dentro do grupo de regulamentos e legislações que estabelecem as normas para conduta dos agentes da cadeia do café, em específico para os agentes da produção e da comercialização na Zona da Mata estão as regras de comercialização, as normas de classificação do café, a legislação trabalhista e a legislação ambiental. Ainda no âmbito dos aspectos institucionais formais, também devem ser consideradas a questão da violência no campo e a falta de aparato público capaz de conter o avanço dos roubos e furtos do café.

Tradições, costumes, valores e cultura também impactam a cafeicultura local, principalmente no que se refere aos métodos de produção e de beneficiamento, formas de gestão do crédito e da comercialização, formas de organização do trabalho e formas de organização coletiva.

4.7.1.3 Caracterização do ambiente tecnológico

Quanto à caracterização do ambiente tecnológico, são várias as tecnologias que podem ser aplicadas à produção e beneficiamento do café, no entanto, os produtores da Zona da Mata têm preferência pelas mais rústicas e mais acessíveis. Entrevistas apresentadas no Capítulo III relataram que o grande avanço tecnológico dos últimos tempos na parte de beneficiamento do café foi o terreiro de alvenaria, em substituição ao de terra batida.

A condição topográfica da região dificulta a adoção de maquinários e equipamentos para o momento do manejo, do plantio e da colheita. A questão da renda da agricultura familiar coloca restrições na aquisição de equipamentos para o beneficiamento do grão, pois são de alto valor monetário, tanto para a compra quanto para manutenção. Quanto maior for o objetivo quanto à qualidade, maior é a necessidade de investimento em maquinários, energia elétrica e horas de trabalho.

Se por um lado, é um processo mais fácil para a agricultura familiar em função do pouco volume de produção, por outro, o processo é caro e ocupa o tempo da família, que poderia utilizá-lo em outras atividades. Essas dificuldades acabam por levar as famílias a optarem pelo ganho de renda via quantidade, cuja produção é menos criteriosa e menos onerosa que na qualidade.

4.7.1.4 Caracterização do ambiente competitivo

Segundo Singulano (2016), o mercado de compra do café na Zona da Mata é concentrado, com poucas empresas compradoras, localizadas nas praças de Manhuaçu, Carangola, Ervália e Viçosa. Nesta pesquisa, identificou-se também Varginha como a praça compradora de cafés tipo bebida dura e bebida mole.

Esse grupo reduzido de compradores que, por meio de seus atravessadores, compra de vários pequenos produtores caracteriza um mercado de oligopsônio, segmentado conforme o tipo de café, que vai circulando pelos outros elos de comércio cada vez mais concentrados. Todos os tipos de café são comercializados, porém predominantemente por essa estrutura, que tende a reduzir as possibilidades de ganhos maiores para os produtores, dados os processos de intermediação e a estrutura desse mercado dentro e fora dos limites da Zona da Mata.

Possibilidades e negociações diretas, no caso do café padrão comercial segundo os dados da pesquisa, existem, na venda direta para as torrefadoras locais, no entanto, são para os cafés de qualidade bastante inferior, que não oferecem maiores valorizações para os grãos.

4.7.2 Análise do padrão das transações e seus mecanismos de coordenação

4.7.2.1 Análise dos atributos da transação

A comercialização do café tende a seguir o padrão da venda para atravessadores, que mantêm contato com os produtores, dispõem de laços de amizade, parentesco, proximidade e referência enquanto mecanismo de aproximação e critério de confiança. As transações são frequentes, levando em consideração a sazonalidade da cultura. São frequentes uma vez que são realizadas predominantemente da mesma forma e nas mesmas temporadas – pré-colheita, pós-colheita e entre safra, quando o produtor consegue administrar seus estoques para vender a preços melhores.

As vendas se dão majoritariamente pelo contrato informal mediante comprovação da classificação do café. E é justamente por essa forma de coordenação que a cadeia do café oferece incerteza por um lado e liberdade por outro. As incertezas estão na especificidade dos ativos, relativos às questões de classificação e remuneração já discutidos no trabalho, à vulnerabilidade do mercado do café de forma geral e do processo produtivo e de beneficiamento e à posição de tomada de preços do produtor.

Por outro lado, por não haver uma integração vertical, o produtor tem a liberdade, caso queira, de procurar outros compradores e de produzir os tipos de café que ele identifica como melhor para seu caso. Essa liberdade, porém, não é suficiente para tirá-lo da situação de tomador de preços e nem de garantir que conseguirá captar o melhor valor agregado possível.

4.7.2.2 Análise dos mecanismos de coordenação

Na comercialização do café padrão comercial da Zona da Mata, predomina o mercado informal mediante comprovação da classificação do café. O comprador atravessador visita os produtores, recolhe amostras do café, faz as análises pertinentes, retorna para o produtor o resultado e acerta as condições de pagamento e de transporte do produto. Isso também ocorre quando o produtor vende à cooperativa, porém ele envia o café para ser guardado e as classificações são feitas referentes a esse produto. Neste caso, existe a formalização dos contratos de transação à medida da necessidade do produtor. Ele solicita a venda dos lotes, que já estão classificados e que serão valorizados conforme os preços do dia para cada tipo de café. Também ocorrem situações nas quais a cotação do café se eleva e as cooperativas fazem contato com os produtores consultando-os sobre o desejo da venda para aproveitar a oportunidade.

Dessa forma, a coordenação entre produtores e o SAG do café ocorre pelo padrão relacional, aquele no qual, segundo Gereffi, Henphrey e Sturgeon (2005), as informações não são facilmente codificadas pelos produtores, demandando tempo para o alcance do grau de confiança necessário para a efetivação das transações, que tendem a ser duradouras.

Em alguns casos específicos, podem ocorrer relações diretas como é o caso das participações nos concursos da Illy Café, mas essa não é a realidade para a maioria dos produtores e nem se caracteriza como uma venda direta ou uma integração hierárquica.

4.7.2.3 Análise dos mecanismos de incentivo e de monitoramento

O principal mecanismo de incentivo e de monitoramento são os prêmios oferecidos para o grão verde segundo os indicadores de qualidade, principalmente físicas e sensoriais, já apresentadas nesta pesquisa. O próprio mercado, ao conceder ou não o prêmio, após atestar ou não a qualidade, assegura a distribuição dos grãos aos elos seguintes conforme as respectivas exigências. Além da avaliação da qualidade, as certificações, principalmente as relacionadas aos cuidados ambientais e sociais durante o processo produtivo, também têm funcionado como mecanismos de monitoramento.

São justamente sobre esses dois mecanismos que as instituições de apoio à melhora da produção e da renda da cafeicultura na região procuram investir por meio da conscientização, do incentivo, da capacitação e da assistência técnica. Mas o aspecto do retorno financeiro, da preferência aos métodos tradicionais de produção e de beneficiamento, e a facilidade e liquidez na comercialização de qualquer tipo de café, tem representado fatores de resistência à adesão e ao empenho de grande parte dos produtores.

4.7.3 Análise do ambiente institucional e sua interação com o SAG

4.7.3.1 Caracterização das mudanças no ambiente institucional

4.7.3.1.1 As regras de comercialização

O grande impacto de mudanças institucionais apontadas pela literatura foi a desregulamentação do mercado internacional nos anos 1990 e a consequente mudança do padrão de funcionamento do mercado, que passou a valorizar a qualidade do café, diversificar os tipos de grão e valorizar novas formas de servir a bebida.

Esse impacto foi transferido para a Zona da Mata na forma de incentivo na melhora das lavouras e dos grãos, assim como movimentos sociais no sentido do investimento em cafés de altíssima qualidade e de orgânicos, conceituados, nesta pesquisa, como cafés qualificados.

No caso específico do café padrão comercial, foco desta tese, o processo de investimentos na melhoria da qualidade resultou em um deslocamento dos tipos de cafés produzidos na região, privilegiando o café bebida dura como o mais produzido, seguido pelo café riado e rio, com uma redução bastante significativa do café rio zona. Na outra ponta da qualidade dos cafés comerciais, alguma produção de café bebida dura melhorado ou bebida mole. Nas expectativas dos participantes das entrevistas, o nível máximo de investimento em qualidade que os produtores estão dispostos a alcançar, dadas as percepções da relação custo/benefício desses produtos, é no limite do café tipo bebida dura.

4.7.3.1.2 A legislação trabalhista, a pauta ambiental e violência

Ainda na seara das mudanças institucionais, os dados da pesquisa também apontaram a legislação trabalhista e a novas exigências ambientais como fatores que impactaram a atividade cafeeira na medida em que as fiscalizações se tornaram mais intensas e que as certificações se tornaram critério de seleção em alguns mercados.

A intensificação da fiscalização quanto à legislação trabalhista encareceu a mão de obra contratada para o produtor, que consegue contornar em parte a situação com a utilização da mão de obra familiar. Além disso, entrou em conflito com uma das tradições da produção na região por meio das trocas de serviços, muito utilizada entre vizinhos na agricultura familiar.

A violência no campo tem sido um fator marcante nos últimos anos. Saes e Farina (1999) já mencionavam a correlação positiva entre a valorização do café e o aumento do número de assaltos às propriedades e a cargas de café ao longo das estradas. Atualmente, na Zona da Mata, são frequentes os relatos de roubos de café verde nas propriedades e os assaltos aos caminhões que transitam carregados do produto pela região. A valorização e a liquidez do café associadas ao estado degradado das estradas, tanto as rurais quanto as rodovias, e ainda às dificuldades dos aparelhos de segurança pública no monitoramento e no atendimento às ocorrências, levam à vulnerabilidade dos produtores aos prejuízos materiais e não materiais decorrentes de furtos e assaltos do café verde. Para reduzir essas vulnerabilidades, produtores mais capitalizados assumem custos com seguros, optam pelo envio de seu café para as cooperativas de comercialização e pela utilização de escolta. Todos esses custos, financeiros e não financeiros,

impactam as decisões produtivas no sentido de desestimular processos produtivos mais caros e produtos mais vulneráveis.

As certificações de natureza ambiental e de boas práticas também influenciam nas decisões produtivas e de qualidade. Como já mencionado nesta tese, entrevistas relataram dois lados dessa questão. Do ponto de vista do mercado, as melhores oportunidades de negócio podem contemplar os cafês certificados, mas por outro, nem sempre isso ocorre e, na percepção geral dos produtores, predomina a impressão de que os custos financeiros e o trabalho requerido para aderir à certificação e manter as respectivas exigências não são retornados na forma de preços.

4.7.3.1.3 Tradições, costumes, valores e cultura

As tradições, costumes, valores e cultura são elementos relevantes na produção de café na Zona da Mata. Como já abordado nesta pesquisa, a atividade cafeeira é tradicional na região, e essa tradição determina formas básicas de produção e beneficiamento, representando resistência à utilização de novos métodos de plantios e manejos, novas formas de colheita e novos métodos de beneficiamento. O método de colheita atual do café em muitas propriedades, por exemplo, é muito semelhante ao método utilizado no tempo da escravidão, envolvendo panos, peneiras e as mãos dos trabalhadores. O chamado “café de chão”, que é o grão que escapa do pano de colheita mais os grãos secos que caem do pé e que ficam fermentando na lavoura, até os dias atuais, tal como se fazia no século XIX, são recolhidos do chão por trabalhadores, muitas vezes pelas mulheres, e vendidos aos donos da lavoura por preços bastante inferiores aos grãos recolhidos do pé. Essa atividade figura como um trabalho extra ao trabalho da colheita e não raro esse café também é doado a esses trabalhadores, que o utilizam para consumo.

As negociações também são impactadas pelas tradições, que levam a preferência dos produtores pela comercialização junto a atravessadores com os quais possuem vínculos de amizade ou parentesco, identificando esses vínculos como indicadores de confiança e defesa contra a má fé. São relações delicadas, pois, o atravessador possui as informações sobre a qualidade, valor do produto, comportamento do mercado e, portanto, detém o poder na relação de agregação de valor entre produtor e comprador.

A superação dessa tradição é trabalhada pelas organizações de apoio à cafeicultura e tem por princípio conscientizar produtores para uma visão mais empreendedora no sentido de buscar canais mais diretos e transparentes de comercialização. Uma mudança cultural que, quando superada, pode ser convertida em maior valor capturado pelo produtor.

4.7.3.2 Caracterização dos padrões de conflitos e análises de soluções

Há conflitos entre os principais agentes do SAG. Na dimensão da Zona da Mata, os conflitos identificados são os seguintes: a falta de informação e de transparência que permeia o processo de comercialização entre os agentes produtores e atravessadores, muitas vezes assegurado por supostas relações de confiança; e a independência da agricultura familiar com relação às exigências do mercado do grão verde de qualidade, uma vez que o produto originado de qualquer modo produtivo tem venda certa, e que o produtor aceita trocar a possibilidade de maior valor recebido pela certeza da venda à vista.

As formas tradicionais de produzir e beneficiar o grão verde fazem parte da realidade da cafeicultura da Zona da Mata, porém, isso pode ser solucionado com o empenho das organizações de apoio com suporte, capacitação e conscientização. No entanto, é preciso superar barreiras culturais no sentido de valorizar o trabalho coletivo com associativismo e representação, que superem as barreiras à inovação, à melhora tecnológica e à gestão, modernizando a atividade cafeeira dentro do paradigma da agricultura familiar empreendedora,

que supera seus desafios e potencializa seus recursos, valorizando a tradição, as relações sociais, as relações ambientais e traduzindo todos esses aspectos em valor agregado ao seu produto.

Avanços nesse sentido são encontrados nos produtos com o selo “Matas de Minas”, entretanto, o produtor do café comercial ainda tem muito a avançar nesse caminho e, ao que indicam os resultados desta pesquisa, esse caminho tanto encontra seu limite quanto também sua melhor viabilidade na produção do café comercial tipo bebida dura. Essa produção é viável para a agricultura familiar da Zona da Mata e, também, é bem aceita pelo mercado do café nas dimensões nacionais e internacionais. É possível que as próprias torrefadoras locais tenham que se ajustar ao ofertar o pó torrado e moído de uma qualidade melhor, mas, por enquanto, o café riado e rio também têm saída para essa indústria.

A diversidade produtiva da Zona da Mata quanto ao grão verde e as possibilidades do mercado do café possibilitam à agricultura familiar estabelecer mercados alvos e investir na qualidade e nas certificações requeridas para cada tipo de mercado. Na segmentação dos cafés comerciais, não existem contratos pré-definidos. Mesmo no mercado dos cafés especiais, aqueles ainda não consolidados enquanto ofertadores de café de altíssima qualidade, ainda que referenciados pelo selo das “Matas de Minas”, têm dificuldade em estabelecer relações de fidelidade com seus compradores. Portanto, os contratos formais não são realidade na comercialização da Zona da Mata. A alternativa para os produtores, então, é definir seus padrões de qualidade viáveis, providenciar os selos de certificação ambientais e sociais, investir nesses padrões e planejar seus processos de comercialização de maneira a reduzir o máximo possível o número de intermediários.

4.7.3.3 Avaliação da qualidade do ambiente institucional

Na dimensão do SAG que funciona na Zona da Mata, pode-se dizer que os direitos de propriedade dos agentes econômicos não são claramente delineados, pois existem falhas de informação e falta de conhecimento e domínio dos ativos, ou seja, produtores não têm real conhecimento da qualidade de seus grãos, não declaram possuir informações totalmente transparentes sobre o processo de classificação, não sabem para onde vai seu grão depois de vendido, beneficiado e rebeneficiado. Portanto, não têm domínio de informações sobre seus ativos e tampouco têm a justa valoração de seus direitos de propriedade.

Esses direitos são estabelecidos pelo mercado, via contrato informal mediante comprovação da classificação do café, a depender de por quantos atravessadores e por quantos processos de rebeneficiamento seu grão vai passar, assim como da indústria de destino. Para a maioria dos produtores da Zona da Mata de cafés comerciais, essa não é uma informação clara e acessível. Portanto, pode-se dizer que os direitos de propriedade dos produtores de café da Zona da Mata não são protegidos, para além daquilo que é estabelecido em suas transações comerciais.

Neste cenário, a garantia do que foi acordado são as relações de confiança, e os contratos de compra e venda quando as operações se dão por intermédio de cooperativas, predominantemente as cooperativas de Varginha, no Sul de Minas, para os produtores que têm por tradição oferecer o café tipo bebida dura.

Neste panorama também são limitadas as oportunidades de avançar em maiores capturas de valor agregado ao longo do SAG. Para isso, o produtor precisa entrar na jornada da busca pelo grão de qualidade, já abordado nesta pesquisa.

4.7.3.4 Avaliação do grau de incerteza do ambiente

Dado o ambiente institucional do SAG do café comercial na Zona da Mata, as informações reunidas nesta tese permitem avaliar o ambiente de incertezas, o qual a agricultura familiar procura administrar conforme suas peculiaridades.

É possível identificar as incertezas referentes à ausência de coordenação vertical e de contratos formais, à vulnerabilidade do mercado do café e também do processo produtivo, à falta de controle sobre o valor agregado recebido e às incertezas quando ao alcance de padrões de qualidade dos grãos.

Como mecanismo de defesa e para poder tomar decisões, a agricultura familiar utiliza do seu próprio trabalho e gestão como forma de conter custos e cumprir a legislação trabalhista assim, produz o café com a qualidade que é possível, produz dentro dos métodos tradicionais, que podem ser pouco produtivos, mas são de seu domínio, e vende seu produto para aqueles com quem já possui relações de confiança.

Como já argumentado algumas vezes nesta tese, há perdas, nesse processo, relativas à produtividade, à qualidade e ao valor recebido. No entanto, há relativa certeza quanto à produção, à venda e ao recebimento. Como mais uma garantia de renda, a agricultura familiar aposta na diversificação e não raro na pluriatividade, assim como no trabalho em épocas de colheita em outras propriedades, para assegurar a sobrevivência da família.

4.8 Análise do Desempenho e Eficiência do SAG

4.8.1 Análise da eficiência do SAG

Para a Zona da Mata, tendo em vista o conjunto de informações reunidas para esta pesquisa, os seguintes aspectos ficaram bastante claros, para os tipos de café padrão comercial: a) as vendas são intermediadas por atravessadores que dominam os preços pagos aos produtores; b) as dificuldades de ordem tecnológica, financeira, de informação e de competências tornam o processo de comercialização pouco transparente para os produtores; c) apesar de os produtores da Zona da Mata estarem envolvidos junto a instituições de apoio para a melhora da qualidade de seus cafés, ainda não parece haver condições de dizer que eles tenham passado por uma situação de “upgrading”. A qualidade do produto oferecido pela Zona da Mata melhorou nos últimos 20 anos, e a escala de tipos de cafés produzidos subiu. Mas ainda há muitas variações nessa qualidade, muita oferta de produtos inferiores e pouca motivação para avanços de qualidade; d) mesmo para produtores dos cafés qualificados, a integração é difícil e, não raro, o valor agregado ao produto não é retornado por falta da finalização da comercialização como o esperado; e) não ser para os poucos produtores consolidados de cafés de altíssima qualidade.

Em que pese a viabilidade econômica disso, os dados mostraram que a atividade vive de ciclos de prosperidade, estagnação e declínio; no entanto, não há redução ou substituição da atividade, o que pode ser explicado pelas características que motivam as atividades econômicas da agricultura familiar e suas relações institucionais no que se refere a valores, cultura e costumes, associadas ao significado da cafeicultura enquanto cultura tradicional e de domínio das pessoas, adaptada aos terrenos, ao trabalho da agricultura familiar e representativa de renda certa, de poupança e de relativa autonomia.

4.9 Considerações Finais do Capítulo

Na dimensão da Zona da Mata, enquanto ofertadora de matéria-prima para a indústria cafeeira, no segmento dos cafés comerciais, melhorias em eficiência estão em processo. A região já foi referência enquanto produtora de café de pior qualidade, apesar de ser a primeira região produtora de café depois do Rio de Janeiro.

A literatura aponta para históricos de melhora de produtividade, inclusive com troca das espécies produtivas na ocasião do PRODEMATA, programa estadual de revitalização da cafeicultura dos anos 1970 com foco na mudança do perfil tecnológico da região (VEGRO;

MARTINS; MORICOCCHI, 1995). Há 20 anos foi iniciado o processo de investimento em qualidade dos grãos, em consonância as modificações institucionais do mercado internacional e nacional do café, que incorporou novas qualificações aos grãos e à bebida. Ao deixar à parte a análise dos cafés qualificados oferecidos pelos selos “ Matas de Minas” e “ Caparaó” e focar nos cafés comerciais, as modificações nos mercados internacional e nacional do café impactaram o conjunto do SAG do café na Zona da Mata.

Instituições de pesquisa, assistência técnica e consultorias, assim como associações, sindicatos e cooperativas se envolveram na melhora do café da região. Dessa forma, a produção de grãos de qualidade inferior vem sendo reduzida, com o aumento na produção de grãos de melhor qualidade e a persistência da produção dos grãos de qualidade intermediária.

A produção de cafés de altíssima qualidade por parte de todos os produtores não faz parte das expectativas das organizações diretamente ligadas ao objetivo da melhora da qualidade na Zona da Mata, mesmo porque o mercado desse tipo de café ainda é pequeno e não comporta grandes ofertas. Entretanto a meta é chegar à produção de cafés tipo bebida dura e eliminar os cafés tipo rio zona e rio. Mas mesmo assim, é uma expectativa ainda com aspectos de desafio e que demandará muito engajamento e iniciativa.

Para a agricultura familiar da Zona da Mata, produtora de café em unidades produtivas que geralmente contam também com a diversificação da produção e não raro com a pluriatividade, o café é fonte garantida de renda e, muitas vezes, de poupança. Se a agricultura familiar opera em eficiência com maximização de renda líquida dentro dos preceitos da economia neoclássica, não é possível afirmar com os dados reunidos nesta pesquisa. Tampouco é possível afirmar com exatidão, se ela trabalha dentro da melhor solução possível a partir dos recursos materiais e não materiais a elas disponíveis.

Todavia é possível dizer que as possibilidades da cafeicultura e de sua comercialização dentro da região, aliadas às peculiaridades da agricultura familiar, têm tornado permanente a produção de café na região. Também é possível dizer que a produção do café especial é bem-vinda, mas não se trata de uma única possibilidade para a região. Pelo contrário, enquanto o mercado do café qualificado é limitado e pouco acessível, o mercado do café padrão comercial é certo e oferece liquidez para a agricultura familiar.

V - CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este capítulo se organiza de forma a discutir as questões da tese e as respectivas proposições à luz dos resultados da pesquisa. Além disso, apresenta algumas recomendações decorrentes das análises realizadas, pondera sobre as limitações e evidencia as suas contribuições. Por fim, sugere novas pesquisas relacionadas ao tema desta tese.

Quanto às questões, proposições e resultados seguem as discussões:

a) Como se caracteriza a produção do café padrão comercial na Zona da Mata de Minas Gerais?

A proposição colocada foi que, devido às peculiaridades e diversidades da agricultura familiar, normas institucionais formais e informais associadas à condição camponesa, dentre elas o **squeeze** entre preços e custos, reforçam as práticas produtivas do café comercial ao mesmo tempo em que geram ambientes de incertezas e resistência à transição para cafés qualificados.

Os resultados da pesquisa corroboraram com essa pressuposição na medida em que comprovou que a produção cafeeira da Zona da Mata é desenvolvida pela agricultura familiar, com predomínio do café padrão comercial, e com a produção em menor proporção, do café qualificado. Para a maioria dos produtores de café da região, a referência produtiva é o café padrão comercial tipo bebida dura e o padrão comercial inferior. Segundo Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010), 36% produzem café tipo bebida fina, 71% produzem o tipo bebida dura, 29% bebida riada e 29% bebida rio. Dados que foram atualizados e corroborados pelas demais fontes de evidências.

Pelos resultados desta pesquisa, não há dificuldades na região em produzir e comercializar esses tipos de café. Na verdade, a questão não está na essência do produzir e vender, afinal de contas, o que for produzido vai ser vendido. Mas analisando o caso do ponto de vista da relação com a qualidade, a essência da questão está em como melhorar essa produção e como melhorar a comercialização.

Unidades pequenas e médias, diversificadas, geridas pela família, conforme as evidências da pesquisa, que possuem relações de parentesco e de amizade em suas comunidades, como destaca Comerford (2003) em suas pesquisas sobre a Zona da Mata, caracterizam a agricultura familiar da Zona da Mata, consoante as concepções teóricas de Wanderley (2009), Ploeg (2008), Ploeg (2009) e Schneider (2016).

A pesquisa também identificou que as famílias da Zona da Mata estão submetidas à condição camponesa e aos impérios alimentares, na definição teórica de Ploeg (2009), tendo em vista sua inserção no SAG do café. Neste cenário, elas se utilizam de seus recursos produtivos e culturais, dentro de determinados arranjos institucionais, e participam das diversas segmentações da produção do café padrão comercial. Guiada pelas âncoras teóricas de North (1990) e Granovetter (2008), de forma empírica, também foi comprovado que as unidades produtivas familiares se constituem de nexos de contratos, que são assumidos e cumpridos por meio de relações de confiança e respeitando certas racionalidades circunstanciais, como o emprego da família, o uso dos recursos disponíveis, o uso da tecnologia disponível, a prevenção às incertezas do mercado e a certeza da liquidez.

Nenhuma das evidências levantadas trataram a cafeicultura da região como decadente ou estagnada. As preocupações não são com um possível fim da atividade, mas sim com a oscilação de seus preços e com a vulnerabilidade dos produtores, quando se trata do café enquanto produto homogêneo e sem diferenciação. Por isso, o tema do café qualificado entra em cena. Ele é visto como uma possibilidade de produtores defenderem um maior valor

agregado e um melhor nível de renda. É visto como a possibilidade de o produtor ser valorizado à medida do seu esforço, eliminando atravessadores e resolvendo problemas de falta de transparência na avaliação do seu produto. Constitui-se da estratégia de participar com melhor poder de negociação nas Cadeias Globais de Valor, que, segundo Daviron e Ponte (2005), tende a valorizar o produto qualificado. Além disso, pode contribuir na defesa do produtor quanto ao que o autor chama de “Paradoxo das Commodities”, fenômeno que leva à redução dos preços do café padrão comercial em função dos excessos de oferta. No entanto, ficou evidenciada nessa pesquisa a dificuldade da produção do café qualificado em ser uma realidade abrangente e inclusiva.

Por outro lado, o café padrão comercial e o café padrão comercial tipo bebida dura inferior figuraram como uma atividade agrícola cujas ações são de domínio das famílias e que oferecem garantia de renda. Nesse aspecto, foi observado que o olhar dos produtores sobre a cafeicultura é muito diverso. Alguns olham para a atividade como uma forma de maximizar lucros e, motivados por isso, investem em qualidade, boas práticas e tecnologia. Outros percebem a atividade como a garantia de sobrevivência e trabalham pelos métodos tradicionais. Outros ainda percebem o café como a atividade que conecta gerações, transporta cultura e possibilita manter a família reunida na atividade e, em função disso, trabalham com objetivo de perpetuar a atividade. Portanto, são diversos os interesses que movem a cafeicultura na Zona da Mata estando as interações sociais e as instituições muito presentes nesses interesses.

A atividade cafeeira também conecta a vizinhança, dinamiza a economia local, emprega pessoas e cria rituais de vida ao longo do seu calendário. O café perfuma a região em sua florada, exala seus odores no período de sua secagem e empresta seus terreiros vazios na época da entre safra.

As evidências desta pesquisa não permitem afirmar que a atividade oferece ganhos abundantes e seguros. Os preços são voláteis, os produtores são vulneráveis ao mercado e às condições produtivas, e a limitação com atividades alternativas na região explica muito da permanência da cafeicultura. Os custos de oportunidade no desenvolvimento de outras atividades em regiões de topografia acidentada são elevados. Os produtores são pouco capitalizados e as lavouras necessitam de renovação. No entanto é a atividade que, na forma de monocultura ou combinada à diversificação da atividade produtiva, é a responsável pela reprodução econômica e social das famílias.

b) Como essa produção se relaciona ao SAG do café?

Por meio das negociações nas suas principais praças de comercialização, Manhauçu, Caratinga e Varginha, o café da Zona da Mata é integrado ao Sistema Agroindustrial do café, ou à sua Cadeia Global de Valor, por um padrão de governança mais identificado à conexão relacional, em consonância com a definição dos padrões de governança de Oliveira (2014). Essa conexão relacional expressa, empiricamente, relações de confiança e de defesa da má-fé, conforme define Granovetter (2007), entre produtores e atravessadores.

Os mercados não estão se reduzindo para os tipos de café da Zona da Mata. Todos eles são comercializados, e se espalham pelos diversos destinos na cadeia produtiva. Embora alguns produtores entrevistados expressassem o desejo de uma integração hierárquica a fim de reduzir custos de transação, as evidências apontaram para transações nas quais as relações de confiança estabelecidas com os atravessadores e o apoio das redes viabilizam a comercialização. Em que pese os problemas já relatados dessa relação entre produtores e atravessadores, é por onde a agricultura familiar reduz seu custo de transação.

c) Que oportunidades e desafios são consolidados a partir das dinâmicas globais e locais do sistema agroindustrial do café?

A proposição para esta questão foi que as dinâmicas globais abrem oportunidades no segmento do café qualificado e estreita possibilidades de ganhos no mercado do padrão convencional devido ao Paradoxo das Commodities. No entanto, a primeira proposição da tese orienta para a produção de café padrão comercial na Zona da Mata, o que leva a crer que oportunidades para esse café no SAG são reais.

O café qualificado, pelas evidências desta pesquisa, representa o mercado complementar ao café padrão comercial, reservado para degustação em momentos e lugares especiais. O café consumido no dia-a-dia, conforme se verificou, é na verdade produto dos “blends” entre vários tipos de bebida da espécie Arábica e da espécie Conillon. Portanto, enquanto estratégia de agregação de valor (DAVIRON; PONTE, 2005), é um mercado importante, mas não representa a superação do café comercial.

Portanto a proposição sobre o estreitamento das oportunidades do café comercial foi contestada, tendo em vista as participações crescentes a taxas estáveis, tanto da demanda pelo café comercial como pela demanda pelo café qualificado, tanto no mercado global como no mercado nacional.

O processo que levou à valorização da qualidade do café no comércio mundial valorizou não apenas o café qualificado, mas também o café padrão comercial, haja vista a entrada na comercialização do café padrão comercial tipo bebida dura fino. O mercado interno e o local também sentiram o reflexo melhorando a qualidade do produto final para um consumidor que vem aprendendo a discernir o sabor e que já não aceita mais o café riado e muito menos o bebida tipo rio zona.

Dessa forma, em conexão com os mercados para o café, que poderão continuar a valorizar o café qualificado e reinventá-lo cada vez mais, mas sem provavelmente assistir à redução da demanda pelo café padrão comercial, os produtores devem cuidar melhor da sua produção, da sua qualidade e de seus métodos de comercialização. Mesmo porque o mercado mundial do café é diversificado, composto por países produtores e re-exportadores, que podem vir a ocupar espaços importantes que atualmente são do mercado brasileiro, externo e interno

. Ser da agricultura familiar não significa não ser gestor de seus negócios. A lógica que guia os objetivos da agricultura familiar, por mais campesinas que possam ser, inclui boas práticas agrícolas, maximização da eficiência dos recursos materiais e não materiais e a busca das melhores oportunidades dentro dos parâmetros de um comércio justo. É o que propõe, por exemplo, o Certifica Minas, programa público de certificação, cuja adesão ainda é reduzida.

Portanto, a proposição de que, no âmbito local, as características ligadas às tradições camponesas entram em conflito com a dinâmica das Cadeias Globais de Valor é contestada na medida em que se observa que a agricultura da Zona da Mata, contextualizada entre o campesinato e a agricultura empresarial, tomando como referência teórica as definições de Ploeg (2008), produz todos os tipos de café, com predomínio do café padrão comercial bebida dura e padrão comercial inferior e se integra à cadeia com esses produtos. Conforme explica Wnaderley (2009) e Ploeg (2009), a agricultura familiar, apesar de características camponesas, se integra e se adapta ao mercado percebendo a importância dessa instituição para a sua reprodução econômica. No caso da Zona da Mata, essa integração ocorre por meio da produção do tipo de café que lhe é possível ou adequada conforme sua racionalidade circunstancial.

Mas para essas práticas se tornarem mais efetivas, são necessárias transformações institucionais e culturais, desde a dimensão dos costumes, tradições e relações de confiança até as questões legais ligadas, por exemplo, aos processos de classificação do produto e padrões e comercialização.

d) Quais tendências e expectativas podem ser desenhadas para a Zona da Mata a partir das configurações e da dinâmica da cadeia produtiva do café?

Do ponto de vista da qualidade, no contexto da Zona da Mata, parece claro que as expectativas de melhora em longo-prazo giram em torno do café comercial tipo bebida dura. Esse parece ser, por um lado, um teto de qualidade a ser buscada dentro da lógica dos produtores e, por outro, um objetivo com potencial inclusivo. Na esteira dessa tendência, vem o café padrão comercial tipo bebida rio, produzido por aqueles que não têm interesse em investir em mais qualidade, e enquanto subproduto decorrente dos processos de colheita e beneficiamento do tipo bebida dura.

As tendências de evolução de qualidade dentro do padrão comercial não representam um problema do ponto de vista da demanda pelo café para a Zona da Mata. A demanda interna e mundial para o café tipo bebida dura e para o café tipo bebida rio mantém uma taxa de crescimento estável e não está sob ameaça. Pelo contrário, o cenário econômico mundial, que pode apresentar uma lenta recuperação econômica em função das crises econômicas e sanitárias dos últimos tempos, pode contribuir para o aumento da demanda de cafés com menos atributos de qualidade, em certo detrimento da trajetória de escolhas pelos cafés comerciais finos e pelos qualificados.

O café Conillon, de produção extremamente reduzida na cafeicultura de montanha, pode representar uma alternativa interessante para as regiões de altitudes menores da Zona da Mata. O Conillon é um tipo de café de custo menor para o produtor e mais barato do que o Arábica para as torrefadoras. É mais utilizado na indústria para o café solúvel e também para os “blends”. Existe uma perspectiva de crescimento da demanda desse tipo de café pela indústria, inclusive para substituir o café Arábica quanto este se valoriza. No entanto, no momento, sua produção representa apenas 0,6% de todo o café produzido na Zona da Mata mineira.

Portanto a proposição de que a Zona da Mata tende a ter problemas para comercializar sua produção de café tipo padrão comercial em função da preferência do SAG do café pelo café qualificado também pode ser contestada tendo em vista a ausência de evidências de esgotamento pela demanda global e nacional pelo café padrão comercial. No entanto, é necessário atenção com o café padrão comercial de bebidas inferiores. As tendências do mercado apontam para a preferência pelo padrão comercial tipo bebida dura.

d) Conclusão geral

De forma geral, concluiu-se que as modificações na cafeicultura pós anos 1990, embora tenham ocorrido no sentido da qualidade, preservaram uma segmentação de cafés dentro do grupo do café padrão comercial. O mercado global, assim como o nacional, trabalha com o café padrão comercial tipo bebida fina, padrão comercial tipo bebida dura e padrão comercial bebida tipo rio. Essa segmentação do SAG do café, assim como suas tendências, é compatível com a dinâmica produtiva do café na Zona da Mata, que inclui também a produção do café tipo riozona para as torrefações locais. As demandas global e nacional por estes tipos de café não mostram sinais de esgotamento e tampouco de serem substituídas pela demanda por café qualificado. Este cenário permite concluir que, para a Zona da Mata, as oportunidades da cafeicultura não se restringem a uma dicotomia café padrão comercial ou café qualificado, mas sim a uma grade de qualidades que incorpora, além dos cafés qualificados, as segmentações do café padrão comercial.

A partir das oportunidades, desafios e tendências da cafeicultura da Zona da Mata evidenciados nesta pesquisa, discute-se a seguir algumas recomendações.

a) Organização coletiva para superar desafios de natureza técnica, financeira e comercial

Os dados da pesquisa mostraram que é preciso investir na renovação de lavouras, na ampliação dos investimentos em capital físico e humano e nos processos pós-colheita, além de buscar pela melhora dos processos de comercialização.

No entanto, foi identificado que, para a condição da agricultura familiar, é necessário esforço coletivo. A organização coletiva, que na região se configura na forma de associações, mas com uma preferência pelos sindicatos, é o caminho que viabilizaria a reorganização produtiva da cafeicultura no caminho da qualidade para o padrão comercial.

Seria por meio da organização coletiva que os produtores poderiam ampliar seus acessos às consultorias técnicas e à extensão rural, poderiam viabilizar investimentos financeiros conjuntos em estruturas de maquinários, equipamentos e infraestrutura de pós-colheita, beneficiamento, de classificação e de armazenamento; poderiam viabilizar também a ampliação da consciência ambiental e a maior adesão às certificações, assim como acessos diretos a tradings e torrefadoras, enquanto forma de melhorar a transparência e o fluxo do comércio.

Iniciativas dessa natureza na região existem, graças ao empenho das organizações de assistência técnica, educacional, de extensão rural, de cooperativismo e da agricultura alternativa. Também são verificáveis casos de agricultores e agricultoras muito articulados com as melhores possibilidades em suas propriedades, seja em coletividade, em redes de vizinhança ou de forma mais particular. No entanto, os dados da pesquisa mostraram que ainda existe muita resistência à organização coletiva.

Da mesma forma, existe uma resistência ao desenvolvimento de um perfil mais gerencial com relação suas atividades agrícolas. Nesta questão, a assistência rural pública e as consultorias como o CTA, a UFV e os IFS, as organizações de representação e sindicatos rurais fazem um trabalho bastante consciente, conduzindo os trabalhos com base em programas de extensão rural, privilegiando o papel de agricultores e agricultoras pela lógica da perspectiva do ator.

Para além de estruturas de gerenciamento capazes de organizar todas essas questões, seria de ordem fundamental processos de capacitação e de conscientização para o cooperativismo, para a autonomia e para a identidade enquanto agricultura familiar. Processos que potencializassem o protagonismo de agricultores e agricultoras enquanto atores do seu próprio processo de desenvolvimento.

b) Ressignificar o tradicionalismo

Algumas transformações poderiam ocorrer no sentido da valorização de alguns aspectos de tradicionalismo na forma de produzir café. O tradicionalismo bem trabalhado pode ser transferido para os rótulos do bem final lhe atribuindo valor. Mas o tradicionalismo que faz o produtor colher e beneficiar o seu café da mesma forma que era feito por seus antepassados desde os anos 1800 serve apenas para reduzir o potencial de qualidade do seu produto.

Nos protocolos atuais, o café não pode ter contato com a terra, não pode ficar misturado com folhas por muito tempo, não pode “dormir” na lavoura após colhido, não pode secar em terreiro de terra batida, não pode ter contato com animais e seus dejetos, e não pode fermentar. Os métodos antigos de colheita não observam essas questões, portanto, quando o café vai ser beneficiado pelo processo natural, esse já perdeu seus atributos. Então, a maneira moderna e correta de colher e levar para a seca precisa ser incorporada na região, e isso significa quebrar paradigmas culturais.

As gerações mais jovens estão bem mais atentas e dispostas a essas transformações, mas alguns sofrem pressões dos mais velhos para conduzir a atividade nos moldes tradicionais e outros já não estão mais na propriedade. Acompanhando a realidade da agricultura familiar no

Brasil e da população rural brasileira de forma geral, existe a dificuldade da juventude em permanecer e construir sua vida no campo. Na Zona da Mata não é diferente. As pequenas unidades, que vão se tornando cada vez menores devido aos processos de herança e o elevado preço das terras, associado à desvalorização dos produtos rurais, dificultam a preservação de um patrimônio produtivo em longo prazo.

Para além disso, e foram questões muito discutidas nos eventos em que a pesquisadora participou como observadora, nas áreas rurais, as condições para o estudo, para o entretenimento, para a vida social e até mesmo para o trabalho, são difíceis para os jovens. Por outro lado, os pais temem muito pela violência, pelo tráfico de drogas e pela influência que isso pode ter na vida dos jovens. Dessa forma, seja pela iniciativa do jovem ou pela orientação dos pais, é muito comum a saída desses jovens do campo em idade escolar e a partir daí outras trajetórias de vida se constroem fora da vida rural.

c) Busca de aperfeiçoamento nas normas de classificação

Por fim, um empenho em buscar normas alternativas de classificação do café e um olhar atento para as possibilidades de alterações nos parâmetros de classificação do sistema oficial brasileiro, via mobilizações sociais junto ao poder público, poderia alterar para melhor as possibilidades da agricultura familiar e de produtores, de forma geral, a trabalharem com a qualidade.

Os resultados apurados neste trabalho seguiram cuidadosamente as orientações metodológicas das ciências sociais, especificamente o protocolo de estudo de caso, porém não se tornaram totalmente livres de limitações.

Para além das dificuldades trazidas pela pandemia do Corona Vírus vivenciada nos anos de 2020 e 2021, este trabalho de pesquisa encontrou também outras limitações de natureza metodológica. Se por um lado existe um volume de material significativo sobre a cafeicultura, poucos deles são orientados para as questões econômicas e sociais. Além disso, existe pouca informação disponível sobre a região da Zona da Mata de Minas Gerais, principalmente que se relacione a questões socioeconômicas e que seja atual. Na dimensão do levantamento de evidências em campo, muitas informações relativas ao mercado do café são de natureza estratégica, o que torna o acesso muito difícil. Nesta tese, essa característica associada à pandemia impossibilitou conseguir dados e informações sobre as rotas de comércio do café a partir das corretoras, tradings e torrefadoras.

Outra limitação foi quanto ao número e à segmentação dos entrevistados. A pretensão era entrevistar um número maior de informantes estratégicos (líderes de associações e sindicatos, consultores de outras regiões, agentes do comércio), assim como produtores dos diversos tipos de café. Porém, o cenário de pandemia dificultou os contatos e agendamentos, sendo possível trabalhar somente com um número reduzido de informantes estratégicos.

Apesar dos desafios e das limitações, foi possível construir um material contendo importante contribuições para os estudos sobre a cafeicultura e sobre a agricultura familiar da Zona da Mata de Minas Gerais.

Constitui-se de uma descrição atualizada sobre as características socioeconômicas da Zona da Mata e de sua posição com relação às demais mesorregiões do Estado de Minas.

Compõe-se também de uma descrição criteriosa dos processos produtivos, de beneficiamento, de comercialização e de industrialização do café. Explica em detalhes sobre os processos de classificação e sobre as necessidades tecnológicas para a produção do café qualificado.

E de forma geral, a tese contribuiu para lançar luz ao comportamento nacional e global do café padrão comercial, de certa forma ofuscado pela evidência do café qualificado enquanto estratégia produtiva. Propõe pensar que aspectos estratégicos firmemente sustentados pela

teoria podem não ter aderência em certas realidades, chamando a atenção de que são muitas as realidades que podem contextualizar um mesmo fenômeno. Por isso, determinados processos oferecem resultados diferentes em contextos diferentes, o que também justifica a necessidade da atenção da ciência para os estudos de caso.

Esta tese concluiu, para o caso da agricultura familiar da Zona da Mata, que essa agricultura se sustenta e se reproduz socialmente, e que o café padrão comercial é uma âncora importante nesse processo. Portanto, a construção de políticas públicas, as ações de intervenção social e as consultorias precisam levar em consideração esses dois elementos na conformação do seu cenário rural e, de maneira integrada, ao seu cenário urbano.

Outros questionamentos interessantes sugeriram ao longo do desenvolvimento deste trabalho, que poderiam ser convertidos em novas pesquisas. Por exemplo, aprofundar o efeito da normatização do trabalho pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas para o caso da agricultura familiar, quando esta necessita promover suas contratações temporárias. Essa regulamentação entra em confronto direto com a prática tradicional da troca de dias de serviço entre a vizinhança, que antigamente era utilizada como estratégia de reduzir custos de produção e melhorar a qualidade do trabalho.

Outro tema interessante seria analisar a questão da cafeicultura à luz da questão intergeracional e das migrações. Foram discutidas evidências de que são os jovens que se envolvem na qualificação do café, e de que também são os jovens que evadem do campo. Como se desenha o cenário da cafeicultura na Zona da Mata, e como se desenha o cenário da qualificação do café, no contexto da saída dos jovens da região?

Ainda na temática da cafeicultura e suas diferenciações, uma questão relevante seria a pressuposição de uma elitização da produção do café qualificado. Nesse sentido, além de uma pesquisa quantitativa no sentido de determinar custos de entrada e de saída da atividade, caberia também uma análise do ponto de vista da capacidade de promoção do desenvolvimento rural inclusivo, ancorada numa proposição de que investimentos na qualificação do café não são suficientes para promover o aumento da renda da agricultura familiar de uma forma mais geral.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, R. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. Entre Deus e o Diabo. Mercados e interação humana nas ciências sociais. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.16, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 fev. 2019.

AKAKI, P. P. Las transformaciones institucionales en la producción internacional del café. **Revista Latinoamericana de Economía**, México, v. 38, n. 150, julho/septiembre, 2007.

ALMEIDA, F. M.; SILVA, O. M.; BRAGA, M. J. O Comércio Internacional do Café Brasileiro: a influência dos custos de transporte. **RESR**, Piracicaba, São Paulo, v. 49, n.2, p. 323-340, abr/jun. 2011.

ARBEX, M; FONTES, R. Preços futuros do café: uma análise de cointegração entre o preço interno e o preço externo. **Nova Economia**, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 1, n. 8, p. 117-129, jul. 1998.

ARCIPRETE, J. P.; J. G. A. NOGUEIRA. Produção mundial de café. In: NOGUEIRA, J. G. A. **Estratégias para a cafeicultura no Brasil**. São Paulo: Atlas 2015. Cap. 4, p. 77-112.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAFÉ. Consumo de café no Brasil aumenta 4,80% e chega a 21 milhões. Fev. 2019. Disponível em:< <http://abic.com.br/consumo-de-cafe-cresceu-quase-5-no-pais-no-ano-passado-diz-abic/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

AZEVEDO, P. F. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Revista Agric**, São Paulo, SP, v. 47, n.1, p. 33-52, 2000. Disponível em:< http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1085082759_ASP-REFERENCIAL.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BALASSIANO, M. Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais. **Portal FGV**. 02 set. 2020. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BARABACH, G. C. **A eficiente diversificação comercial do café arábica**: uma abordagem a partir da moderna teoria de carteiras. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOAVENTURA, P. S. M et al. Co-criação de valor na cadeia do café especial: o movimento da Terceira Onda do Café. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 254-266, maio/jun. 2018.

BOSA, J. A. **A percepção dos agricultores e mediadores sociais sobre a transição agroecológica do café no Leste de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BOTTREL, R.; ANDRADE, D. As diferentes certificações de café. **Cafépoint**. 08 julh. 2014. Disponível em:< <https://www.cafepoint.com.br/noticias/tecnicas-de-producao/as-diferentes-certificacoes-de-cafe-89921n.aspx> acessado em 15-05-2020.> Acesso em: 16 maio 2020.

BUANAIN, A. M. et al. **O Mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, p. 295 – 315, 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa no. 8, de 11 de junho de 2003. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2003. Seção 1, p. 4-6.

CALDEIRA, L. Blends robustas e arábicas: uma questão de posicionamento. **Café Point**. 30 jun. 2013. Disponível em:< <https://www.cafepoint.com.br/colunas/espaco-aberto/blends-robustas-e-arabicas-uma-questao-de-posicionamento-84878n.aspx>>. Acesso em: 19 maio 2020.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Agricaturas**, v. 3, n. 4, p. 28-32, dez. 2006. Disponível em:< <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-7-Construindo-o-conhecimentoagroecol%C3%B3gico-trajet%C3%B3ria-de-intera%C3%A7%C3%A3o-entre-ONG-Universidade.pdf>>. Acesso em: 30 abril 2019.

CARVALHAES. Escritório Carvalhaes Corretora de Café. **Mercado do café**. Vários períodos. Disponível em: <<http://www.carvalhaes.com.br/>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CARVALHO, E. T. **Fluidez territorial e logística da produção cafeeira no Sul de Minas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013.

CASTRO JUNIOR, L. G. de.; ANDRADE, F. T. Aspectos da gestão e da comercialização das propriedades cafeeiras. In: VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. dos S. (org.). **Caracterização da Cafeicultura de montanhas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010. p. 149-178.

CATUAÍ vermelho. **Consórcio pesquisa café**. 2020. Disponível em: <<http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/2016-05-27-17-05-35/501-catuai-vermelho>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CCCV - Centro do comércio de café de Vitória. Cotação. **Vários períodos**. Disponível em: <www.cccv.org.br/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

CENTRO DE COMÉRCIO DE CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://cccmg.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Disponível em: <<https://ctazm.org.br>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CHARÃO-MARQUES, Flávia. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos:** transições no regime sociotécnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CLUBECAFÉ. **Tipos de café para café gourmet.** Disponível em: <<https://www.clubecafe.net.br/tipos-de-cafe-arabica>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

COASE, R. **A estrutura institucional de produção.** Dez. 1991. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1991/coase/lecture>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

COASE, R. **The nature of the firm.** Nov. 1937. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

COMERFORD, J. C. **Como uma família:** sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

_____. Onde está a comunidade? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. **Ruris**, v.8, n.2, p. 2-29, 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1986>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CONAB. **Custo de produção. Agricultura familiar, café, safra de verão 2018/2019.** Manhuaçu-MG. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/custos-de-producao>>. Acesso em: 05 set. 2019.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da; ELLERY JUNIOR, R. G. de; CONCEIÇÃO, P. H. Z. da; Cadeia agroindustrial do café no Brasil: uma análise do período recente. **Radar** 53, out 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8105/1/Radar_n53_cadeia.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Uma avaliação da agenda de pesquisa da Escola Institucionalista Original. In: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (orgs.). São Paulo: UNESP, 2017. **Economia Institucional:** fundamentos teóricos e históricos. cap.10, p. 352-399.

CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. **Exportações brasileiras de café verde, torrado e moído e solúvel.** 2020. Disponível em: <<https://www.cecafe.com.br/publicacoes/relatorio-de-exportacoes>>. Acesso em 05 ago. 2020.

CORDEIRO, A. T.; SINGULANO FILHO, G.; RIBEIRO, M. de F. Características da propriedade cafeeira, do cafeicultor e do parque cafeeiro. In: VILELA, P. S.; RUFINO, J. L.

dos S. (org.). **Caracterização da cafeicultura de montanhas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010, p. 33-98.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CROTTY, M. **The foundations of social research**: meaning and perspective in the research process. London: SAGE Publication, 2015.

DAVIRON, B.; PONTE, S. **The Coffee Paradox Global markets, commodity trade and the elusive promise of development**. London/New York: Zeed Books, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS. **Análise da Cesta Básica**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202008.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DURÁN, C. A. A. et al. Café: aspectos gerais e seu aproveitamento para além da bebida. **Rev. Virtual Quim.** Set 2017. Disponível em: <<http://rvq.sbq.org.br>>. Acesso em: 18 maio 2020.

EMATER. **Relatório Sintético – safra agrícola. Cafeicultura 2019**. Escritório regional da Emater – Muriaé- MG. Nota de rodapé. Disponível em: <<https://www.emater.mg.gov.br/portal.do>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

EMPRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cafés certificados do Brasil conquistam mercado interno e externo**. 26 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2293393/cafes-certificados-do-brasil-conquistam-mercado-interno-e-externo>>. Acesso em: 15 maio 2020.

EUROMONITOR. **Tendências do mercado de cafés em 2017**. Euromonitor Consulting Ltda, 2017. Disponível em: <http://consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/consumo/tendencias_do_mercado_cafe_2017.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

FARIAS, T. A. Mercado futuro de café: um estudo de caso. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, Mato Grosso, v. 13, n. 26, p. 138 – 156, 2011.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010.

FONTES, R. E.; CASTRO JÚNIOR, L. G.; AZEVEDO, A. F. Estratégia de comercialização em mercados derivativos – descobrimento de base e risco de base da cafeicultura em diversas localidades de Minas Gerais e São Paulo. **Cienc. Agrotec**, Lavras, v. 29, n. 2, p. 382-389, mar./abr., 2005.

FUTURO está na produção em escala e nos cafés especiais. **Revista Visão Agrícola**. Esalq/USP. Campinas, n. 12, jan-jun. Disponível em: <<https://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/va12-reportagem.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**. Feb. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/200465546_The_Governance_of_Global_Value_Chain>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRABS, J.; PONTE, S. The evolution of power in the global coffee value chain na production network. **Journal of Economic Geografic**. 2019. p. 1-26. Disponível em: <<https://academic.oup.com/joeg/advance-article-abstract/doi/10.1093/jeg/lbz008/5491485>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50.

GUARNIERE, L. C. Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeicultura. 1979. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2017.

HEMERLY, F. X. **Cadeia produtiva do café no estado de São Paulo**: possibilidades e melhorias de sua competitividade no segmento agrícola. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2000.

HODGSON, G. M. A abordagem da Economia Institucional. In: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (orgs.). São Paulo: UNESP, 2017. **Economia Institucional**: fundamentos teóricos e históricos. Cap. 9, p. 294-349.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 3 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. **Censo demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. **IBGE cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados estatísticos**. 2020. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818&module=M>>. Acesso em: 10 set. 2020.

IMA, Instituto Mineiro de Agropecuária. Disponível em :<<http://www.ima.mg.gov.br/>>. Acesso em: 05 maio 2018.

IPNI, Instituto Nacional e Propriedade Intelectual. **Lista das indicações geográficas: indicações de procedência reconhecidas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At29Dez2020.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

_____. **Lista das indicações geográficas: denominações de origem**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASDENOMINAESDEORIGEMRECONHECIDAS.At02Fev2021.pdf>>. Acesso em: 13 fev.2021.

INSTITUTO TOTUM. **Associação 4C**. Disponível em: <<https://www.institutototum.com.br/index.php/selo/41-associacao-4c>>. Acesso em: 16 maio 2020.

IPEADATA. **Inflação – IPCA**. Vários períodos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 02 fev.2020.

KALAKI, R. B.; NOGUEIRA, J. G. A. Estrutura do setor de cafés no Brasil. In: NOGUEIRA, J. G. A.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Estratégias para a cafeicultura no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 1-28.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Cultural, 1980.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIMA, P. C. *et al.* Sistemas de produção agroecológicos e orgânicos dos cafeicultores familiares da Zona da Mata mineira. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26, p. 9-16, 2005. Edição especial.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**. Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MARQUES, R. Os trilhos da nova Sociologia Econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (Orgs.). **A Nova Sociologia Econômica**. Oeiras: Celta, 2003. p. 1 – 68.

MATIELLO, J. B. A bienalidade do cafeeiro pode ocorrer até mesmo dentro da planta. **Café Point**, São Paulo, 21 jun. 2017. Disponível em:

<<https://www.cafepoint.com.br/noticias/tecnicas-de-producao/a-bienalidade-do-cafeeiro-pode-ocorrer-ate-mesmo-dentro-da-planta-veja-105859n.aspx>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MATIELLO, J. B. **O café**. Do cultivo ao consumo. São Paulo: Globo, 1991.

MESQUITA, C. M. de. et al. **Manual do café**: colheita e preparo (Coffea arábica L.) Belo Horizonte: Emater, 2016. Disponível em: <www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/livro_colheita_preparo.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

MINAYO, M. C. de S.; Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. et al. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap.1, p. 9-30.

MOLDVAER, A. **O livro do café**. São Paulo: Publifolha, 2015.

MONTEIRO, H. Cultura do café pelo mundo. **Blog Clube do Café**. São Paulo, 2 abr.2019. Disponível em: <<http://blog.clubecafe.net.br/cultura-cafe-pelo-mundo>>. Acesso em: 09 set. 2020.

NAGAI, D. K. **O processo de inovações para a criação de valor em denominação de origem em café no Cerrado Mineiro**. 2016. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Tupã, São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, R.C. **Os cafés especiais no Cerrado Mineiro**: o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no município de Patrocínio, MG, 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2014.

NESPRESSO. Descubra como a relação única entre a **Nespresso** e a Rainforest Alliance lhe oferece café de qualidade que ajuda a melhorar as fontes de rendimento de produtores de café e o meio ambiente. 2020. Disponível em: <<https://www.nespresso.com/pro/pt/pt/pages/our-choices/sustainable-coffee-quality/the-secret-to-sustainable-and-quality-coffee>>. Acesso em: 15 maio 2020.

NEVES, M. F.; CALEMAN, S. M. de Q. Metodologia para análise dos sistemas agroindústrias. In: ZYLBERSZTAJN, D., NEVES, M. F.; CALEMAN, S. M. de Q. (orgs.). **Gestão de sistemas de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 44-70.

NISHIJIMA, M.; SAES, M. S. M.; POSTALI, A. S. Análise de concorrência no mercado mundial de café verde. **RESR**, Piracicaba, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 69 – 82, jan./mar. 2012.

NOGUEIRA, J. G. O Comportamento do consumidor de café. In: NOGUEIRA, J. G. A. **Estratégias para a cafeicultura no Brasil**. São Paulo: Atlas 2015. Cap.5, p. 113-132.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA NETO, A. A. (Org.) Compêndio de estudos da Conab. V 12. Brasília: Conab, 2017. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. de 2018.

OLIVEIRA, L. H. SIG para a gestão de custos por qualidade: estudo de caso em uma cooperativa de café. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v.1, n.3, p. 97-119, set./dez. 1997. Disponível em: <<http://rac.anpad.org.br/index.php/rac>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **Tabelas de estatísticas comerciais**. Londres. Disponível em: <http://www.ico.org/new_historical.asp> . Acesso em: 07 abr. 2020

PEREIRA, M. E. B. G. et al. Coordenação na agricultura familiar e o desenvolvimento territorial; o caso das indicações geográficas para o café. **Política e Sociedade**, Florianópolis, Santa Catarina, v.15, edição especial, p. 131 – 178, 2016.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. Van der. **O modo de produção camponês revisitado**. In: CHNEIDER, S. (org) A diversidade da agricultura familiar. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

REVISTA CAFEICULTURA. Dados sobre a produção e consumo de café no Brasil. Rio Paranaíba, 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://revistacafeicultura.com.br>>. Acesso em: 14 set. 2020.

RIBEIRO, K. C. S.; SOUZA, A. F.; ROGERS, P. Preço do café no Brasil: variáveis preditivas no mercado à vista e futuro. **Revista de Gestão**, São Paulo, São Paulo, v. 13, n.1, p.11-30, jan/mar. 2006.

ROLLO, M. A. P. **As novas dinâmicas do território brasileiro no período técnico-científico-informacional**: o circuito espacial de produção do café e o respectivo circuito de cooperação no Sul de Minas. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2009.

RUFINO, J. L. dos S.; SILVEIRA, V. de S.; RIBEIRO JUNIOR, A. C. Introdução e metodologia de estudo. In: VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. dos S. (org.). **Caracterização da cafeicultura de montanhas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010. p. 7-32.

SACCO DOS ANJOS, F.; BELIK, W. La caficultura em Brasil. Evolución, situación actual y nuevos retos cara al futuro. **Mundo Agrário**, Buenos Aires, Argentina, v.12, n. 23, segundo semestre, 2011.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, maio/ago. 2009.

SAES, M. S. M.; SILVEIRA, R. L. F. Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras: tendências recentes. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 22, n. 2, p. 386-407, out. 2014.

SAES, M. S., FARINA, E. M. M. **O agribusiness do café no Brasil**. São Paulo: USP, 1999.

SANDRONI, P (org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Círculo do Livro e Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, F. L.; NANTES, J. F. D. Coordenação no mercado do café brasileiro: o desserviço da classificação por defeitos. **Gest. Prod.** São Carlos, v. 21, n. 3, p. 586-599, 2014.

SCHMITT, C. J. (Coord.) **Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2016.

SCHNEIDER, S. Sistema agroalimentar e protagonismo da Agricultura Familiar. **Webnar Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva**. 25 maio 2020. Disponível em:<meet.google.com/hgg-mxfg-bzr>. Acesso em: 25 maio 2020.

SCOTT, W. R. **Institutions and Organizations: Ideas and Interests**. 3 ed. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore: SAGE Publications, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Minas Gerais. Café, 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br>>. Acesso em: 01 de jun. de 2018.

SELTING THE STANDARD FOR SUSTAINABILITY. **Práticas de café da Starbucks**. Garantir um abastecimento ético para o café. 2020. Disponível em: <<https://www.scsglobalservices.com/services/starbucks-cafe-practices>>. Acesso em: 15 maio 2020>.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Café: classificação e degustação**. Brasília: SENAR, 2017.

SIGULANO, M. Um mercado controlado por intermediários: padrões de qualidade e formas de coordenação das transações em uma região produtora de café em Minas Gerais. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.15, n.33, p. 14-45, maio/ago. 2016.

SILVA, L. C.; MORELI, A. P.; JOAQUIM, T. N. M. Café: beneficiamento e industrialização. In: MARCOLAN, A. L.; ESPÍNDOLA, M. C. (ed). **Café na Amazônia**. Brasília: Embrapa, 2015. Cap 17. p. 385 – 400.

SILVA, M. G.; SANTOS, M. L. A prática educativa dos movimentos sociais na construção da agroecologia. **Educação em perspectiva**, Viçosa, v.7, n. 2, p. 263-282, jul. /dez. 2016.

SILVEIRA, R. L. F.; CRUZ JUNIOR, J. C. C.; SAES, M. S. M. Uma análise da gestão do risco por parte dos produtores de café arábica no Brasil. **RESR**, Piracicaba, São Paulo, v. 50, n.3, p. 397-410, jul. /set. 2012.

SIMÕES, D.; MILAN, P.; NOGUEIRA, J. G. A. Análises do comércio mundial de café. In: NOGUEIRA, J. G. A. **Estratégias para a cafeicultura no Brasil**. São Paulo: Atlas 2015. Cap.5, p. 113-132.

SIMÕES, J. C.; PELEGRINI, D. F. **Diagnóstico da cafeicultura mineira – regiões tradicionais**: Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010.

SINDICAFÉ – MG. Sindicato da Indústria do Café do Estado de Minas Gerais. **Tipos de café**. 2020. Disponível em: < <http://sindicafe-mg.com.br/tipos-de-cafe>>. Acesso em: 06 maio 2020.

SOUZA, M. C. **Cafés sustentáveis e denominação de origem**: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários. 2006. Tese (Doutorado em Ciência ambiental) – Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2006.

SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION. Protocolo para análise sensorial de café. **Metologia SCAA**. Dezembro de 2008. Disponível em: <<https://sca.coffee/?page=main>>._ Acesso em: 14 maio 2020.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. **Principles of economic sociology**. New Jersey: Princeton, 2003.

TAVARES, E. L. **A questão do café commodity e sua precificação**: o “C Market” e a classificação, remuneração e qualidade do café. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, São Paulo, 2002.

TOLEDO, L. A.; SHIAISHI, G. DE F. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo de estudo de caso. **Revista da FAE**. Curitiba: v. 12, n.1, p.103-119, jan/jun. 2009.

VEGRO, C. Ciclos econômicos mundiais e a inelasticidade do consumo de café. **Revista Attalea Agronegócio**. 18 dez. 2019. Disponível em: <<https://revistadeagronegocios.com.br/celso-vegro-ciclos-economicos-mundiais-e-a-inelasticidade-do-consumo-de-cafe/>>. Acesso em: 05 maio 2020.

VEGRO, C. L. R.; MARTIN, N. B. MORICOCCHI, L. Planos de revitalização da cafeicultura: uma análise dos programas estaduais. **Informações Econômicas**. São Paulo: v. 25, n.4, abr. 1995. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1995/tec2-0495.pdf>>. Acesso em: 10 de set. 2020.

VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. dos S. (org.). **Caracterização da cafeicultura de montanhas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010.

VITTORETTO, B. N. **As fronteiras do café na Zona da Mata mineira (1870-1940)**. Tese (Doutorado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WAQUIL, P. D. Prefácio. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**. Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WILKINSON, J. Global values chains and networks in dialogue with consumption and social movements. **Int. J. Technological, Innovation and Development**, v.1, n. 4, 2008b. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/ids/ijtlid/v1y2008i4p536-550.html>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008a.

WILLIAMSON, O. E. Why law, economics, and organization? **Annu. Rev.LawSoc**, p 369-396, 2005. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.lawsocsci.1.031805.111122>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZYLBERSZTAJN, D. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: BUANAIN, A. M. et al. **O Mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 267- 294. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E. M. M. Q. Strictly Coordinated Food-Systems: Exploring the Limits of the Coasian Firm. **International Food and Agribusiness Management Review** V. 2, n. 2, fev.1999. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/23940987_Strictly_coordinated_food-systems_Exploring_the_limits_of_the_Coasian_firm>. Acesso em: 5 ago. 2020.

ANEXOS

- A.** Instrução normativa.
- B.** Termo de consentimento livre e esclarecido e roteiro orientador para a pesquisa de campo com os atores da cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais.
- C.** Pesquisa junto a instituições da comercialização do café.
- D.** Solicitação de informações via e-mail.
- E.** Quadro da “descrição resumida das etapas do método PENSA” na íntegra, conforme descrito por Neves e Coleman (2015).
- F.** Planilha de avaliação e precificação do café de um produtor.

ANEXO A - INSTRUÇÃO NORMATIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 11 DE JUNHO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto no 4.629, de 21 de março de 2003, na Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, no Decreto no 3.664, de 17 de novembro de 2000, e o que consta do Processo no 21000.006212/2002-41, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade para a Classificação do Café Beneficiado Grão Cru, em anexo.

Art. 2º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução desta Instrução Normativa serão resolvidos pela Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo deste Ministério.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Art.

4º Fica revogada a Instrução Normativa no 048, de 16 de agosto de 2002.

ROBERTO RODRIGUES

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E DE QUALIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO DO CAFÉ BENEFICIADO GRÃO CRU

1. Objetivo: o presente Regulamento tem por objetivo definir as características de identidade e de qualidade para a classificação do Café Beneficiado Grão Cru.
2. Definição do Produto: entende-se por *Café Beneficiado Grão Cru* o endosperma do fruto de diversas espécies do gênero *Coffea*, principalmente *Coffea arabica* e *Coffea canephora* (robusta ou conillon).
3. Conceitos: para efeito deste Regulamento, considera-se.
 - 3.1. Umidade: percentual de água encontrado na amostra do produto, a qual deverá se apresentar isenta de matérias estranhas e impurezas.
 - 3.2. Matéria estranha: detritos vegetais não oriundos do produto, grãos ou sementes de outras espécies e corpos estranhos de qualquer natureza, tais como pedras ou torrões.
 - 3.2.1. Pedra ou torrão: qualquer pedra ou torrão, de diferentes tamanhos, oriundos da varrição ou de fragmentos do piso do terreiro.
 - 3.3. Impureza: casca, pau e outros detritos provenientes do próprio produto.
 - 3.3.1. Casca: fragmento de casca seca do fruto do cafeeiro, de diversos tamanhos, provenientes da má regulagem da máquina de benefício;
 - 3.3.2. Pau: fragmento do ramo de cafeeiro.
 - 3.4. Grão preto: grão ou pedaço de grão de coloração preta opaca.
 - 3.5. Grão ardido: grão ou pedaço de grão que apresenta a coloração marrom, em diversos tons, devido à ação de processos fermentativos.
 - 3.6. Grão preto-verde: grão preto que se apresenta brilhante devido à aderência da película prateada.
 - 3.7. Grão verde: grão imaturo, com película prateada aderida, com sulco ventral fechado e de coloração verde em tons diversos.
 - 3.8. Marinheiro: grão que, no benefício, o pergaminho não foi total ou foi parcialmente retirado.
 - 3.9. Quebrado: pedaço de grão, de forma ou tamanho variável.
 - 3.10. Concha: grão em forma de concha, resultante da separação de grãos imbricados oriundos da fecundação de dois óvulos em uma única loja do ovário.
 - 3.11. Coco: grão que não teve a casca retirada no beneficiamento.
 - 3.12. Miolo de concha: grão plano e pouco espesso, resultante da separação de grãos imbricados oriundos da fecundação de dois óvulos em uma única loja do ovário.
 - 3.13. Grão mal granado: grão com formação incompleta apresentando-se com pouca massa e, às vezes, com a superfície enrugada.
 - 3.14. Grão esmagado: grão que se apresenta com a forma alterada devido ao esmagamento.
 - 3.15. Grão brocado: grão danificado pela broca do café, apresentando um ou mais orifícios limpos ou sujos, podendo ser:

3.15.1. Brocado sujo: grão ou pedaço de grão danificado pela broca do café que se apresenta com partes pretas ou azuladas;

3.15.2. Brocado rendado: grão ou pedaço de grão danificado pela broca do café que se apresenta com três ou mais furos e sem partes pretas;

3.15.3. Brocado limpo: grão ou pedaço de grão danificado pela broca do café que se apresenta com até três furos e sem partes pretas.

3.16. Grão triângulo: grão de formato triangular por ter se desenvolvido no fruto três ou mais sementes.

3.17. Grão grinder: grão quebrado que vazar nas peneiras inferiores à peneira 14 (14/64”), com pelo menos 2/3 de grãos inteiros.

3.18. Café cabeça: grão composto por dois grãos imbricados, oriundos da fecundação de dois óvulos em uma única loja do ovário. Não será considerado defeito, a menos que se separe, dando origem à concha e ao miolo de concha.

3.19. Café melado (pelculado): grão perfeito, tendo, entretanto, a película do espermoderma aderida devido a fatores climáticos e coloração marrom, ligeiramente avermelhada.

3.20. Grão pálido: grão que se apresenta com coloração amarelada, destoando na amostra, após a mesma ter sido submetida à “Torração Americana”.

4. Classificação: o Café Beneficiado Grão Cru será classificado em CATEGORIA, SUBCATEGORIA, GRUPO, SUBGRUPO, CLASSE e TIPO, segundo a espécie, formato do grão e a granulometria, o aroma e o sabor, a bebida, a cor e a qualidade, respectivamente.

4.1. Categoria: de acordo com a espécie a que pertença, o Café Beneficiado Grão Cru será classificado em 2 (duas) categorias:

4.1.1. Categoria 1: café proveniente da espécie *Coffea arabica*;

4.1.2. Categoria II: café proveniente da espécie *Coffea canephora*.

4.2. Subcategoria: o Café Beneficiado Grão Cru, segundo o formato do grão e a sua granulometria, será enquadrado em 2 (duas) subcategorias:

4.2.1. Chato: constituída de grãos com superfície dorsal convexa e a ventral plana ou ligeiramente côncava, com a ranhura central no sentido longitudinal.

4.2.1.1. O Café Beneficiado Grão Cru da Subcategoria Chato, de acordo com o tamanho dos grãos e a dimensão dos crivos circulares das peneiras que os retêm, será classificado em:

4.2.1.1.1. Chato graúdo: peneiras 19/18 e 17;

4.2.1.1.2. Chato médio: peneiras 16 e 15;

4.2.1.1.3. Chato miúdo: peneira 14 e menores.

4.2.2. Moca: constituída de grãos com formato ovóide, também com ranhura central no sentido longitudinal.

4.2.2.1. O Café Beneficiado Grão Cru da Subcategoria Moca, de acordo com o tamanho dos grãos e a dimensão dos crivos oblongos das peneiras que os retêm, será classificado em:

4.2.2.1.1. Moca graúdo: peneiras 13/12 e 11;

4.2.2.1.2. Moca médio: peneira 10;

4.2.2.1.3. Moca miúdo (moquinha): peneira 9 e menores.

4.2.3. Quando o Café Beneficiado Grão Cru não for submetido à separação em peneiras, ou quando submetido se enquadre em quatro ou mais peneiras, será considerado BICA CORRIDA (B/C).

4.2.4. Na classificação por peneiras, o vazamento máximo admissível para cada peneira será de 10%, sendo que vazamento superior a esse valor caracterizará a ocorrência de outra peneira, abaixo da que o originou, no lote em análise.

4.3. Grupo: o Café Beneficiado Grão Cru, de acordo com o aroma e o sabor, será classificado em 2 (dois) grupos. O sabor e o aroma serão definidos por meio da prova de xícara.

4.3.1. GRUPO I - Arábica.

4.3.2. GRUPO II - Robusta.

4.4. Subgrupo: o Café Beneficiado Grão Cru, de acordo com a bebida e com o grupo a que pertença, será classificado em 07 (sete) Subgrupos do Grupo I e 4 (quatro) Subgrupos II, assim discriminados:

4.4.1. Bebidas Finas do Grupo I - Arábica.

4.4.1.1. Estritamente mole: café que apresenta, em conjunto, todos os requisitos de aroma e sabor “mole”, porém mais acentuado;

- 4.4.1.2. Mole: café que apresenta aroma e sabor agradável, brando e adocicado;
- 4.4.1.3. Apenas mole: café que apresenta sabor levemente doce e suave, mas sem adstringência ou aspereza de paladar;
- 4.4.1.4. Duro: café que apresenta sabor acre, adstringente e áspero, porém não apresenta paladares estranhos.
- 4.4.2. Bebidas Fenicadas do Grupo I - Arábica.
 - 4.4.2.1. Riado: café que apresenta leve sabor, típico de iodofórmio;
- 4.4.2.2. Rio: café que apresenta sabor típico e acentuado de iodofórmio;
- 4.4.2.3. Rio Zona: café que apresenta aroma e sabor muito acentuado, assemelhado ao iodofórmio ou ao ácido fênico, sendo repugnante ao paladar.
- 4.4.3. Bebidas do Grupo II - Robusta.
 - 4.4.3.1. Excelente: café que apresenta sabor neutro e acidez mediana;
 - 4.4.3.2. Boa: café que apresenta sabor neutro e ligeira acidez;
 - 4.4.3.3. Regular: café que apresenta sabor típico de robusta sem acidez;
 - 4.4.3.4. Anormal: café que apresenta sabor não característico ao produto.
- 4.5. Classe: o Café Beneficiado Grão Cru, de acordo com a coloração do grão, será classificado em 8 (oito) classes:
 - 4.5.1. Verde Azulado e Verde Cana: cores características do café despolpado ou degomado;
 - 4.5.2. Verde: café que apresenta grão de coloração verde e suas nuances;
 - 4.5.3. Amarelada: café que apresenta grão de coloração amarelada, indicando sinais de envelhecimento do produto;
 - 4.5.4. Amarela;
 - 4.5.5. Marrom;
 - 4.5.6. Chumbado;
 - 4.5.7. Esbranquiçada;
 - 4.5.8. Discrepante: mistura de cores oriundas de ligas de safras ou cores diferentes.
- 4.6. Tipo: o Café Beneficiado Grão Cru, de acordo com o percentual de defeitos e matérias estranhas e impurezas, será classificado conforme o estabelecido nas Tabelas 1, 2 e 3 deste Regulamento.
- 5. Umidade
 - 5.1. Independente de sua classificação, os teores de umidade do Café Beneficiado Grão Cru não poderão exceder os limites máximos de tolerância de 12,5% (doze e meio por cento).
- 6. Matérias estranhas e impurezas
 - 6.1. O percentual máximo de matérias estranhas e impurezas permitido no Café Beneficiado Grão Cru será de 1% (um por cento). Excedendo esse valor, o produto será desclassificado temporariamente, sendo impedida a sua comercialização até o rebeneficiamento para enquadramento em tipo.
- 7. Fora de Tipo: será classificado como Fora de Tipo o Café Beneficiado Grão Cru que apresentar:
 - 7.1. Os percentuais de ocorrência de defeitos excedendo aos limites máximos de tolerância estabelecidos nas tabelas deste Regulamento;
 - 7.2. Mais de 50 grãos pretos ou mais de 100 grãos ardidos ou mais de 100 grãos preto verde;
 - 7.3. Mais de 300 defeitos, excetuando-se os grãos quebrados, mal granados, conchas, miolos de concha e os brocados limpos;
 - 7.4. O produto classificado como Fora de Tipo não poderá ser comercializado e internalizado como tal, devendo ser:
 - 7.4.1. Rebeneficiado, desdobrado e recomposto, para efeito de enquadramento em Tipo;
 - 7.4.2. Reensacado e remarcado, para efeito de atendimento às exigências deste Regulamento.
- 8. Desclassificado
 - 8.1. Será Desclassificado temporariamente e proibida a sua comercialização, até o rebeneficiamento, o Café Beneficiado Grão Cru que apresentar mais de 1% (um por cento) de matérias estranhas e impurezas.
 - 8.2. Será Desclassificado temporariamente, e proibida a sua comercialização e internalização, até o expurgo, o Café Beneficiado Grão Cru que apresentar insetos vivos.

8.3. Será Desclassificado o Café Beneficiado Grão Cru que apresentar uma ou mais das características indicadas abaixo, sendo proibida a sua comercialização e internalização para consumo humano e animal:

8.3.1. Aspecto generalizado de mofo;

8.3.2. Mau estado de conservação;

8.3.3. Odor estranho de qualquer natureza, impróprio ao produto.

8.3.4. Resíduos de produtos fitossanitários, teor de micotoxinas e outros contaminantes ou substâncias nocivas à saúde acima do limite estabelecido por legislação específica vigente;

8.3.5. Presença de sementes tóxicas.

8.3.6. Somente será permitida a utilização do produto desclassificado, para outros fins, após ouvido o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

8.3.7. O Serviço de Classificação deverá comunicar imediatamente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a ocorrência de produto desclassificado, para as providências cabíveis junto ao setor técnico competente.

8.3.8. Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a decisão quanto ao destino do produto desclassificado, podendo para isso articular-se, quando couber, com outros órgãos oficiais.

8.3.9. No caso específico da permissão ou autorização de utilização do produto desclassificado para outros fins, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverá estabelecer ainda todos os procedimentos necessários ao acompanhamento do produto até a sua completa desnaturação, cabendo ao proprietário do produto ou ao seu preposto, além de arcar com os custos pertinentes a operação, ser o seu fiel depositário e responsável pela inviolabilidade e indivisibilidade do lote em todas as fases de manipulação, imputando-lhe as ações civis e penais cabíveis, em caso de irregularidades ou de uso não autorizado do produto nestas condições.

9. Embalagem

9.1. As embalagens utilizadas no acondicionamento do Café Beneficiado Grão Cru poderão ser de material natural, sintético ou outro material apropriado.

9.2. Dentro de um mesmo lote será obrigatório que todas as embalagens sejam do mesmo material e tenham idêntica capacidade de acondicionamento.

9.3. As especificações quanto à confecção e à capacidade das embalagens devem estar de acordo com legislação específica vigente.

10. Marcação ou rotulagem

10.1. Não será exigida nenhuma marcação ou rotulagem relativa à sua classificação, entretanto, deverá o produto estar acompanhado do seu respectivo Certificado de Classificação.

11. Amostragem

11.1. Previamente à amostragem, deverão ser observadas as condições gerais do lote do produto e, em caso de verificação de qualquer anormalidade, tais como: presença de insetos vivos ou a existência de quaisquer das características de desclassificação (odor estranho, mau estado de conservação, aspecto generalizado de mofo, entre outras), adotar os procedimentos específicos previstos neste Regulamento.

11.2. A amostragem deverá ser realizada por furação ou calagem, sendo os sacos tomados inteiramente ao acaso, em no mínimo de 10% do lote, mas sempre representando a expressão média do lote numa quantidade mínima de 30g (trinta gramas) de cada saco.

11.3. As amostras assim extraídas serão homogeneizadas, reduzidas e acondicionadas em no mínimo 3 (três) vias, com peso de no mínimo 1kg (um quilograma) cada, devidamente identificadas, lacradas e autenticadas.

11.4. Será entregue 01 (uma) via para o interessado, 02 (duas) ficarão com a pessoa jurídica responsável pela classificação e o restante da amostra será obrigatoriamente recolocado no lote ou devolvido ao detentor do produto.

11.5. A amostra para efeito de classificação (amostra de trabalho) será de 300g (trezentos gramas), obtida após homogeneização e quarteamento de uma das duas amostras destinadas a pessoa jurídica responsável pela classificação, ficando a outra como contraprova.

12. Roteiro de Classificação

12.1. Verificar primeiramente, de forma cuidadosa, se na amostra há presença de insetos vivos e se o Café Beneficiado Grão Cru apresenta uma ou mais características desclassificantes. Caso

se constatare alguma situação, o classificador deverá tomar as providências contidas no item 8.2 e 8.3 deste Regulamento.

12.2. Se o produto estiver em condições de ser classificado, deve-se homogeneizar a amostra destinada à classificação, reduzi-la pelo processo de quarteamento até a obtenção da amostra de trabalho, ou seja: 300g (trezentos gramas) pesada em balança digital previamente aferida.

12.3. Verificar o aspecto do produto, identificar a característica de seca e a classe do produto, anotando o resultado no laudo.

12.3.1. A informação da característica de preparo deverá ser prestada pelo interessado e anotada no laudo.

12.4. Efetuar a separação das matérias estranhas e impurezas presentes na amostra. Pesá-las, anotando no laudo o peso e o percentual encontrado. Constatando-se um percentual superior ao estabelecido no item 6.1, desclassificar temporariamente o produto.

12.5. Do restante da amostra destinada à classificação, deve-se obter, ainda pelo processo de quarteamento, 01 (uma) subamostra destinada à determinação da umidade, da qual se retirará, quando houver, as matérias estranhas e impurezas. O peso da subamostra deverá estar de acordo com as recomendações do fabricante do equipamento utilizado para verificação da umidade. Uma vez verificada a umidade, deve-se anotar o valor encontrado no laudo.

12.6. De posse da amostra de trabalho, isenta de matérias estranhas e impurezas, separar os defeitos, observando os seguintes aspectos:

12.6.1. Quando for verificada a incidência de dois ou mais defeitos em um mesmo grão, prevalecerá o de maior gravidade, de acordo com a seguinte escala decrescente: preto; ardido; preto verde; concha; mal granado; verde; quebrado.

12.7. Anotar no laudo os defeitos encontrados na amostra.

12.8. Agrupar os defeitos observando aqueles que apresentam a mesma equivalência estabelecida nas tabelas deste Regulamento.

12.9. Nas matérias estranhas e impurezas, separar as cascas, os paus, as pedras e os torrões, efetuar a contagem, anotar no laudo e estabelecer a equivalência de defeitos de acordo com as tabelas deste Regulamento.

12.10. Efetuar a soma dos defeitos e enquadrar o produto em tipo de acordo com os parâmetros estabelecidos nas Tabelas deste Regulamento, anotando o resultado no laudo.

12.11. Determinar a Categoria do Café Beneficiado Grão Cru, de acordo com a espécie a que pertence o Produto, e anotar no seu respectivo campo no laudo.

12.12. Determinação da Subcategoria: para a determinação da Subcategoria do produto, deverá adotar o seguinte procedimento:

12.12.1. Quartear novamente a amostra de trabalho obtida após a separação dos defeitos e das matérias estranhas e impurezas, reduzindo-a a exatamente 100g;

12.12.2. Passar o produto pela série de peneiras, dispostas na seguinte ordem:

- Peneira 19 = chato
- Peneira 13 = moca
- Peneira 18 = chato
- Peneira 12 = moca
- Peneira 17 = chato
- Peneira 11 = moca
- Peneira 16 = chato
- Peneira 10 = moca
- Peneira 15 = chato
- Peneira 9 = moca
- Peneira 14 = chato
- Peneira 13 = chato
- Peneira 8 = moca
- Peneira 10 = chato
- Fundo plano

12.12.3. Pesar as quantidades retidas em cada peneira e anotar no laudo;

12.12.4. Na determinação da Subcategoria, o peso encontrado é igual ao percentual.

12.13. Determinação do Grupo e Subgrupo: a determinação do grupo e do subgrupo do Café Beneficiado Grão Cru será realizada mediante a “Prova de Xícara”, adotando-se os seguintes procedimentos:

12.13.1. Higienização do moinho e dos demais utensílios (xícaras, chaleiras, colheres, etc.);

12.13.2. Passar pelo moinho regulado para a moagem grossa uma pequena quantidade do café torrado a ser submetido à prova de xícara, descartando o produto moído, a fim de eliminar possíveis contaminações de produtos testados anteriormente;

12.13.3. Retirar da amostra de café torrado, porções de aproximadamente 8 a 10 gramas e colocá-las no moinho, posicionando cada xícara no orifício de saída do produto moído. Repetir esta operação 7 (sete) vezes, visto que deverão ser provadas 7 (sete) xícaras;

12.13.4. Dispor as xícaras em uma mesa de prova circular e giratória, agrupadas por lote de produto a ser testado;

12.13.5. Escaldar o pó, utilizando água mineral ou natural filtrada, não submetida a tratamentos químicos, vertendo-a cuidadosamente sobre o produto, logo após a primeira fervura;

12.13.6. Mexer a infusão com a colher de prova, devendo o provador cheirá-la para obter um julgamento preliminar dos vapores desprendidos e retirando-se a espuma sobrenadante;

12.13.7. Por meio dos aromas desprendidos, o classificador deve estabelecer um juízo prévio da qualidade da bebida de cada amostra, separando as bebidas de características mais favoráveis, que deverão ser degustadas primeiro, daquelas de características menos favoráveis, que deverão ser degustadas posteriormente;

12.13.8. Ao passar de uma amostra para outra, em todas as amostras, a colher de prova deve ser lavada, em xícaras colocadas no braço fixo anexo à mesa giratória;

12.13.9. Aguardar a decantação do pó e em seguida retirar com a colher de prova a espuma e os resíduos que ficarem na borda da xícara;

12.13.10. Aguardar o resfriamento da mistura, ficando a critério do provador a determinação da temperatura adequada à execução do teste;

12.13.11. Iniciar a prova mergulhando a colher suavemente na xícara, de forma que a infusão entre na mesma. Levar à boca, succionando fortemente, fazendo com que um pouco da bebida aspergida vá ao encontro da língua e ao palatino, conservando-a na boca apenas o tempo suficiente para sentir o sabor e os aromas, expelindo-a depois na cuspideira;

12.13.12. Anotar no laudo a qualidade de bebida apresentada pela amostra, enquadrando o produto em Grupo e Subgrupo;

12.13.13. Caso tenha sido solicitado pelo interessado na análise do teor de cafeína, deverá constar do laudo o resultado obtido em laboratório credenciado, mencionando o nome e o número do registro no conselho de classe do profissional autor do laudo laboratorial, devendo uma cópia de tal documento ser arquivada, junto ao laudo de classificação;

12.13.14. Fazer constar do laudo de classificação os motivos que levaram o produto a ser considerado como Fora de Tipo ou Desclassificado;

12.13.15. Revisar, datar, carimbar e assinar o laudo de classificação devendo constar obrigatoriamente do carimbo, do nome do classificador e do número do registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

13. Certificado de Classificação

13.1. O Certificado de Classificação será emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou pelas pessoas jurídicas devidamente credenciadas pelo mesmo, de acordo com a legislação vigente.

13.2. O Certificado de Classificação é o documento hábil para comprovar a realização da classificação, correspondendo a um determinado lote do produto classificado.

13.3. O Certificado somente será considerado válido quando possuir a identificação do classificador (carimbo e assinatura), pessoa física devidamente registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

13.4. O prazo para contestação do resultado da classificação por meio de solicitação de arbitragem será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do momento da emissão do Certificado de Classificação.

13.5. No Certificado de Classificação, deverão constar, além das informações estabelecidas nesse Regulamento, as seguintes indicações:

13.5.1. A discriminação dos resultados de cada análise efetuada e dos percentuais encontrados, para cada determinação de qualidade do produto, bem como as informações conclusivas (enquadramento em Categoria, Subcategoria, Grupo, Subgrupo, Classe e Tipo) que serão transcritas do seu respectivo laudo de classificação;

13.5.2. Os motivos que determinaram a classificação do produto como Fora de Tipo;

13.5.3. Os motivos que determinaram a desclassificação do produto.

14. Fraude

14.1. Considerar-se-á fraude toda a alteração dolosa, de qualquer ordem ou natureza, praticada na classificação, na embalagem, no acondicionamento, bem como nos documentos de qualidade do produto.

14.2. Será também considerada fraude a comercialização do Café Beneficiado Grão Cru, em desacordo com o estabelecido neste Regulamento.

15. Disposições gerais

15.1. Será de competência exclusiva do Órgão Técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento resolver os casos omissos porventura surgidos na utilização do presente Regulamento.

16. Tabelas

16.1. TABELA 1 - Classificação do Café Beneficiado Grão Cru quanto à equivalência de defeitos (intrínsecos).

Defeitos	Quantidade	Equivalência
Grão Preto	1	1
Grãos Ardidos	2	1
Conchas	3	1
Grãos Verdes	5	1
Grãos Quebrados	5	1
Grãos Brocados	2 a 5	1
Grãos Mal Granados ou Chochos	5	1

Observações:

- 1 - O Grão Preto será considerado o principal defeito ou capital;
- 2 - Os Grãos Ardidos e Brocados serão considerados defeitos secundários;
- 3 - O defeito Verde Preto “STINKER” será considerado como defeito ardido.

16.2. TABELA 2 - Classificação do Café Beneficiado Grão Cru quanto à equivalência de impurezas (extrínsecos).

Impurezas	Quantidade	Equivalência
Coco	1	1
Marinheiros	2	1
Pau, Pedra, Torrão grande	1	5
Pau, Pedra, Torrão regular	1	2
Pau, Pedra, Torrão pequeno	1	1
Casca grande	1	1
Casca pequena	2 a 3	1

Observações:

- 1 - As Pedras, os Torrões e os Paus Grandes correspondem a mais ou menos as dimensões da Peneira Grão Chato de 18/19/20;
- 2 - As Pedras, os Torrões e os Paus Regulares correspondem a mais ou menos as dimensões da Peneira é Grão Chato de 15/16/17;
- 3 - As Pedras, os Torrões e os Paus Pequenos correspondem a mais ou menos as dimensões da Peneira Grão Chato de 14 abaixo;

4 - As Cascas serão relacionadas a mais ou menos com o tamanho do Café em Coco.

16.3.TABELA 3 - Classificação do Café Beneficiado Grão Cru, em função do defeito/tipo.

Defeitos	Tipos	Pontos	Defeitos	Tipos	Pontos
4	2	+100	46	5	50
4	2 – 05	+ 95	49	5 – 05	55
5	2 – 10	+ 90	53	5 – 10	60
6	2 – 15	+ 85	57	5 – 15	65
7	2 – 20	+ 80	61	5 – 20	70
8	2 – 25	+ 75	64	5 – 25	75
9	2 – 30	+ 70	68	5 – 30	80
10	2 – 35	+ 65	71	5 – 35	85
11	2 – 40	+ 60	75	5 – 40	90
11	2 – 45	+ 55	79	5 – 45	95
12	3	+ 50	86	6	100
13	3 – 05	+ 45	93	6 – 05	105
15	3 – 10	+ 40	100	6 – 10	110
17	3 – 15	+ 35	108	6 – 15	115
18	3 – 20	+ 30	115	6 – 20	120
19	3 – 25	+ 25	123	6 – 25	125
20	3 – 30	+ 20	130	6 – 30	130
22	3 – 35	+ 15	138	6 – 35	135
23	3 – 40	+ 10	145	6 – 40	140
25	3 – 45	+ 05	153	6 – 45	145
26	4	Base	160	7	150
28	4 – 05	05	180	7 – 05	155
30	4 – 10	10	200	7 – 10	160
32	4 – 15	15	220	7 – 15	165
34	4 – 20	20	240	7 – 20	170
36	4 – 25	25	260	7 – 25	175
38	4 – 30	30	280	7 – 30	180
40	4 – 35	35	300	7 – 35	185
42	4 – 40	40	320	7 – 40	190
44	4 – 45	45	340	7 – 45	195
			360	8	200
			> 360	Fora de Tipo	

17. Modelo de Laudo de Classificação

(IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA CLASSIFICAÇÃO) LAUDO
DE CLASSIFICAÇÃO DE CAFÉ BENEFICIADO GRÃO

CRU Nº ____/____(MODELO/FRENTE)

() Café Arábica () Café Robusta

INTERESSADO:					
SAFRA:			AMOSTRA Nº:		
ARMAZÉM:			CIDADE:		
PAVILHÃO:			BLOCO:		Quadra:
Nº DE SACOS:			LOTE:		
CLASSIFICAÇÃO FÍSICA					
Equivalência de Defeitos					
Descrição	Nº de Grãos Imperfeitos	Nº de Defeitos	Descrição	Nº de Grãos Imperfeitos	Nº de Defeitos
- Grão preto			- Coco		
- Grão ardido			- Marinheiro		
- Concha			- Esmagado		
- Mal Granado /chocho			- Casca grande		
- Verde			- Casca média/pequena		
- Quebrado			- Pau ou pedra ou torrão grande		
- Brocado:			- Pau ou pedra ou torrão regular		
- Brocado Sujo			- Pau ou pedra ou torrão pequeno		
- Brocado Rendado			SUBTOTAL (2)		
- Brocado Limpo			ENQUADRAMENTO EM TIPO		
SUBTOTAL(1)					
			- SUBTOTAL (1)		
			- SUBTOTAL (2)		
			TOTAL GERAL (1) + (2)		
			TIPO		
CATEGORIA:					
SUBCATEGORIA: Peneira %			() CHATO		
() 15 AC			() Graúdo () Médio		
() 16 AC			() Miúdo		
() 17 AC			() MOCA		
() 18 AC			() Graúdo () Médio		
() 19			() Miúdo		
() Bica Corrida					
GRUPO:			() GRUPO I: ARÁBICA		
() GRUPO II: ROBUSTA					
SUBGRUPO:			() CARACTERÍSTICA		
() Estritamente Mole			() Riado		
() Mole			() Rio		
() Apenas Mole			() Rio Zona		
() Duro			() Excelente		
			() Boa		
			() Regular		
			() Anormal		
CLASSE:					
() Verde Azulado			() Amarelada		
() Verde Cana			() Chumbado		
() Verde			() Amarela		
() Esverdeada			() Marron		
			() Esbranquiçada		
			() Discrepante		

CONCLUSÃO

UMIDADE: _____ APARELHO _____
CATEGORIA _____ SUCATEGORIA: _____
GRUPO: _____ SUBGRUPO: _____
CLASSE _____ TIPO: _____
OBS.: _____

PÓSTO DE SERVIÇO DE CLASSIFICAÇÃO DE _____ DE _____ DE _____

CLASSIFICADOR/REG. MAPA Nº _____

LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO DE CEFÉ BENEFICIADO GRÃO CRU Nº _____/_____

(MODELO/VERSO)

Café Arábica

Café Robusta

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS ADICIONAIS

PELO PREPARO: ☐ Via Seca ☐ Via Úmida	PELA SECA: ☐ Seca Boa ☐ Seca Regular(☐ Seca Má	PELO ASPECTO: ☐ Bom ☐ Regular(☐ Mau				
PELA TORRAÇÃO <table><tr><td><i>Coffea arábica:</i> ☐ Torração Fina ☐ Torração Boa ☐ Torração Regular ☐ Torração Má ☐ Torração Regular</td><td><i>Coffea canephora:</i> ☐ Torração Excelente ☐ Torração Quase Excelente ☐ Torração Muito Boa ☐ Torração Boa</td></tr><tr><td colspan="2">☐ Torração Regular ☐ Torração Má</td></tr></table>			<i>Coffea arábica:</i> ☐ Torração Fina ☐ Torração Boa ☐ Torração Regular ☐ Torração Má ☐ Torração Regular	<i>Coffea canephora:</i> ☐ Torração Excelente ☐ Torração Quase Excelente ☐ Torração Muito Boa ☐ Torração Boa	☐ Torração Regular ☐ Torração Má	
<i>Coffea arábica:</i> ☐ Torração Fina ☐ Torração Boa ☐ Torração Regular ☐ Torração Má ☐ Torração Regular	<i>Coffea canephora:</i> ☐ Torração Excelente ☐ Torração Quase Excelente ☐ Torração Muito Boa ☐ Torração Boa					
☐ Torração Regular ☐ Torração Má						
PELO TEOR DE CAFEÍNA <table><tr><td>☐ CAFÉ</td><td>☐ CAFÉ DESCAFEINADO</td></tr></table>			☐ CAFÉ	☐ CAFÉ DESCAFEINADO		
☐ CAFÉ	☐ CAFÉ DESCAFEINADO					

POSTO DE CLASSIFICAÇÃO DE _____ DE _____ DE _____

CLASSIFICADOR/REG. MAPA Nº _____

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E ROTEIRO
ORIENTADOR PARA A PESQUISA DE CAMPO COM OS ATORES DA CAFEICULTURA NA
ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa de campo junto a atores da produção e comercialização do café na Zona da Mata de Minas Gerais

Prezado entrevistado.

Sou professora e pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia - Câmpus Muriaé e doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do CPDA/UFRRJ. No momento estou desenvolvendo a tese intitulada **oportunidades, desafios e tendências da comercialização do café na região da zona da mata de minas gerais**. O objetivo da pesquisa a qual o(a) Sr.(a) está convidado a participar é identificar os tipos de café produzidos na Zona da Mata, os canais de comercialização por tipo de café, as motivações de produtores e produtoras, principalmente os da agricultura familiar, assim como as tendências e potencialidades da região, no contexto do mercado cafeeiro mundial. Sua participação é voluntária e consiste apenas em responder as questões a seguir. Seu nome ou dados pessoais de qualquer natureza não serão revelados. As menções à sua fala serão correlacionadas à sua atividade e área de atuação e sua entrevista será identificada pela data e pelo local onde foi realizada. Não há remuneração, custos ou danos referentes às respostas deste questionário. No entanto espera-se que os resultados da pesquisa possam trazer novas informações para o desenho estratégico dos agentes integrantes da cadeia produtiva do café. Dessa forma, tão logo esteja pronta, haverá a devolução dos resultados via artigo científico, podendo ser enviado por e-mail caso seja o desejo do entrevistado.

Estou à disposição para quaisquer dúvidas ou desistência ao longo da pesquisa.

Atenciosamente,

Maria Cristina Silva de Paiva

Profa. Ms em Economia e Economia Rural

Pesquisadora na área da Economia, Desenvolvimento Econômico e Agricultura Familiar.

IF Sudeste MG – Câmpus Muriaé.

Celular e WhatsApp: 32 9 8822 8698

E-mail: mariacristinapaiva088@gmail.com

De acordo com a participação:

Local e data

Assinatura do(a) participante

Pesquisadora Maria Cristina Silva de Paiva

Roteiro orientador para as entrevistas com os atores da cafeicultura na Zona da Mata de Minas

Gerais

1. Quais tipos de café são produzidos e vendidos hoje na Zona da Mata de Minas Gerais?
2. Você poderia dizer qual é a proporção, por tipo de café, que é produzido atualmente na Zona da Mata (referente a cafés especiais, cafés sustentáveis e café padrão comercial).
3. Você percebe uma tendência forte para a produção de cafés especiais na Zona da Mata?
4. Especificamente para o café padrão comercial, há segmentações?
5. Com relação ao café padrão comercial, você poderia estimar uma proporção da oferta de cada tipo de café por produtor, ou para a região?
6. Esses cafés, principalmente o padrão comercial, são vendidos para onde, ou para quem?
7. Você poderia estimar uma relação benefício/custo para cada tipo de café?
8. Você poderia estimar os ganhos financeiros para cada tipo de café?
9. Você saberia dizer o porquê das escolhas dos produtores entre um tipo de café e outro, considerando o café qualificado e o café padrão comercial?,
10. Essas relações, ganhos e escolhas se alteram conforme o perfil dos produtores (mais empresariais ou mais camponeses)? Saberia explicar como e por que?
11. O que mais você teria a comentar sobre a cafeicultura e sua comercialização na Zona da Mata?
12. Existem dados registrados sobre essas informações que possam ser coletados para essa pesquisa?
13. Você poderia sugerir outras pessoas e instituições para participar dessa entrevista?

Pesquisa junto a instituições da fase de comercialização do café da Zona da Mata de Minas Gerais

Prezado entrevistado,

Sou professora e pesquisadora do Instituto Federal Câmpus Muriaé e doutoranda em Desenvolvimento, agricultura e sociedade do CPDA/UFRRJ. O objetivo da pesquisa a qual o(a) Sr.(a) está convidado a participar é identificar os canais de comercialização dos tipos de café da Zona da Mata, assim como as tendências e potencialidades da região, no contexto do mercado cafeeiro mundial.

Sua participação é voluntária e consiste apenas em responder o questionário a seguir. A identidade de sua instituição não será revelada, sendo as suas informações apresentadas de forma agregadas às demais respostas de outros entrevistados. Em casos nos quais sua resposta merecer destaque, a identificação da entrevista será: "em entrevista à instituição referente à fase de comercialização localizada em (município - UF), realizada via google formulário ao longo do mês de..."

Não há questões relativas a dados individuais de natureza pessoal e/ou socioeconômica, sendo o questionário limitado à investigação sobre canais de comercialização, origem e destino do café, havendo espaço para a manifestação de perspectivas do entrevistado sobre as questões.

Não há remuneração, custos ou danos referentes às respostas deste questionário. No entanto espera-se que os resultados da pesquisa possam trazer novas informações para o desenho estratégico dos agentes integrantes da cadeia produtiva do café. Dessa forma, tão logo esteja pronta, haverá a devolução dos resultados via artigo científico, podendo ser enviado por e-mail caso seja o desejo do entrevistado.

Ao aceitar a participar da pesquisa o termo de consentimento fica automaticamente acordado entre pesquisadora e entrevistado.

Grata por sua atenção,

Maria Cristina Silva de Paiva
Profa. Ms Economia e Economia Rural
Pesquisadora na área de Economia, Desenvolvimento Econômico e Agricultura Familiar
IF Sudeste MG - Câmpus Muriaé
Celular e Watsapp 32 9 8822 8698
E-mail: mariacristinapaiva088@gmail.com

***Obrigatório**

1. Sua instituição comercializa, presta suporte, presta consultoria ou tem experiência com a comercialização do café oriundo da Zona da Mata? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

2. Você aceita participar desta pesquisa informando seus conhecimentos com base nas experiências em sua instituição e/ou na atividade cafeeira? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Informações gerais

3. Qual é a sua cidade ou de sua instituição? Gostaria de informar seu nome ou o nome de sua instituição (opcional)?

4. Quais tipos de atividade sua instituição realiza com relação ao café verde?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Armazenagem e suporte para cooperados
- ☐ Apoio para associados
- ☐ Assistência técnica e/ou consultoria
- ☐ Corretora de café
- ☐ Compra e revenda para torrefadoras no Brasil
- ☐ Compra e revenda para torrefadoras de outros países
- ☐ Compra e revenda para outros tipos de indústria no Brasil ou no exterior
- ☐ Torrefação para o mercado interno
- ☐ Torrefação para exportação
- ☐ Compra e revenda para cafeterias nacionais
- ☐ Compra e revenda para cafeterias no exterior

Outro: ☐ _____

5. Gostaria de receber o artigo científico na ocasião da publicação?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

6. Poderia informar e-mail de contato?

Comercio
internacional
do café
verde da
Zona da
Mata

Caso sua instituição realize corretagem, consultorias, apoio ou negócios referentes ao café da Zona da Mata com compradores de outros países, ou ainda, se você tem conhecimento sobre a comercialização do café da Zona da Mata no mercado externo, marque "sim" e responda as questões correspondentes. Caso não, marque "não" e o formulário continuará na seção seguinte.

7. Sua instituição atua de alguma forma na comercialização do café da Zona da Mata para o mercado externo, ou você tem conhecimento sobre esse tema? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não *Pular para a pergunta 19*

Sobre o comércio internacional do café da Zona da Mata

8. Qual é o percentual aproximado das vendas do café originário da Zona da Mata para o exterior (estimativa anual ou de safra)?

9. Você tem notado alterações desse percentual ao longo dos últimos 10 anos? Poderia dizer em que sentido e para quais tipos de café conforme a bebida?

10. Tomando como referência as atividades da sua instituição ou a sua experiência como o tema, indique o percentual médio aproximado das vendas do café que vem da Zona da Mata para o exterior conforme o tipo de bebida.

Marque todas que se aplicam.

	Estritamente mole	Mole	Dura	Rio	Riado	Riozona
Menos do que 10%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 30%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 50%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 70%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 90%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
100% das vendas	☐	☐	☐	☐	☐	☐

11. Indique o percentual aproximado das exportações do café da Zona da Mata conforme o destino.

Marque todas que se aplicam.

	Até 10%	Até 30%	Até 50%	Até 70%	Até 90%	100%
América do Norte	☐	☐	☐	☐	☐	☐
América Central	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Ásia	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Continente Africano	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Europa	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Oriente médio	☐	☐	☐	☐	☐	☐

12. Tomando como referência as atividades da sua instituição ou a sua experiência com o tema, indique o destino das exportações do café da Zona da Mata conforme o tipo de bebida.

Marque todas que se aplicam.

	Estritamente mole	Mole	Dura	Rio	Riado	Riozona
América do Norte	☐	☐	☐	☐	☐	☐
América Central	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Ásia	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Continente Africano	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Europa	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Oriente médio	☐	☐	☐	☐	☐	☐

13. Você saberia informar para quais países o café da Zona da Mata é exportado, por tipo de bebida, e com qual percentual aproximado? (Exemplo: Alemanha - Dura - 30%)

14. Você saberia informar para quais empresas o café da Zona da Mata é exportado, por tipo de bebida, e com qual percentual aproximado? (Exemplo: Empresa X - Dura - 30%)

15. As atividades desenvolvidas pela sua instituição relacionam-se à venda do café da Zona da Mata direto para empresas no exterior? Ou você tem conhecimento sobre isso? Poderia dizer o nome das empresas, o tipo de bebida, e o qual percentual aproximado? (Exemplo: Empresa Y - Estritamente mole - 30%)

16. Indique, com base nas atividades da sua instituição ou de sua experiência, para qual finalidade as empresas de outros países comprem o café da Zona da Mata, segundo o continente de origem.

Marque todas que se aplicam.

	América do Norte	América Central	Ásia	Continente Africano	Europa	Oriente médio
Torrado e moído	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Torrado em grãos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Solúvel	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Origem única	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Blend	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros tipos de indústria	☐	☐	☐	☐	☐	☐

17. Tendo em vista sua experiência com a área da comercialização, qual é a sua avaliação e expectativa sobre o mercado internacional para o café da Zona da Mata?

18. Fique à vontade para outras observações.

Comercialização do café da Zona da Mata no mercado interno.

19. Tomando como referência as atividades de sua instituição ou sua experiência, para quais indústrias no Brasil o café vindo da Zona da Mata é vendido?

20. Tomando como referência as atividades da sua instituição ou sua experiência, quais são os tipos de cafés oriundos da Zona da Mata vendidos no mercado brasileiro?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Estritamente mole
- ☐ Mole
- ☐ Dura
- ☐ Riado
- ☐ Rio
- ☐ Riozona

21. Indique o percentual aproximado das vendas do café da Zona da Mata para o mercado interno brasileiro conforme o tipo de bebida

Marque todas que se aplicam.

	Estritamente mole	Mole	Dura	Rio	Riado	Riozona
Menos do que 10%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 30%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 50%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 70%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 90%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
100% das vendas	☐	☐	☐	☐	☐	☐

22. Indique para qual finalidade as empresas do mercado interno brasileiro compram o café da Zona da Mata, conforme o tipo de bebida.

Marque todas que se aplicam.

	Estritamente mole	Mole	Dura	Rio	Riado	Riozona
Torrado e moído	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Torrado em grãos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Solúvel	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Origem única	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Blend	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros tipos de indústria	☐	☐	☐	☐	☐	☐

23. Com base nas experiências da sua instituição ou sua, é observável alterações na demanda interna das torrefações pelo café da Zona da Mata, conforme o tipo, ao longo dos últimos 10 anos? Poderia comentar?

24. Segundo as atividades de sua instituição ou segundo seus conhecimentos, indique o percentual aproximado das vendas do café que vem da Zona da Mata, para a própria Zona da Mata, por tipo de bebida.

Marque todas que se aplicam.

	Estritamente mole	Mole	Dura	Rio	Riado	Riozona
Menos do que 10%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 30%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 50%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 70%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Até 90%	☐	☐	☐	☐	☐	☐
100% das vendas	☐	☐	☐	☐	☐	☐

25. Indique, se for possível, para qual finalidade as empresas do mercado da Zona da Mata compram o café da própria Zona da Mata, conforme o tipo de bebida.

Marque todas que se aplicam.

	Estritamente mole	Mole	Dura	Rio	Riado	Riozona
Torrado e moído	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Torrado em grãos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Solúvel	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Origem única	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Blend	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros tipos de indústria	☐	☐	☐	☐	☐	☐

26. Quanto a demanda das torrefações da Zona da Mata pelo café da própria Zona da Mata, é observável alterações ao longo dos últimos 10 anos? Poderia comentar?

27. Quais são suas perspectivas para o mercado nacional do café da Zona da Mata, para cada tipo de bebida?

28. Fique à vontade para fazer outras observações.

Informações gerais e comentários

29. Você tem conhecimento de indústrias do mercado brasileiro que compram café diretamente de produtores da Zona da Mata? Quais são e quais tipos de bebida elas compram? (Exemplo: Empresa x - estritamente mole; Empresa Y - mole)

30. Havendo indústrias do mercado interno que comprem direto de produtores da Zona da Mata, indique a finalidade conforme o tipo de bebida.

Marque todas que se aplicam.

	Estritamente mole	Mole	Dura	Rio	Riado	Riozona
Torrado e moído	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Torrado em grãos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Solúvel	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Origem única	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Blend	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros tipos de indústria	☐	☐	☐	☐	☐	☐

31. Você tem conhecimento de empresas do exterior que comprem café direto de produtores da Zona da Mata? Quais são? Quais tipos de bebidas elas comprem e com qual finalidade? (Exemplo: Empresa x - estritamente mole - torrefação origem única; Empresa Y - mole - torrefação blend)

32. Quais seriam suas expectativas para essa comercialização direta com os produtores da Zona da Mata?

33. Referente à produção e ao comércio do café de uma forma geral, gostaria de deixar comentários ou recomendações direcionadas aos produtores e, em específico da agricultura familiar?

34. Referente à produção e ao comércio do café de uma forma geral, gostaria de deixar comentários ou recomendações direcionadas às associações e sindicatos de produtores e da agricultura familiar?

35. Referente à produção e ao comércio do café de uma forma geral, gostaria de deixar comentários ou recomendações relativas às políticas públicas?

36. Gostaria de deixar mais algum comentário livre?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO D - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES VIA E-MAIL

07/11/2020

Enviados - mariacristinapaiva088@gmail.com - Gmail



in:sent

Escrever

Importante

Enviados

Rascunhos 33

Categorias

[Imap]/Trash 1

Personal

Unwanted

Mais

Meet

Nova reunião

Participar de reunião

Hangouts

 Cristina +

Nenhum bate-papo recente

[Iniciar um novo](#)

Para: ES 2	Caixa de entrada	Re: contribui
Para: manhuacu		contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: manhuaçu		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: muriae		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: vicosa		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: epamigsudes.		Contribuição para pesquisa acadêmica na á
Para: coocafe		Contribuições para trabalho acadêmico na z
Para: uregi.manhu.		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: uregi.viçosa		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: uregi.manhu.		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: contato		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: Email 2	Caixa de entrada	RE: Café 3 Corações - Cont
Para: trabalhoaca.		contribuições para trabalho acadêmico na á
Para: cesar		Contribuições para pesquisa na área da eco
Para: sancafe		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: contato		contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: acs		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: cccv		Contribuições para pesquisa acadêmica na
Para: fpsantinato		Ajuda para pesquisa acadêmica na área da

Enviados - mariacristinapaiva088@gmail.com - Gmail

<https://mail.google.com/mail/u/0/?pli=1#sent>

ANEXO E – QUADRO DA “DESCRIÇÃO RESUMIDA DAS ETAPAS DO MÉTODO PENSA” NA ÍNTEGRA, CONFORME DESCRITO POR NEVES E CALEMAN (2015).

Etapa 1 – Descrição do Sistema Agroindustrial	
Fases	Procedimentos
Descrição do Sistema Agroindustrial em estudo	Mapeamento do sistema agroindustrial e de seus subsistemas estritamente coordenados por meio de caixas e apresentando o fluxo de produtos, o fluxo financeiro e o fluxo de informação, desde os insumos até o consumidor final.
Caracterização do ambiente organizacional	Identificação das organizações de apoio ao SAG em análise, tais como instituições de pesquisa, órgãos de representação de classe (sindicatos, federações etc.), associações de classe (dos produtores, da indústria de transformação, da distribuição dos consumidores), identificação e caracterização de cooperativas, identificação e caracterização das instituições financeiras, das organizações de fomento etc.
Caracterização do Ambiente Institucional	Legislações e regulamentações que estabelecem normas para a conduta das empresas e dos agentes econômicos; identificação de tradições, costumes, valores e cultura que permeiam o ambiente de negócios; identificação de políticas macroeconômicas(monetária, tributária, cambial) que impactam o setor, identificação e caracterização de políticas públicas setoriais, políticas comerciais, sistemas políticos etc.
Caracterização do ambiente tecnológico	Identificação das tecnologias disponíveis; identificação do atual estágio tecnológico e dos desafios para a inovação (paradigma tecnológico); oportunidades e desafios impostos ao setor quanto o acesso e a adoção de novas tecnologias etc.
Caracterização do ambiente competitivo	Análise da estrutura de mercado (definição de mercado relevante, número de empresas atuantes, existência de barreiras à entrada, economias de escala etc.); análise dos padrões de concorrência (commodities versus diferenciação dos produtos; existência de marca; grau de rivalidade entre as empresas etc); atributos do produto (perecibilidade, bens de consumo duráveis, frequência do consumo, bens substitutos etc); identificação do ciclo de vida da indústria etc.
Etapa 2 – Análise do padrão das transações e seus mecanismos de coordenação	
Fases	Procedimentos
Análise dos atributos da transação	Avaliar os atributos das transações realizadas entre os agentes econômicos ao longo do sistema agroindustrial e/ou de seus subsistemas: frequência (grau de recorrência da transação), incerteza (grau de contingências externas que impactaram as transações em análise), especificidade (identificar a existência e o grau de especificidade da transação, seja de caráter locacional, humano, físico, temporal, dedicado à transação e existência ou não de especificidade de marca.

Análise dos mecanismos de coordenação	Identificar, descrever e caracterizar os mecanismos de coordenação adotados para governar as transações em análise. Os mecanismos de coordenação podem ser relações de mercado (spot), relações híbridas (contratos formais e/ou relacionais, parcerias, alianças mercadológicas, joint-ventures, contratos de “quase integração” etc.) e a integração vertical (hierarquia).
Análise dos mecanismos de incentivo e de monitoramento	Analisar os mecanismos de incentivo adotados pelos agentes em prol do alinhamento de interesses entre as partes: existência de contratos, pagamentos de prêmios e bônus, penalidades e multas etc. Identificar e descrever os mecanismos de monitoramento e supervisão adotados pelos agentes para a garantia do adequado comportamento das partes de modo que os objetivos e metas acordados sejam alcançados.
Etapa 3 – Análise do ambiente institucional e sua interação com o SAG	
Fases	Procedimentos
Caracterização das mudanças no ambiente institucional	Identificar alterações no ambiente institucional e seus impactos na organização do SAG, tais como o impacto de novos regramentos e legislações; novas políticas públicas para o setor, mudanças no ambiente institucional internacional, novas demandas da sociedade e de seus consumidores etc.
Caracterização do padrão de conflitos e análise das soluções	Identificar os principais conflitos nas relações entre os agentes econômicos do SAG. Qual histórico destas disputas? Como são encaminhadas soluções pelos agentes? Como estes conflitos poderiam ser minimizados ou solucionados? Qual o papel do Judiciário para a minimização dos conflitos? Qual o papel dos contratos e dos arranjos institucionais para o encaminhamento de soluções?
Avaliação da qualidade do ambiente institucional	Os direitos de propriedade dos agentes econômicos são claramente delineados? Como estes direitos são protegidos? Existem oportunidade de captura de valor ao longo do SAG? Quais as garantias oferecidas (garantias legais, reputacionais, patrimoniais, terceiras-partes?)
Avaliação do grau de incerteza do ambiente	Decorrente da qualidade do ambiente institucional, um conjunto de incertezas pode estar presente. Quais as principais contingências do ambiente? Qual a natureza da incerteza que permeia a decisão estratégica dos agentes (institucional, mercado, informacional etc.) ? Qual o grau de incerteza?
Etapa 4 – Análise do desempenho e eficiência	
Fase	Procedimentos
Análise da eficiência do SAG	Avaliam-se o alinhamento entre os atributos de transação e os mecanismos de governança. Em linhas gerais, transações que envolvem alta especificidade de ativos devem ser coordenadas por mecanismos mais estritos desde formas híbridas até a integração vertical, a depender do grau de especificidade dos atributos transacionados. Ainda, o grau de dependência bilateral dos agentes e a exigência de quase-rendas devem ser avaliados sob a ótica da eficiência, pois o valor gerado na transação pode ser capturado e representar perda de valor à transação. Nesse ponto, será que o mecanismo de coordenação adotado é o mais adequado? Será que o padrão de relação entre os

	agentes oferece os incentivos necessários para que as trocas ocorram a baixos custos de transação? Ainda, serão as garantias oferecidas (contratos, reputação, aparato legal e regramentos) eficientes para a proteção dos direitos das partes e para a preservação de comportamentos oportunisticos?
Algumas considerações finais	Com base na análise da maior eficiência do SAG, quais as sugestões em termos de políticas públicas (regramentos, políticas setoriais, políticas de incentivos, acesso a informações, acesso a novas tecnologias, acesso a credito etc.) e políticas privadas (estratégias corporativas, estratégias associativas, organização e representação do setor, precificação, desenvolvimento de marcas e certificações etc.) poderiam ser desenhadas? Quais soluções em prol de mais eficiente coordenação do SAG poderiam ser sugeridas? Como os custos de transação poderiam ser minimizados? Como os conflitos entre os agentes poderiam ser encaminhados?

Fonte: Neves e Coleman (2015, p: 52-55).

Varginha - Sexta Feira - 28 de Agosto de 2020 11:35:18

[illegible]

Os valores estão sujeitos a alterações sem aviso prévio !

SITIO SAO VICENTE											
LOTE	DATA	PESO	BEBIDA	PAD	T.U.	ASP	QB	APR	COR	SALDO	
LT 19200701155	18/10/2019	3.791,57	RIADORIO	30C	11,40		23,00	0,00	VED	63,1928	
LT 20210700171	22/06/2020	2.150,00	DURA	30A	12,20		20,00	0,00	VED	35,8333	
LT 20210700170	22/06/2020	1.530,00	DURO RIADO RIO	31D	12,30		27,00	0,00	VED	25,5000	
LT 20210700169	22/06/2020	260,00	DURA	31A	12,70		23,00	0,00	VEDMCH	4,3333	
LT 20210700224	26/06/2020	2.320,00	DURA	30A	12,00		20,00	0,00	VED	38,6667	
LT 20210700223	26/06/2020	2.890,00	RIADORIO	31C	11,50		26,00	0,00	VED	48,1667	
LT 20210700703	29/07/2020	1.740,00	DURA	30A	12,40		26,00	0,00	VED	29,0000	
LT 20210701283	26/08/2020	520,00	DURA	CD1A	12,20		11,00	0,00	VED	8,6667	
LT 20210701282	26/08/2020	2.310,00	DURA	30A	11,70		16,00	0,00	VED	38,5000	
LT 20210701281	26/08/2020	1.760,00	DURA	30A	12,30		6,00	0,00	VED	29,3333	
LT 20210701280	26/08/2020	1.730,00	DURA	30A	12,30		26,00	0,00	VED	28,8333	
LT 20210701279	26/08/2020	1.540,00			0,00		0,00	0,00		25,6667	
LT 20210700494	16/07/2020	1.370,00	DURO RIADO	30B	11,90		22,00	0,00	VED	22,8333	
LT 20210700707	29/07/2020	3.190,00	DURA	30A	11,90		28,00	0,00	VED	53,1667	
LT 20210700708	29/07/2020	1.590,00	RIADORIO	30C	12,00		22,00	0,00	VED	26,5000	

LOTE	DATA	PESO	BEBIDA	PAD	T.U.	ASP	QB	APR	COR	SALDO
LT 20210700706	29/07/2020	2.170,00	RIADORIO	30C	11,90		20,00	0,00	VED	36,1667
LT 20210700705	29/07/2020	1.390,00	DURA	30A	12,10		23,00	0,00	VED	23,1667
LT 20210700704	29/07/2020	800,00	RIADORIO	30C	12,20		18,00	0,00	VED	13,3333
LT 20210700316	03/07/2020	1.570,00	DURA	30A	11,40		22,00	0,00	VED	26,1667
LT 20210700315	03/07/2020	1.560,00	DURA	30A	11,60		21,00	0,00	VED	26,0000
LT 20210700314	03/07/2020	1.990,00	RIADORIO	31C	12,00		25,00	0,00	VED	33,1667
LT 20210700497	16/07/2020	1.410,00	RIADORIO	30C	11,50		23,00	0,00	VED	23,5000
LT 20210700496	16/07/2020	2.400,00	DURA	30A	11,80		18,00	0,00	VED	40,0000
LT 20210700495	16/07/2020	1.570,00	RIADORIO	30C	11,50		20,00	0,00	VED	26,1667
Total da Fazenda		725,8596								

Total Geral: 725,8596